



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA HUMANA E GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL- PPGecoH



ELISÂNGELA CAMPOS DAMASCENO SARMENTO

AS ECOLOGIAS DO SERTÃO E DO (A) SERTANEJO (A): UM ESTUDO
TOPOFÓBICO-TOPOFÍLICO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO NA
REPRESENTAÇÃO (DE) COLONIAL DE PERSONAGENS DO CENÁRIO
ARTÍSTICO BRASILEIRO

JUAZEIRO – BA
2023

ELISÂNGELA CAMPOS DAMASCENO SARMENTO

**AS ECOLOGIAS DO SERTÃO E DO (A) SERTANEJO (A): UM ESTUDO
TOPOFÓBICO-TOPOFÍLICO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO NA
REPRESENTAÇÃO (DE) COLONIAL DE PERSONAGENS DO CENÁRIO
ARTÍSTICO BRASILEIRO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, da UNEB, Campus III, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora.

Linha de Pesquisa: Ecologia Humana e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Jorge Barbosa de Moura – UFRPE.

**JUAZEIRO – BA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação por
Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

S246e Sarmiento, Elisângela Campos Damasceno

As Ecologias do Sertão e do (a) Sertanejo (a): um estudo topofóbico-topofílico do semiárido nordestino na representação (de) colonial de personagens do cenário artístico brasileiro / Elisângela Campos Damasceno Sarmiento. Juazeiro-BA, 2023.

252 fls.: il.

Orientador (a): Prof. Dr. Geraldo Jorge Barbosa de Moura.

Inclui Referências

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia.

Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPG EcoH, Campus III. 2023.

1. Ecologia humana. 2. Geografia humanista. 3. Literatura. 4. Ensino interdisciplinar. 5. Decolonialidade. I. Moura, Geraldo Jorge Barbosa de. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 304.2

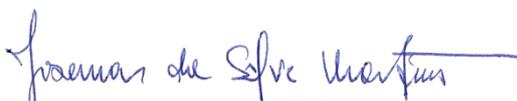
FOLHA DE APROVAÇÃO

"AS ECOLOGIAS DO SERTÃO E DO (A) SERTANEJO (A): UM ESTUDO TOPOFÓBICO-TOPOFÍLICO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO NA REPRESENTAÇÃO (DE) COLONIAL DE PERSONAGENS DO CENÁRIO ARTÍSTICO BRASILEIRO"

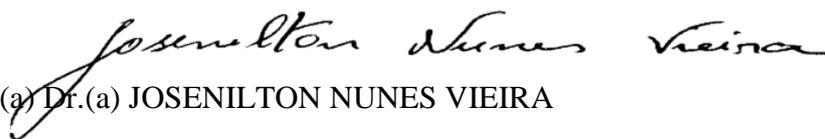
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoh, em 01 de fevereiro de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



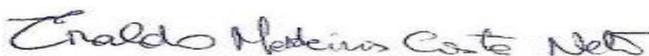
Professor(a) Dr.(a) GERALDO JORGE BARBOSA DE MOURA
Doutorado em Ciências Biológicas (Zoologia e Ecologia)
Universidade Federal da Paraíba



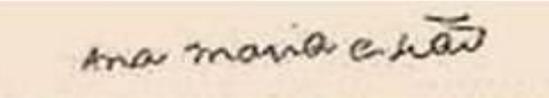
Professor(a) Dr.(a) JOSEMAR DA SILVA MARTINS
UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia



Professor(a) Dr.(a) JOSENILTON NUNES VIEIRA
UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Professor(a) Dr.(a) ERALDO MEDEIROS COSTA NETO
Uefs – UEFS
Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais
Universidade Federal de São Carlos



ana maria e leão

Professor(a) Dr.(a) ANA MARIA DOS ANJOS CARNEIRO LEÃO
Ufrpe – UFRPE
Doutorado em Ciências (Bioquímica)
Universidade Federal do Paraná

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos espíritos de luz que me acompanharam e me inspiraram neste processo de escrita.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, fonte inesgotável de sabedoria e “rocha” na qual me mantive firme em meio às turbulências do caminho;

A Túlio, a maior das alegrias da minha vida, que, com seu sorriso e palavras de ânimo, soube me aquecer em dias “frios” e confusos;

A Silvestre, meu parceiro de longa jornada que sempre me incitou à luta em busca do êxito acadêmico;

Ao professor Dr. Geraldo Jorge Barbosa de Moura, meu extraordinário orientador, que, com perspicácia, paciência, incentivo e presença constante, soube conduzir este processo;

À UNEB – Campus Juazeiro, através do PPGEcoH – Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, que me lançou à aventura da pesquisa;

Aos professores Dr. Josenilton Vieira, Dra. Érika Costa, Dr. Eraldo Medeiros, Dra. Ana Maria Carneiro Leão e Dr. Josemar Martins pelas contribuições concedidas a este estudo;

Ao Instituto Federal do Piauí – IFPI – Campus Paulistana - pela concessão do afastamento integral por um período de dois anos;

Aos docentes, mestrandos e doutorandos com os quais tive oportunidade de aprender e conviver;

Enfim, a todos que, na minha trajetória acadêmica, muito me ensinaram e ainda me ensinam. Muito obrigada!

EPIGRAFE

“O conhecimento é dinâmico e marcado por infinitas vozes que se conectam e se expandem”.

(Profa. Elisângela Campos Damasceno Sarmento)

RESUMO

As ecologias do sertão e do sertanejo ambientam-se, nesta tese, nas obras *O Sertanejo* (2002) [1875], de José de Alencar, *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas* (2013) [1938], de Graciliano Ramos, e *Asa Branca* (1947), de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo precípua investigar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa e das perspectivas ecocrítica e zoocrítica - que estudam as imbricações entre Literatura e Ecologia/Zoologia respectivamente-, a topofobia e a topofilia nas obras em epígrafe, a fim de delinear as ecologias do sertanejo e do sertão, através de suas representações (de) coloniais, levando em conta as contribuições da Geografia Humanista para o campo da Ecologia Humana, dialogando, também, com Filosofia, Psicanálise, História, Sociologia, Antropologia, Educação e as perspectivas da (de) colonialidade, da ecologia de saberes, da interculturalidade e da convivência com o semiárido, com vistas a desvelar os fatores socioculturais e simbólicos que estão correlacionados às categorias de lugar, paisagem e território nas relações homem-ambiente. Sendo assim, os discursos presentes nas obras em exame demonstram que os sertanejos apresentam uma ambivalência de relações com o sertão, em virtude dos contrastes naturais da fitofisionomia da caatinga (seca, verde), das pulsões de morte e de vida, das forças apolíneas e dionisíacas e dos comportamentos competitivos e cooperativos que permeiam a essência humana, além dos sentimentos topofóbicos e topofílicos que coexistem na relação ser humano-ambiente, sinalizando que as mudanças do tempo e do ambiente alteram as emoções e as percepções do sertanejo frente à vida e ao próprio sertão. Ademais, verifica-se que, na representação do sertanejo, ocorre a predominância da colonialidade do poder, do saber e do ser, embora se evidenciem personagens (nos romances) e eu-lírico (na canção) contra-hegemônicos que apresentam uma resistência a esse legado de dominação e opressão. Portanto, a Ecocrítica e a Zoocrítica se configuram como férteis inspirações ao desvelamento das relações ser humano-ambiente e se projetam como áreas interdisciplinares, articulando-se com Geografia, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Psicanálise e outras ciências afins, trazendo, assim, uma compreensão mais complexa e profunda dessas relações.

Palavras-chave: Ecologia Humana. Geografia Humanista. Literatura. Ensino interdisciplinar. Decolonialidade.

ABSTRACT

The ecologies of the sertão and sertanejo are set, in this thesis, in the works *O Sertanejo* (2002) [1875], by José de Alencar, *O Quinze* (2012) [1930], by Rachel de Queiroz, *Vidas Secas* (2013) [1938], by Graciliano Ramos, and *Asa Branca* (1947), by Luiz Gonzaga and Humberto Teixeira. Thus, this research has as its main objective to investigate, under the French Discourse Analysis method and the ecocritic and zoocritic perspectives - which study the overlaps between Literature and Ecology/Zoology respectively-, topophobia and topophilia in the aforementioned works., in order to delineate the ecologies of the sertanejo and the sertão, through their (de) colonial representations, taking into account the contributions of Humanist Geography to the field of Human Ecology, also dialoguing with Philosophy, Psychoanalysis, History, Sociology, Anthropology, Education and the perspectives of (de) coloniality, the ecology of knowledge, interculturality and coexistence with the semi-arid region, with a view to unveiling the sociocultural and symbolic factors that are correlated to the categories of place, landscape and territory in human- environment relations..Thus, the discourses present in the works under examination demonstrate that the sertanejos present an ambivalence of relations with the sertão, due to the natural contrasts of the physiognomy of the caatinga (dry, green), of the impulses of death and of life, of the Apollonian forces and Dionysian and competitive and cooperative behaviors that permeate the human essence, in addition to the topophobic and topophilic feelings that coexist in the human-environment relationship, signaling that changes in time and environment alter the emotions and perceptions of the sertanejo towards life and the sertão itself. Moreover, it is verified that, in the representation of the sertanejo, there is a predominance of the coloniality of power, knowledge and being, although counter-hegemonic characters (in the novels) and lyrical self (in the song) are evident who show resistance to this legacy of domination and oppression. Therefore, Ecocriticism and Zoocriticism are fertile inspirations for the unveiling of human-environment relations and project themselves as interdisciplinary areas, articulating with Geography, Sociology, Philosophy, Anthropology, Psychoanalysis and other related sciences, thus bringing a more complex and profound understanding of these relationships.

Keywords: Human Ecology. Humanist Geography. Literature. Interdisciplinary teaching. Decoloniality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos estudos – artigos de 1 a 4	37
Quadro 2: Síntese dos estudos – artigos de 5 a 8.....	38
Quadro 3: Síntese dos estudos – artigos de 9 a 11.....	39

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	9
2 PROPOSIÇÃO	10
3 REVISÃO DE LITERATURA	11
3.1 Da Ecologia à Ecologia Humana	11
3.2 Ecocrítica e Zoocrítica: tendências e contributos à Ecologia Humana	12
3.3 A Geografia Humanista como fonte das relações homem-ambiente	15
3.4 Representações sociais: uma análise das relações homem-ambiente	17
3.5 Decolonialidade, Ecologia Humana e Interculturalidade: imbricações possíveis	20
3.6 Educação interdisciplinar: um impulso a uma visão sistêmica	22
4 METODOLOGIA	24
5 INTRODUÇÃO GERAL	28
ARTIGOS	
. Topofilia e topofobia em <i>O Sertanejo</i> : uma análise ecocrítica	41
. Topofobia e topofilia em <i>O Quinze</i> : uma análise ecocrítica	54
. Topofobia e topofilia em <i>Vidas Secas</i> : uma análise ecocrítica	70
. Topofobia e topofilia em <i>O Sertanejo</i> , <i>O Quinze</i> e <i>Vidas Secas</i>	91
. <i>Vidas Secas</i> na Zooliteratura: uma análise do animal humano e do inumano	108
. A decolonialidade no discurso do personagem Arnaldo, de <i>O Sertanejo</i>	125
. Conceição em <i>O Quinze</i> : uma abordagem feminista e decolonial	140
. A ecocrítica e a (de) colonialidade em personagens de <i>O Sertanejo</i> , <i>O Quinze</i> e <i>Vidas Secas</i> : imbricações possíveis	160
. Literatura e canção: a arte na ecologia do sertão e do sertanejo	177
. A interculturalidade como elemento (de) colonial: uma análise das relações homem- ambiente a partir das obras <i>O Sertanejo</i> , <i>O Quinze</i> e <i>Vidas Secas</i>	190
. A Ecocrítica e o ensino interdisciplinar de Literatura e Ecologia: um estudo topofóbico- topofílico a partir de obras literárias regionais	205
6 DISCUSSÃO GERAL	221
7 CONCLUSÕES	227
REFERÊNCIAS	230
APÊNDICE	

1 APRESENTAÇÃO

As ecologias do sertão e do (a) sertanejo (a) ambientam-se, nesta tese, nas obras *O Sertanejo* (2002) [1875], de José de Alencar, *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas* (2013) [1938], de Graciliano Ramos e *Asa Branca* (1947), de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.

Nessa esteira, sublinha-se que esta pesquisa tem como finalidade investigar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa e das perspectivas ecocrítica e zoocrítica - que estudam as imbricações entre Literatura e Ecologia/Zoologia respectivamente-, a topofobia e a topofilia nas obras em epígrafe, a fim de delinear as ecologias do (a) sertanejo (a) e do sertão através de suas representações (de) coloniais.

Ademais, esta pesquisa se justifica pela necessidade de serem reveladas as contribuições da Geografia Humanista para o campo da Ecologia Humana na interface com Filosofia, Psicanálise, História, Sociologia, Antropologia, Educação interdisciplinar, além das perspectivas da (de) colonialidade, da ecologia de saberes, da interculturalidade e da convivência com o semiárido, com vistas a desvelar os fatores socioculturais e simbólicos que estão atrelados às categorias de lugar, paisagem e território nas relações homem-ambiente.

Partindo dessa premissa, assinala-se que os discursos presentes nas obras em exame demonstram que os (as) sertanejos (as) apresentam uma ambivalência de relações com o sertão, em virtude dos contrastes da fitofisionomia da caatinga (seca, verde), das contribuições freudianas para uma natureza humana dual (pulsões de vida e de morte), bem como em face dos contributos filosóficos de Nietzsche (forças apolíneas e dionisíacas).

Além desses conflitos presentes na essência humana, destacam-se, ainda, as características ambivalentes competitivas e cooperativas que permeiam o comportamento dos (as) sertanejos (as), bem como os sentimentos topofóbicos e topofílicos que coexistem na relação ser humano-ambiente, sinalizando que as mudanças do tempo e do ambiente alteram as emoções e as percepções do (a) sertanejo (a) frente à vida e ao próprio sertão.

Concomitantemente, verifica-se que, na representação do (a) sertanejo (a), ocorre a predominância da colonialidade do poder, do saber e do ser, embora se evidenciem personagens decoloniais nos romances em questão e um “eu-lírico” contra-hegemônico na canção *Asa Branca*. Tal constatação revela uma resistência ao legado de dominação e opressão, que ainda está em voga no semiárido nordestino. Portanto, o viés inter e transdisciplinar desta investigação pode inspirar o leitor a complexas e profundas análises das ecologias do sertão e do (a) sertanejo (a).

2 PROPOSIÇÃO

Propõe-se analisar a topofobia e a topofilia nas obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, para delinear as ecologias do sertão e do (a) sertanejo (a), a partir de representações (de) coloniais, levando em conta as contribuições interdisciplinares das perspectivas ecocrítica e zoocrítica para o campo da Ecologia Humana, dialogando, também, com as abordagens da (de) colonialidade na interface com os fatores socioculturais e simbólicos que estão atrelados às categorias de lugar, paisagem e território nas relações homem-ambiente.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Da Ecologia à Ecologia Humana

Inicialmente, vale pontuar que, de acordo com Alpina Begossi (1993), a origem do termo “Ecologia” vem da Biologia. Entretanto, o primeiro não se restringe ao segundo, visto que a área ecológica tem se ramificado, surgindo novos campos, como: Ecologia Humana, Ecologia Social e Ecocrítica, em virtude da relação com Filosofia, Antropologia, Sociologia e Literatura, assumindo, pois, um caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Relativamente à Ecologia Humana, destaca-se que essa ciência representa uma visão sistêmica de ser e estar no mundo a qual não se configura de modo isolado e fragmentado, mas solidário, compartilhado e integrado. Partindo dessa premissa, as relações ser humano-ambiente transcendem a percepção imediata e unívoca, dialogando com inúmeras áreas do conhecimento e diversos saberes numa inter-relação contínua que se complementa e se amplifica.

Consoante Marques (2014), a Ecologia Humana é a mais interdisciplinar e adisciplinar das ciências que estudam o fenômeno humano. Daí, infere-se que a Ecologia Humana é múltipla que dialoga com diversos saberes e áreas do conhecimento (Sociologia, Filosofia, Antropologia, Geografia, História, Literatura, Psicanálise), com vistas a (re) descobrir as relações ser humano-ambiente na pluralidade de respostas, entremeadas por conhecimentos vários que se imbricam e se tornam complexos numa profunda abrangência que melhor explica tais relações.

Entretanto, o *status* científico da Ecologia Humana é controverso, uma vez que não há uniformidade de concepção entre a maioria dos pesquisadores dessa área. Nesse contexto, a Ecologia Humana é apontada como “um paradigma científico” (BOMFIM, 2016, p. 5); “um sistema de ideias, níveis de pensamento interdisciplinar, multidisciplinar ou transdisciplinar” (MACHADO, 1984, p. 23).

Concomitantemente, para Juan Tapia (1993), a Ecologia Humana pode ser definida como uma ética para a vida; Begossi (1993) destaca que essa ciência não é uma das ramificações da Ecologia em si, ela transcende a Ecologia por se articular com inúmeros campos do saber. Ademais, Bomfim (2021) retoma a polêmica do *status* científico da Ecologia Humana: se é ciência, paradigma ou ambos.

Por último, conforme apregoa Agamben (2013), a Ecologia Humana é, portanto, um sistema aberto e tal indefinição quanto ao seu *status* científico decorre justamente dessa

característica que lhe é peculiar. Posto isso, a Ecologia Humana, segundo Pires e Craveiro (2014), é a mais social das ciências sociais, pois dialoga com inúmeras outras ciências e também representa um paradigma científico que deverá conduzir os estudos de todos os campos do saber, visto que a fragmentação cartesiana não responde à complexidade das relações humanas na contemporaneidade. Nessa tônica, a Ecologia Humana investiga o homem e os outros seres, vivendo e convivendo numa relação dinâmica, sistêmica, inter e transdisciplinar que seja, ao mesmo tempo, física, cultural, psicológica e social.

3.2 Ecocrítica e Zoocrítica: tendências e contributos à Ecologia Humana

Considerando o cenário de análises interdisciplinares e transdisciplinares na interlocução ser humano-ambiente, vale ponderar que, no final da década de 1970, a partir dos trabalhos do estadunidense William Rueckert que se notabilizou no contexto da Literatura americana, iniciaram-se os estudos acerca da Ecocrítica - correlação Literatura-Ecologia - e passaram, então, a ser evidenciadas, nos debates científicos, as obras literárias como impulsionadoras da representação da realidade na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Desse modo, reitera-se que, com vistas a estabelecer uma relação entre Literatura e Ecologia, desponta-se, no ambiente acadêmico, o termo Ecocrítica, com o intuito de abranger esses estudos. Sendo assim, em 1978, foi publicado o primeiro artigo nesse campo do conhecimento intitulado “Literature and ecology: An Experiment Ecocriticism”, de William Rueckert.

Todavia, essa área de investigação só ganhou impulso a partir de 1989, quando Cheryl Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, instigou o seu uso no campo crítico. Nesses termos, Glotfelty (1996) aponta que a Ecocrítica aborda os estudos literários focados na Terra. A partir daí, surgiu uma ferramenta que vem auxiliando os pesquisadores a analisarem as relações ser humano-ambiente mediadas por obras literárias que permeiam saberes e percepções sobre o lugar, o ambiente, o espaço, o território e os grupos sociais que lá habitam.

Outro intelectual que merece destaque é o norte-americano Greg Garrard (2006), quando advoga que a Ecocrítica sugere estudos interdisciplinares. Dessarte, a Ecocrítica suscita uma análise menos reducionista, uma vez que congrega diversos conhecimentos que se inter cruzam, favorecendo, assim, a abrangência de perspectivas em torno das relações ser humano-ambiente nas obras regionalistas brasileiras, como exemplo, *O Sertanejo*, de José de

Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos ou ainda na canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.

Quanto ao desenvolvimento de linhas de pesquisa no campo da Ecocrítica, merecem destaque a ecocrítica feminista e o ecofeminismo. Todavia, como pondera Greta Gaard (2017), o conceito de ecofeminismo pode ser intercambiado com o da ecocrítica feminista. Sob tal perspectiva, para esta tese, utilizar-se-á o termo Ecofeminismo, tendo em vista o diálogo com as latentes questões da colonialidade de gênero e da decolonialidade que permeiam a obra literária *O Quinze*, de Rachel de Queiroz. Nesse panorama, sublinha-se que, conforme Glotfelty (1996), o Ecofeminismo corresponde a um discurso teórico, cujo tema é o elo entre a opressão das mulheres e a dominação da natureza, trazendo à tona uma construção simbólica de gênero.

Nesse panorama das relações inter e transdisciplinares da Ecologia Humana, também desponta o termo Zoocrítica, cuja origem, segundo Maria Esther Maciel (2016), remonta ao final do século XX e sinaliza o estudo dos animais na imbricação com o ambiente físico, a sociedade e a cultura, além das relações do homem com o animal não humano, numa associação direta entre a Arte e os animais.

Nesse contexto, conforme Maciel (2016), a Zoocrítica ou a Zooliteratura – correlação entre a Literatura e os animais - é um ramo dos Estudos Animais, que surgiu, nos anos de 1970, nos países de língua inglesa, com uma forte presença na Austrália e nos EUA e, mais tarde, alcançou demais nações, inclusive o Brasil. Desse modo, em sua gênese, os Estudos Animais absorvem áreas interdisciplinares, como Zoologia, Ecologia, Filosofia, Ciências Políticas, Antropologia, Direito, Artes, Literatura, entre outras.

Vale acrescentar que, consoante Maciel (2016), há dois eixos que sustentam os Estudos Animais: o que se refere ao animal propriamente dito e à chamada “animalidade”, e o que se volta para as complexas e controversas relações entre homens e animais não humanos. Nesses termos, a Zooliteratura insere-se neste último. Logo, a Zooliteratura estuda não só os animais nas obras literárias, mas a questão da animalidade e do limite do humano.

Nessa direção, Maciel (2016) pondera que a Zooliteratura designa o conjunto de diferentes práticas literárias ou de obras (de um autor, de um país, de uma época) que se voltam para os animais, numa visão que transcende a perspectiva das representações metafóricas que marcaram e, ainda hoje, marcam as fábulas na Literatura, estando, pois, presentes na pedagogia infantil como elemento de formação humana.

Segundo Maciel (2016), hodiernamente, a Zooliteratura procura envolver-se com temas contemporâneos, uma vez que as condições animal e humana são discutíveis e carecem

de análises cada vez mais profundas. Portanto, as discussões atuais pautadas pela Ecologia Humana dialogam com a Zooliteratura, visto que ambas levantam o debate sobre os conceitos de humano, humanidade, animal e animalidade, na imbricação com os problemas socioculturais e simbólicos do tempo presente. Antes, como ponderou a autora, o interesse pela presença do animal na literatura era voltado, predominantemente, para a análise textual.

Sob um espectro histórico, pondera-se que, segundo Maciel (2011), a primeira referência aos animais numa discussão da condição humana foi feita pelo filósofo francês Michel de Montaigne, ainda no século XVI, mais precisamente em 1580, quando publicou, pela primeira vez, os ensaios *Da crueldade e Apologia de Raymond Sebond*. Desse modo, Montaigne representa o marco inicial desses estudos, que buscaram questionar a superioridade do homem na escala dos animais e a ética na relação homem-animal.

Ademais, tais ideias foram disseminadas ao longo dos séculos e influenciaram inúmeros filósofos, como o francês Jacques Derrida que, na obra *O animal que logo sou*, publicada no Brasil, em 2002, busca contestar a ausência de raciocínio e de linguagem em inumanos, com o intuito de desconstruir o humanismo logocêntrico do Ocidente, difundido pelo pensamento cartesiano-positivista do paradigma clássico.

No Brasil, quanto ao desenvolvimento de linhas de pesquisa interdisciplinares no campo da Zooliteratura, merecem destaque os trabalhos do pesquisador e filósofo da Universidade Federal do Pará, Benedito Nunes (2011), que deixou um legado incomensurável para essa área do conhecimento, buscando uma articulação entre Literatura, Filosofia e Antropologia.

Nessa esteira, segundo Nunes (2011), é preciso reconquistar a proximidade perdida, desde a Antiguidade, entre homem e animal, afastando dessa análise o paradigma cartesiano, que fragmenta e divide os animais em seres racionais e, portanto, conscientes (os humanos) e os irracionais (os outros, denominados animais). Desse modo, a animalidade do humano e a senciência do animal devem ser consideradas cientificamente numa ambivalência coexistente, inter e transdisciplinar.

Outrossim, contemporaneamente, além de Maciel (2016), sublinham-se, no campo da Zoocrítica, os estudos do antropólogo e professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Eduardo Viveiros de Castro, que inaugurou, sob a perspectiva das culturas ameríndias, uma instigante linha de pensamento acerca da animalidade, sendo, portanto, um expoente vigoroso nesse ramo científico.

Dessarte, a Zooliteratura, como pondera Maciel (2016), pretende romper com o humanismo antropocêntrico, que começou a ser evidenciado na história da humanidade no

final do século XV e ainda hoje vigora no discurso científico, concedendo ao homem uma condição superior aos outros animais. Essa visão de mundo, contemporaneamente, é chamada de especismo, que considera o animal humano como dotado de superioridade com relação aos outros habitantes do planeta. Dessa forma, a Zooliteratura propõe tal ruptura, sugerindo o reconhecimento da senciência dos animais e da animalidade do humano numa ambivalência de relações que não são antagônicas, mas que coexistem e se complementam.

Nesse contexto, segundo Maciel (2016), os autores que se debruçam na Zooliteratura se voltam para os animais tomados como animais, subtraídos da carga alegórica e metafórica que a tradição das fábulas depositou sobre o mundo zoo. Por conseguinte, são escritores que concebem os animais como sujeitos, seres dotados de inteligência, sensibilidade e saberes sobre o mundo, como também exploram, literariamente, as relações entre humanos e não humanos, humanidade e animalidade.

Em adição, a Zooliteratura, num viés mais contemporâneo, vincula-se às discussões acerca das questões ecológicas, decorrentes não só de uma série de catástrofes ambientais que passaram a assolar o planeta Terra, mas também da tomada de consciência mais efetiva dos problemas éticos que envolvem a interação do animal humano com os animais não humanos e com o próprio conceito de vida e de humanidade, a fim de desenvolver uma relação de coexistência e, portanto, não-hierárquica.

3.3 A Geografia Humanista como fonte das relações homem-ambiente

Buscando uma interlocução entre Literatura e Geografia, desponta-se, no cenário técnico- científico, uma vertente intitulada *Geografia Humanista* que tem como escopo investigar comportamentos e relações entre o ser humano e o lugar habitado. Consoante o pesquisador chinês Yi-Fu Tuan (1982), a quem se destina a origem do termo, a Geografia Humanista busca delinear uma compreensão do mundo humano mediante o estudo das relações das pessoas com a natureza, além dos seus sentimentos e ideias acerca do ambiente e do lugar.

Seguindo a linha de raciocínio de Tuan (1982), é a subjetividade (emoções, sentimentos), conectada ao meio, que aponta a possibilidade de definição de dois termos: topofilia que remete à familiaridade e ao apego ao lugar - já que *topo* denota lugar e *filia* relaciona-se à filiação - e topofobia, que traz uma significação inversa, haja vista que *fobia* alude à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância. Dessa forma, essa subjetividade pode ser marcada tanto pela afeição quanto pelo desprezo, destacando, assim,

essas emoções contraditórias que permeiam o universo humano.

Portanto, as contribuições de Tuan (1980) revelam que há tanto o apego quanto o horror no que tange ao trinômio seres humanos-lugar-natureza. Nesse ínterim, as percepções topofílicas e topofóbicas podem, certamente, ser encontradas na arte literária, visto que, de acordo com Antonio Candido (2009), um importante crítico da Literatura Brasileira, o objeto literário não existe sem a personagem de ficção e esta tem a vida traçada conforme certas condições de espaço que influenciam diretamente a sua trajetória na trama e se oferecem ao leitor como ferramenta de análise das relações ser humano-ambiente.

Sendo assim, a Geografia Humanista está apoiada em pressupostos da Fenomenologia, como exemplo, a subjetividade, a intuição, os sentimentos e a experiência. No contexto da topofilia, o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004) traz à tona a tendência dos territórios afetivos quando afirma que, frequentemente, o termo territorialidade tem sido utilizado para enfatizar a apropriação subjetiva do território e a construção de uma identidade territorial através de registros simbólicos, em oposição à vertente tradicional de análise que concebe o território relacionado à dominação político-econômica dos atores e ao controle de espaços.

Tendo em vista corroborar a corrente dos territórios afetivos no panorama da topofilia, assinalam-se os estudos do geógrafo Jan Simon Hutta, que atua numa universidade da Alemanha. Nessa direção, Conforme Hutta (2020), os territórios são, inerentemente, afetivos e essa dimensão simbólica tem sido tratada, comumente, através de noções como “topofilia”, o que enfatiza o elo entre as pessoas e um lugar.

Na tônica da topofobia, Tuan (2005) pondera que, num cenário de grandes secas, o qual desencadeia calamidades humanas, faz-se emergir uma paisagem adversa que suscita uma verdadeira experiência de sofrimento e medo (topofobia). Desse modo, imagens topofóbicas são encontradas no sertão brasileiro e retratadas nas obras *O Sertanejo*, *O Quinze*, *Vidas Secas* e *Asa Branca*, em face dos longos períodos de estiagem, instaurando um quadro de miséria nas relações ser humano-ambiente, em virtude da ausência de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento e a convivência com o semiárido.

Segundo Roberto da Silva (2003), professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, não se trata apenas de programas emergenciais e de ações de combate à pobreza. Faz-se necessária, primordialmente, a sustentabilidade com base na convivência, o que implica e requer políticas públicas permanentes e apropriadas que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais, sendo imperativo romper com as estruturas de concentração da terra, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos.

3.4 Representações sociais: uma análise das relações homem-ambiente

Em se tratando das representações do sertão e do (a) sertanejo (a) no discurso das obras em exame, destacam-se os estudos do pesquisador Carlos Reis (2001), da Universidade de Coimbra. O referido autor afirma que há representações sociais literárias, quando o próprio sujeito/personagem/eu-lírico é representado de forma real, mantendo, assim, correlações verossímeis e aproximativas com o mundo concreto.

Reverberando Reis (2001), o professor Zysman Neiman (2017), da Universidade Federal de São Carlos, menciona que as representações sociais revelam coisas sobre o real e a compreensão deste se dá de forma subjetiva apoiada numa realidade concreta. Nesse sentido, essas representações permitem esclarecer grande parte das concepções dos sujeitos/personagens/eu-líricos sobre o meio, que são produtos de suas condições sociais e históricas.

Neiman (2017) acrescenta que as representações sociais expõem muito dos sujeitos/personagens/eu-líricos, mas não são suficientes para compreender, com complexidade e profundidade, as relações do ser humano com o ambiente. Desse modo, faz-se necessária uma visão sistêmica, inter e transdisciplinar, com vistas a analisar, com robustez, as dinâmicas e as inter-relações que estão atreladas aos fenômenos das ecologias do sertão e do (a) sertanejo (a).

Nessa esteira, cabe pontuar os contributos da Sociologia para a discussão das representações (de) coloniais do sertão e do (a) sertanejo (a), mediadas pelo discurso dos personagens e do eu-lírico das obras em estudo. Nessa conjuntura, conforme Thaís Colaço (2012), o pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e não como uma etapa histórica já superada. Nesses termos, embora a independência política do Brasil tenha ocorrido em 1822, os resquícios de dependência socioeconômica e uma herança cultural eurocêntrica ainda permanecem na contemporaneidade.

Desse modo, consoante Colaço (2012), o decolonial é uma luta contínua, uma vez que as raízes históricas, socioeconômicas e culturais se infiltram no cotidiano diacrônico de gerações sucessivas, tornando árdua a superação do poder da colonização ao longo dos séculos, surgindo, assim, neocolonizações que necessitam, pois, de um discurso e de uma prática permanente de resistência às forças hegemônicas.

Nesse contexto, a decolonialidade é um movimento contra-hegemônico que visa a uma resistência às colonizações do poder, do saber e do ser, que foram perpassadas historicamente,

estabelecendo dicotomias, como dominante/dominado; desenvolvido/subdesenvolvido; civilizado/primitivo; conhecimento científico/saber popular; superior/inferior. Nessa esteira, Walter Mignolo (2010) frisa que o mais forte não está satisfeito em ser apenas o mais forte, ele cria mecanismos para justificar o seu direito à dominação. É a chamada geopolítica do conhecimento. Dessa forma, a colonialidade do saber é uma geopolítica do conhecimento, cuja hegemonia decide quais conhecimentos e comportamentos são legítimos.

Assim, conforme assinala Mignolo (2010), a sociedade colonial “evoluiu” para um corpo social neocolonial. Desse modo, mudaram-se os nomes, os protagonistas e as estratégias, mas o propósito de dominação para a exploração e a opressão persiste há mais de cinco séculos. Por isso, há de se construir uma sociedade emancipadora, com o fito de se eliminar o estigma de uma América Latina como sendo a mais desigual região do mundo.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2007), o processo de colonialidade está presente na caracterização do pensamento moderno ocidental, concebido como abissal, uma vez que este foi construído mediante as linhas cartográficas que demarcavam o território em Velho e Novo Mundo. Desse modo, na visão eurocêntrica, existe “este lado da linha” (a dominação) e “o outro lado da linha” (os dominados).

Seguindo o raciocínio de Santos (2007), essas linhas abissais consistem num sistema de visibilidade (países centrais) e invisibilidade (países periféricos), sendo que os povos e culturas invisíveis consolidam os visíveis. Essa divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, tornando-se inexistente, o que significa não existir sob qualquer forma de ser relevante, compreensível ou legítimo.

Pondera-se que o cientista social peruano Aníbal Quijano (1997) cunhou o conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização. Nesse contexto, o objetivo de dominação e opressão persiste, mesmo após a emancipação política do Brasil que ocorreu, historicamente, em 1822, estendendo-se, pois, pelos séculos subsequentes e chegando aos dias atuais.

Vale esclarecer que, nesta tese, utiliza-se o termo colonialidade em oposição ao léxico decolonialidade. Outrossim, optou-se por não empregar o vocábulo descolonialidade (opponente de colonialismo), uma vez que tal expressão restringe-se ao processo histórico que pretendia pôr fim nas administrações coloniais e, conseqüentemente, nas formas de dominação e exploração dirigidas aos povos colonizados. Entretanto, esse legado de opressão ainda permanece contemporaneamente, sendo, assim, mais adequada a adoção do movimento decolonial para indicar a herança etnocêntrica europeia na América Latina.

É importante frisar, também, que essa formulação do termo colonialidade por Quijano (1997) é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo vinculado à experiência colonial, o que permite observar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno.

Segundo Larissa Rosevics (2017), professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as marcas da situação colonial não abandonaram os povos colonizados devido à colonialidade do poder, estruturada num processo capitalista que se renova e se consolida em práticas de exploração e dominação. Daí, a importância de um movimento contra-hegemônico que abale tais estruturas e comece a construir relações menos desiguais.

Diante dessa urgente necessidade, conforme Rosevics (2017), um grupo de pesquisadores de diversas matrizes teóricas se uniram num emaranhado de olhares e vozes para se debruçarem em estudos sobre as interferências políticas, econômicas e culturais resultantes do neocolonialismo, eclodindo, assim, o movimento da decolonialidade que traduz um espírito de resistência às práticas coloniais de dominação, com vistas a despertar a consciência e a legitimidade da emancipação de todos os povos e nações.

Como pondera Nelson Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do poder se assevera em forma de subjugação político-econômica e se refere à inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação e o processo europeu de expansão colonial. Outrossim, essa herança cultural ainda permanece explícita nas relações sociais, evidenciando, assim, a visão etnocêntrica sob a égide da dicotomia superior/inferior.

Ainda de acordo com Maldonado-Torres (2007), sublinha-se que a colonialidade do saber se relaciona com a epistemologia e suas formas de reprodução de regimes de pensamento, enquanto a colonialidade do ser se refere à experiência vivida de colonização e seus impactos na linguagem e na visão de mundo dos povos colonizados. Dessa maneira, os legados de opressão e dominação ainda persistem, fruto das sucessivas neocolonizações que vêm ocorrendo ao longo dos anos na América Latina e, por extensão, no sertão brasileiro.

Outra forma de colonialidade é a de gênero, presente na obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, embora com tentativas de resistência. Nesse caminho, sublinha-se a personagem Conceição, que dialoga com o feminismo decolonial e do sul, via América Latina, uma vez que se configura, conforme Luciana Ballestrin (2017), como um feminismo subalterno, em face da Geopolítica do Conhecimento, que divide o mundo entre as Epistemologias e Teorias

do Sul e as Epistemologias e Teorias do Norte, impregnando-se, assim, de um colonialismo acadêmico e de um imperialismo intelectual.

Nessa esteira, para Ballestrin (2017), o feminismo subalterno refere-se à subalternidade no interior do próprio feminismo. Outrossim, a personagem Conceição, embora subversiva, estava imersa numa geografia cultural de invisibilização, integrando-se a uma América Latina colonial e, portanto, vulnerável à dominação e à opressão. Posto isso, no cenário global contemporâneo, Conceição continua sendo um símbolo do feminismo subalterno por retratar a tentativa de emancipação de uma mulher do Nordeste brasileiro, latino-americana e que se insere na Geopolítica do Sul, inferiorizada pela visão eurocêntrica, que exerce a colonização do poder, do saber e do ser.

Para Josemar Martins (2006), é preciso contextualizar e empreender um movimento decolonial, para que o sertão e os saberes do sertanejo sejam reconhecidos e valorizados, uma vez que se faz necessário desconstruir o pedantismo europeu da elite brasileira que foi herdado pela cultura colonial do país, cujo conhecimento é visto como o único produto que deve conduzir as relações sociais, tendo, pois, um lugar de destaque em detrimento dos demais saberes que são estigmatizados como inválidos, a saber: os oriundos das classes populares.

Ainda conforme Martins (2006), essa realidade dicotômica é perpassada pelo conhecimento hegemônico, localizado no Sul/Sudeste, onde se instala, majoritariamente, a indústria editorial e midiática que exerce, portanto, forte influência na formação de opiniões e *verdades* na federação. Considerando essa assertiva, desconstruir uma imagem errônea do sertão e do sertanejo é um árduo empreendimento que deve ser planejado e executado pelas forças coletivas decoloniais (artistas, intelectuais, jornalistas e as próprias organizações do semiárido nordestino). Assim, tais grupos, engajados socialmente, devem abraçar a luta pela decolonialidade da caatinga e dos sertanejos que, historicamente, permaneceram em uma condição de subalternidade.

3.5 Decolonialidade, Ecologia Humana e Interculturalidade: imbricações possíveis

Sob o viés da decolonialidade e da ecologia humana que se configuram como bandeiras de resistência ao legado da colonialidade de gênero, do poder, do saber e do ser, também merece destaque a interculturalidade que, segundo Azibeiro (2003), configura-se como uma articulação entre as diversas culturas, sem classificações ou julgamentos, e pretende ser um substrato à superação da dicotomia (superior/inferior) nas relações sociais.

Outrossim, tal conceito busca perpassar a ideia de coexistência, reciprocidade e, portanto, de aceitação do outro e respeito ao próximo.

Dessa forma, a decolonialidade, conforme Colaço (2012), mantém um vínculo bem próximo à interculturalidade, visto que tal movimento de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser visa eliminar a herança cultural eurocêntrica de dominação e exploração dos povos que foram colonizados, todavia ainda permanecem, nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais, tais legados que são decorrentes dos processos de neocolonizações.

Para Reinaldo Fleuri (2004), o trabalho intercultural busca contribuir com a superação de atitudes de indiferença e intolerância frente ao outro, ao tempo em que também busca construir mecanismos positivos frente à pluralidade social e cultural. Dessarte, consoante o autor, a interculturalidade trata de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos.

Para tanto, é preciso unir saberes e integrar as áreas do conhecimento, visto que uma única perspectiva epistemológica não é capaz de resolver problemas complexos. Nessa linha de raciocínio, visões simplistas e homogêneas tornam invisíveis as individualidades dos seres humanos que requerem um olhar plural e ontológico da Ecologia Humana, da decolonialidade e da interculturalidade para a apreensão das múltiplas relações (ambientais, sociais, culturais, psicológicas e transcendentais).

Sendo assim, consoante Catherine Walsh (2001), cada indivíduo é único no universo e apresenta peculiaridades que o distinguem entre si, embora com algumas características comuns. É, pois, o encantamento da raça humana que se caracteriza como una e múltipla ao mesmo tempo, necessitando, assim, de uma visão intercultural, decolonial e sistêmica, que representa a ideia de soma, incorporação e agregação de novos conhecimentos numa construção epistemológica significativa, profunda e abrangente.

Vale ponderar que a cultura da essência humana passou por processos de influência da ciência clássica e de novos paradigmas, como o da interdisciplinaridade e do holismo. Na primeira visão, assinalam-se os pensamentos de Rousseau (1986) e Durkheim (2001). Para este, o homem nasce egoísta, só a sociedade, através da educação, pode torná-lo solidário; conforme aquele, o homem nasce bom, a sociedade que o corrompe.

De outra parte, considerando o paradigma da interdisciplinaridade e do holismo, menciona-se que a natureza humana é integrada e não disjuntiva ou dicotômica: egoísta como em Durkheim (2001) ou boa como Rousseau (1986). Sobre isso, Freud (1915a; 1915b) defende que o homem é permeado por pulsões (de vida e de morte) que não são antagônicas,

mas coexistem e se complementam. E essa dualidade faculta ao ser humano lidar com as diversas facetas da vida.

Desse modo, é preciso romper com visões polarizadas, uma vez que considerar o homem bom, conforme Rousseau (1986), ou ruim, segundo Durkheim (2001), reduz e fragmenta o ser humano, quando, na verdade, ele é integral, congregando características positivas e negativas, buscando, assim, uma unidade nas dualidades aparentemente antagônicas, mas que coexistem e sugerem uma imbricação profunda, abrangente e complexa.

Relativamente à Ecologia Humana, reitera-se que essa ciência representa uma visão sistêmica de ser e estar no mundo a qual não se configura de modo isolado, mas solidário e integrado. Partindo dessa premissa, as relações ser humano-ambiente transcendem a percepção unívoca construída pela ciência clássica e passa a dialogar com diversos saberes numa inter-relação que se complementa e se amplifica, seguindo o paradigma interdisciplinar.

Desse modo, a interculturalidade e a decolonialidade se inserem no universo epistemológico da Ecologia Humana, uma vez que essa tríade suscita uma perspectiva ontológica, holística em que todas as culturas e saberes alcançam uma equidade de importância, sem hierarquizações ou dicotomias. Nesse panorama, tanto a interculturalidade como a Ecologia Humana e a decolonialidade perpassam um viés de integração, visto que o isolamento e o etnocentrismo provocam fragmentações, separando o todo em partes aparentemente inconciliáveis, propiciando, assim, segregações inférteis.

3.6 Educação interdisciplinar: um impulso a uma visão sistêmica

Outra grande aliada para a superação do paradigma clássico, cartesiano, positivista, que compartimenta, fragmenta e divide o conhecimento, reduzindo-o e sugerindo dicotomias entre saberes válidos e inválidos, é a educação interdisciplinar, visto que promove uma perspectiva sistêmica, ontológica e holística, desencadeando, assim, um ensino integrado, o que pode permitir uma aprendizagem cada vez mais significativa e abrangente e uma nova forma de ser e estar no mundo, de modo solidário e, portanto, sem preconceitos ou hierarquizações.

Nessa direção, segundo Arlindo Philippi Júnior e Valdir Fernandes (2015), a prática da interdisciplinaridade não pretende negar os saberes disciplinares, mas complementá-los e ampliá-los. Essa conjunção de conhecimentos é que vai possibilitar, na prática, a efetivação da complexidade do pensamento, dando conta dos fenômenos e da ampliação das experiências teórico-práticas interdisciplinares, que envolvem múltiplos saberes.

Partindo dessa lógica, o ensino interdisciplinar, mediado pela Ecocrítica, favorece uma visão sistêmica do conhecimento, congregando componentes curriculares da Educação Básica, como Língua Portuguesa (Literatura), Geografia e Biologia, além de suscitar uma maior imbricação dos cursos de Licenciatura Plena em Letras, Geografia e Biologia na Educação Superior, possibilitando uma formação docente holística, inter e transdisciplinar, contribuindo, assim, para uma postura pedagógica mais solidária, complexa e profunda.

Logo, para Hilton Japiassu (1976), a pedagogia interdisciplinar busca o conhecimento em sua totalidade, abrangendo os saberes que convergem e/ou se complementam. Ivani Fazenda (2003) corrobora Japiassu (1976) quando defende que o ensino interdisciplinar se faz numa relação de reciprocidade e se configura como uma possibilidade de reflexão sobre o(s) saber(es), assim como a oportunidade de modificá-lo(s) e ampliá-lo(s). Concebido, assim, o ensino interdisciplinar é essencial a uma aprendizagem que se distancie da superficialidade.

Por conseguinte, segundo Nelson Maldonado-Torres (2016), a interdisciplinaridade sugere uma atitude decolonial, pois, nesses paradigmas, não há a dicotomia superior/inferior; na visão de Paulo Freire (1978), suscita a dialogicidade na educação pela integração de saberes; conforme Jean Paul Bronckart e Anna Rachel Machado (2009), apresenta um interacionismo sociodiscursivo, eliminando os isolamentos; consoante Thomas Kuhn (1989), é uma revolução científica no interior da ciência, promovendo um novo pensamento científico e, por fim, para Fritjof Capra (1982), é uma visão sistêmica da vida, que promove a ética e a sustentabilidade planetária. Daí, a grande importância de um ensino interdisciplinar de Literatura e Ecologia a partir da Ecocrítica, haja vista as complexas relações que envolvem o homem e o ambiente.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo que, segundo André (2013), tem o propósito de focalizar um fenômeno particular, como por exemplo, investigar a topofobia, a topofilia e a (de) colonialidade nas obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e na canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, considerando seu contexto e suas múltiplas dimensões atreladas à representação (de) colonial do sertão e do sertanejo. Valoriza-se, portanto, o aspecto unitário, mas se ressalta a necessidade da análise situada e em profundidade, tendo em vista desvelar os contributos desses elementos à Ecologia Humana.

Como afirma André (2013), destacam-se três pressupostos básicos que devem ser considerados ao se optar pelo uso do estudo de caso qualitativo: 1) o conhecimento está em constante processo de construção. Isso implica uma atitude aberta e flexível por parte do pesquisador, ficando atento a aspectos novos que podem surgir no decorrer do trabalho; 2) o caso envolve uma multiplicidade de dimensões e 3) a realidade pode ser compreendida sob diversas óticas, fornecendo ao leitor as evidências que utilizou para fazer suas análises, ou seja, descrever, de forma acurada, as situações e os eventos observados, transcrevendo extratos de documentos e/ou trechos de obras.

Nesse sentido, a Ecocrítica, a Zoocrítica, a (De) Colonialidade e a Interculturalidade são fortes aliadas ao desvelamento de perspectivas interdisciplinares para compreender o fenômeno humano e, portanto, como André (2013) apregoa, à pluralidade de dimensões nas quais esse fenômeno se debruça, haja vista a apreensão das realidades evidenciadas nesta pesquisa.

Sublinha-se, também, que, de acordo com Chizzotti (2006), o termo qualitativo implica uma partilha densa com personagens, fatos e lugares que constituem objetos de pesquisa para extrair desse íntimo convívio e desse fértil diálogo os significados visíveis e latentes, além daqueles sentidos implícitos que somente são perceptíveis a uma atenção sensível, pois os estudos qualitativos descrevem a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis.

Nesse contexto, torna-se intensa, nesta pesquisa, a epistemologia qualitativa que, segundo Rey (2005), enfoca princípios gerais da produção do conhecimento, apresentando o seu caráter interpretativo, o que implica a compreensão do conhecimento em incessante (re) construção e não como apropriação linear e unívoca de uma realidade ou fenômeno que se apresenta. Posto isso, o pesquisador qualitativo tem, como incumbência primordial, a

hermenêutica. Em outras palavras, esses estudos baseiam-se na interpretação das experiências dos sujeitos humanos ou dos personagens que os representam.

Vale acrescentar, ainda, que esta pesquisa configura-se como descritivo-explicativa que, conforme Silva e Schappo (2002), visa à observação, ao registro, à análise e à correlação de fenômenos ou fatos em um contexto na busca da frequência com que eles ocorrem, além de conceder explicações para tais fenômenos. Desse modo, foram extraídos, das obras em exame, excertos que evidenciam a topofobia, a topofilia e a (de) colonialidade do sertanejo na relação com o sertão e, por conseguinte, as imbricações relacionadas a esse fenômeno, articulando-o a campos interdisciplinares de análise.

Ademais, ressalta-se que foi adotado o método dialético de investigação que, como afirma Gil (2008), é de suma importância na interpretação acerca da realidade, estando ela explícita ou implícita, a fim de que se proceda à análise dos dados, de maneira que possam ser produzidos os elementos abstratos que permitem desvelar as interações e determinações da linguagem, levando em conta as convergências e as divergências de tal processo, uma vez que são consideradas as interfaces entre as teses e as antíteses que permeiam o fenômeno em investigação, fazendo surgir, assim, a síntese dos achados da pesquisa (uma nova tese).

Vale esclarecer que a coleta de dados desta pesquisa foi realizada mediante quatro etapas, a saber:

- (1) Leitura inicial das obras *O Sertanejo* (2002) [1875], de José de Alencar, *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas* (2013) [1938], de Graciliano Ramos, e a canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira (1947);
- (2) Leitura acurada das referidas obras e seleção de fragmentos para analisar as ecologias do sertão e do sertanejo;
- (3) Pesquisa bibliográfica sobre as biografias de José de Alencar, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, bem como acerca das condições de produção das obras *O Sertanejo*, *O Quinze*, *Vidas Secas* e a canção *Asa Branca*, inseridas em seus respectivos períodos históricos;
- (4) Cruzamento dos dados coletados, considerando as obras que foram postas em análise, observando, interdisciplinarmente, a topofobia, a topofilia, a colonialidade e a decolonialidade nas ecologias do sertão e do sertanejo.

Relativamente ao rigor metodológico, indispensável a uma análise científica dos dados coletados, torna-se necessária uma técnica que permita a exploração dos dados de forma não-reducionista, mas contextual e ampla. Nesse ínterim, a escolha foi a Análise do Discurso de Linha Francesa segundo Michel Pêcheux (2006), corroborada por Eni Orlandi (2012), quando

afirma que o nível discursivo deixa marcas que conduzem o leitor a perceber a orientação argumentativa e as relações entre o texto e o contexto em que foi produzido. Desse modo, através da Análise do Discurso, é possível realizar uma interpretação interna (o que o texto diz) e uma externa (por que este texto diz o que ele diz).

Outrossim, essa perspectiva teórico-metodológica tem relação direta com o objeto de estudo desta pesquisa, posto que busca delinear as ecologias do sertão e do sertanejo a partir das representações que os personagens e os narradores das obras *O Sertanejo*, *O Quinze* e *Vidas Secas* esboçam no enredo desses romances, além das contribuições representativas do eu-lírico, da canção *Asa Branca*, com o intuito de evidenciar os fatores socioculturais e simbólicos que estão atrelados à produção desses discursos.

Salienta-se que, conforme o método da Análise do Discurso de Linha Francesa exposto por Pêcheux (2006), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Dessarte, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido. Reverberando Pêcheux (2006), Orlandi (2011) advoga que a ideologia não se apresenta como ocultação, mas como transposição de sentidos em outros. Segundo a autora, essa transposição se dá pela relação com o imaginário que, na ilusão de dar sentido, produz um efeito de evidência.

Ademais, Livia Suassuna (2004) afirma que a ideologia é inconsciente e materializada no discurso. Dessa maneira, as sequências discursivas configuram-se como o lugar de confronto / aproximação entre língua e ideologia. Sendo assim, o discurso sempre remete à Formação Discursiva (FD) e esta, à Formação Ideológica (FI), e é por essa via que a linguagem adquire/produz sentido.

Nesse panorama, conforme Orlandi (2012), a Análise do Discurso considera as condições de produção em que as obras foram escritas, o contexto histórico-social do país e as histórias de vida dos autores, destacando essas características como muito relevantes para a análise deste estudo, visto que foi através dessas ferramentas que a análise do discurso dos personagens / narradores e do eu-lírico das obras em apreço pôde ser realizada.

Adicionalmente, na concepção de Orlandi (2012), devem ser levados em consideração os fatores histórico-sociais que envolvem a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto. Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso, consoante Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem / personagem com a sua história e com as construções sociais, norteadas pela capacidade de significar e significar-se, validando, assim, tais sentidos nos discursos dos autores através das considerações de suas condições de produção, as quais

compreendem, principalmente, o sujeito e a situação social (contexto imediato e contexto amplo).

Nesse caminho, segundo Orlandi (2011), as Condições de Produção (CP) são formações imaginárias que integram, primordialmente, a relação de forças - os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso; a relação de sentido - o coro de vozes, a intertextualidade, a relação que existe entre um discurso e os outros, e a antecipação – que é a maneira como o locutor representa as representações do seu interlocutor e vice-versa, ou seja, o sujeito experimenta o lugar de seu ouvinte a partir do seu próprio lugar.

De maneira análoga, Pêcheux (2006) pondera que, num discurso, estão presentes um sujeito A e um sujeito B, que se encontram em lugares determinados na estrutura de uma formação social. Daí, um discurso não implica necessariamente uma mera troca de informações entre A e B, mas um jogo de “efeitos de sentido” entre os participantes. Partindo dessa premissa, os sentidos seriam produzidos por uma estrutura imaginária, que é social, e é, por sua vez, resultado das relações de poder e de sentido.

Nesse contexto, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que se refere aos sujeitos que enunciam – José de Alencar, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira – e a situação social, realizou-se pesquisa bibliográfica relacionada aos autores e ao período histórico em que se inserem as obras em estudo, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelo sujeito que fala no texto consoante os estudos de Pêcheux (2006).

Adicionalmente, destaca-se que foram adotadas a perspectiva ecocrítica, segundo Garrard (2006), e a zocrítica, conforme Maciel (2016), como mecanismos que se agregam à análise do discurso, tendo em vista que as relações entre Literatura, Ecologia e Estudos Animais são bastante relevantes para uma criteriosa e abrangente investigação em torno das relações ser humano-ambiente, levando em conta o universo interdisciplinar que permeia a dinâmica da vida em sociedade na imbricação com a cultura e a natureza.

Sendo assim, tendo em vista a construção do marco teórico desta pesquisa, foram acessadas publicações diversas, dentre elas: artigos científicos, localizados em revistas e em anais de eventos, que remontam as primeiras décadas dos anos 2000, além de *e-books*, teses de doutorado, bem como livros de críticos literários brasileiros, aportes clássicos e até consultas em sites da internet, realizadas durante os anos de 2021 e 2022.

INTRODUÇÃO GERAL

A priori, realça-se que o tema-título da tese “As Ecologias do Sertão e do (a) Sertanejo (a): um estudo topofóbico-topofílico do semiárido nordestino na representação (de) colonial de personagens do cenário artístico brasileiro” atrela-se, diretamente, a uma dimensão ontológica e holística, que se articula com o paradigma da complexidade de Edgar Morin (2000), desencadeando, assim, uma epistemologia interdisciplinar e transdisciplinar e uma abordagem transversal e sistêmica.

Nesses termos, o presente estudo mantém inter-relação com a linha de pesquisa “Ecologia Humana e Educação”, uma vez que os conhecimentos interdisciplinares, propostos por esta pesquisa, suscitam aprendizagens e descobertas voltadas à Literatura, à Ecologia, à Zoologia, à Geografia Humanista, à Interculturalidade, à Psicanálise, à Sociologia, à Antropologia e à Filosofia, mencionando, apenas, algumas das áreas que se imbricam nesta investigação.

Pontua-se, inicialmente, que, de acordo com Alpina Begossi (1993), a origem do termo “Ecologia” vem da Biologia e tem se diversificado, ampliando-se para áreas correlatas, como: Ecologia Humana, Ecologia Social, Ecocrítica, Zoocrítica, desencadeando, assim, inúmeras ramificações, em virtude da relação com Filosofia, Antropologia, Sociologia, Literatura e Educação, assumindo, pois, um caráter efetivamente interdisciplinar e transdisciplinar.

Relativamente à Ecologia Humana, destaca-se que esta ciência representa uma visão sistêmica de ser e estar no mundo, que não se configura de modo isolado e fragmentado, mas solidário, compartilhado e integrado. Partindo dessa premissa, as relações homem-ambiente transcendem a percepção imediata e unívoca, dialogando com inúmeras áreas do conhecimento e diversos saberes numa inter-relação contínua que se complementa e se amplifica.

Consoante Juracy Marques (2014), a Ecologia Humana é a mais interdisciplinar e adisciplinar das ciências que estudam o fenômeno humano. Daí, infere-se que a Ecologia Humana é uma ciência múltipla que dialoga com diversos saberes e ciências (Sociologia, Filosofia, Antropologia, Geografia, História, Literatura, Psicanálise), com vistas a (re) descobrir as relações homem-ambiente na pluralidade de respostas, entremeadas por conhecimentos vários que se imbricam e se tornam complexos numa profunda abrangência que melhor explica tais relações.

Entretanto, o *status* científico da Ecologia Humana é controverso, uma vez que não há uniformidade de concepção entre a maioria dos pesquisadores dessa área. Nesse ínterim, a Ecologia Humana é apontada como um paradigma científico (BOMFIM, 2016), um sistema de ideias, níveis de pensamento interdisciplinar, multidisciplinar ou transdisciplinar (MACHADO, 1984: 23). Para Juan Tapia (1993), trata-se de uma ética para a vida, e Begossi (1993) destaca que a Ecologia Humana não é uma das ramificações da Ecologia em si, ela transcende a Ecologia. Ademais, Luciano Bomfim (2021) retoma a polêmica do *status* científico da Ecologia Humana: se ciência, paradigma ou ambos.

Dessarte, conforme apregoa Giorgio Agamben (2013), a Ecologia Humana é, portanto, um sistema aberto e tal indefinição quanto ao seu *status* científico decorre justamente dessa característica que lhe é peculiar. Sendo assim, a Ecologia Humana é, ao mais tempo, a mais social das ciências sociais, pois dialoga com inúmeras ciências e também representa um paradigma científico que deverá conduzir os estudos de todos os campos do saber, visto que a fragmentação cartesiana não responde à complexidade das relações humanas, naturais, culturais, psicológicas, geográficas, históricas e socioeconômicas da contemporaneidade. Nessa tônica, a Ecologia Humana investiga o homem e os outros seres, vivendo e convivendo numa relação dinâmica, sistêmica, inter e transdisciplinar que seja ao mesmo tempo física, cultural, psicológica e social.

Outrossim, nesse cenário de análises interdisciplinares e transdisciplinares na interlocução homem-ambiente, pondera-se que, no final da década de 1970, a partir dos trabalhos do norte-americano William Rueckert, iniciaram-se os estudos acerca da Ecocrítica (correlação Arte-Literatura-Ecologia) e da Zoocrítica (Literatura-Estudo dos animais) nos debates científicos através de obras literárias que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Desse modo, para esta pesquisa, a Ecocrítica e a Zoocrítica, conforme Greg Garrard (2006), suscitam uma análise menos reducionista, uma vez que congregam diversos conhecimentos que se inter cruzam, favorecendo, assim, a abrangência de perspectivas em torno das relações homem-ambiente nas obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e na canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.

Partindo dessa premissa e norteadas pelas imbricações estabelecidas com diversas ciências, a Ecocrítica e a Zoocrítica relacionam-se com Literatura, História, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Geografia, Psicanálise, mencionando somente algumas das áreas no

vasto campo de inter-relações dos saberes em que estão inseridas, sendo, pois, férteis abordagens no universo de possibilidades acadêmico-científicas.

Nesse panorama de múltiplas análises em torno das relações homem-ambiente, vale reiterar que, no final da década de 1970, começou-se a discutir a necessidade de se evidenciar a arte como forte difusora de conhecimentos, mais precisamente a Literatura, através de obras que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura conforme advogou Rueckert, quando publicou, em 1978, o seu artigo intitulado “Literature and ecology: An Experiment Ecocriticism”.

Dessa forma, em 1978, pela primeira vez, destacou-se o termo Ecocrítica na conjuntura acadêmica. Desse modo, quando se alude à Ecocrítica refere-se à relação da arte com a natureza, com o ambiente, com a ecologia. Nesse sentido, vale frisar que o precursor desse termo, conforme Michael Branch (1994), foi o norte-americano William Rueckert que defendeu ser a Ecocrítica a aplicação de conceitos ecológicos ao estudo da arte literária.

Entretanto, esse estudo só passou a ser efetivamente considerado a partir de 1989, quando Cheryl Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, fomentou o seu uso no campo crítico. Isso posto, Glotfelty (1996) sinaliza que a Ecocrítica trabalha sob uma abordagem dos estudos literários centrados na Terra, daí surge uma ferramenta que auxilia os pesquisadores a analisarem as relações homem-ambiente, mediadas por obras literárias que permeiam saberes e percepções do lugar, do ambiente, do território e dos grupos sociais que lá habitam.

Para Alba Feldman (2015), a Ecocrítica se fundamenta no entrecruzamento entre a cultura e a natureza via Literatura, buscando estabelecer, como instância crítica e discurso teórico, as relações entre escritores, textos e o “mundo” e este inclui toda a ecosfera, como os fatores socioculturais e simbólicos que se imbricam numa dinâmica constante. Isso reitera a visão de Garrard (2006) que concebe a Ecocrítica como um campo aberto, inter e transdisciplinar.

Ademais, conforme Maria Esther Maciel (2016), a Zoocrítica ou a Zooliteratura – correlação entre a Literatura e os animais - é um ramo dos Estudos Animais, que surgiu, nos anos de 1970, nos países de língua inglesa, com uma forte presença na Austrália e nos EUA e, mais tarde, alcançou demais nações, inclusive o Brasil. Desse modo, em sua gênese, os Estudos Animais absorvem áreas interdisciplinares, como Zoologia, Ecologia, Filosofia, Ciências Políticas, Antropologia, Direito, Artes e Literatura, entre outras.

Nesse contexto, consoante Maciel (2016), há dois eixos que sustentam os Estudos Animais: o que se refere ao animal propriamente dito e à chamada “animalidade”, e o que se

volta para as complexas e controversas relações entre homens e animais não-humanos. Nesses termos, a Zooliteratura insere-se neste último. Logo, a Zooliteratura estuda não só os animais nas obras literárias, mas a questão da animalidade e do limite do humano. Para ser mais incisiva, Maciel (2016) pondera que a Zooliteratura designa o conjunto de diferentes práticas literárias ou de obras (de um autor, de um país, de uma época) que se voltam para os animais, numa visão que transcende a perspectiva das representações metafóricas que marcaram as fábulas na Literatura, como por exemplo as de Esopo.

Segundo Maciel (2016), hodiernamente, a Zooliteratura procura envolver-se com temas contemporâneos, uma vez que as condições animal e humana são discutíveis e carecem de análises cada vez mais profundas. Portanto, as discussões contemporâneas pautadas pela Ecologia Humana dialogam com a Zooliteratura, visto que ambas levantam o debate sobre os conceitos de humano, humanidade, animal e animalidade, na imbricação com os problemas ecológicos, filosóficos, políticos e econômicos do tempo presente. Antes, como ponderou a autora, o interesse pela presença do animal na literatura era voltado, predominantemente, para a análise textual.

Tendo em vista o estabelecimento de uma interface entre Literatura e Geografia, vale frisar as contribuições da Geografia Humanista que tem como objetivo precípua analisar os comportamentos e as relações entre o ser humano e o lugar habitado. Segundo o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan (1982), a quem se dirige a origem do termo, a Geografia Humanista busca delinear uma compreensão do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, além dos seus sentimentos e ideias acerca do ambiente e do lugar.

Seguindo a linha de raciocínio de Tuan (1982), é a subjetividade (emoções, sentimentos), conectada ao meio, que sinaliza a possibilidade de definição de dois termos: topofilia que remete à familiaridade, apego ao lugar - já que *topo* denota lugar e *filia* relaciona-se à filiação - e topofobia, que traz uma significação inversa, haja vista que *fobia* alude à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância. Dessa forma, essa subjetividade pode ser marcada tanto pela afeição quanto pelo desprezo, destacando, assim, essas emoções contraditórias que permeiam o universo humano.

Por conseguinte, os contributos de Tuan (1980) revelam que há tanto o apego quanto o horror no que tange ao trinômio seres humanos-lugar-natureza. Nesse contexto, as percepções topofílicas e topofóbicas podem, certamente, ser encontradas na arte literária, visto que, de acordo com Antonio Candido (2009), um importante crítico da Literatura Brasileira, o objeto literário não existe sem a personagem de ficção e esta tem a vida traçada conforme certas condições de espaço que influenciam, diretamente, a sua trajetória na trama.

Para discutir as representações topofílicas e topofóbicas do sertão e do sertanejo, serão consideradas as contribuições do pai da psicanálise. Conforme Sigmund Freud (1915a, b), há duas pulsões que permeiam a essência humana: a de vida – Eros, e a de morte – Tanatos. Posto isso, esses universos duplos não são antagônicos, mas se complementam, e essa dualidade faculta ao ser humano lidar com as diversas facetas da vida.

Outra contribuição para essa análise vem do pai do Evolucionismo. Nesse sentido, segundo Charles Darwin (1981), na obra “A Descendência do Homem”, mencionam-se duas vezes a sobrevivência do melhor e noventa e cinco vezes a palavra amor. Desse modo, apesar de grande divulgação quanto à competição como preponderante característica humana, levantada por Darwin, o que prevalece na obra em epígrafe é o comportamento como colaboração. Sendo assim, o modelo darwiniano é tanto cooperativo (“pulsão de vida”) quanto competitivo (“pulsão de morte”) assim como defendeu Freud (1915a, b).

Em adição, como contributo a essa análise ambivalente da natureza humana na relação com o ambiente, serão destacados os estudos do filósofo Friedrich Nietzsche (1999), quando afirma que há forças opostas que coexistem na essência humana, ocorrendo a passagem da característica apolínea - composta por uma estabilidade ilusória (sonho) – para a caracterização dionisíaca, configurada pela embriaguez da cruel realidade, sem eufemismos ou máscaras.

Vale frisar que Morin (2000) corrobora a filosofia da Ecologia Humana, quando afirma que o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo, racional e ainda sinaliza que o conhecimento, para ser pertinente, deve reconhecer esse caráter multidimensional, compreendendo os saberes e a espécie humana de forma holística e não-fragmentada.

Sendo assim, pesquisar a topofobia, a topofilia e a (de) colonialidade nas obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e na canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, mobiliza uma perspectiva interdisciplinar de análise frente às representações do sertão e do sertanejo, congregando, assim, áreas, como Ecocrítica, Ecologia Humana, Psicanálise, Filosofia, Antropologia, Geografia Humanista, História e Sociologia, apenas citando algumas conexões do presente estudo.

Consoante Zysman Neiman (2017), professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o ambiente é percebido pelos indivíduos de forma múltipla e diferenciada, uma vez que a compreensão se dá sob uma perspectiva subjetiva apoiada numa realidade concreta. Para o autor, sendo o mundo que nos envolve mediado por representações sociais que se

constituem em modalidade de conhecimento e revelam coisas sobre o real e os objetos que o constituem, essas representações permitem esclarecer as concepções dos sujeitos sobre o meio.

Ainda considerando o professor Neiman (2017), pondera-se que a análise de representações de seres humanos como produtos da sua condição social e histórica, apesar de revelar muito de seus condicionantes comportamentais, não é suficiente para o entendimento de como eles estão mergulhados nos fenômenos que vivenciam, carecendo, pois, de um viés sistêmico para serem desvelados os fatores socioculturais e simbólicos que permeiam tais representações.

Sendo assim, as representações do sertão e do sertanejo nas obras em exame estão imersas na relação com o lugar, a paisagem, o território e os fatores socioculturais e simbólicos a que os personagens estão atrelados, revelando, assim, mediante uma análise interdisciplinar, a profundidade da natureza humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Dessarte, considerando tais representações do sertão e do sertanejo, será discutida a Ecologia de Saberes que, segundo Boaventura Santos (2007), congrega uma multiplicidade de saberes que, nesta pesquisa, está imersa no cenário artístico brasileiro, visto que a diversidade epistemológica é inesgotável e se encontra em permanente construção. Sendo assim, existe a co-presença epistemológica, reunindo conhecimentos plurais, como o científico, o literário, o histórico, o geográfico, o social, o ambiental, o cultural e o simbólico. Isso posto, para Santos (2007), a Ecologia de Saberes apresenta-se, portanto, com a premissa da diversidade epistemológica do mundo, isto é, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do científico, uma vez que reúne uma multiplicidade de saberes, inclusive o empírico.

Ademais, esta investigação traz o conceito de (de) colonialidade como parte intrínseca da análise das representações do sertão e do sertanejo nas obras em questão, visto que, conforme Thaís Colaço (2012), o pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e não como uma etapa histórica já superada. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua à presença da colonialidade do poder, do saber e do ser que, segundo Walter Mignolo (2010), ainda está arraigada nas relações sociais contemporâneas, posto que o efeito da colonialidade não se extingue com a independência política dos povos colonizados.

Desse modo, a decolonialidade é um movimento contra-hegemônico que visa a um processo de resistência às colonizações do poder, do saber e do ser, que foram perpassadas

historicamente, estabelecendo dicotomias, como: dominante/dominado; desenvolvido/subdesenvolvido; civilizado/primitivo; conhecimento científico/saber popular; superior/inferior. Nessa tentativa de valorização coexistente das diversas culturas, uma contribuindo para a ampliação da outra, surge o termo interculturalidade que, conforme Nadir Azibeiro (2003), suscita a aceitação do outro e o respeito ao próximo, bem como a possibilidade de diálogo intercultural numa relação de reciprocidade.

Para Maurício Reis e Marcilea Andrade (2018), o pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular, interdisciplinarmente, cultura, política e economia, de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial.

Ademais, esta pesquisa discute as perspectivas do combate à seca e da convivência com o semiárido que, segundo o professor Roberto Silva (2003), para um desenvolvimento sustentável do sertão nordestino, não se trata apenas de programas emergenciais e de ações de combate à pobreza. Faz-se necessário, primordialmente, a sustentabilidade com base na convivência, o que implica e requer políticas públicas permanentes e apropriadas que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais, sendo imperativo romper com as estruturas de concentração da terra, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos.

Por conseguinte, esta tese caracteriza-se como uma rede de comunicação que não apresenta o espelho da realidade, mas suscita uma construção interpretativa que tenta apreender os fenômenos naturais, culturais, socioeconômicos, históricos e simbólicos pela lupa complexa de ambiguidades, suscitando a descoberta de sentidos que se atrelam a um todo interdisciplinar e significativo, sinalizando, assim, uma profunda compreensão da essência humana.

Levando em conta essa contextualização da pesquisa, sublinha-se que todos os conceitos e áreas do conhecimento aqui mencionados encontram-se discutidos nos artigos desta tese. Esta tem como meios de investigação obras, como *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos e a canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, que trazem à tona as ecologias do sertão e do sertanejo.

Nessa perspectiva, o primeiro aspecto que deve ser observado nas ecologias do sertão e do sertanejo são as ambivalências das relações homem-ambiente. Desse modo, ficam

explícitos os conflitos topofílicos e topofóbicos (TUAN, 1980), as “pulsões de vida e de morte” (FREUD, 1915a, b), os aspectos apolíneos e dionisíacos (NIETZSCHE, 1999) e as características de cooperação e competição na busca pela sobrevivência (DARWIN, 1981), cujos resultados serão discutidos, mais adiante, nos artigos relacionados a tais questões.

Outra peculiaridade que emerge da análise das obras em exame é o fato de se apresentarem como autobiográficas, visto que os personagens mantêm íntima relação com a vida e os desejos expressos pelos escritores. Concomitantemente, serão delineadas, também, as denúncias da miséria na qual o retirante está imerso, perpassando um quadro deletério e trágico do sertanejo, além da dualidade (seca e verde) da fitofisionomia da caatinga que suscita uma discussão com as políticas históricas de combate à seca e de convivência com o semiárido.

Além disso, apresenta-se uma crítica à imagem distorcida do sertão como um espaço, permanentemente, inóspito, em virtude de construções diacrônicas preconceituosas e, portanto, depreciativas que concederam à caatinga um retrato negativo e errôneo. Ademais, esboçar-se-ão perfis (de) coloniais a partir de personagens e discursos das obras em epígrafe, com vistas a delinear uma representação do (a) sertanejo (a) na interface com a interculturalidade e a educação.

Na obra *O Sertanejo*, de José Alencar, apresenta-se o protagonista “Arnaldo” (livre por e na natureza), um sertanejo que se configura como um personagem decolonial (contra-hegemônico), visto que não é subalterno à autoridade do “capitão-mor Gonçalo Pires Campelo”, que, conforme a obra em epígrafe, representa o “potentado do sertão” (ALENCAR, 2002, 443), o detentor de muito poder e riqueza. Essa característica contra-hegemônica do personagem “Arnaldo” pode ser percebida, também, no referido autor que, segundo Alfredo Bosi (2006), foi um político engajado, que contestava a centralização de poder do Império brasileiro.

Concernente à obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, desponta-se a personagem “Conceição” que se caracteriza com uma figura decolonial, uma vez que se rebela contra os padrões conservadores da sociedade, afirmando-se como uma mulher emancipada. Em contrapartida, outros perfis femininos, como “Mãe Nácia”, “Lourdinha” e “Mariinha”, apresentam-se como mulheres submissas e, por conseguinte, coloniais que cedem às pressões sociais do patriarcalismo e se lançam, exclusivamente, ao casamento e à maternidade.

Relativamente à obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, evidenciam-se personagens, marcadamente, coloniais (subalternos e autoritários), que são o resultado de uma organização social opressora em que as desigualdades se agravam e se agiganta a miséria dos retirantes,

representados por “Fabiano, Sinhá Vitória, o menino mais novo e o menino mais velho”, explorados e aviltados pelos proprietários de terra e pela classe dominante de modo geral.

No tocante à canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, ventilam-se, também, as discussões em torno da (de) colonialidade, cuja situação de miséria do sertanejo atrela-se à ausência de políticas públicas eficazes de convivência com o semiárido. E, como consequência dessa ineficácia gestora, ocorre a expulsão do homem do campo, o que representa, ainda, o legado de uma estrutura colonialista que centraliza a economia em uma oligarquia dominante.

Outrossim, o presente estudo apresenta como objetivo analisar a topofobia e a topofilia nas obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e na canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, com vistas a delinear as ecologias do sertanejo e do sertão, através de suas representações, levando em conta as contribuições da Geografia Humanista, da Ecocrítica e da Zoocrítica para o campo da Ecologia Humana, dialogando, também, com Filosofia, Psicanálise, História, Sociologia, Antropologia, Educação e as perspectivas da (de) colonialidade, da ecologia de saberes, da interculturalidade e da convivência com o semiárido, a fim de desvelar os fatores socioculturais e simbólicos que estão correlacionados às categorias lugar, paisagem e território nas relações homem-ambiente.

Diante do exposto, esta pesquisa parte da hipótese de que os discursos presentes nas obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e na canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, demonstram que as representações (de) coloniais do sertão e do sertanejo apresentam uma ambivalência de relações com o ambiente: ora topofóbicas (em meio à escassez de recursos), ora topofílicas, em razão de tempos menos miseráveis, o que evidencia a dualidade das características da caatinga (ora seca, ora verde) e da natureza humana (“pulsões de morte e de vida”), além da polissemia das imbricações homem-lugar-paisagem-território, contestando, assim, a imagem exclusivamente topofóbica que vigorou, historicamente, acerca do sertão e do sertanejo.

Como problemas de pesquisa, esta investigação norteia-se a partir dos seguintes questionamentos: é possível estabelecer relações topofóbicas e topofílicas e, portanto duais, entre o homem, o lugar, a paisagem e o território a partir das representações (de) coloniais do sertanejo e do sertão nas obras de José de Alencar (*O Sertanejo*), Rachel de Queiroz (*O Quinze*), Graciliano Ramos (*Vidas Secas*) e Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira (*Asa Branca*)? Que elementos dessas representações serão evidenciados? Poderão ser aspectos

socioculturais e simbólicos? Que perspectivas sociológicas, antropológicas, filosóficas e psicanalíticas serão evidenciadas como instrumentos de análise das relações homem-ambiente? Que contribuições a Ecocrítica, a Zoocrítica, a Geografia Humanista, a Interculturalidade e a Educação Interdisciplinar podem empreender à Ecologia Humana?

QUADRO 1 - SÍNTESE DOS ESTUDOS

	Artigo/Estudo 1	Artigo/Estudo 2	Artigo/Estudo 3	Artigo/Estudo 4
Título	Topofilia e Topofobia em <i>O Sertanejo</i> : Uma Análise Ecocrítica do Regionalismo Alencarino	Topofobia e Topofilia em <i>O Quinze</i> : uma análise ecocrítica da obra de Rachel de Queiroz	Topofobia e Topofilia em <i>Vidas Secas</i> : uma análise ecocrítica da obra de Graciliano Ramos	Topofobia e topofilia em <i>O Sertanejo</i> , <i>O Quinze e Vidas Secas</i> : contributos interdisciplinares à Ecologia Humana
Objetivo	Analisar as relações homem-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão na obra <i>O Sertanejo</i> , de José de Alencar, dialogando, também, com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar, com o ambiente e com o território, tendo em vista os conceitos de topofobia e topofilia.	Analisar as relações homem-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão na obra <i>O Quinze</i> , de Rachel de Queiroz, dialogando, também, com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar, com o ambiente e com o território, tendo em vista os conceitos de topofobia e topofilia.	Analisar as relações homem-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão na obra <i>Vidas Secas</i> , de Graciliano Ramos, dialogando, também, com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar e com o ambiente, tendo em vista os conceitos de topofobia e topofilia.	Analisar as relações homem-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão nas obras <i>O Sertanejo</i> , <i>O Quinze e Vidas Secas</i> , observando as aproximações e as diferenças entre elas, além de dialogar com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar, com o ambiente e com o território, tendo em vista os conceitos de topofobia e topofilia.
Metodologia	. Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e zoocrítica.	. Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e zoocrítica.	. Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e zoocrítica.	. Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e

				zoocrítica.
Contribuições teórico-práticas	A topofilia nessa obra é predominante, fruto do sentimento de pertencimento histórico, herdado do regionalismo romântico, emergindo, assim, em preponderância, o amor ao lugar de origem (ao sertão). Ressalta-se, também, que, embora as relações de apego e repulsa ao ambiente físico sejam paradoxais, uma delas não pode ser velada historicamente, mascarando a dupla face do sertão e a sua visibilidade topofílica no cenário nacional.	A topofobia é predominante nessa obra. Entretanto, essa repulsa ao lugar (ao sertão) caracteriza-se por um tom de crítica social à condição do retirante que é expulso do campo (terra natal), em razão de longos períodos de estiagem, haja vista a ausência de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento e a convivência com o semiárido.	As sensações predominantes nesse romance são topofóbicas. Entretanto, reverbera-se que essa aversão ao lugar (ao sertão) apresenta um caráter crítico-social, denunciando o cenário nefasto em que o retirante está imerso, sendo tratado como um “bicho” sem direitos, sobrevivendo na penúria devido aos longos períodos de estiagem e à falta de investimentos governamentais para a convivência com o semiárido.	O contexto da topofobia e da topofilia, mediante o cruzamento dessas obras, suscita uma ambivalência coexistente nas ecologias do sertão e do sertanejo, comprovada por diversas áreas do conhecimento. Logo, o viés inter e transdisciplinar da Ecologia Humana traz à tona a complexidade e a profundidade das relações homem-ambiente

QUADRO 2 - SÍNTESE DOS ESTUDOS

	Artigo/Estudo 5	Artigo/Estudo 6	Artigo/Estudo 7	Artigo/Estudo 8
Título	<i>Vidas Secas</i> na Zooliteratura: uma análise das relações entre o animal humano e o inumano na obra de Graciliano Ramos	A decolonialidade no discurso do personagem Arnaldo, de <i>O Sertanejo</i> : representações alencarinas à luz da ecocrítica	Conceição em <i>O Quinze</i> : uma abordagem feminista e decolonial	A ecocrítica e a (de) colonialidade em personagens de <i>O Sertanejo</i> , <i>O Quinze</i> e <i>Vidas Secas</i> : imbricações possíveis
Objetivo	Analisar as relações entre o animal humano e o não humano, a partir da obra <i>Vidas Secas</i> , na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura, traçando, assim, representações do sertanejo e do sertão.	Analisar as representações do sertanejo que José de Alencar delineia a partir de seus personagens na obra <i>O Sertanejo</i> , destacando a postura da decolonialidade do protagonista “Arnaldo” em meio a comportamentos	Analisar a abordagem feminista e a decolonialidade que estão presentes nas colocações e decisões da personagem “Conceição” na obra <i>O Quinze</i> , em analogia com discursos coloniais, proferidos pelas	Analisar as representações do (a) sertanejo (a) nas obras <i>O Sertanejo</i> , <i>O Quinze</i> e <i>Vidas Secas</i> , mediante o cruzamento dos discursos dos personagens, observando as respectivas aproximações e

		coloniais.	outras personagens femininas da trama.	diferenças, levando em conta os conceitos da colonialidade do poder, do saber, do ser e da decolonialidade.
Metodologia	. Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e zoocrítica.	. Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e zoocrítica.	. Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e zoocrítica.	. Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e zoocrítica.
Contribuições teórico-práticas	A dualidade do animal humano com as pulsões de morte e de vida e a ambivalência do animal não humano, mais especificamente da cachorra Baleia, apresentando os instintos e a sciência, que é a demonstração de sentimentos e emoções.	Arnaldo representa um movimento inspirador que resiste à colonialidade do poder, do saber e do ser, a fim de que o legado de subalternidade seja dissolvido e desponte a justiça social para o sertanejo.	Conceição representa uma figura que resiste à colonialidade de gênero e à do poder e lança uma postura subversiva para a época, suscitando, assim, uma inspiração à emancipação feminina tanto do ponto de vista financeiro como intelectual.	Nos discursos das obras em exame, há a predominância da colonialidade do poder, do saber e do ser, ainda que se percebam, de modo tímido, figuras decoloniais que lutam pela emancipação dos (as) sertanejos (as).

QUADRO 3 - SÍNTESE DOS ESTUDOS

	Artigo/Estudo 9	Artigo/Estudo 10	Artigo/Estudo 11
Título	Literatura e canção: a arte na ecologia do sertão e do sertanejo	A interculturalidade como elemento (de) colonial: uma análise das relações homem-ambiente a partir das obras <i>O Sertanejo</i> , <i>O Quinze</i> e <i>Vidas Secas</i>	A Ecocrítica e o ensino interdisciplinar de Literatura e Ecologia: um estudo topofóbico-topofílico a partir de obras literárias regionais
Objetivo	Analisar a temática da seca no semiárido nordestino, com base nos romances regionalistas <i>O Quinze</i> , de Rachel de Queiroz, e <i>Vidas Secas</i> , de Graciliano Ramos, na interface com a canção <i>Asa Branca</i> , de Luiz	Analisar as relações ser humano-ambiente a partir das obras <i>O Sertanejo</i> , <i>O Quinze</i> e <i>Vidas Secas</i> e dos conceitos da (de) colonialidade e da interculturalidade.	Investigar a perspectiva Ecocrítica como uma abordagem interdisciplinar para o ensino de Literatura e Ecologia através das contribuições da Geografia Humanista e de outras áreas do conhecimento.

	Gonzaga e Humberto Teixeira, a fim de desvelar as ecologias do sertão e do sertanejo.		
Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> . Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e zoocrítica. 	<ul style="list-style-type: none"> . Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e zoocrítica. 	<ul style="list-style-type: none"> . Estudo de caso qualitativo; . Pesquisa descritiva; . Método dialético; . Técnica de análise dos dados: análise do discurso de linha francesa, ecocrítica e zoocrítica.
Contribuições teórico-práticas	A Comprovação, através do cruzamento de três obras, da ambivalência nas representações do sertão e do (a) sertanejo (a) a partir dos conceitos da Geografia Humanista (topofobia e topofilia) e da Sociologia (colonialidade e decolonialidade), com vistas a coadunar a complexidade e a profundidade das relações homem-ambiente.	A tríade interculturalidade, decolonialidade e Ecologia Humana como elemento de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser, além de se configurar como uma força impulsionadora para a desconstrução do legado de opressão no sertão brasileiro.	A possibilidade de um ensino interdisciplinar, mediado pela Ecocrítica, congregando as áreas Língua Portuguesa (Literatura), Geografia e Biologia tanto na Educação Básica como na Educação Superior, tendo em vista uma formação docente holística para a superação do paradigma clássico e a adoção de um ensino integrado para melhor compreender as relações homem-ambiente.

Topofilia e Topofobia em *O Sertanejo*: Uma Análise Ecocrítica do Regionalismo Alencarino

Topophilia and Topophobia in *O Sertanejo*: An Ecocritical Analysis of the Alencarian Regionalism

Elisângela Campos Damasceno Sarmiento - Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, IFPI, elisceno@ifpi.edu.br

Geraldo Jorge Barbosa de Moura - Pós-Doutor em Comportamento, UFRPE, geraldo.jbmoura@ufrpe.br

Resumo

Esta pesquisa propõe investigar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Ecocrítica - que estuda as imbricações entre a Literatura e a Ecologia -, as relações homem-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão que o escritor José de Alencar delinea na obra *O Sertanejo*, dialogando com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar, com o ambiente e com o território, tendo em vista os conceitos de topofobia (aversão ao ambiente físico) e topofilia (familiaridade ou apego), propostos, em 1980, pelo geógrafo chinês Yi-Fu Tuan. Os discursos na narrativa demonstram a predominância do sentimento de apego à Caatinga (topofilia), desmistificando, pois, a visão hegemônica topofóbica. Portanto, a Ecocrítica suscita imersões inter e transdisciplinares, representando, assim, um substrato à compreensão das relações homem-ambiente.

Palavras-chave: Geografia Humanista, Literatura, relações homem-ambiente.

Abstract

This research proposes to investigate, under the method of the Discourse Analysis of French Line and of the Ecocritical perspective - which it studies the imbrications between Literature and Ecology -, the human-environment relations and the representations of the sertanejo and of the sertão that the writer José de Alencar outlines in the work *O Sertanejo*, dialoguing with the human feeling that is awakened in the dialogue with the place, the environment and the territory, considering the concepts of topophobia (aversion to the physical environment) and topophilia (familiarity or attachment), proposed in 1980 by Chinese geographer Yi-Fu Tuan. The discourses in the narrative demonstrate the predominance of the feeling of attachment to the Caatinga (topophilia), thus demystifying the topophobic hegemonic view. Therefore, Ecocritique raises inter and transdisciplinary immersions, thus representing a substrate for the understanding of human-environment relations.

Keywords: Humanistic Geography, Literature, human-environment relations.

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, vale pontuar que, de acordo com Alpina Begossi (1993, p. 123), a origem do termo “Ecologia” vem da Biologia e tem se diversificado, ampliando para Ecologia Humana,

Ecologia Social, Ecocrítica, desencadeando, assim, inúmeras ramificações, em virtude da profícua relação com Filosofia, Antropologia, Sociologia, Literatura, assumindo, pois, um caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Nesse panorama de múltiplas análises em torno da relação homem-ambiente, no final da década de 1970, a partir dos trabalhos do norte-americano William Rueckert, que se notabilizou no cenário da Literatura americana, começou-se a discutir a necessidade de se evidenciar a arte como forte difusora de conhecimentos, mais precisamente a Literatura, através de obras que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura conforme advogou Rueckert, quando publicou, em 1978, o artigo intitulado “Literature and ecology: An Experiment Ecocriticism”.

Outrossim, em 1978, pela primeira vez, destacou-se o termo Ecocrítica na conjuntura acadêmica. Desse modo, quando se alude à Ecocrítica refere-se à relação da arte com a natureza, com o ambiente, com a ecologia. Nesse sentido, vale frisar que o precursor desse termo, conforme Branch (1994, p. 4), foi o norte-americano William Rueckert que defendeu ser a Ecocrítica a aplicação de conceitos ecológicos ao estudo da arte literária. Entretanto, esse estudo só passou a ser efetivamente considerado a partir de 1989, quando Cheryl Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, fomentou o seu uso no campo crítico.

Isso posto, Glotfelty (1996, p. 6) sinaliza que a Ecocrítica trabalha sob uma abordagem dos estudos literários centrados na Terra, daí surge uma ferramenta que auxilia os pesquisadores a analisarem as relações homem-ambiente, mediadas por obras literárias que permeiam saberes e percepções do lugar, do ambiente, do território e dos grupos sociais que lá habitam.

Outro intelectual que merece destaque é o norte-americano Greg Garrard (2006, p. 5), quando pondera que a Ecocrítica sugere estudos interdisciplinares. Desse modo, para esta pesquisa, a Ecocrítica dá suporte a uma análise menos reducionista, uma vez que congrega diversos conhecimentos que se inter cruzam, favorecendo, assim, a abrangência de olhares em torno das relações homem-ambiente e das representações do sertanejo e do sertão na obra do escritor cearense, José de Alencar, na qual este artigo se debruça.

Dessarte, norteada pelas imbricações várias estabelecidas com diversas ciências, a Ecocrítica relaciona-se, então, com Literatura, História, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Geografia, mencionando, somente, algumas das áreas no vasto campo de inter-relações dos saberes em que está inserida, sendo, pois, uma rica perspectiva no universo de possibilidades acadêmico-científicas.

Buscando uma interlocução entre Literatura e Geografia, desponta-se, no cenário técnico científico, uma vertente intitulada *Geografia Humanista* que tem como escopo investigar comportamentos e relações entre o humano e o lugar habitado. Consoante Yi-Fu Tuan (1982, p. 31), a quem se destina a origem do termo, a Geografia Humanista busca delinear uma compreensão do mundo humano mediante o estudo das relações das pessoas com a natureza, além dos seus sentimentos e ideias acerca do ambiente e do lugar.

Seguindo a linha de raciocínio de Tuan (1982, p. 32), é a subjetividade (emoções, sentimentos), conectada ao meio, que aponta a possibilidade de definição de dois termos: topofilia que remete à familiaridade e ao apego ao lugar - já que *topo* denota lugar e *filia* relaciona-se à filiação e topofobia, que traz uma significação inversa, haja vista que *fobia* alude à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância. Dessa forma, essa subjetividade pode ser marcada tanto pela afeição quanto pelo desprezo, destacando, assim, essas emoções contraditórias que permeiam o universo humano.

Portanto, as contribuições de Tuan (1980, p. 15) revelam que há tanto o apego quanto

o horror no que tange ao trinômio seres humanos-lugar-natureza. Nesse ínterim, as percepções topofílicas e topofóbicas podem, certamente, ser encontradas na arte literária, visto que, de acordo com Antonio Candido (2009, p. 13), um importante crítico da Literatura Brasileira, o objeto literário não existe sem a personagem de ficção e esta tem a vida traçada conforme certas condições de espaço que influenciam, diretamente, a sua trajetória na trama.

Ademais, conforme Alfredo Bosi (2006, p. 13), os personagens de ficção, na maioria dos enredos literários, apresentam-se como verossímeis, ou seja, representam figuras reais que existiram em determinado tempo e espaço, perpassando, assim, saberes históricos, geográficos, sociológicos e culturais que ainda permanecem na sociedade atual ou que sofreram transformações diacrônicas e se oferecem como elementos de identificação para o leitor.

Na obra *O Sertanejo*, do escritor cearense José Alencar, apresenta-se o protagonista Arnaldo, um sertanejo honrado e corajoso conforme atesta o seguinte trecho: “Destemido vaqueiro cearense” (ALENCAR, 2002, p. 9). Segundo Proença (1966, p. 17), o homem sertanejo é o valente, o honrado, o melhor. Há um mito antigo do sertão e essa visão é, claramente, estampada nesta obra alencarina que, apesar de se incluir na prosa regionalista do Romantismo brasileiro, ainda mantém uma significativa ligação com a primeira geração da poesia romântica, na qual aborda o índio como um guerreiro de qualidades superiores (honra, coragem) e, de modo análogo, essas mesmas características são referenciadas ao sertanejo no livro em apreço.

Entretanto, essa representação mítica do sertanejo como um homem, inteiramente, bom, honrado e corajoso, próprio da teoria do bom selvagem, do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau (1986, p. 73), não considera os estudos do pai da Psicanálise. Conforme Freud (1915a, p. 31; 1915b, p. 21), há duas pulsões que permeiam a essência humana: a de vida – Eros e a de morte – Tanatos. Posto isso, esses universos duplos não são antagonicos, mas se complementam, ora aflorando mais um; ora, com a predominância do outro. E essa dualidade faculta ao ser humano lidar com as diversas facetas da vida.

Outra contribuição para essa análise vem do pai do Evolucionismo. Nesse sentido, segundo a análise da obra “A Descendência do Homem”, de Darwin (1981, p. 66), mencionam-se duas vezes a sobrevivência do melhor e noventa e cinco vezes a palavra amor. Desse modo, apesar de grande divulgação quanto à competição como preponderante característica humana, levantada por Darwin, o que prevalece na obra em epígrafe é o comportamento como colaboração. Sendo assim, o modelo darwiniano é tanto cooperativo (pulsão de vida) quanto competitivo (pulsão de morte) assim como defendeu Freud (1915a, p. 31; 1915b, p. 21).

Diante dessas considerações, a representação do sertanejo na obra de igual nome, de José de Alencar, é utópica quanto a essas características altruístas do homem, visto que as contradições humanas ficam veladas, sendo perpassadas, apenas, o ponto de vista do narrador que deve, pois, ser confrontado com outras concepções, com o fito de que sejam evidenciadas outras percepções, mais próximas da realidade. Para melhor informar o leitor sobre *O Sertanejo*, vale destacar que a obra é densa, composta por quarenta e um capítulos, distribuídos em duas partes que expõem uma considerável referência às relações homem-ambiente na representação do sertanejo e do sertão.

Para o crítico literário Antonio Candido (1981, p. 23), o romance *O Sertanejo*, de José de Alencar, representou a realidade a partir do ponto de vista do narrador e da posição afetiva que promoveu o nacionalismo literário, descrevendo lugares num verdadeiro trabalho de mapeamento do país, caracterizado por uma ânsia topográfica de descobrir o território brasileiro, como por exemplo, o sertão que se tornou uma região literária.

Nesse panorama, ressalta-se que, conforme Alfredo Bosi (2006, p. 20), José Martiniano de Alencar Júnior foi um escritor bem ao gosto do público do século XIX,

tornando-se, pois, um notório romancista, sendo escolhido por Machado de Assis para patrono da Cadeira n.º 23, da Academia Brasileira de Letras. Em sua vida de férteis produções, foi escritor, jornalista, advogado e político. Apesar de uma existência intensa, esta lhe foi breve, falecendo aos 48 anos (1829-1877), no Rio de Janeiro, vítima de tuberculose conforme apregoa Araripe Júnior (1958, p. 36).

O Sertanejo, último romance regionalista do autor, congrega uma série de críticas em torno da verossimilhança da paisagem e de tudo que é narrado na obra, uma vez que Alencar, de acordo com Araripe Júnior (1958, p. 37), renomado crítico literário, produziu essa obra com base em informações colhidas na época e conforme a sua fértil imaginação.

Assim sendo, Alencar, embora tenha se destacado na conjuntura da advocacia, não se defendeu das críticas da época, corroborando, de certo modo, o que se publicava acerca de suas obras. Dessa maneira, Alencar, apesar de deixar livre o seu espírito criativo no livro *O Sertanejo*, ainda assim, expressou-se, em alguns fragmentos, com verossimilhança, dando vazão a possíveis reflexões sobre o sertanejo e o sertão e, portanto, estabelecendo relações entre esse homem singular e o ambiente circundante.

Mediante o exposto, este trabalho tem o objetivo de analisar as representações do sertanejo e do sertão que o autor delinea, dialogando, também, com o sentimento que é despertado na interlocução com o lugar, com o ambiente e com o território, tendo em vista os conceitos de topofobia e topofilia. Ressalta-se, também, que esta investigação parte da hipótese de que o discurso topofílico sobressai-se em comparação ao topofóbico.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A partir desses elementos contextuais, vale frisar que esta pesquisa assenta-se na primeira parte do livro *O Sertanejo* (2002) [1875], de José de Alencar, que reúne vinte capítulos com idealizações e verossimilhanças. No entanto, este estudo centrou-se nestas últimas. Com vistas a realizar esta investigação, adotou-se o método da Análise do Discurso de Linha Francesa que, segundo Michel Pêcheux (1975, p. 8), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Isso posto, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido.

Dessarte, Eni Orlandi (2012, p. 5) corrobora a Análise do Discurso de Linha Francesa na qual considera as condições de produção em que a obra foi escrita, o contexto histórico-social do país e a história de vida do autor, destacando, pois, essas três características como muito relevantes para a análise deste estudo, visto que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso na obra em questão. Ademais, na concepção de Orlandi (2012, p. 6), há de se levar em consideração os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto.

Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso consoante Orlandi (2012, p. 7), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem/personagem com a sua história e com as construções sociais, norteadas pela capacidade de significar e significar-se, validando, assim, tais sentidos no discurso do autor através das considerações de suas condições de produção as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação (contexto imediato e contexto amplo).

Nesse sentido, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que tange ao sujeito que enuncia – José de Alencar – e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada ao autor e ao período histórico em que se insere a obra *O Sertanejo*, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelo sujeito que fala no texto consoante os estudos de Pêcheux (1975, p. 8).

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 36 publicações, dentre elas: artigos científicos, localizados em periódicos online e em anais de

eventos disponíveis eletronicamente e que se referem às primeiras décadas dos anos 2000, além de e-books e livros de críticos literários brasileiros, cuja totalidade do referencial teórico data de 1900 (aporte clássico) até consultas que foram realizadas em sites da internet no primeiro semestre de 2021.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. As relações homem-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão na obra alencarina *O Sertanejo*

A Literatura, concebida como a arte da palavra conforme Antonio Candido (2009, p. 11), procurou historicamente, através de seus personagens, representar a realidade ou, até mesmo, serviu de instrumento de idealização, com o propósito de evadir da realidade, ficando, pois, encoberta, tendo em vista o alcance de objetivos do autor, com o fito de corresponder aos anseios da época. Desse modo, Araripe Júnior (1958, p. 38) é categórico ao afirmar que José de Alencar não viu o sertão que descrevera, não tendo, pois, saído do entorno da capital cearense, Fortaleza. Sendo assim, para Araripe Júnior (1958, p. 38), Alencar ignorava completamente a vida do sertanejo. Todavia, Alencar procurou retratá-la com as vozes dos seus informantes e suas percepções imagéticas, razões pelas quais não se pode precisar a veracidade de tais descrições.

Nessa perspectiva, ainda que o livro *O Sertanejo* tenha sido escrito sob a égide do Romantismo, período histórico-literário marcado pela liberdade de expressão e pela idealização dos personagens mediante o recurso da fuga da realidade, em excertos da primeira parte desta obra, verificam-se descrições e narrações que suscitam representações reais para aquela época – século XIX, fazendo-se pulsante, em certa medida, como um pensamento vigente ainda na atualidade.

No primeiro capítulo intitulado “O Comboio”, José de Alencar, considerando que a obra em exame é autobiográfica, evoca uma subjetividade que é fortemente marcada pela topofilia (apego ao lugar). Essa percepção pode ser reverberada a partir dos seguintes trechos: “Esta imensa campina é o sertão de minha terra natal”; quando te tornarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há tantos anos na aurora serena e feliz da minha infância?”; “Quando tornarei a respirar tuas auras de perfumes agrestes?” (ALENCAR, 2002, p. 9).

Embora Alencar tenha sido um cidadão metropolitano que residiu, preponderantemente, em cidades brasileiras de grande porte (Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP, Olinda-PE), soube captar a sensibilidade dos sertanejos que são obrigados a migrar de sua terra natal, mas mantêm, mesmo distantes, o amor pelo solo onde nasceram, permanecendo, pois, as indeléveis reminiscências da infância.

Essa migração do sertanejo pode acontecer de duas formas: pela certeza de oportunidades em centros culturais e econômicos, motivadas por condições sociais abastadas como foi o caso de Alencar ou pela esperança de dias melhores, razão primeva do êxodo rural entre os nordestinos camponeses desprivilegiados economicamente, em face de políticas excludentes que expulsaram o sertanejo de sua terra natal, deixando, em seu íntimo, a melancolia e a saudade do seu lugar de origem. Vale acrescentar que José de Alencar nasceu no sítio Alagadiço Novo, Mecejana, Ceará e só se mudou para o Rio de Janeiro com 10 anos de idade. Logo, essas lembranças pueris acerca da terra natal podem ser, categoricamente, autobiográficas, embora Araripe Júnior (1958, p. 38), um ferino crítico da obra alencarina, afirme que o autor de *O Sertanejo* não tinha propriedade para descrever, com realismo, o sertão onde nascera nem, tão pouco, teria sensibilidade para captar a subjetividade de outros tantos sertanejos que migraram de suas raízes territoriais.

Nessa tônica, ainda, é oportuno esclarecer que, segundo Alfredo Bosi (2006, p. 22), a

crítica implacável que Araripe Júnior faz à obra de Alencar pode ser explicada, muito mais, em face de problemas políticos do que meramente literários, uma vez que o autor de *O Sertanejo* foi alvo de uma campanha sistemática contra as suas obras, liderada por jornalistas e críticos da época, em virtude, talvez, de sua posição contrária à administração do imperador.

Essa conjectura pode ser ratificada, considerando o fato de que Alencar passou a publicar sob o pseudônimo de Sênio e a maioria dos jornalistas e críticos que o aviltavam lhe direcionaram elogios, bem como a sua escrita. Desse modo, fica patente a perseguição política de que foi vítima, o que provocou, na época, uma sucessão de críticas infundadas para macular o engenho artístico-literário que lhe era peculiar.

Ademais, reitera-se que, levando em conta a citação do primeiro capítulo: “Esta imensa campina é o sertão de minha terra natal”; “Quando te tornarei a ver, sertão da minha terra” (ALENCAR, 2002, p. 9), é possível, claramente, identificar uma descrição autobiográfica, pois o autor, nascendo no sítio Alagadiço Novo, Mecejana-CE e lá permanecendo até os 10 anos de idade, narra as suas emoções e reminiscências da infância que ficaram gravadas em sua memória, despertando, assim, o desejo de retornar a sua terra natal e reviver essas agradáveis lembranças.

Outrossim, a partir desses fragmentos, percebe-se um profundo sentimento de pertencimento histórico ao território e ao lugar onde autor e personagem viveram uma infância “feliz e serena” (ALENCAR, 2002, p. 9) em meio à exuberância e à biodiversidade da paisagem sertaneja, contrariando, assim, descrições hegemônicas, como por exemplo, chão rachado e terra inóspita, parafraseando, apenas, algumas expressões utilizadas por escritores, como Euclides da Cunha, na obra *Os Sertões*.

Retomando a ideia de felicidade, trazida pelo sentimento de pertencimento histórico, salienta-se que esta corrobora o pensamento de Freud (1900, p. 45) quando o pai da Psicanálise afirma que a felicidade é a realização de um desejo pré-histórico, ou seja, antigo, da infância. Por isso, segundo a psicanálise freudiana, dinheiro não traz felicidade, pois uma criança não deseja ter dinheiro. Desse modo, a alusão que o adulto faz a sua infância, seja ao local físico ou às pessoas e acontecimentos, representa uma demanda do ser humano sempre acompanhada de muita satisfação, quando realizada.

Nesse contexto, consoante Freud (1900, p. 45), a felicidade, sendo a materialização de um anseio da infância, é atingida quando o adulto realiza tal desejo, com destaque ao fato de que essa realização pode ser alcançada no mundo concreto, como por exemplo, mediante uma visita ao local ou às pessoas com as quais manteve, no passado, uma relação de afeto ou ainda, de forma indireta, através de lembranças de fantasias expressadas através da arte.

Em se tratando da imagem negativa e hegemônica do sertão, reitera-se que essa caracterização, segundo Martins (2006, p. 11), foi difundida historicamente no Brasil pelas elites – políticas, econômicas e culturais – e, assim, a caatinga ficou conhecida como uma região inóspita, de vegetação seca. Em contraposição, outras correntes de intelectuais vêm se afirmando, como por exemplo, as perspectivas da decolonialidade (MIGNOLO, 2010, p. 12) e da Ecologia de Saberes (SANTOS, 2007, p. 73) que valorizam as potencialidades de grupos e regiões que foram excluídos historicamente, como os sertanejos e o sertão, criando, assim, a subversão de um não-dito nativista e sertanista.

Retomando o livro *O Sertanejo*, vale realçar que, embora o narrador apresente, na maioria dos trechos da obra, um profundo amor à sua terra natal, não deixa de relatar, também, a diversidade e a ambivalência da paisagem: “ora seca e triste, ora alegre e poética” (ALENCAR, 2002, p. 14) conforme coadunam os excertos seguintes: “A chapada tinha o aspecto desolado e profundamente triste que tomam aquelas regiões no tempo da seca. Dir-se-ia que por aí passou o fogo e consumiu toda a verdura, que é o sorriso dos campos nos tempos de chuva” (ALENCAR, 2002, p. 14).

A partir desses trechos, verifica-se que o narrador de *O Sertanejo* descreve,

“poeticamente”, a fitofisionomia da Caatinga que, conforme Silva *et al.*, (2004, p. 11), apresenta clima semiárido, vegetação com poucas folhas e adaptadas para os períodos de seca. Nessa época, quase todas as plantas perdem as folhas para diminuir a transpiração e evitar a perda de água armazenada. No inverno, devido à ocorrência de chuva, as folhas verdes e as flores voltam a brotar. Entretanto, mesmo em meio a essa irregularidade, na Caatinga, há uma considerável biodiversidade, seja de flora, seja de fauna.

Ainda ressaltando essa dualidade da paisagem, característica típica da fitofisionomia da Caatinga, apresenta-se o fragmento que se segue: “Estes ares, em outra época povoados de turbilhões de pássaros loquazes, cuja brilhante plumagem rutilava aos raios do sol, agora ermos e mudos como a terra, são apenas cortados pelo voo pesado dos urubus que farejam a carniça” (ALENCAR, 2002, p. 15). Aqui se mostram dois momentos de percepção do sertão: um, repleto de vida, marcado pelo canto dos pássaros: topofilia – atração pelo lugar; o outro, com a presença da morte, num ambiente inóspito, permeado de solidão, silêncio e decomposição: topofobia – repulsa ao lugar.

Dessa forma, constata-se que Alencar evidencia, nos fragmentos acima, tal oscilação do tempo e da paisagem que são típicos dessa vegetação. Vale ressaltar que, oficialmente, a Caatinga é classificada como Savana Estépica (VELOSO *et al.*, 1991, p. 15), embora mais recentemente, em nível internacional, esse Bioma venha sendo considerado como parte das Florestas Tropicais Sazonalmente Secas - STDF (OLIVEIRA FILHO *et al.*, 2006, p. 168).

É válido frisar que, historicamente, as narrativas sobre o sertão, provindas do Sul e Sudeste do país, salientam, apenas, um dos aspectos da Caatinga: a fisionomia seca, sem vida e, portanto, sem potencial de desenvolvimento. Por isso, perpassou-se a imagem hegemônica de exclusiva pobreza e miséria. Entretanto, a Literatura, seja artística (*O Sertanejo*) ou contra-hegemônica, descortina o outro aspecto da Caatinga: viva, rica e abundante que precisa ganhar visibilidade no cenário nacional.

Para Martins (2006, p. 12), é preciso contextualizar e descolonizar, para que o sertão e os saberes do sertanejo sejam reconhecidos e valorizados, uma vez que se faz necessário desconstruir o pedantismo europeu que foi herdado pela cultura brasileira, prevalecendo como único conhecimento válido e cientificamente comprovado. Ressalta-se, também, que, conforme Martins (2006, p. 12), isso é perpassado pelo conhecimento hegemônico, localizado no Sudeste, onde se instala, majoritariamente, a indústria editorial e midiática que exerce, portanto, forte influência na formação de opiniões e “verdades” na federação.

Considerando essa assertiva, desconstruir uma imagem errônea do sertão e do sertanejo é um árduo empreendimento que deve ser planejado e executado pelos intelectuais que visam à descolonização e, por conseguinte, à emancipação dos territórios, dos grupos sociais e dos sujeitos que foram excluídos social e historicamente.

Ademais, infere-se que as alterações do ambiente moldam a subjetividade do sertanejo. Desse modo, as modificações da paisagem (árida, seca para verde e exuberante) determinam os sentimentos do sertanejo, ou seja, o seu universo de emoções, marcado por sensações positivas (bem estar, alegria) ou negativas (tristeza, solidão, morbidez). Essa constatação pode ser reverberada pelo trecho:

Quem pela primeira vez percorre o sertão nessa quadra, depois de longa seca, sente confranger-se-lhe a alma em face dessa inanição da vida, desse imenso holocausto da terra. É mais fúnebre do que um cemitério, não é mais do que o vasto jazigo de uma natureza extinta e o sepulcro da própria criação (ALENCAR, 2002, p. 16).

Analogamente, essas sensações (positivas ou negativas), em face das transformações da paisagem do semiárido, podem ser associadas à bivalência das “pulsões de vida e de morte”, discutidas por Freud (1915a, p. 31, 1915b, p. 21) e a dualidade “cooperação e

competição”, exposta por Darwin (1981, p. 66). Nessa perspectiva, diante da escassez de recursos, em virtude das adversidades sazonais provenientes de longos períodos de estiagem, tanto o ambiente como o sertanejo absorvem as emoções negativas, desencadeando, assim, a pulsão de morte e o espírito competitivo, a fim de que sobrevivam em meio a uma caatinga seca e a uma vida plasmada de dores, perdas e privações.

Revisitando a dupla fitofisionomia da caatinga: ora seca e morta, ora verde e exuberante, verifica-se que a descrição negativa (“pulsão de morte e competição”) não é unânime. Entretanto, é a mais difundida pela mídia hegemônica e, por ser a mais impactante e a que melhor reproduz a noção etnocêntrica das regiões Sul e Sudeste, é a que prevalece no imaginário dos brasileiros de ínfimo senso crítico e de reduzida propriedade intelectual sobre essa ambivalência da caatinga.

Em contraponto, o protagonista da obra *O Sertanejo* e outros personagens da trama, mesmo estando imersos num ambiente árido em grande parte do ano, mostram-se apegados à terra onde nasceram, revelando um profundo sentimento de pertencimento ao lugar – topofilia, despertando, assim, uma relação subjetiva com o espaço onde viveram e com as paisagens com as quais conviveram, construindo, assim, laços afetivos com o território.

Esse cenário pode ser constatado mediante os fragmentos que se seguem: “E ela experimentava um indizível prazer, como se a terra de seu berço lhe abrisse os braços carinhosa e a estivesse apertando ao seio e cobrindo-lhe as faces de beijos” (ALENCAR, 2002, p. 19). Conforme Dutta (2020, p. 65), os territórios são, inerentemente, afetivos e essa dimensão simbólica tem sido tratada, comumente, através de noções como “topofilia”, o que enfatiza o elo entre as pessoas e um lugar, assim como ocorre na obra em questão.

Haesbaert (2004, p. 15) corrobora essa tendência dos territórios afetivos quando afirma que, frequentemente, o termo territorialidade tem sido utilizado para enfatizar a apropriação subjetiva do território e a construção de uma identidade territorial através de registros simbólicos, em oposição à outra vertente de análise que concebe o território relacionado à dominação político-econômica dos atores e ao controle de espaços. Dessarte, a obra *O Sertanejo* vem coadunar essa primeira perspectiva, exposta pelo referido autor.

Retornando à apreciação da obra *O Sertanejo*, pontua-se que, no segundo capítulo intitulado “O Desmaio”, é narrado um incêndio no sertão do Ceará que expõe uma visão consciente do narrador que, assim, descreve o ocorrido: “O incêndio, causado por alguma queimada imprudente, propagava-se com fulminante rapidez pelas árvores mirradas que não passavam então de uma extensa mata de lenha” (ALENCAR, 2002, p. 25).

A partir desse fragmento, verifica-se que o narrador considera a prática das queimadas um ato insensato, alertando, pois, o leitor para um problema ambiental que acontecia na época e, hoje, ainda em maior proporção, em virtude do avanço do capitalismo contemporâneo que se sobrepõe à ciência da sustentabilidade ou, na outra ponta, em virtude do desconhecimento do sertanejo quanto a formas sustentáveis de manejo da terra, uma vez que o conhecimento científico, não raro, fica restrito às elites culturais e econômicas, excluindo, pois, grupos humanos invisibilizados do acesso a esse saber.

Conforme Santos (2007, p. 75), “o pensamento moderno ocidental é abissal, uma vez que foi construído mediante as linhas cartográficas que demarcavam o território em Velho e Novo Mundo”. Desse modo, na visão eurocêntrica, existe “este lado da linha” que centraliza o conhecimento científico e “o outro lado da linha” que fica excluído do acesso ao conhecimento social e historicamente construído. Daí, a partilha de saberes, igualmente válidos, deve integrar as diversas culturas, socializando, pois, os conhecimentos construídos, a fim de que todos os grupos humanos sejam beneficiados.

Para Guattari (1990, p. 32), “existem inúmeros fenômenos de impactos ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçarão a vida em sua superfície”. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de

uma progressiva deterioração. Daí, uma grande preocupação que permeia o homem contemporâneo, pois ele, inserido nos diversos ecossistemas, tem ultrapassado os limites da sustentabilidade e está destruindo a casa comum dos seres do planeta – o ambiente natural e todas as relações que a ele se imbricam.

Nesse panorama, é preciso pensar a ideia de catástrofe na Terra mediante a exaustão dos ecossistemas pela devastadora ação antrópica a partir da extinção dos recursos naturais e minerais. Daí, faz-se mister “uma nova racionalidade que alie a sustentabilidade planetária a um desenvolvimento ético” (SANTOS, 2003, p. 58), capaz de garantir uma morada mais humanizada, atendendo, pois, as necessidades presentes e futuras de maneira consciente e geradora de vida na relação do homem com os diversos ambientes em que está incluído. Seria, pois, a “Teoria da Modernização Ecológica (TME), que, de acordo com Marques (2014, p. 67), prevê o desenvolvimento econômico com sustentabilidade”.

Outro aspecto marcante neste segundo capítulo da obra em exame é a religiosidade cristã do sertanejo, percebida na representação de sua fé em meio às adversidades e à humildade, estampada num espírito de gratidão. Isso pode ser confirmado na passagem: “Ajoelhou então o sertanejo à beira do canapé; tirando do peito uma cruz que trazia ao pescoço. Com as mãos postas, murmurou uma ave-maria, que ofereceu à Virgem como ação de graças por haver permitido que chegasse a tempo de salvar” (ALENCAR, 2002, p. 30).

Embora a obra *O Sertanejo*, de José Alencar, tenha sido escrita no final do século XIX, essa religiosidade aguçada ainda se configura como atual, imprimindo-se como uma característica cultural, típica do sertanejo, passível de estudos mais aprofundados para descortinar o apreço desse grupo social ao catolicismo, coadunado pelos símbolos: “ajoelhou”, “cruz”, “mãos postas”, “ave-maria”, “Virgem”.

Segundo Santos (2013, p. 118), todo ano é a mesma coisa e esperar parece ser a sina do sertanejo que, ansiosamente, aguarda os sinais de chuva, mas essa espera é marcada por profunda religiosidade, sempre acreditando nas bênçãos do Nosso Senhor. Para Silva Júnior (2009, p. 60), “o sertanejo, geralmente, está envolto numa atmosfera de resignação aos ditames de Deus”.

No terceiro capítulo intitulado “A Chegada”, a fé do sertanejo é novamente destacada como pode ser observado no trecho que se segue: “Caiu de joelhos, dando graças a Deus” (ALENCAR, 2002, p. 39), evidenciando, assim, um forte elemento cultural do sertão nordestino. Desse modo, constata-se que a fé pode ser traduzida como um elemento de esperança para o sertanejo que fica em evidência na relação com a experiência do cotidiano, sobressaindo, assim, a “pulsão de vida” conforme Freud (1939, p. 31). Por conseguinte, a fé (pulsão de vida) representa um contributo indispensável à superação das adversidades diante das alternâncias (pulsão de vida e pulsão de morte), intrínsecas ao habitat sertanejo.

Para Silva (1982, p. 12), a interferência do divino no sertão estava muito além do espaço da igreja ou de seus sacramentos, estava relacionada, também, à vida mundana e cotidiana. Desse modo, a relação do sertanejo com Deus é íntima e direta, fazendo parte da sua labuta diária, não estando, portanto, diretamente, ligada a templos ou arquiteturas, mas presente na natureza e em todos os espaços (uma força onipresente).

No quarto capítulo intitulado “A Herdade”, o narrador expõe a íntima relação do sertanejo com a flora, cuja história e afetividade são perpassadas de geração a geração, uma vez que a “oiticica” foi preservada pelos antepassados sertanejos, tendo, pois, uma carga semântica significativa para os seus descendentes e esse apego à planta (topofilia), muitas vezes, é tão intenso que o sertanejo a homenageia, como por exemplo, dando o nome dela a sua terra, a sua fazenda conforme ocorreu na obra em questão.

Essa relação afetiva entre a vegetação e o homem pode ser reverberada nos seguintes trechos: “Na frente, elevava-se no terreiro a frondosa oiticica, donde viera o nome à fazenda. Era um gigante da antiga mata virgem, que outrora cobria aquele sítio”; “Na ocasião da

derrubada, sua majestosa beleza moveu o fazendeiro a respeitá-la” (ALENCAR, 2002, p. 46). Nesse contexto, prevalece o aspecto simbólico e subjetivo do sertanejo que mantém laços de afetividade com o lugar, com a paisagem e com o seu território (topofilia).

No quinto capítulo intitulado “Jó”, podem ser constatados outros fragmentos que denotam a afetividade do homem com a vegetação, a saber: “E buscou a sua malhada favorita. Era esta um jacarandá colossal. Ali costumava o sertanejo passar a noite ao relento” (ALENCAR, 2002, p. 66). Essa relação afetiva e aprazível do sertanejo com a flora local vem corroborar, mais uma vez, a tendência, predominantemente, topofílica, encontrada na obra *O Sertanejo*.

Vale destacar que, nos dois capítulos seguintes, não houve, na obra em apreço, alusões à temática deste artigo. Relativamente ao oitavo capítulo intitulado “Dois Amigos”, retornam os trechos topofóbicos, quando ocorre a referência ao sertão: “Seca muita, já se sabe! Olhe, digam vocês o que quiserem, isto não é terra de cristão” (ALENCAR, 2002, p. 89), revelando, assim, uma repulsa ao lugar, comparando-o a um espaço desagradável, inóspito. Todavia, esses trechos têm menor recorrência na obra em questão, reverberando, pois, sua tendência topofílica.

Nesse viés, em seguida, aparecem sucessivos fragmentos topofílicos, a saber: “De cristão é que ela é, pois ao cristão ensinou o divino mestre a paciência e o trabalho. Para quem não serve a minha terra é para aqueles que não aprendem com ela a ser fortes e corajosos” (ALENCAR, 2002, p. 89), reforçando, assim, o apego ao lugar, demonstrado pelo sertanejo, apesar das adversidades, além de reiterar a representação do sertanejo como uma pessoa destemida e de espírito combativo.

No décimo capítulo intitulado “O Rosário”, o sertanejo descreve a sua subjetividade quando começam a cair as primeiras chuvas no sertão nordestino: “A primeira gota d’água que cai das nuvens é o beijo de amor trocado entre o céu e a terra” (ALENCAR, 2002, p. 116). Desse modo, verifica-se que as mudanças do tempo e do ambiente alteram as emoções e as percepções do sertanejo frente à vida e ao próprio sertão como expõem os excertos: “Aquela árvore que ainda ontem parecia um tronco morto já tem um aspecto vivaz” (ALENCAR, 2002, p. 117); “O espaço, até ali mudo e ermo na limpidez de seu azul diáfano, começava por igual a povoar-se dos pássaros que, durante a seca, emigram para climas amenos” (ALENCAR, 2002, 118).

Por conseguinte, as representações do sertanejo e do sertão que José de Alencar delineia na obra *O Sertanejo* são, predominantemente, topofílicas, ou seja, apresentam uma substancial carga semântica de afetividade, de apego ao lugar, ao território e às paisagens locais num sentimento de pertencimento que aflora do mundo subjetivo do personagem/autor na relação com o ambiente. Isso posto, entre personagem e autor, há uma identificação projetiva. Em outras palavras, observa-se, explicitamente, uma conjunção ficção-realidade, evidenciando-se, pois, elementos culturais e simbólicos que convergem para ambos.

Consoante Ribeiro (2016, p. 134), o conceito de identificação projetiva foi postulado por Melanie Klein, em 1946, no texto “Notas sobre alguns mecanismos esquizoides”, um clássico da literatura psicanalítica. Para a autora, a identificação projetiva pode ser compreendida como uma fantasia inconsciente entre analista e analisando e, de modo análogo, entre autor e personagem, podendo ter um caráter mais agressivo, expulsivo e, portanto, defensivo ou um caráter mais comunicativo, sendo que os mecanismos de cisão e projeção, em intensidades diversas, estão sempre implicados. Sendo assim, autor e personagem estão imbricados numa relação identitária, uma vez que os personagens de um autor são as projeções dos desejos autorais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ponderar que, enquanto subjetividade, o sertão é, prioritariamente, topofílico para José de Alencar e, conseqüentemente, para a grande parte dos personagens que constituem a sua obra, visto que, no universo ficcional, relativamente à identificação projetiva, os personagens podem refletir os seus respectivos autores. Nesse sentido, a análise da topofilia e da topofobia, no contexto da Ecocrítica, implica as conflitantes conexões entre os seres humanos, a Literatura e o lugar e, embora as relações de apego e repulsa ao ambiente físico sejam paradoxais, uma delas não pode ser velada, historicamente, como se não existisse no que concerne às representações do sertanejo e do sertão.

Nesse aspecto, a topofilia precisa ganhar fôlego no cenário acadêmico, midiático e político, com vistas a desconstruir uma imagem, exclusivamente, topofóbica acerca do sertão e do sertanejo que foi veiculada, majoritariamente, na maioria dos meios de comunicação de massa e consolidada por um grupo prestigiado de cientistas, artistas e políticos, o que mascarou a dupla face da caatinga: ora seca e inóspita; ora verde e de rica biodiversidade.

Entretanto, faz-se necessária uma maior visibilidade da caatinga no que tange às imagens topofílicas. Nessa perspectiva, a obra em apreço ilustra bem tais peculiaridades. Ressalta-se, assim, que construções históricas são dissolvidas, paulatinamente, em contato com novos paradigmas e representações. Contrariamente, no período em que o livro *O Sertanejo* foi escrito e publicado pela primeira vez (1875), vigorava, no país, o abandono da região Nordeste, caracterizada como um lugar improdutivo. Em decorrência disso, foram criadas visões históricas de horror e repugnância que emergiram das linhas científicas, políticas e, até mesmo, literárias que estavam em voga na época.

Outrossim, com o propósito de romper com a topofobia que imperava no final do século XIX, José de Alencar produziu, em *O Sertanejo*, imagens topofílicas em preponderância, objetivando entrar em choque com sentidos estereotipados e deturpados quanto ao sertanejo e à vegetação predominante na caatinga. Assim, o autor, acusado de um idealismo extravagante, descortinou belezas e potenciais do sertão, até então, encobertos por grupos hegemônicos.

Ademais, mediante a Geografia Humanista, é possível vislumbrar a relação ser humano - lugar com outro viés: o do elo afetivo, que tanto pode existir numa vertente de apego (topofilia) como numa face de aversão (topofobia). Todavia, não são, apenas, as percepções de um ou outro sentimento que se fazem presentes no discurso alencarino. Nele, há, também, manifestações da cultura e de valores do sertão e do sertanejo.

Por fim, vale destacar que a Ecocrítica, interlocutora das relações entre Literatura e Ecologia, está carregada, também, de saberes que ultrapassam o campo da representatividade e do concretismo. Nesses termos, Alencar tratou do clima, da paisagem, do território, da fauna e da flora, refutando, com a predominância de um discurso topofílico, as narrativas hegemônicas de que o sertão é, tão somente, seco e repugnante e, como tal, um lugar, permanentemente, inóspito.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. **O Sertanejo**. São Paulo: José Olympio, 2002. 570p.

ARARIPE JÚNIOR, T. A. **José de Alencar**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

BEGOSSI, A. **Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente**. *Interciência*, v. 18, n. 1, p. 121-132, 1993.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006. 707p.

- BRANCH, M. P. **Defining Ecocritical Theory And Practice**. 1994. Disponível em: <http://www.asle.org/site/resources/ecocritical-library/intro/defining/>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981. 800p.
- CANDIDO, A. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009. 128p. DARWIN, C. **Descent of Man**. Princeton: Princeton University Press, 1981. 142p.
- FREUD, S. A Interpretação dos Sonhos. In: FREUD, S. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1900. p. 210-240.
- FREUD, S. **O Inconsciente**. In: FREUD, S. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1915a. p. 28-50.
- FREUD, S. **Os instintos e suas vicissitudes**. In: FREUD, S. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: ESB, 1915b. p. 15-35.
- FREUD, S. **Moisés e o monoteísmo**. Rio de Janeiro: Imago, ESB, 1939. 185p.
- GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 03-13, 2006,
- GLOTFELTY, C. Introduction-literary studies in an age of environmental crisis. In: GLOTFELTY, C.; FROMM, H. (Eds.). **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology**. London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. 4-11.
- GUATTARI, F. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 1990. 56p.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 11-18, 2004. 396p.
- HUTTA, J. S. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Revista Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, p. 63-89, 2020.
- MARTINS, J. S. **Tecendo a rede: notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semi Árido Brasileiro e outras excedências**. 2006. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- MARQUES, J. (Org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014. 460p.
- MIGNOLO, W. D. Aiesthesis Decolonial. **Calle**, v. 4, n. 4, p. 10-25, 2010.
- OLIVEIRA FILHO, A. T.; JARENKOV, J. A.; RODAL, M. J. N. Floristic relationships of seasonally dry forests of eastern South America based on tree species distribution pattern. In: PENNINGTON, R. T.; LEWIS, G. P.; RATTER, J. A. **Neotropical savannas and seasonally dry forests**. Boca Raton: CRC Press, 2006. p. 159-190.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 1. ed. Campinas: Pontes/UNICAMP, 2012. 100.
- PÊCHEUX, Michel. *Les Vértiés de la Palice*, Maspero. Tradução Eno Orlandi. Campinas:

Editora da UNICAMP, 1075.

PROENÇA, M. C. **José de Alencar na Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1966.

RIBEIRO, M. F. R. Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e enactment. O analista implicado. **Revista Cadernos de psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 132-144, 2016.

ROUSSEAU, J. J. **Os devaneios do caminhante solitário**. Brasília: Editora Universidade de Brasília - Hucitec, 1986. 187p.

RUECKERT, W. Literature and ecology: un experiment in Ecocriticism. In: GLOTFELTY, C.; FROMM, H. (Eds). **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology**. London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. 105-123.

SANTOS, B. S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003. 824p.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos**, v. 72, p. 71-94, 2007.

SANTOS, E. R. Religiosidade sertaneja: amanhecer esperança, adormecer paciência. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 27, 2013, Natal. **Anais...** Natal, 2013. p. 110-121.

SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T.; LINS, L. V. (Org). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: MMA/UFPE/Conservation International, 2004.

SILVA, C. C. **Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia**. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA JUNIOR, A. S. Homo Religiosus na formação do semiárido cearense. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, v. 3, n. 2. p. 55-70, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente** (trad.) Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanista. In: CRISTOFOLETI, A. (Org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 29-40.

VELOSO, H. P.; RANGEL-FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 1991. 271p.

Trabalho enviado em 09/09/2021

Trabalho aceito em 16/12/21

Topofobia e Topofilia em *O Quinze*: uma análise ecocrítica da obra de Rachel de Queiroz

Topophobia and Topophilia in O Quinze: an ecocritical analysis of Rachel de Queiroz's work

Topofobia y Topofilia en O Quinze: un análisis ecocrítico de la obra de Rachel de Queiroz



Elisângela Campos Damasceno Sarmiento¹

<https://orcid.org/0000-0000-0003-3002-1120>

Geraldo Jorge Barbosa de Moura²



<https://orcid.org/0000-0001-7241-7524>

RESUMO: Em 1930, a escritora Rachel de Queiroz publica a obra *O Quinze* que se enquadra na prosa regionalista da segunda fase do Modernismo brasileiro, pondo em evidência o sertão cearense. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo investigar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Ecocrítica - que estuda as imbricações entre a Literatura e a Ecologia -, as relações homem-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão que a autora delinea, dialogando, também, com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar, com o ambiente e com o território, tendo em vista os conceitos de topofobia - aversão ao ambiente físico - e topofilia - familiaridade ou apego, propostos, em 1980, pelo geógrafo chinês Yi-Fu Tuan. Sendo assim, os discursos presentes na narrativa demonstram a predominância do sentimento de horror à caatinga (topofobia), em virtude dos problemas decorrentes da seca, embora ocorra uma alteração da paisagem em meio às primeiras chuvas, modificando, também, a relação do homem com o ambiente, tornando-a mais amena e, portanto, topofílica. Desse modo, a Ecocrítica constitui-se como um campo interdisciplinar e transdisciplinar, representando, assim, uma robusta ferramenta à compreensão das relações homem-ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Humanista. Literatura. Ecologia Humana.

ABSTRACT: In 1930, the writer Rachel de Queiroz published the work *O Quinze*, which it fits into the regionalist prose of the second phase of Brazilian Modernism, highlighting the Ceará sertão. In this context, this research aims to investigate, under the method of Discourse Analysis of the French Line and the Ecocritical perspective - which studies the imbrications between Literature and Ecology -, the human-environment relations and the representations of the sertanejo and the sertão that the author describes, also dialoguing with the human feeling that is awakened in the dialogue with the place, with the environment and with the territory, in view of the concepts of topophobia - aversion to the physical environment - and topophilia - familiarity or attachment, proposed in 1980 by Chinese geographer Yi-Fu Tuan. Thus, the discourses presente in the narrative

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus Juazeiro. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - Campus Paulistana. E-mail: elisceno@ifpi.edu.br.

²Doutorado em Ciências Biológicas pela UFPB-UFRN/Brasil e UBA/Argentina. Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. E-mail: geraldo.jbmoura@ufrpe.br.

demonstrate the predominance of the feeling of horror of the caatinga (topophobia), due to the problems arising from the drought, although there is a change in the landscape amidst the first rains, also modifying the relationship of man with the environment, making it more pleasant and therefore topophilic. In this way, Ecocritique is constituted as an interdisciplinary and transdisciplinary field, thus representing a robust tool for understanding human-environment relations.

KEYWORDS: *Humanistic Geography. Literature. Human Ecology.*

RESUMEN: *En 1930, la escritora Rachel de Queiroz publicó la obra O Quinze, que encaja en la prosa regionalista de la segunda fase del Modernismo brasileño, destacando el sertão cearense. En este contexto, esta investigación tiene como objetivo investigar, bajo el método de Análisis del Discurso de la Línea Francesa y la Perspectiva Ecocrítica --que estudia las imbricaciones entre Literatura y Ecología--, las relaciones humano-ambiente y las representaciones del sertanejo y el sertão que plantea el autor, dialogando también con el sentimiento humano que se despierta en el diálogo con el lugar, con el medio ambiente y con el territorio, ante los conceptos de topofobia - aversión al medio físico - y topofilia - familiaridad o apego, propuesto en 1980 por el geógrafo chino Yi-Fu Tuan. Así, los discursos presentes en la narrativa evidencian el predominio del sentimiento de horror de la caatinga (topofobia), debido a los problemas derivados de la sequía, aunque hay un cambio de paisaje en medio de las primeras lluvias, modificando también la relación de hombre con el medio ambiente, haciéndolo más agradable y, por tanto, topófilo. De esta manera, Ecocritique se constituye como un campo interdisciplinario y transdisciplinario, representando así una herramienta robusta para comprender las relaciones humano-ambiente.*

PALABRAS-CLAVE: *Geografía Humanística. Literatura. Ecología Humana.*

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, ressalta-se que a origem do termo “Ecologia” advém da Biologia e tem se ramificado, surgindo outras abordagens, como Ecologia Humana, Ecologia Social, Ecocrítica, em face da íntima imbricação com a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a Literatura, assumindo, dessa maneira, um caráter, efetivamente, interdisciplinar e transdisciplinar.

Nesse cenário de análises interdisciplinares e transdisciplinares na interlocução homem-ambiente, vale ponderar que, no final da década de 1970, a partir dos trabalhos do norte-americano William Rueckert, que se notabilizou no contexto da Literatura americana, iniciaram-se os estudos acerca da Ecocrítica - correlação Literatura-Ecologia - e se evidenciaram, nos debates científicos, as obras literárias como fortes impulsionadoras de conhecimentos que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Todavia, essa área de investigação só passou a ser, primordialmente, considerada a partir de 1989, quando Cheryl Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, instigou o seu uso no campo crítico. A partir daí, surgiu uma ferramenta que vem auxiliando os pesquisadores a analisarem as relações homem-ambiente, mediadas por obras literárias que permeiam saberes e percepções inter e transdisciplinares sobre o lugar, o ambiente, o território e os grupos sociais que lá habitam.

Dessarte, para a presente pesquisa, a Ecocrítica suscita uma análise menos reducionista, uma vez que congrega diversos conhecimentos que se inter cruzam, favorecendo, assim, a abrangência de olhares em torno das relações homem-ambiente e das representações do sertanejo e do sertão na obra moderna *O Quinze*, de Rachel de Queiroz.

Partindo dessa premissa e norteada pelas imbricações estabelecidas com diversas ciências, a Ecocrítica relaciona-se com História, Sociologia, Filosofia, Antropologia e

Geografia, mencionando, somente, algumas das áreas no vasto campo de inter-relações dos saberes em que está inserida, sendo, pois, uma rica perspectiva no universo de possibilidades acadêmico-científicas.

Tendo em vista o estabelecimento de uma interface entre Ecologia, Literatura e Geografia, vale frisar as contribuições da Geografia Humanista que tem como objetivo precípuo analisar os comportamentos e as relações entre os sentimentos humanos e o lugar habitado. Nesses termos, é a subjetividade, conectada ao meio, que sinaliza a possibilidade de definição de dois termos: topofilia que remete à familiaridade, apego ao lugar - já que *topo* denota lugar e *filia* refere-se à filiação - e topofobia que traz uma significação inversa, haja vista que *fobia* alude à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância.

Por conseguinte, há tanto o apego quanto o horror no que tange ao trinômio seres humanos-lugar-natureza. Nesse contexto, as percepções topofílicas e topofóbicas podem, certamente, ser encontradas na arte literária, visto que o objeto literário não existe sem a personagem de ficção e esta tem a vida traçada conforme certas condições de espaço que influenciam, diretamente, a sua trajetória na trama.

Outrossim, a perspectiva ecocrítica, nascendo da junção entre Ecologia e Crítica e permeada pelo texto literário, configura-se como uma das possibilidades de interpretação da realidade, quando se busca analisar as relações do homem com o ambiente, levando em conta as suas múltiplas faces, sejam elas socioculturais ou simbólicas, destacando, assim, os vieses inter e transdisciplinar que lhe são intrínsecos.

Na obra *O Quinze*, apresenta-se, como tema principal, a grande seca de 1915, sobre a qual a autora tanto ouviu comentar. Ressalta-se que esse primeiro livro destacou-se como, verdadeiramente, brasileiro e inaugura a presença feminina na segunda fase do Modernismo brasileiro. A partir disso, começa a saga de uma escritora que se lançava no universo ficcional, resistindo aos preconceitos de uma sociedade patriarcalista e conservadora.

Nesse panorama, Rachel de Queiroz conquista a façanha de se tornar, em 1977, a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, denunciando a miséria do sertanejo em meio à seca e às consequências dela decorrentes. Ademais, o enredo de *O Quinze* não se limita ao problema da seca, porém o entrecorta com outros temas, como, por exemplo, a inércia do governo, o oportunismo de alguns e o altruísmo de outros; a resistência do sertanejo e o amor pelo lugar de origem.

Portanto, *O Quinze*, embora se enquadre no regionalismo de 1930, não se conteve ao tema central da segunda fase do Modernismo – a seca do Nordeste – adentrando em complexos mundos, como o psicológico e a formação de um novo grupo social, invisível à elite: o retirante, visto que o fenômeno da seca configura-se, muito mais, como uma deformação ética e política do que um agravo geográfico-hidrológico.

Isso posto, o presente estudo tem como objetivo analisar as relações homem ambiente e as representações do sertanejo e do sertão que a autora delinea, dialogando, também, com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar, com o ambiente e com o território, tendo em vista os conceitos de topofobia e topofilia. Adicionalmente, ressalta-se que esta investigação parte da hipótese de que o discurso topofóbico sobressai-se em comparação ao topofílico.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir desses elementos contextuais, esta pesquisa assenta-se na obra *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz, que reúne breves 26 capítulos que têm, como pano de fundo, as consequências da seca e as mudanças de realidade com a chegada da chuva, além de temáticas paralelas que deixam a trama mais envolvente. Com vistas a realizar esta investigação, adotou-se o método da Análise do Discurso de Linha Francesa em que, segundo Michel

Pêcheux (2006), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Isso posto, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido.

Dessarte, Eni Orlandi (2012) corrobora a Análise do Discurso de Linha Francesa na qual considera as condições de produção em que a obra foi escrita, o contexto histórico social do país e a história de vida do autor, destacando, pois, essas três características como muito relevantes para a análise deste estudo, visto que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso na obra em questão. Além disso, na sua concepção, há de se levar em consideração os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto.

Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso, consoante Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem com a sua história e com as construções sociais, norteado pela capacidade de significar e significar-se, validando, assim, tais sentidos no discurso do autor através das considerações de suas condições de produção, as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação (contexto imediato e contexto amplo).

Nesse sentido, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que tange ao sujeito que enuncia – Rachel de Queiroz – e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada à autora e ao período histórico em que se insere a obra *O Quinze*, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelo sujeito que fala no texto consoante os estudos de Pêcheux (2006).

Ademais, sublinha-se que foi adotada a perspectiva ecocrítica como mais um mecanismo de análise, tendo em vista que, conforme Garrard (2006), as relações entre Literatura e Ecologia são bastante relevantes para uma criteriosa e abrangente investigação em torno das relações homem-ambiente, considerando o universo interdisciplinar que permeia a dinâmica da vida em sociedade na imbricação com a cultura e a natureza.

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 28 publicações, dentre elas: artigos científicos, localizados em periódicos online e em anais de eventos disponíveis eletronicamente, que remontam às primeiras décadas dos anos 2000, além de e-books, bem como livros de críticos literários brasileiros e teses de doutorado, cuja totalidade do referencial teórico data de 1915 (aporte clássico) até consultas que foram realizadas em sites da internet no primeiro semestre de 2021.

AS RELAÇÕES TOPOFÓBICAS E TOPOFÍLICAS NA OBRA *O QUINZE*, DE RACHEL DE QUEIROZ

Inicialmente, ressalta-se que a obra *O Quinze* traz à tona um problema bastante comum no semiárido cearense: a seca. A partir desse fenômeno, desencadeiam-se outros imbróglis, como a problemática dos retirantes e a miséria. Para discutir essas questões, a jovem escritora apresenta personagens que vivenciam a tragédia das condições famélicas desses sujeitos, destacando, em primeiro plano, os sertanejos: Chico Bento, Cordulina e seus filhos, uma família de retirantes que tenta sobreviver na mais absoluta penúria.

Desse modo, o fenômeno da estiagem no Nordeste brasileiro e a falta de políticas públicas adequadas para mitigar a miséria ocasionaram a morte de milhares de sertanejos. Segundo registros históricos, apresentados por Scoville (2011), as secas mais graves datam de 1877-1879; de 1915; de 1934-1936 e de 1979-1985, devastando consideráveis populações humanas, bem como as florísticas e faunísticas do semiárido, imprimindo, por conseguinte, um cenário de desolação.

Entretanto, este artigo tratará, apenas, da seca de 1915, ambientação do enredo da obra *O Quinze*. Nesse sentido, com a abrasadora seca de 1915, que assolou o sertão cearense, surgiu o primeiro campo de concentração (como é retratado na obra em epígrafe) ou o curral

do governo, que tinha por objetivo impedir que os flagelados saqueassem a capital. Tal depósito de gente foi, conforme sublinha Scoville (2011), instalado no Alagadiço, a oeste de Fortaleza, com, aproximadamente, oito mil pessoas mal alimentadas e mal cuidadas, vigiadas por soldados do governo.

Com vistas a reverberar a imbricação entre a História e a Literatura, vale frisar os seguintes fragmentos do décimo quarto capítulo da obra em apreço: “Da escola, ia, para o Campo de Concentração, auxiliar na entrega dos socorros” (QUEIROZ, 2012, p. 43); “Ela faz parte do grupo de senhoras que distribuem comida e roupa aos flagelados” (QUEIROZ, 2012, p. 44).

Desse modo, observa-se que a responsabilidade do governo era mínima, apenas a cessão de um espaço fétido e deplorável. Em outras palavras, os retirantes, para não morrerem à míngua, contavam com o altruísmo e o voluntariado de algumas senhoras que se sensibilizavam com a situação miserável em que viviam os sertanejos. E essa ação, segundo Scoville (2011), configura-se como autobiográfica, uma vez que Rachel de Queiroz se deslocava, juntamente com as suas tias, aos campos de concentração de Fortaleza-CE, a fim de prestar auxílio humanitário aos flagelados da seca.

Retomando a obra em exame e, portanto, a condição deletéria a que estavam submetidos os retirantes cearenses, destacam-se os seguintes trechos do décimo primeiro capítulo: “Conceição atravessava depressa o Campo de Concentração. Às vezes, uma voz atalhava: — Dona, uma esmolinha, ela tirava um níquel da bolsa e passava adiante, em passo ligeiro, fugindo da promiscuidade e do mau cheiro do acampamento” (QUEIROZ, 2012, p. 35); “Que custo, atravessar aquele atravancamento de gente imunda, de latas velhas e trapos sujos” (QUEIROZ, 2012, p. 36).

Esse fragmento narrativo da obra *O Quinze*, coaduna as cenas reais e dramáticas por que passavam os sertanejos nos campos de concentração, implantados pelo governo, a fim de servir como depósito de —lixo humano, abandonado e esquecido pelas autoridades que deveriam lhes garantir dignidade. Nesse contexto, sob um viés histórico, reporta-se aos campos de concentração instaurados durante a Segunda Guerra Mundial, nos quais os judeus eram aglomerados e exterminados.

De modo análogo, assim também eram tais espaços para os retirantes, que morriam de fome e de doenças em face do ambiente promíscuo e insalubre, impróprio, inclusive, a animais ditos irracionais. Abandonados pelo Poder Público, os sertanejos da obra em questão se refugiavam na espiritualidade. Outrossim, no primeiro capítulo, aparecem as marcas de uma profunda religiosidade do (a) sertanejo (a) em meio às duras consequências de um longo tempo de estiagem conforme ratificam os trechos a seguir: “Depois de se benzer e de beijar duas vezes a medalhinha de São José, dona Inácia concluiu: dignai-vos ouvir nossas súplicas, ó castíssimo esposo da Virgem Maria, e alcançai o que rogamos. Amém” (QUEIROZ, 2012, p. 12).

Esse pedido fervoroso remete à fé de que São José, com providências divinas, intercederá pelo sertão, enviando chuva para amenizar tamanho sofrimento. Consoante Silva Júnior (2009), historicamente, o sertanejo permaneceu-se envolto numa atmosfera de resignação aos ditames de Deus no seu sofrível cotidiano em meio a um espaço inóspito, em que o sol também surge como personagem.

Para essa análise, cabe sublinhar, também, as contribuições de Freud (1915a, 1915b), quando afirma que há duas pulsões que permeiam a natureza humana: a de vida – Eros, e a de morte – Tanatos. Igualmente, esses universos duplos não são antagônicos, mas se complementam, e essa dualidade faculta ao ser humano lidar com as diversas facetas da vida. Nesse contexto, a fé, para Freud (1939), configura-se como uma “pulsão de vida”, propiciando ânimo e esperança ao sertanejo e isso o impulsiona à superação das adversidades ambientais e econômicas, como a seca e a pobreza.

Sob outra perspectiva, pondera-se que as obras literárias, a mídia e os intelectuais de um modo geral reproduziam a visão de que a seca é produto da vontade de Deus, impregnando de fanatismo um problema que decorre de questões éticas e políticas. Esse discurso serviu, portanto, por muitas décadas, para camuflar as intenções políticas de manutenção desse cenário funesto, a fim de que oligarquias permanecessem no poder, em troca de pequenos favores aos sertanejos.

Segundo Oliveira (2006), essa preocupação com a seca é recorrente no sertanejo e, embora as secas não necessitem de previsão, pois são quase certas, o temor de que ocorram, sem que esteja preparado para tanto, leva o sertanejo a notar seus prenúncios com a mesma ansiedade com que observa os indicativos de chuva. Esse conhecimento popular pode ser atestado nas passagens a seguir: “___ E nem chove, hein, Mãe Nácia? Dona Inácia levantou para o telhado os olhos confiantes: — Tenho fé em São José que ainda chove! — Eh! A lua limpa, sem lagoa! Chove não” (QUEIROZ, 2012, p. 12).

Embora a fé dos sertanejos fosse intensa, crendo, pois, em dias melhores com a vinda das chuvas, os saberes antigos que eram passados de geração a geração apontavam a continuidade da seca, preocupando aqueles que dependiam da terra e da natureza para sobreviverem. Esses saberes populares, consoante Magalhães (1963), representam muito para a previsão do tempo no sertão, uma vez que, para os sertanejos, tais experiências valem mais que toda a ciência dos doutores, visto que são tradições orais que vêm de outras eras, perpassadas por seus ancestrais.

Sob esse viés, de acordo com Santos (2007), os conhecimentos populares, sejam eles, provenientes dos sertanejos ou de qualquer outro grupo invisível, configuram-se como ecologia de saberes, que tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo e o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do científico. Nessa perspectiva, o empirismo do sertanejo, fruto da observação da natureza e de experiências de vida acumuladas, não raro, torna-se mais eficaz do que o estudo meteorológico para aquela região.

Tendo em vista uma melhor compreensão dos personagens que se inserem nesta obra e, por conseguinte na análise deste manuscrito, segue um quadro explicativo acerca desse elenco (quadro 1).

Quadro 1 - Quadro descritivo dos personagens da obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz

Personagens	Caracterização
Chico Bento, Cordulina	Retirantes cearenses
Josias	Filho de Chico Bento e Cordulina
Conceição	Professora e voluntária no Campo de Concentração em Fortaleza-CE
Dona Inácia (—Mãe Nácial)	Avó de Conceição
Vicente	Proprietário de fazenda, amante da terra e pretendente de Conceição.
Dona Idalina	Mãe de Vicente
Lourdinha	Irmã de Vicente
Mariquinha	Amiga de Lourdinha

Dona Maroca	Proprietária da terra onde Chico Bento trabalhava antes da seca.
-------------	--

Fonte: autores.

De outra parte, o sertanejo, apesar de desfrutar de algumas características em comum, diverge em outras. Isso se pode notar, quando se observa a (re) ação diante do flagelo da seca. Há um grupo que abandona os animais à própria sorte e outro que luta de sol a sol, com o objetivo de manter vivo o maior número possível do rebanho conforme se pode ratificar com base no trecho a seguir, extraído do segundo capítulo:

O compadre já soube que a dona Maroca das Aroeiras deu ordem pra, se não chover até o dia de São José, abrir as porteiras do curral? Vicente pensava sombriamente no que seria de tanta rês, se de fato não viesse o inverno; — Pois eu, não! Enquanto houver juazeiro e mandacaru em pé e água no açude, trato do que é meu! (QUEIROZ, 2012, p. 14).

O excerto acima traz à tona dois elementos bíblicos: “o bom pastor e o mercenário”. Segundo o Evangelho de São João (10; 11-13) (BÍBLIA SAGRADA, 2008), “[...] o bom pastor dá a vida por suas ovelhas; o mercenário vê o lobo e foge, e o lobo as ataca. Por ser apenas mercenário, ele não se importa com as ovelhas. Eu sou o bom pastor”. Nesse contexto, “dona Maroca” representa o mercenário que abandona o gado para o lobo – a seca – devorá-lo. Em contrapartida, “Vicente” simboliza o bom pastor, que cuida do gado e impede que a seca (o lobo) o destrua.

Outra característica marcante de “Vicente” é a resiliência, não se entregando diante dos obstáculos como bem afirma no fragmento: “Quem comeu a carne tem de roer os ossos” (QUEIROZ, 2012, p. 14). Desse modo, verifica-se que essa peculiaridade do personagem se estende a outros sertanejos que apresentam um espírito combativo e resistente, estando, pois, dispostos a enfrentar períodos de restrições e privações. Sendo assim, essas idiosincrasias formam uma representação do sertanejo, pois, conforme Reis (2001) há uma representação, quando o próprio sujeito é representado de forma real. Em outras palavras, quando são percebidas correlações verossímeis e aproximativas com o mundo concreto.

Ainda no segundo capítulo da obra *O Quinze*, são frequentes as expressões “topofóbicas” (TUAN, 1982, p. 172) voltadas ao sertão, mas não são imagens de repugnância ao lugar, por não fazer parte dele, por não carregar consigo o sentimento de pertencimento como ocorre na obra de Euclides da Cunha *Os Sertões* (“terra ignota, de natureza torturada” - CUNHA, 2009, p. 29), cuja repercussão é dominante no imaginário nacional e internacional, o que há, explicitamente, é a denúncia de uma caatinga abandonada pelo governo que adota uma política de repulsa e não um projeto de convivência com o semiárido.

Segundo Roberto Marinho Alves da Silva (2003), professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, não se trata apenas de programas emergenciais e de ações de combate à pobreza. Faz-se necessária, primordialmente, a sustentabilidade com base na convivência, o que implica e requer políticas públicas permanentes e apropriadas que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais, sendo imperativo romper com as estruturas de concentração da terra, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos.

Para expressar esse tom de crítica social a uma caatinga desolada e, marcadamente, alheia de investimentos que propiciem a convivência do sertanejo com a seca, seguem termos e orações, retirados do segundo capítulo:

Estrada vermelha e pedregosa, orlada pela galharia negra da caatinga morta; Folhas secas no chão que estalavam como papel queimado; Verde, na monotonia cinzenta da paisagem, só algum juazeiro ainda escapou à devastação da rama; E o chão, que

em outro tempo a sombra cobria, era uma confusão desolada de galhos secos (QUEIROZ, 2012, p. 15).

Essas passagens coadunam, assim, o caráter topofóbico do sertão em tempos de estiagens prolongadas. Ademais, é oportuno sublinhar que, consoante Silva, Costa e Moura (2014), no artigo intitulado *Topofobia e topofilia em “A Terra”, de “Os Sertões”*: uma análise ecocrítica do espaço Sertanejo Euclidiano, reverbera-se a perspectiva topofóbica euclidiana no tocante à percepção da caatinga, uma vez que o escritor, oriundo da região Sudeste, deixa emergir uma visão de repulsa ao semiárido nordestino, apresentando, pois, uma narrativa preconceituosa como se a fitofisionomia da caatinga fosse, exclusivamente, seca, sem vida e, portanto, inóspita.

Ainda segundo Silva, Tabarelli e Fonseca (2004), a fitofisionomia da caatinga (conforme figura 1) apresenta clima semiárido, vegetação com pouca folhas e adaptadas para os períodos de seca. Nessa época, quase todas as plantas perdem as folhas para diminuir a transpiração e evitar a perda de água armazenada. No inverno, devido à ocorrência de chuva, as folhas verdes e as flores voltam a brotar. Entretanto, mesmo em meio a essa irregularidade, na caatinga, há uma considerável biodiversidade, seja de flora, seja de fauna. Dessa forma, a visão unívoca desse bioma como tão somente seco e sem vida é errônea, uma vez que, durante o período chuvoso, a vegetação adquire outro aspecto: verde e fadado a um visível desenvolvimento.

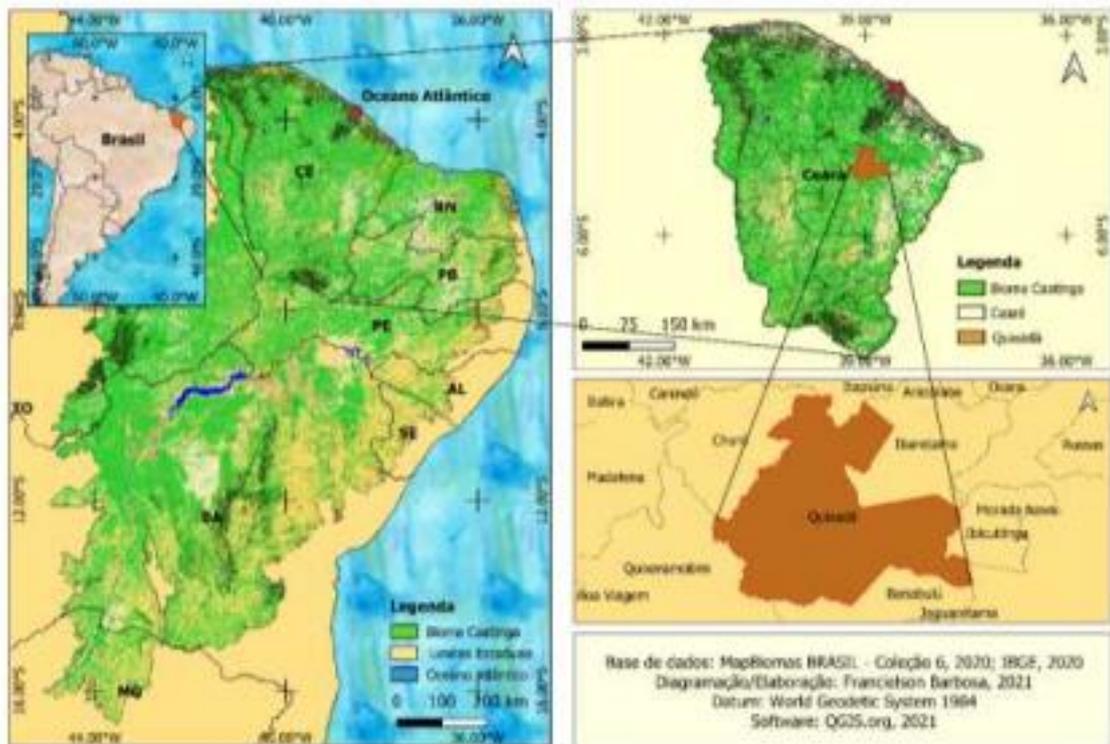
Nesse íterim, salienta-se que, mesmo diante de eloquentes críticas voltadas ao abandono do sertão nordestino, como, por exemplo, na obra *O Quinze*, somente em 1980, conforme Silva (2003), surgiram as primeiras pesquisas destinadas à área de sequeiro, com foco na necessidade de se conviver com a seca, mediante o desenvolvimento de tecnologias e alternativas apropriadas ao homem do semiárido. Tais pesquisas foram lideradas pela Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e pela Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A partir daí, o grande desafio seria divulgar ao homem do sertão o uso e a eficácia das tecnologias desenvolvidas e como torná-las viáveis ao sertanejo por meio de linhas de crédito acessíveis aos pequenos agricultores e pecuaristas. Ainda hoje, os entraves políticos e éticos da convivência com a seca e com o semiárido são gigantescos, embora sejam inegáveis os avanços que ocorreram, ao longo das décadas, se compararmos com o início do século XX, mais especificamente o ano de 1915, narrado no romance *O Quinze*.

Retomando o enredo da obra em apreço, vale assinalar trechos do terceiro capítulo que frisam o cenário angustiante da seca, bem como a porosidade emocional e de sina entre os animais e o sertanejo, absorvendo, pois, as características de ambos facilmente:

Chico Bento bateu os paus na porteira e foi caminhando devagar, atrás do lento caminhar do gado, que marchava à toa, parando às vezes, e pondo no pasto seco os olhos tristes, como numa agudeza de desesperança; Outras reses seguiam cabisbaixas, na mesma marcha pensativa; O marmeleiral esquelético, era tudo cinzento, o próprio leite das lagoas vidrara-se em torrões de lama ressequida; — Ô sorte, meu Deus! Comer cinza até cair morto de fome! (QUEIROZ, 2012, p. 18).

Figura 1: Mapa do Brasil, com destaque para o bioma caatinga, estado do Ceará e município de Quixadá, principal dimensão espacial (ecológica e geopolítica) de desenvolvimento da obra *O Quinze*



Autor: Francielson Barbosa, 2021.

Igualmente, observando essa dramática descrição-narrativa do sertanejo em tempos de seca, evidencia-se o aspecto trágico da cena, peculiaridade da autora, que, conforme Lobato e Pereira (2011, p. 6), apresenta uma atmosfera cíclica: “é caminhar, caminhar e se deparar com tudo seco, cinzento até morrer de fome” como um destino implacável e irrevogável. Era, assim, a imagem da seca no Nordeste do início do século XX. Para os autores, através de seu tom trágico, a seca suscita ao personagem e, indiretamente, ao leitor, a humanização através da desumanização, metamorfose extraída do desespero (como a morte certa dos retirantes e dos animais). Dessa forma, em meio a essa tragédia humana, o ambiente é topofóbico.

Outro ponto que deve ser sublinhado é a sciência dos animais, delimitada na cena, a partir das descrições: “olhos tristes como numa agudeza de desesperança”; “na mesma marcha pensativa” (QUEIROZ, 2012, p. 18). Desse modo, as emoções do gado se integram às do vaqueiro Chico Bento e vice-versa. Segundo Wohlleben (2019), uma manada de elefantes cuida de seus membros, ajuda os indivíduos doentes e fracos e reluta até em deixar os mortos para trás. Isso corrobora a tese de que os animais são seres sencientes, posto que demonstram sentimentos (amor, tristeza, compaixão) e têm consciência de si e do seu entorno.

Esse é um grande passo para a conquista dos direitos dos animais, visto que eles têm sentimentos (dor física e psicológica – angústia), podendo, pois, experimentar emoções negativas e positivas, além, é claro, de terem consciência de si e do seu entorno, mesmo que em nível diferente dos humanos e essa percepção é, fortemente, sinalizada na obra *O Quilômetro 15*, principalmente por aqueles que lidavam, diretamente, com o rebanho.

Vale ponderar que uma representação muito frequente do sertanejo é a de um vaqueiro rude e iletrado e que, portanto, não corresponde aos padrões almejados pela classe dominante. Isso é o que se observa nos trechos a seguir, quando a mãe de Vicente, relativamente abastada, lamenta por ele não ter seguido a carreira do irmão, de quem se orgulhava.

“Todo o dia a cavalo, trabalhando, alegre e dedicado, Vicente sempre fora assim, amigo do mato, do sertão, de tudo o que era inculto e rude. Sempre o conheceu querendo ser vaqueiro, apesar do desgosto que com isso sentia a gente dele” (QUEIROZ, 2012, p. 16). “A

pobre senhora sentiu os olhos cheios de lágrimas, e ficou chorando pelo filho tão bonito, tão forte, que não se envergonhava da diferença que fazia do irmão doutor e teimava em não querer ser gente” (QUEIROZ, 2012, p. 17).

Esses excertos traduzem a colonialidade do poder, do saber e do ser. Logo, a mãe de Vicente, D. Idalina revela uma segregação destinada ao próprio filho que representa o pobre, o inculto e o inferior, um grupo social ao qual a elite é indiferente e procura manter distância, para reforçar a sua superioridade. Segundo Grosfoguel (2008), a cultura colonial dicotômica superior/inferior; letrado/inculto permanece entranhada na sociedade e, por conseguinte, sendo reproduzida nas interações humanas, com vistas a consolidar exclusões e subalternidades.

No quinto capítulo da obra em exame, emerge, também, a situação trágica do retirante: sem comida, sem morada, sem dignidade, sem nada. Esse contexto dramático pode ser reverberado nas passagens a seguir: “Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse” (QUEIROZ, 2012, p. 21); “Que passagens! Tem de ir tudo é por terra, feito animal. Nesta desgraça quem é que arranja nada!” (QUEIROZ, 2012, p. 23). Desse modo, ratifica-se uma geografia topofóbica que expulsa o homem do campo de seu lugar.

Para Sales e Oliveira (2019), o fluxo migratório de nordestinos (como refugiados ambientais), em razão das secas, ocorreu de duas formas principais: os que foram deslocados temporariamente e que regressaram como foram os casos da personagem “Mãe Nácia” (“Fazia vinte e cinco anos que eu não saía do Logradouro” – QUEIROZ, 2012, p. 25); “Desde as primeiras chuvas, dona Inácia iniciou seus preparativos de viagem. Desejava ir embora o mais depressa possível. Enfim! Voltava ao Logradouro” - QUEIROZ, 2012, p. 75) e da família de Vicente que se mudou, quando os impactos da estiagem se agravaram (“Todos se mudaram pro Quixadá, só Seu Vicente ficou na fazenda” - QUEIROZ, 2012, p. 36). E a outra forma de fluxo de retirantes nordestinos ocorreu mediante o deslocamento daqueles que partiram do campo (terra natal) em busca de dias melhores, em face da inviabilidade de retorno ao seu território como se observa o exemplo do retirante Chico Bento e sua família (“Mas, Chico, eu tenho tanta pena da minha barraquinha! Onde é que a gente vai viver, por esse mundão de meu Deus?” - QUEIROZ, 2012, p. 21).

E essa segunda possibilidade é a mais trágica e a mais recorrente na obra em apreço conforme se pode atestar em fragmentos de alguns capítulos: “Debaixo de um juazeiro grande, todo um bando de retirantes se arranchara” (QUEIROZ, 2012, p. 27); “De tarde, quando caminhavam com muita fome” (QUEIROZ, 2012, p. 34); “Sombras vencidas pela miséria e pelo desespero que arrastavam passos inconscientes, na derradeira embriaguez da fome” (QUEIROZ, 2012, p. 42). Desse modo, por mais que fugissem da miséria, os retirantes só encontravam fome pelo caminho, em virtude da ausência de políticas públicas para a convivência com o semiárido. Sendo assim, a paisagem descrita é topofóbica, expressando, pois, o horror da decrepitude do ser humano em meio a um ambiente inóspito e desprezado.

Isso decorre de uma política centralizadora, na qual os recursos federais, destinados para o eixo São Paulo-Minas Gerais, desenvolviam as regiões Sudeste e Sul e desprezavam o Norte e o Nordeste, cujos miseráveis, sem o amparo do Estado e da sociedade, pereciam à margem da República do Café-com-Leite. Segundo o historiador Boris Fausto (2013), essa República oligárquica vigorou entre os anos de 1898 e 1930, cuja administração girava em torno dos interesses dos paulistas e mineiros.

Nessa tônica, Rachel de Queiroz, na obra *O Quinze*, denunciou as reduzidas e ineficazes políticas públicas destinadas ao Nordeste, mais especificamente ao sertão cearense, marcado pelas consequências da seca, que se tornou uma tragédia humana como se pode constatar nos excertos que se seguem: “De tarde, quando caminhavam com muita fome” (QUEIROZ, 2012, p. 34);

— Meu filho! Pelo amor de Deus! Você comeu mandioca crua? — Chico! Chico! Valha-me Nossa Senhora! O Josias se envenenou; a criança era só osso e pele: o relevo do ventre inchado formava quase um aleijão naquela magreza, esticando o couro seco de defunto, empretecido e malcheiroso (QUEIROZ, 2012, p. 35).

Na tragédia da vida humana, de acordo com Nietzsche (1999), há forças opostas, ocorrendo a passagem do apolíneo - composto por uma estabilidade ilusória - que, na obra em apreço, é o menino Josias caminhar com os pais, mesmo com uma fome incontrolável, mas perto deles, sem pensarem na iminência da morte - para o dionisíaco, configurado pela embriaguez da realidade - que é o estarrecimento da dor em face da morte da criança: “Lá se tinha ficado o Josias, na sua cova à beira da estrada” (QUEIROZ, 2012, p. 38); “Ficou em paz. Não tinha mais que chorar de fome, estrada afora” (QUEIROZ, 2012, p. 39).

E o Deus do vinho, Dionísio, perseguia a “vida-morte e a morte-vida” dos retirantes na obra *O Quinze*, que suscita verossimilhança, por retratar a realidade tal qual ela se apresenta ou se apresentava consoante se expõem os fragmentos a seguir: “Ah! Minha rede! Ô chão duro dos diabos! E que fome!” (QUEIROZ, 2012, p. 32); “Só talvez por um milagre iam aguentando tanta fome, tanta sede, tanto sol”; “E se não fosse uma raiz de mucunã arrancada aqui e além, ou alguma batata-brava que a seca ensina a comer, teriam ficado todos pelo caminho” (QUEIROZ, 2012, p. 39). Outrossim, corrobora-se uma geografia topofóbica (adversa) e, terrivelmente, repugnante, gerando tristeza e pavor pelo quadro de miséria do lugar ou dos lugares por onde os retirantes passavam.

Ainda permanecendo no retrato dionisíaco que Rachel de Queiroz representa na obra *O Quinze*, vale destacar outra característica marcante do vaqueiro sertanejo: a honra. Em outras palavras, essa honradez se traduz na honestidade de ganhar o pão de cada dia com o suor do seu rosto como se verifica no trecho a seguir:

Num quintalejo, um homem tirava o leite a uma vaquinha magra. Chico Bento estendeu o olhar faminto para a lata onde o leite subia, branco e fofo como um capucho e a mão servil, acostumada à sujeição no trabalho, estendeu-se maquinalmente num pedido, mas a língua ainda orgulhosa endureceu na boca e não articulou a palavra humilhante (QUEIROZ, 2012, p. 32).

Entretanto, quando a miséria se agrava num ambiente inóspito e topofóbico, as virtudes humanas são absorvidas por um quadro desumano, que retira do homem a sua dignidade. Para comprovar essa afirmação, apresenta-se o fragmento a seguir:

Caindo quase de joelhos, com os olhos vermelhos cheios de lágrimas que lhe corriam pela face áspera, suplicou, de mãos juntas: — Meu senhor, pelo amor de Deus! Me deixe um pedaço de carne, um taquinho ao menos, que dê um caldo para a mulher mais os meninos! Foi pra eles que eu matei! Já caíram com a fome! (QUEIROZ, 2012, p. 41).

Todavia, as cenas trágicas de *O Quinze* não se restringem à miséria dos retirantes, uma vez que os sertanejos que permaneceram no campo também foram vítimas de um ambiente desolador, subumano, topofóbico, padecendo, assim, devido à falta de amparo governamental e à ausência de possibilidades de subsistência como se verifica nos excertos a seguir: “Vicente contava agora a história de uma mulher conhecida que endoicera, quando viu os filhos morrendo à falta de comida” (QUEIROZ, 2012, p. 45); “O que desolava Vicente, o que enchia seu coração enérgico de um infinito desânimo, era a triste certeza da inutilidade do seu esforço” (QUEIROZ, 2012, p. 66).

É válido mencionar que, além do sofrimento em face da miséria, os retirantes eram vítimas de discriminação por parte da sociedade, posto que esta procurava manter distância como se aqueles fossem menos humanos ou inconvenientes conforme pode ser reverberado nas passagens a seguir: “Abre não, menina, é retirante, é melhor fingir que não ouve”

(QUEIROZ, 2012, p. 48); “Tem gente pra tudo, neste mundo! Uma moça branca, tão bem pronta, chorar mode retirante!” (QUEIROZ, 2012, p. 64).

Esse comportamento de indiferença é fruto de uma visão etnocêntrica na qual considera o outro como inferior ou indigno. Sobre isso, ressalta-se que, segundo Lobato e Pereira (2011), em 1537, o Papa Paulo III declarou que os ameríndios eram humanos. Diante disso, infere-se que, para a cultura europeia, nem todos os homens possuíam humanidade. E esse pensamento foi difundido no período colonial e se reproduz, ainda hoje, numa sociedade segregacionista que considera o pobre destituído de humanidade.

Salienta-se que uma prática comum, nas tragédias das secas, era o fato de os pais entregarem alguns de seus filhos aos padrinhos e madrinhas de melhor condição socioeconômica conforme se constata no excerto a seguir: “Que é que se é de fazer? O menino cada dia é mais doente, a madrinha quer carregar pra tratar, botar ele bom, fazer dele gente, se nós pegamos nesta besteira de não dar o mais que se arranja é ver morrer, como o outro” (QUEIROZ, 2012, p. 58). Tal atitude, apesar de árdua para os progenitores, fazia-se necessária para evitar a morte prematura das crianças retirantes.

Segundo Gadelha e Lima (2017), no período de secas prolongadas, o índice de mortalidade infantil é bastante significativo, haja vista a fragilidade corporal das crianças que enfrentavam a fome, a sede, a desnutrição e as doenças, principalmente, gastrointestinais. E, quando não morriam pelo caminho, padeciam na cidade, nos chamados campos de concentração, conforme se observa no fragmento a seguir:

Conceição passava agora quase o dia inteiro no Campo de Concentração, ajudando a tratar, vendo morrer às centenas as criancinhas lazarentas e trôpegas que as retirantes atiravam no chão, entre montes de trapos, como um lixo humano que aos poucos se integrava de todo no imundo ambiente onde jazia (QUEIROZ, 2012, p. 70).

Diante dessa cena trágica, fica patente que a esperança de dias melhores não se concretizava na cidade e, para os retirantes, só restava a ilusão de encontrar auxílio do governo na capital, centro administrativo do Estado. Na realidade, essa assistência vinha mais da caridade das senhoras do que do Poder Público como coaduna o trecho a seguir da obra *O Quinze*: “Olhe, todo dia, você ou a comadre apareçam por aqui, e o que nós juntarmos, em vez de se dar aos outros, guarda-se só pra vocês” (QUEIROZ, 2012, p. 55).

Abandonando esse cenário nefasto, a paisagem dá sinais de mudança com as primeiras chuvas e, concomitantemente, começa a ressurgir a esperança de dias melhores para o sertanejo, apresentando, assim, um ambiente “topofilico” (TUAN, 1980) e aprazível como se atesta nos trechos a seguir: “Enfim caiu a primeira chuva de dezembro” (QUEIROZ, 2012, p. 73); “O pasto se enramava, e uma pelúcia, verde e macia, se estendia no chão até perder de vista. A caatinga despontava toda em grelos verdes, pauis esverdeados” (QUEIROZ, 2012, p. 78); “E tudo era verde, e até no céu, periquitos verdes esvoaçavam gritando. O borralho cinzento do verão vestira-se todo de esperança” (QUEIROZ, 2012, p. 79).

Entretanto, ainda existia a sombra da miséria para os que ficaram no campo e resistiram aos golpes da fome. Todavia, os raios da chuva inebriavam a possibilidade de breve fartura como se constata no excerto a seguir:

Mas a triste realidade duramente ainda recordava a seca. Carecia esperar que o feijão grelasse, enramasse, floresse, que o milho abrisse as palmas, estendesse o pendão, bonecasse e lentamente endurecesse o caroço e que ainda por muitos meses a mandioca aprofundasse na terra as raízes negras. Tudo isso era vagaroso e ainda tinham que sofrer vários meses de fome (QUEIROZ, 2012, p. 79).

Isso posto, a obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, cumpre, magistralmente, a função

de denúncia da realidade, própria do regionalismo modernista da segunda fase (1930 – 1945), tendo como temática primordial a seca, mas tocando em aspectos relevantes que permeiam essa tragédia, como por exemplo, o descaso do governo, o preconceito com o retirante, o altruísmo de alguns que praticavam a caridade e a resistência do sertanejo, sobrevivendo a uma saga de penúria, com uma fé inabalável, acreditando, assim, na possibilidade de um futuro melhor.

Passando a relatar dados biográficos da autora, destaca-se que Rachel de Queiroz nasceu em 1910, na capital do Ceará. Em 1931, mudou-se para o Rio de Janeiro, mas nunca deixou de passar parte do ano em sua fazenda “Não me deixes”, no Quixadá, sertão cearense. De modo análogo, observa-se que “Conceição”, (personagem autobiográfica) em *O Quinze*, sempre passava as férias na fazenda “Logradouro”, de sua avó (“Mãe Nácia”), que estava próxima a Quixadá conforme corrobora o trecho que se segue, retirado do primeiro capítulo: “Todos os anos, nas férias da escola, Conceição vinha passar uns meses com a avó, no Logradouro, a velha fazenda da família, perto do Quixadá” (QUEIROZ, 2012, p. 13). Daí, a forte ligação entre a vida e a obra.

Segundo Scoville (2011), outro aspecto da vida de Rachel que merece ser assinalado é a sua dedicação às letras, ora como jornalista, ora como escritora de contos, romances, peças teatrais e literatura infantil, criando, assim, um estilo próprio que se alimenta de realidades concretas, como por exemplo, a seca e o drama dos retirantes nordestinos, cujas descrições e narrações aparecem marcadas pela agudeza da observação psicológica e da perspectiva social. Analogamente, pode-se perceber no discurso da personagem “Conceição”, um profundo amor às letras em meio à escolha de sua profissão – professora – e ao hábito da leitura:

— Esta menina tem umas ideias! De fato, Conceição talvez tivesse umas ideias; escrevia um livro sobre pedagogia, rabiscara dois sonetos; Chegara até a se arriscar em leituras socialistas, e justamente dessas leituras é que lhe saíam as piores das tais ideias, estranhas e absurdas à avó (QUEIROZ, 2012, p. 13).

Igualmente, entre personagem e autora, há uma identificação projetiva. Em outras palavras, observa-se, explicitamente, uma conjunção ficção-realidade na obra *O Quinze*. Desse modo, consoante Ribeiro (2016), o conceito de identificação projetiva foi postulado por Melanie Klein, em 1946, no texto "Notas sobre alguns mecanismos esquizoides", um clássico da literatura psicanalítica. Para a autora, a identificação projetiva pode ser compreendida como uma fantasia inconsciente entre analista e analisado e, de modo semelhante, entre autor e personagem, podendo ter um caráter mais agressivo, expulsivo e, portanto, defensivo ou um caráter mais comunicativo, sendo que os mecanismos de cisão e projeção, em intensidades diversas, estão sempre implicados. Sendo assim, autores e personagens estão imbricados numa relação identitária, uma vez que os personagens de um escritor são as projeções dos desejos autorais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões ora expostas, neste artigo, acerca do livro *O Quinze*, de Rachel Queiroz, reitera-se que a geografia humanista presente na obra é, marcadamente, topofóbica. Entretanto, essa repulsa ao lugar (ao sertão) caracteriza-se por um tom dramático, essencialmente trágico, que suscita uma crítica social à condição do retirante que é expulso do campo (terra natal), em razão de longos períodos de estiagem, sem um planejamento para a convivência com o semiárido, sendo assim lançado a uma saga funesta de abandono do Estado e menosprezo da sociedade numa atitude, predominantemente, segregacionista. Outrossim, somente quando a paisagem se transforma (de cinza para verde), ou seja, de seca

para chuvosa é que aparecem trechos topofílicos.

Nesse sentido, a análise da topofobia e da topofilia, no contexto da Ecocrítica, representa as conflitantes imbricações entre os seres humanos, a Literatura e o lugar. Desse modo, uma paisagem topofóbica desencadeia um espaço e um território adversos que, por conseguinte, impulsionam um destino nefasto como o que ocorreu com os retirantes da obra em apreço, quando submetidos a períodos longos de estiagem. Entretanto, esse cenário pode ser transformado mediante linhas de crédito destinadas ao homem do sertão, a fim de adotar tecnologias que potencializem a agricultura e a pecuária da região, uma vez que a fitofisionomia da caatinga apresenta características regulares, necessitando, pois, de pesquisas sobre as suas particularidades e investimentos paralelos, com o fito de desenvolver políticas públicas de convivência com o semiárido.

Nesse aspecto, a imagem topofílica pode e deve ser fomentada pelas políticas públicas de desenvolvimento do semiárido, além da necessidade de difusão do potencial dessa região na mídia televisiva e nas redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp, além de essa temática ser incitada pela publicação de obras literárias e científicas, bem como de matérias afins na mídia impressa e por meio da disseminação de diversas manifestações artísticas que contemplem essa bandeira, ganhando, assim, visibilidade nacional e internacional, com o propósito de desconstruir as visões, meramente, deterministas e topofóbicas do sertanejo e do sertão brasileiro.

Partindo dessa premissa, a obra *O Quinze* desempenha, primordialmente, o papel de denúncia da realidade, típico do Modernismo e com um caráter regional-universalista ao qual a 2ª fase (1930 – 1945) se integrou, revelando, pois, a tragédia dos refugiados ambientais que, tratados como —lixo humano!, iam perecendo à margem da sociedade, assinalando, desse modo, que a seca se configura como um problema social, ético, político e, por conseguinte, não se caracteriza, simplesmente, como um entrave climático ou de ordem religiosa, em face da vontade de Deus.

Por fim, mediante a Geografia Humanista, é possível reforçar a relação ser humano - lugar que ultrapassa essa área do conhecimento, requisitando, então, uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar que permeia os campos da Antropologia, da Sociologia, da Filosofia, da Psicanálise, da Arte e, mais especificamente, da Literatura, trazendo, assim, as contribuições da Ecocrítica, ciência que faz a interlocução entre a Literatura e a Ecologia, mesclando elementos do clima, da paisagem, do território, da fauna, da flora, da sociedade, da cultura e da história.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB, 2008.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo: Ediouro, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2013.

FREUD, Sigmund. O Inconsciente. *In:* FREUD, Sigmund. **Obras Completas.** Rio de Janeiro: Imago, 1915a. p. 183-233.

FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes. *In:* FREUD, Sigmund. **Obras Completas.** Rio de Janeiro: Imago, 1915b. p. 129-162.

FREUD, Sigmund. **Moisés e o monoteísmo.** Rio de Janeiro: Imago, 1939.

GADELHA, Georgina da Silva; LIMA, Zilda Maria Menezes. Cortejo de miséria: seca, assistência e mortalidade infantil... **Revista História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 2, p.101-118, 2017.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: Universidade de Brasília: 2006.

GROSFOGUEL, Ramón. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 8, p. 243-282, 2008.

LOBATO, Andrea Teresa Martins; PEREIRA, Eduardo Oliveira. A seca e a narrativa do trágico em O Quinze de Rachel de Queiroz. **Revista Garrafa 24**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 1-17, 2011.

MAGALHÃES, Josa. **Previsões folclóricas das secas e dos invernos no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, Maria Vanilda Moraes. Prevendo o tempo em Tanquinho, Bahia. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 6, número especial, p. 1-15, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes/UNICAMP, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2006.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

REIS, Carlos. **O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários**. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

RIBEIRO, Marina Ferreira da Rosa. Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e enactment. O analista implicado. **Revista Cadernos de psicanálise**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 35, p. 1-18, 2016.

SALES, Aklla Guimarães; OLIVEIRA, Raul Miguel Freitas de. Proteção internacional aos refugiados ambientais. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 18-34, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v. 78, p. 3-46, 2007.

SCOVILLE, André Luiz Martins Lopez de. **Literatura das Secas: Ficção e História**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, 2003.

SILVA, Edilane Ferreira da; COSTA, Érika Maria Asevedo; MOURA, Geraldo Jorge

Barbosa de. Topofobia e topofilia em —A Terral, de —Os Sertões!: uma análise ecocrítica do espaço Sertanejo Euclidiano. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 26, p. 253-260, 2014.

SILVA, José Maria Cardoso da; TABARELLI, Marcelo; FONSECA, Mônica Tavares da. Áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade na caatinga. *In*: SILVA, José Maria Cardoso da; TABARELLI, Marcelo; FONSECA, Mônica Tavares da (org.). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília (DF): MMA/UFPE/Conservation International – Biodiversitas – Embrapa Semiárido, 2004. p. 349-374.

SILVA JUNIOR, Agenor Soares. Homo Religiosus na formação do semiárido cearense. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, v. 6, n. 11, p. 125-143, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanista. *In*: CRISTOFOLETI, Antonio (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL 1982. p. 165-193.

WOHLLEBEN, Peter. **A vida secreta dos animais**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

Recebido: outubro de 2021.

Aceito: dezembro de 2021.

TOPOFOBIA E TOPOFILIA EM *VIDAS SECAS*: UMA ANÁLISE ECOCRÍTICA DA OBRA DE GRACILIANO RAMOS

TOPOPHOBIA AND TOPOPHILIA IN *VIDAS SECAS*: AN ECOCRITIC ANALYSIS OF GRACILIANO RAMOS' WORK

TOPOFOBIA Y TOPOFILIA EN *VIDAS SECAS*: UN ANÁLISIS ECOCRÍTICA DE LA OBRA DE GRACILIANO RAMOS

Submetido à Revista Boletim Goiano de Geografia



Elisângela Campos Damasceno Sarmento¹
<https://orcid.org/0000-0000-0003-3002-1120>



Geraldo Jorge Barbosa de Moura²
<https://orcid.org/0000-0001-7241-7524>

Resumo: Em 1938, Graciliano Ramos publica a obra *Vidas Secas* que se enquadra no Modernismo brasileiro, pondo em evidência a vida trágica do retirante. Assim, esta pesquisa tem como objetivo investigar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Ecocrítica, as relações homem-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão que o autor delinea, dialogando, também, com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar e com o ambiente, tendo em vista os conceitos de topofobia e topofilia. Como principais resultados, pode-se afirmar que os discursos presentes na narrativa demonstram, preponderantemente, a sensação de horror (topofobia) à Caatinga, num tom de crítica social, em virtude dos problemas decorrentes da seca. Portanto, a Ecocrítica e a Geografia Humanista (topofobia e topofilia) são férteis áreas do conhecimento interdisciplinar, com vistas a desvelar as relações homem-ambiente.

Palavras-chave: Geografia Humanista. Literatura Brasileira. Relações Homem-ambiente.

Abstract: In 1938, Graciliano Ramos publishes the work *Dry Lives* that fits into Brazilian Modernism, highlighting the tragic life of the migrant. Thus, this research aims to investigate, under the method of French Discourse Analysis and the Ecocritical perspective, the man-environment relations and the representations of the countryside and of the backwoods that the author outlines, also dialoguing with the human feeling, which is awakened in the dialogue with the place and the environment, bearing in mind the concepts of topophobia and topophilia. As main results, it can be said that the discourses present in the narrative predominantly demonstrate the feeling of horror (topophobia) of the Caatinga, in a tone of social criticism, due to the problems resulting from the drought. Therefore, Ecocriticism and Humanistic Geography (topophobia and topophilia) are fertile areas of interdisciplinary knowledge, with a view to revealing human-environment relations.

Key words: Humanistic Geography. Brazilian Literature. Human-environment relations.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus Juazeiro. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI – Campus Paulistana. E-mail: elisceno@ifpi.edu.br.

²Doutorado em Ciências Biológicas pela UFPB-UFRN/Brasil e UBA/Argentina. Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: geraldo.jbmoura@ufrpe.br

Resumen: En 1938, Graciliano Ramos publica la obra *Vidas Secas* que se inserta en el Modernismo brasileño, destacando la trágica vida del migrante. Así, esta investigación tiene como objetivo investigar, bajo el método del Análisis del Discurso Francés y la perspectiva Ecocrítica, las relaciones hombre-ambiente y las representaciones del sertanejo y del sertão que esboza el autor, dialogando también con el sentimiento humano que se despierta en el diálogo con el lugar y el entorno, a la vista de los conceptos de topofobia y topofilia. Como principales resultados, se puede decir que los discursos presentes en la narración evidencian predominantemente el sentimiento de horror (topofobia) de la Caatinga, en un tono de crítica social, por los problemas derivados de la sequía. Por lo tanto, la Ecocrítica y la Geografía Humanista (topofobia y topofilia) son áreas fértiles de conocimiento interdisciplinario, con miras a develar las relaciones hombre-ambiente.

Palabras claves: Geografía humanística. Literatura brasileña. Relaciones humano-ambiente.

Introdução

A priori, ressalta-se que, em 1978, iniciaram-se os estudos da Ecocrítica (Literatura-Ecologia), pelo norte-americano William Rueckert, evidenciando, assim, obras literárias que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura. Outrossim, emergem-se profícuos diálogos inter e transdisciplinares para analisar, de modo complexo e profundo, as relações homem-ambiente.

Entretanto, a Ecocrítica só ganhou impulso a partir de 1989, quando Cheryll Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, instigou o seu uso no campo crítico. Dessarte, surge uma ferramenta que vem auxiliando os pesquisadores a analisarem as relações homem-ambiente, mediadas pela Literatura, na dinâmica das percepções acerca do lugar e dos grupos sociais que lá habitam.

Outro intelectual que merece destaque é o norte-americano Greg Garrard (2006, p. 11), no momento em que advoga que a Ecocrítica sugere estudos interdisciplinares, visto que suscita uma análise menos reducionista, uma vez que congrega diversos conhecimentos que se inter cruzam, favorecendo, assim, a abrangência de olhares em torno das relações homem-ambiente e das representações do sertanejo e do sertão.

Partindo dessa premissa e norteada pelas imbricações estabelecidas com diversas ciências, a Ecocrítica relaciona-se com História, Filosofia, Sociologia, Antropologia,

Geografia, mencionando, somente, algumas das áreas no vasto campo de inter-relações dos saberes em que está inserida, sendo, pois, uma rica perspectiva no universo de possibilidades acadêmico-científicas.

Na interface entre Literatura e Geografia, destacam-se os contributos da Geografia Humanista que tem como objetivo primevo analisar os comportamentos e as relações entre o humano e o lugar habitado. Conforme Yi-Fu Tuan (1982, p. 170), é a subjetividade, conectada ao meio, que permite ao indivíduo construir as memórias afetivas. Nessa esteira, Tuan populariza dois termos que conduzem esta pesquisa: topofilia, que remete à familiaridade, apego ao lugar, e topofobia, que alude à aversão, tornando-se o lugar do medo.

Dessa forma, essa subjetividade pode ser marcada tanto pela afeição quanto pelo pavor, destacando, assim, as emoções contraditórias que permeiam o universo humano. Nesse sentido, as percepções topofílicas, segundo Tuan (1980, p. 25), e topofóbicas, conforme Tuan (2005, p. 19), podem ser encontradas na arte literária, visto que, para Antonio Candido (2009, p. 11), o objeto literário não existe sem a personagem de ficção e esta tem a vida traçada conforme as condições de espaço que influenciam a sua trajetória na trama.

Nesse contexto, a perspectiva ecocrítica, consoante Carvalho (2017, p. 7), advinda da junção entre Ecologia e Crítica e envolta pelo texto literário, representa uma das possibilidades de interpretação da realidade, quando se busca analisar as relações do homem com o ambiente em suas múltiplas faces, sejam elas socioculturais ou simbólicas, destacando, assim, o caráter inter e transdisciplinar que lhe é intrínseco.

Ademais, conforme Alfredo Bosi (2006, p. 13), os personagens de ficção, na maioria dos enredos, apresentam-se como verossímeis e representam figuras reais que existiram em determinado tempo e espaço, perpassando saberes socioculturais que ainda permanecem na sociedade atual ou que sofreram transformações diacrônicas e se oferecem como elementos de identificação para o leitor.

Na obra *Vidas Secas*, apresenta-se, como tema principal, a existência árida e dramática dos retirantes (“Fabiano, sinhá Vitória, o filho mais novo, o filho mais velho e a cachorra Baleia”) devido às consequências das sucessivas secas que acometem o Nordeste brasileiro, intensificando a condição de miséria na qual os sertanejos se encontram.

Nesse viés, para Alfredo Bosi (2006, p. 32), Graciliano Ramos alfineta, em cada personagem, a face da opressão e da dor e isso pode ser, claramente, observado na obra em apreço, enquadrando-se, pois, no cenário literário, como uma obra de engajamento social e político. Partindo dessa premissa, reforça-se que Graciliano, além de analisar, objetivamente, a vida dos retirantes (“Fabiano, sinhá Vitória, o filho mais novo, o filho mais velho e a cachorra Baleia”), soube, também, descortinar o mundo interior desses personagens.

Salienta-se que, segundo Afrânio Coutinho (1984, p. 18), Graciliano nasceu em 1892 na cidade de Quebrângulo-AL e foi um escritor reconhecido pela crítica literária, inclusive, a obra *Vidas Secas*, romance de maior destaque do autor, foi levada para o cinema e traduzida para diversos países. Além disso, o autor alcançou o prêmio da Fundação William Faulkner, dos EUA, sendo elogiado por apresentar uma visão crítica das relações humanas, saindo do regional e atingindo uma esfera social-psicológica de interesse universal.

Vale acrescentar que, consoante Coutinho (1984, p. 20), o motivo da prisão de Graciliano Ramos durante o Estado Novo do Governo Vargas se deve ao fato de que o autor exercia a liberdade de expressão, denunciando as arbitrariedades da administração getulista, utilizando-se, para isso, a força do jornalismo, uma vez que exercia, na década de 30, a função de diretor da Imprensa Oficial de Alagoas.

Realça-se que, conforme Yedda Lima e Zenir Reis (1992, p. 21), *Vidas Secas* foi escrita conto por conto, mas a obra completa é coesa, visto que não são contos aleatórios, mas interdependentes. Para Zenir Reis (2012, p. 201), não se deve concluir que a obra é um aglomerado arbitrário de contos. Há um arranjo intencional e até simétrico dos capítulos: em

número de treze, os das extremidades narram duas secas, deixando implícito que o destino do sertanejo (do início ao fim da vida) é ser um andarilho, em busca permanente de dias melhores, porém numa contínua penúria e sofrimento.

Isso posto, este estudo tem como objetivo analisar as relações homem-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão que o autor delinea, dialogando, também, com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar e com o ambiente, tendo em vista os conceitos de topofobia e topofilia. Por fim, ressalta-se que esta investigação parte da hipótese de que o discurso topofóbico sobressai-se em comparação ao topofílico.

Material e Métodos

A partir desses elementos contextuais, esta pesquisa assenta-se na obra *Vidas Secas* (1938/2013), de Graciliano Ramos, reunindo treze capítulos que têm, pano de fundo, a saga dos retirantes. Com vistas a realizar esta investigação, adotou-se o método da Análise do Discurso de Linha Francesa que, segundo Michel Pêcheux (2006, p. 25), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Isso posto, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido.

Dessa forma, Eni Orlandi (2012, p. 13) coaduna a Análise do Discurso de Linha Francesa na qual considera pertinentes as condições de produção em que a obra foi escrita, o contexto histórico-social do país e a história de vida do autor. Assim, foi através dessas ferramentas que se realizou a análise do discurso na obra em questão. Ademais, na concepção de Orlandi (2012), há de se levar em conta os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto.

Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso, consoante Orlandi (2012, p. 15), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem com a sua história e com as construções sociais, norteado pela capacidade de

significar e significar-se, validando tais sentidos no discurso do autor através das considerações de suas condições de produção, as quais abrangem, principalmente, o sujeito e a situação social (contexto imediato e contexto amplo).

Nesse sentido, ressalta-se que, para compreender as condições de produção no tocante ao sujeito que enuncia – Graciliano Ramos – e a situação social, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada ao autor e ao período histórico em que se insere a obra, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelo sujeito que fala no texto consoante os estudos de Pêcheux (2006, p. 26).

Adicionalmente, a perspectiva ecocrítica foi adotada como mais um instrumento de análise do discurso, considerando que, para Sarmiento e Moura (2021, p. 1079), as relações entre Literatura e Ecologia são primordiais para uma acurada e profunda investigação em torno das dinâmicas entre o homem e o ambiente, levando em conta a interdisciplinaridade que circunda a vida em sociedade.

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 27 publicações, dentre elas: artigos científicos, localizados em periódicos online e em anais de eventos disponíveis eletronicamente, além de e-books, livros físicos e documentos legais, cuja totalidade do referencial teórico data de 1915 até consultas que foram realizadas em sites da internet no segundo semestre de 2021.

Resultados e Discussão

A obra *Vidas Secas*, segundo Bosi (2006, p. 33), foi o último romance de Graciliano Ramos, escrito depois da dor que enfrentara nos porões de navios, locais onde permaneceu preso por quase um ano, durante o Estado Novo, cuja experiência foi essencial para a descrição dos retirantes, retratados como bichos: “— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta”; “E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra”; “— Você é um

bicho, Fabiano” (RAMOS, 2013, p. 9). Outrossim, emerge-se a imagem de uma vida degradante, refletindo a ausência de dignidade ou respeito a que Fabiano fora submetido, sendo explorado e aviltado.

Nesse contexto, algumas experiências do personagem “Fabiano” remetem a fatos vivenciados pelo autor. Uma delas foi a prisão injusta (sem acusação e sem defesa) a que ambos foram submetidos. Segundo Maria Helena Patto (2012, p. 230), em 1936, Graciliano ficou preso por quase um ano em porões de navios e celas de presídios, entre os quais o campo de trabalhos forçados da Ilha Grande, litoral do Rio de Janeiro. E Fabiano, personagem da obra em exame, sofreu agressão (física, moral e psicológica), praticada por policiais, e permaneceu preso por uma noite: “Então por que um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele?” (RAMOS, 2013, p. 13).

Sublinha-se que tanto personagem como autor sofreram injustiças e se rebelaram contra elas. Nesse sentido, em momento algum do enredo da obra, “Fabiano” se conforma com a barbárie de que foi vítima (“A ideia de ter sido insultado, preso, moído por uma criatura mofina era insuportável” – RAMOS, 2013, p. 35). De maneira similar, o autor, enquanto existiu, lutou contra as truculências voltadas às populações mais desprovidas econômico e socialmente. Para tal, utilizou-se da arte, do jornalismo e do engajamento político como atestam a vida e a obra do autor.

Isso posto, entre personagem e autor, há uma identificação projetiva. Observa-se, assim, uma conjunção ficção-realidade. Desse modo, para Marina Ribeiro (2016, p. 4), o conceito de identificação projetiva foi postulado por Melanie Klein, em 1946, no texto "Notas sobre alguns mecanismos esquizoides", um clássico da psicanálise. Para a autora, a identificação projetiva pode ser compreendida como uma fantasia inconsciente entre analista e analisando e, de modo análogo, entre autor e personagem, podendo ter um caráter agressivo ou comunicativo, sendo que os mecanismos de cisão e projeção, em intensidades diversas,

estão sempre implicados. Dessarte, autor e personagem têm uma relação identitária, uma vez que os personagens de um escritor são as projeções dos desejos e vivências autorais.

Outrossim, o ser humano, conforme Charles Darwin (2009, p. 8), relaciona-se com o ambiente em que está inserido e procura adaptar-se ao meio, superando desafios e se lançando à sobrevivência. Entretanto, quando o lugar torna-se inóspito, esse espaço exerce o poder de expulsão dos viventes e estes migram para outros locais, com vistas a não perecerem. Dessa forma, em se tratando do *Homo sapiens* numa visão psicanalítica, assinala-se que a permanência deste na Terra atrela-se à capacidade de resiliência psíquica em contato com as adversidades, destacando-se, pois, uma linguagem menos biológica e mais humana.

De modo análogo, esse abandono da terra natal ocorre com os sertanejos quando são forçados a se deslocarem para outros solos em busca da sobrevivência. Isso pode ser reverberado pelo fragmento a seguir: “Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos” (RAMOS, 2013, p. 6). Mediante essa descrição, observa-se a desolação dos retirantes (“infelizes”, “cansados”, “famintos”).

Logo, essa situação decrepita se mistura com o cenário nefasto em que se encontravam: “rio seco”; “galhos pelados da caatinga rala”; “a caatinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas” (RAMOS, 2013, p. 6). Diante disso, esboça-se um cenário de repulsa ao lugar e de imagens fúnebres que remete a uma sensação topofóbica e a um quadro de morte e de degradação.

Sendo assim, delinea-se um contexto dionisíaco que, por analogia, remete-se a um ambiente inóspito que suscita sentimentos topofóbicos. Tal situação dionisíaca, segundo Friedrich Nietzsche (1999, p. 41), representa a realidade cruel e trágica com a qual o sertanejo se depara em meio às adversidades: sem comida, sem água, sem nada. Nesse panorama, o desespero invade o interior humano: “O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão. — Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai”; “O pirralho não se mexeu, e Fabiano

desejou matá-lo. Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça” (RAMOS, 2013, p. 6).

Nesse aspecto, a geografia humanista (topofobia) e a visão dionisíaca, exposta por Nietzsche (1999, p. 41), misturam-se num emaranhado de sentimentos de medo e horror, em face de uma situação adversa, que decorre de longos períodos de estiagem, colocando o retirante numa realidade de penúria e desolação. Nesses termos, *Vidas Secas* suscita imagens do bicho-homem-sertanejo:

Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e, debruçando-se no chão, bebeu muito; Encheu a cuia, ergueu-se, afastou-se, lento, para não derramar a água salobra; Pôs a cuia no chão, escorou-a com pedras, matou a sede da família (RAMOS, 2013, p. 7).

Diante desse quadro, fica explícita uma paisagem nefasta que desperta emoções topofóbicas e dionisíacas, encaminhando, assim, o bicho-homem-retirante a uma condição subumana.

Sob esse viés, em situação de escassez de recursos e desolação (topofobia), aflora-se, no ser humano, a “pulsão de morte”, o desejo de destruição para se livrar da dor ou se vingar de tamanha miséria. Dessa forma, para Sigmund Freud (1915a, p. 190; 1915b, p. 135), há duas pulsões que permeiam a essência humana: a de vida e a de morte. Dessarte, tal dualidade faculta ao ser humano lidar com as diversas facetas da vida. Nesse sentido, a referência ao filho como “condenado do diabo” associa-se a uma “pulsão de morte” que eclodiu no íntimo do pai numa resposta dramática ao contexto adverso e miserável do retirante. Ademais, o desejo inconsciente de matar o filho coaduna a “pulsão de morte” que é desencadeada em situações de desespero e penúria.

Por outro lado, é essa mesma “pulsão de morte” que desencadeia a força e a coragem do indivíduo (sertanejo), características indispensáveis à superação das adversidades, como por exemplo, a fome, a sede e a absoluta miséria, em face dos longos períodos de seca. Outrossim, essas pulsões (de vida, de morte) que permeiam a essência humana trazem uma

semântica dual, podendo causar uma ambivalência de relações, produzindo dor, sofrimento ou ânimo para continuar a trajetória de luta pela sobrevivência.

Nesse contexto, sem destino (“E o vaqueiro precisava chegar, não sabia onde” – RAMOS, 2013, p. 6) e sem esperança, a saga do retirante prenuncia uma violação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, quando preconiza, no Artigo 1º, que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Entretanto, a situação deletéria em que os retirantes são retratados na obra *Vidas Secas* infringe esse documento internacional e denuncia as misérias humanas por que passavam os sertanejos em períodos de longa estiagem (“E foram despertados por Baleia, que trazia nos dentes um preá. Aquilo era caça bem mesquinha, mas adiaria a morte do grupo” – RAMOS, 2013, p. 7).

De acordo com Paulo César Estrada (2002, p. 42), as prerrogativas legais configuram-se no âmbito discursivo-teórico e, por mais nobre que seja uma igualdade que reúne todos em um nós é sempre uma igualdade afirmada, postulada, instituída e não, efetivamente, pragmática. Depreende-se, portanto, que o ordenamento jurídico se estabelece como um ato performático e, nesse contexto, não pode ser entendido como se já existisse por si mesmo. Dessarte, os documentos legais representam um norteamento para a ação e não a ação propriamente dita.

Outrossim, embora os retirantes não tivessem auxílio governamental ou algum tipo de ação solidária da sociedade civil organizada, seguiam firmes, em busca de um local menos árido onde pudessem sobreviver com dignidade conforme reverberam os seguintes trechos: “E a viagem prosseguiu, mais lenta, mais arrastada, num silêncio grande. Ordinariamente, a família falava pouco. E depois daquele desastre viviam todos calados” (RAMOS, 2013, p. 6). E, nesse caminho inóspito que desperta uma emoção topofóbica, os retirantes não reivindicavam o direito à dignidade humana, uma vez que se mostravam subalternos à condição em que se encontravam.

Desse modo, o deslocamento era feito a pé, tendo de enfrentar a fome, a sede e o cansaço e, sem alimento, sem água e sem forças, os retirantes tinham de suportar, também, o silêncio, que representa uma metáfora da conformação que lhes era peculiar em contexto de opressão, visto que a paisagem adversa que suscita emoções de pavor e de indignação (topofobia) representa a ausência de políticas públicas eficazes para a convivência e o desenvolvimento do semiárido. Diante disso, o sertanejo é obrigado a migrar, em busca de melhores condições de vida.

De acordo com Carolina Santana (2007, p. 53), a injustiça social atravessa como grito a cortina de silêncio das páginas desse romance de realismo crítico e faz-se a voz dos personagens emudecidos. São personagens acostumados à linguagem rudimentar dos bichos: “Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia” (RAMOS, 2013, p. 9) como se desgraças grandes ou dores fortes demais não encontrassem expressão possível na linguagem humana.

Isso posto, a obra *Vidas Secas* narra uma situação de extrema pobreza e, portanto, topofóbica, na qual uma família sertaneja, representada por “Fabiano, sinhá Vitória, o menino mais novo, o menino mais velho e a cachorra Baleia”, é “tangida” pela seca, assim como se tangem os animais. Dessa maneira, assinala-se que as crianças não têm nome, são chamadas de “menino mais novo” e de “menino mais velho”. Isso simboliza o processo de invisibilização pelo qual o sertanejo está envolto.

De fato, é como se o sertanejo não existisse, uma vez que lhe é negado o direito a um registro de nascimento, além de se privar da garantia à alimentação, à educação, à moradia, benefícios constitucionais básicos que possibilitam uma vida digna. Em contrapartida, a cachorra tem nome. Chama-se “Baleia”, o que remete a um animal robusto e de grande visibilidade, evidenciando, assim, que o bicho alcança mais valor do que o ser humano ou que

o homem sertanejo é tão desvalorizado enquanto individualidade e coletividade que se inclina, tão somente, à condição de bicho.

Nesse cenário de grandes secas, o qual desencadeia calamidades humanas, conforme Tuan (2005, p. 20), faz-se emergir uma paisagem adversa que suscita uma verdadeira experiência de sofrimento e medo (topofobia). Desse modo, na obra *Vidas Secas*, depara-se com essa realidade desoladora, uma vez que os retirantes “Fabiano, sinhá Vitória, o menino mais novo, o menino mais velho e a cachorra Baleia” se veem forçados a abandonar o seu lugar e caminhar exaustivamente, na esperança de encontrar um espaço mais aprazível onde possam sobreviver sem a sombra da miséria de longos períodos de estiagem.

Nessa tônica de crítica social, em virtude de um ambiente adverso que provoca sensações topofóbicas devido a extensas épocas de escassez de chuva, o autor de *Vidas Secas* também deu lugar a uma atmosfera de análise psicológica dos personagens, explicitando, assim, que as marcas da miséria não são, tão somente, físicas ou orgânicas, mas, principalmente, morais e emocionais como ratificam os fragmentos a seguir:

— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta; E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros; como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra (RAMOS, 2013, p. 9).

Desse modo, “Fabiano” sentia a dor de não ser reconhecido como gente, mas como um cabra, um animal que recebia ordens e tinha de baixar a cabeça à autoridade do patrão. E essa inexistência de direitos desencadeia a impossibilidade de o retirante galgar outros caminhos e outra forma de vida, mais amena e menos oprimida (topofilia).

Dessa maneira, o sertanejo sente-se fadado a uma predestinação de miséria, desencadeando, assim, emoções topofóbicas, em meio a contextos adversos, como a seca e a exploração, conforme descrevem os excertos a seguir: “Tinha obrigação de trabalhar para os outros, conhecia o seu lugar. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver

nascido com um destino ruim. Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia” (RAMOS, 2013, p. 33).

Nesses termos, reitera-se que o personagem de *Vidas Secas*, imerso em um ambiente inóspito, apresenta, em seu interior, sentimentos topofóbicos, de aversão ao lugar. Outrossim, infere-se que “Fabiano”, na representação do sertanejo, não consegue se desarraigar do seu destino de privações, sem dignidade para si e para a sua família, sendo tratado com inferioridade.

De acordo com “Fabiano”, personagem da obra *Vidas Secas*, para suportar a miséria, os sertanejos têm de se habituar a ser como bichos e a se identificar com eles: “Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades”; “Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais” (RAMOS, 2013, p. 9). Dessa forma, desenvolver a resistência, a fim de enfrentar a desolação, é fundamental para sobreviver na penúria. Quanto a isso, “Fabiano” sublinha:

Seu Tomás, vossemecê não regula. Para que tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Tomás se estrepa, igualzinho aos outros. Pois viera a seca, e o pobre do velho, tão bom e tão lido, perdera tudo, andava por aí, mole. Talvez já tivesse dado o couro às varas, que pessoa como ele não podia aguentar verão puxado (RAMOS, 2013, p. 10).

Nesse sentido, segundo o retirante “Fabiano”, não adianta estudo para o oprimido, uma vez que ele sempre será oprimido, estando, pois, inserido num cenário adverso, emergindo, assim, sensações topofóbicas conforme atestam os trechos a seguir: “Em horas de maluqueira, Fabiano dizia palavras difíceis, truncando tudo, e convencia-se de que melhorava. Tolice. Via-se que um sujeito como ele não tinha nascido para falar certo” (RAMOS, 2013, p. 10).

Essa visão de imobilidade social (“Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa” – RAMOS, 2013, p. 32) foi construída historicamente, com o fito de edificar a manutenção da dominação, reproduzindo, assim, a opressão numa atitude de colonialidade, que intensifica as divisões,

separando os indivíduos em dignos e indignos ou dominantes e dominados como apregoam Marx e Engels (2003).

Ademais, este romance destaca o aspecto ético na definição do caráter. Sendo assim, o abuso de poder e a desonestidade caracterizam a ausência de uma conduta idônea, que não se mede pelo volume de capital acumulado, mas por um conjunto de valores e virtudes que norteiam a personalidade humana conforme reverberam os excertos a seguir: “Ele, Fabiano, seria tão ruim se andasse fardado? Iria pisar os pés dos trabalhadores e dar pancada neles? Não iria” (RAMOS, 2013, p. 35). Desse modo, a opressão, conforme Boaventura de Sousa Santos (2007), assenta-se na contramão da Ética e dos Direitos Humanos.

Reitera-se, ainda, que, na obra *Vidas Secas*, embora o sertanejo estivesse trabalhando e garantindo o sustento de sua família em terra alheia, as sombras de uma seca iminente (ambiente adverso) o atormentavam como uma tragédia que se pré-anuncia, despertando, assim, no seu âmago, sentimentos topofóbicos conforme podem ser identificados no seguinte fragmento:

Se a seca chegasse, não ficaria planta verde. Arrepiou-se. Chegaria, naturalmente. Sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera. E antes de se entender, antes de nascer, sucedera o mesmo — anos bons misturados com anos ruins. A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto. Nem valia a pena trabalhar - ela se avizinhandando a galope, com vontade de matá-lo (RAMOS, 2013, p. 10-11).

Dessarte, as secas sazonais são comuns no sertão nordestino e evidenciam cenários inóspitos, emergindo, de acordo com Tuan (2005, p. 20), sensações de sofrimento, medo e, portanto, topofóbicas, suscitando um quadro de miséria e penúria para o sertanejo.

Desse modo, para o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Roberto Marinho Silva (2003, p. 370), faz-se necessário um planejamento governamental adequado para a convivência com o semiárido, a fim de evitar o drama de grupos humanos que dependem da terra para sobreviver. Entretanto, essa ação não se configurava como uma prioridade da administração pública que marginalizava a região Nordeste na época da publicação da obra *Vidas Secas*, cuja realidade fora denunciada pelo escritor alagoano

Graciliano Ramos e outros artistas que compunham a prosa regionalista da segunda fase do Modernismo brasileiro, como por exemplo, a escritora Rachel de Queiroz, que produziu a obra *O Quinze*, retratando a grande seca de 1915.

Partindo dessa premissa, esse contexto adverso, em face de longos períodos de estiagem, segundo Tuan (2005, p. 20), promove uma subjetividade topofóbica na relação do homem com o lugar. E, nessa esteira de indignação frente a um sertão desolado, Graciliano Ramos revela, em *Vidas Secas*, uma crítica social, divergindo, assim, do cenário apresentado na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que, segundo Silva *et al* (2014, p. 256), tinha o propósito de difundir uma imagem, permanentemente, inóspita do sertão, como se, no semiárido nordestino, não houvesse potencial econômico, social, ambiental e, assim, o sertanejo estivesse sempre fadado a um ambiente de miséria.

Nesses termos, ainda que o retirante tivesse certeza da tragicidade de sua vida na passagem pelas sucessivas estiagens, ainda carregava consigo o sonho de se tornar “homem”, isto é, de ser reconhecido e valorizado em sua dignidade humana como se pode corroborar a partir dos trechos:

Não queria morrer. Ainda tencionava ver terras, conhecer gente importante. Era uma sorte ruim, mas Fabiano desejava brigar com ela, sentir-se com força para brigar com ela e vencê-la. Não queria morrer. Estava escondido no mato como tatu. Duro, lerdo como tatu. Mas um dia sairia da toca, andaria com a cabeça levantada, seria homem. — Um homem, Fabiano (RAMOS, 2013, p. 11).

Considerando a concepção filosófica de Nietzsche (1999, p. 41), na tragédia humana, há forças opostas e, portanto, dionisíacas (realidade cruel, miserável) e apolíneas (sonho, ilusão). Nesse sentido, infere-se que os momentos apolíneos de “Fabiano” representam o sonho de se tornar um “homem” e a esperança de que a seca não ocorra, mas ele se depara, constantemente, com os aspectos dionisíacos da vida - o de se ver como um bicho e o de estar inserido na mais completa penúria na época de estiagem: “Seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase uma rês na fazenda alheia” (RAMOS, 2013, p. 11);

“Sentia-a como se ela já tivesse chegado, experimentava adiantadamente a fome, a sede, as fadigas imensas das retiradas” (RAMOS, 2013, p. 37).

Outro fato curioso que aparece na narrativa é a obsessão do menino mais velho em descobrir o significado do vocábulo “inferno” conforme ratificam os trechos a seguir: “Ele nunca tinha ouvido falar em inferno. Estranhando essa linguagem, pediu informações à sinhá Vitória, distraída, aludiu a certo lugar ruim, mas o menino não se conformou com a resposta, ficando pensativo.” (RAMOS, 2013, p. 21).

Na realidade, a família de retirantes vivencia um “inferno” metaforicamente, uma vez que, em meio à seca, encontra-se numa paisagem dionisíaca, adversa, que suscita penúria e sensações tofóbicas. Nesse ínterim, isso se reverbera no trecho a seguir: “Matar-se-ia no serviço e moraria numa casa alheia, enquanto o deixassem ficar. Depois sairia pelo mundo, iria morrer de fome na catinga seca” (RAMOS, 2013, p. 33).

Prosseguindo na análise quanto à simbologia do léxico “inferno, vale a pena destacar o fragmento abaixo:

Antigamente os homens tinham fugido à toa, cansados e famintos. Sinhá Vitória, com o filho mais novo escanchado no quarto, equilibrava o baú de folha na cabeça; Fabiano levava no ombro a espingarda de pederneira; Baleia mostrava as costelas através do pelo escasso. Ele, o menino mais velho, caíra no chão que lhe torrava os pés. Naquele tempo, o mundo era ruim. Mas depois se consertara (RAMOS, 2013, p. 22).

A partir desse excerto, constata-se a reflexão do narrador devido à inquietação do menino mais velho em saber o significado da palavra “inferno”. Sendo assim, o próprio narrador associa o tempo em que a família esteve peregrinando na época da seca como um período ruim e, portanto, por analogia, remete-se a inferno. Em contraponto, o narrador afirma, também, outro momento, o atual, quando Fabiano encontra um trabalho numa fazenda e lá se fixa com a família até a chegada de outra estiagem e, portanto, de nova fuga, em busca de sobrevivência.

Como marcas de uma fitofisionomia ambivalente da caatinga: ora seca, ora verde, é importante pontuar os seguintes trechos: “Por enquanto a inundação crescia. Não havia o perigo da seca imediata, que aterrorizara a família durante meses” (RAMOS, 2013, p. 23); “Estivera uns dias assim murcho, pensando na seca e roendo a humilhação. Mas a trovoadas roncara, viera a cheia, e agora as goteiras pingavam” (RAMOS, 2013, p. 24); “Pensou com um arrepio na seca, na viagem medonha que fizera em caminhos abrasados, vendo ossos e garranchos. Afastou a lembrança ruim, atentou naquelas belezas” (RAMOS, 2013, p. 28).

Nesse panorama dual, pondera-se que, em situação de escassez de recursos (seca), o cenário configura-se como inóspito e os sentimentos aflorados são topofóbicos. Em contrapartida, na abundância de tais recursos (chuvas constantes), a paisagem se transforma, tornando-se aprazível e despertando sensações topofílicas. Desse modo, as emoções modificam-se, dando lugar à esperança de dias melhores.

É válido acrescentar que uma característica marcante do sertanejo, na obra em exame, é a observação e a interpretação da natureza, suscitando saberes que o norteiam, com vistas à decifração dos sinais do ambiente, a fim de que se prepare para bons ou maus tempos conforme se constata nos trechos a seguir: “O mulungu do bebedouro cobria-se de arriboas. Mau sinal, provavelmente o sertão ia pegar fogo. O casal agoniado sonhava desgraças” (RAMOS, 2013, p. 36); “Talvez a seca não viesse, talvez chovesse. Aqueles malditos bichos é que lhe faziam medo” (RAMOS, 2013, p. 37).

Dessarte, essa leitura da seca iminente representa uma Ecologia de Saberes que, segundo Santos (2007, p. 15), apresenta-se com a premissa da diversidade epistemológica do mundo, isto é, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do científico, uma vez que congrega uma multiplicidade de saberes, inclusive o empírico.

Sendo assim, os conhecimentos populares se concretizam, e a seca chega novamente ao sertão alagoano, retratado por Graciliano Ramos, na obra *Vidas Secas*, desenhando um cenário adverso que desencadeia a topofobia como coadunam as seguintes expressões: “catinga amarela”, “folhas secas”, “garranchos negros, torrados”, “rio seco”, “vegetação inimiga”, “terra dura” (RAMOS, 2013, p. 38). Desse modo, esse quadro nefasto imprime sentimentos negativos, como o desespero e a angústia (“tentou libertar-se dos pensamentos tristes”, “a manhã, sem pássaros, sem folhas e sem vento, progredia num silêncio de morte” - RAMOS, 2013, p. 38).

Entretanto, apesar do contexto dionisíaco, consoante Nietzsche (1999, p. 41), vivenciado pelos retirantes, em meio a extensos períodos de seca, essa realidade não é uniforme, uma vez que o ambiente pode se transformar, com chuvas intensas, despertando, assim, no sertanejo, sentimentos topofílicos e apolíneos, acreditando em dias melhores: “Com certeza, existiam, no mundo, coisas extraordinárias” (RAMOS, 2013, p. 39);

Pouco a pouco, uma vida nova se foi esboçando. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. E andavam para o sul, metidos naquele sonho (RAMOS, 2013, p. 40).

Diante do exposto, sublinha-se que o sonho move as pessoas, sejam elas provenientes de quaisquer classes sociais. Entretanto, a ausência de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento do semiárido cerceia as oportunidades para os sertanejos, mas não consegue usurpar deles o direito de ter uma vida melhor.

Considerações Finais

Como primeiro ponto a ser retomado, reitera-se que as sensações presentes neste romance, a partir das relações homem-ambiente, são, predominantemente, topofóbicas. Entretanto, essa aversão ao lugar (ao sertão) apresenta um caráter crítico-social, denunciando o cenário nefasto em que o retirante está imerso, sendo tratado como um “bicho” sem direitos,

sobrevivendo na penúria devido aos longos períodos de estiagem e submetido a uma política excludente e à exploração, lançando-se, pois, a uma saga de miséria e abandono. Não obstante, somente quando a paisagem se transforma (de seca para verde) é que aparecem trechos topofílicos.

Nesse sentido, a análise da topofobia e da topofilia, no contexto da Ecocrítica, representa as conflitantes imbricações entre os seres humanos, a Literatura e o lugar. Desse modo, uma paisagem inóspita desencadeia um espaço adverso que, por conseguinte, implica um contexto funesto como o que ocorreu com os retirantes da obra em apreço, quando submetidos a longos períodos de seca e às constantes investidas de exploração dos latifundiários.

Portanto, a obra *Vidas Secas* desempenha o papel de denúncia da realidade. No entanto, Graciliano Ramos transcende a preocupação social no âmbito regional e alcança o cunho universal, por intermédio da análise psicológica dos personagens, adentrando no âmago dos sertanejos e revelando o seu interior, marcado pelas misérias econômicas, morais e sociais, sentindo-se como “bichos” sem valor, aviltados enquanto seres humanos.

Referências

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antonio. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CARVALHO, Anna Christina de Farias. Ecocrítica no Cordel “O Clamor do Meio Ambiente”, de Abraão Batista. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 11, n. 34, Fevereiro, p. 1-15, 2017.

COUTINHO, Afrânio. **As formas da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bloch, 1984.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. São Paulo: Escala, 2009.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Disponível em: <https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-01-10.html>. Acesso em: 14.08.2021.

ESTRADA, Paulo César. **Às margens**: a propósito de Derrida. São Paulo: Loyola, 2002.

FREUD, Sigmund. O Inconsciente. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. ESB, v. XIV, (1915a), p. 183-233.

FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. ESB, v. XIV, (1915b), p. 129-162.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 2006.

LIMA, Yedda. Dias; REIS, Zenir Campos (Coord.) **Catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos**. São Paulo: Edusp, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes/UNICAMP, 2012.

PATTO, Maria Helena Souza. O mundo coberto de penas, família e utopia em *Vidas secas*. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26 n. 76, p. 225-236, 2012.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

REIS, Zenir Campos. Tempos futuros – *Vidas secas*, de Graciliano Ramos. GRACILIANO RAMOS: 120 anos. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo v. 26, n. 76, p. 187-208, 2012.

RIBEIRO, Marina Ferreira da Rosa Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e enactment. O analista implicado. **Revista Cadernos de psicanálise**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 35, p. 1-18, dez., 2016.

SANTANA, Carolina Ribeiro. *Vidas secas* de direitos: desconstrução e alteridade como possibilidades para o reconhecimento. **Revista Eletrônica do CEJUR**, Curitiba, v.1, n. 2, p. 48-65, ago./dez., 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v. 78, p. 3-46, out. 2007.

SARMENTO, Elisângela Campos Damasceno; MOURA, Geraldo Jorge Barbosa de. Topofilia e Topofobia em *O Sertanejo*: Uma Análise Ecocrítica do Regionalismo Alencarino. **Revista Caderno de Geografia**, v. 31, n. 67, p. 1078-1094, 2021.

SILVA, Edilane Ferreira da; COSTA, Érika Maria Asevedo; MOURA, Geraldo Jorge Barbosa de. Topofobia e topofilia em “A Terra”, de “Os Sertões”: uma análise ecocrítica do

espaço Sertanejo Euclidiano. **Revista Sociedade & Natureza** (UFU. Online), v. 26, p. 253-260, 2014.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente (trad.) Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanista. *In*: CRISTOFOLETI, Antonio (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL 1982, p. 165-193.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Topofobia e topofilia em *O Sertanejo*, *O Quinze* e *Vidas Secas*: contributos interdisciplinares à Ecologia Humana

Topophobia and topophilia in The Countryside, The Fifteen and Dried Lives: interdisciplinary contributions to Human Ecology

Elisângela Campos Damasceno Sarmiento Instituto Federal do Piauí, Paulistana, PI, Brasil, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH – UNEB, Juazeiro, BA, Brasil, elisceno@ifpi.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3002-1120>

Geraldo Jorge Barbosa de Moura Univ. Federal Rural de Pernambuco / Inst. da Sociedade Psicanalítica do Recife, Recife, PE, Brasil, geraldo.jbmoura@ufrpe.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7241-7524>

RESUMO

As obras *O Sertanejo* (2002) [1875], de José de Alencar, *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas* (2013) [1938], de Graciliano Ramos, sinalizam um fértil contributo à investigação das relações ser humano-ambiente, suscitando imbricações interdisciplinares na representação do sertanejo e do sertão. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo investigar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Ecocrítica - que estuda as imbricações entre Literatura e Ecologia -, as relações ser humano-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão que os autores delineiam nas respectivas obras, observando as aproximações e as diferenças entre elas, além de dialogar com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar, com o ambiente, com o espaço e com o território, tendo em vista os conceitos de topofobia (aversão ao ambiente físico) e topofilia (familiaridade ou apego), propostos, em 1980, pelo geógrafo chinês Yi-Fu Tuan. Sendo assim, os discursos presentes nos romances em epígrafe, mediante o cruzamento dos dados, demonstram que os sertanejos apresentam uma ambivalência de relações com o ambiente: ora topofóbicas (em meio à escassez de recursos), ora topofílicas, em razão de tempos menos miseráveis. Portanto, a Ecocrítica se configura como uma bandeira ao desvelamento das relações homem-ambiente e se projeta como uma área de conhecimento interdisciplinar, dialogando com a Geografia Humanista, a Filosofia, a Psicanálise e outras abordagens correlatas.

Palavras-chave: Literatura, Geografia Humanista, Relações ser humano-ambiente.

ABSTRACT

The works *O Sertanejo* (2002) [1875], by José de Alencar, *O Quinze* (2012) [1930], by Rachel de Queiroz, and *Vidas Secas* (2013) [1938], by Graciliano Ramos, signal a fertile contribution to the investigation of human-environment relations, raising interdisciplinary imbrications in the representation of the countryside and of the backwoods. In this context, this research aims to investigate, under the method of Discourse Analysis of the French Line and the Ecocritical perspective - which studies the imbrications between Literature and Ecology -, the human-environment relations and the representations of the countryside and of the backwoods that the authors delineate in their respective works, observing the similarities and differences between them, in addition to dialoguing with the human feeling that is awakened in the dialogue with the place, with the environment, with the space and with the territory, in view of the concepts of topophobia (aversion to the physical environment) and topophilia (familiarity or attachment), proposed in 1980 by chinese geographer Yi-Fu Tuan. That said, the discourses present in the novels above, through the crossing of data, demonstrate that the countrysides show an ambivalence of relations with the environment: sometimes topophobic (amidst the scarcity of resources), sometimes topophilic, due to less miserable times. Therefore, Ecocritique is configured as a flag to unveil human-environment relations and is projected as an area of interdisciplinary knowledge, dialoguing with Humanist Geography, Philosophy, Psychoanalysis and other related approaches.

Keywords: Literature, Humanist Geography, Human-environment relations.

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, vale pontuar que, de acordo com Alpina Begossi (1993), a origem do termo “Ecologia” vem da Biologia. Entretanto, o primeiro não se restringe ao segundo, visto que a área ecológica tem se ramificado, surgindo novos campos, como: Ecologia Humana, Ecologia Social e Ecocrítica, em virtude da relação com Filosofia, Antropologia, Sociologia e Literatura, assumindo, pois, um caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Relativamente à Ecologia Humana, destaca-se que essa ciência representa uma visão sistêmica de ser e estar no mundo a qual não se configura de modo isolado e fragmentado, mas solidário, compartilhado e integrado. Partindo dessa premissa, as relações ser humano-ambiente transcendem a percepção imediata e unívoca, dialogando com inúmeras áreas do conhecimento e diversos saberes numa inter-relação contínua que se complementa e se amplifica.

Consoante Marques (2014), a Ecologia Humana é a mais interdisciplinar e adisciplinar das ciências que estudam o fenômeno humano. Daí, infere-se que a Ecologia Humana é múltipla que dialoga com diversos saberes e áreas do conhecimento (Sociologia, Filosofia, Antropologia, Geografia, História, Literatura, Psicanálise), com vistas a (re) descobrir as relações ser humano-ambiente na pluralidade de respostas, entremeadas por conhecimentos vários que se imbricam e se tornam complexos numa profunda abrangência que melhor explica tais relações.

Entretanto, o *status* científico da Ecologia Humana é controverso, uma vez que não há uniformidade de concepção entre a maioria dos pesquisadores dessa área. Nesse contexto, a Ecologia Humana é apontada como “um paradigma científico” (BOMFIM, 2016, p. 5); “um sistema de ideias, níveis de pensamento interdisciplinar, multidisciplinar ou transdisciplinar” (MACHADO, 1984, p. 23).

Concomitantemente, para Juan Tapia (1993), a Ecologia Humana pode ser definida como uma ética para a vida; Begossi (1993) destaca que essa ciência não é uma das ramificações da Ecologia em si, ela transcende a Ecologia por se articular com inúmeros campos do saber. Ademais, Bomfim (2021) retoma a polêmica do *status* científico da Ecologia Humana: se é ciência, paradigma ou ambos.

Dessarte, conforme apregoa Agamben (2013), a Ecologia Humana é, portanto, um sistema aberto e tal indefinição quanto ao seu *status* científico decorre justamente dessa característica que lhe é peculiar. Posto isso, a Ecologia Humana, segundo Pires e Craveiro (2014), é a mais social das ciências sociais, pois dialoga com inúmeras outras ciências e também representa um paradigma científico que deverá conduzir os estudos de todos os campos do saber, visto que a fragmentação cartesiana não responde à complexidade das relações humanas na contemporaneidade. Nessa tônica, a Ecologia Humana investiga o homem e os outros seres, vivendo e convivendo numa relação dinâmica, sistêmica, inter e transdisciplinar que seja, ao mesmo tempo, física, cultural, psicológica e social.

Outrossim, nesse cenário de análises interdisciplinares e transdisciplinares na interlocução ser humano-ambiente, vale ponderar que, no final da década de 1970, a partir dos trabalhos do estadunidense William Rueckert que se notabilizou no contexto da Literatura americana, iniciaram-se os estudos acerca da Ecocrítica - correlação Literatura-Ecologia - e passaram, então, a ser evidenciadas, nos debates científicos, as obras literárias como impulsionadoras da representação da realidade na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Desse modo, reitera-se que, com vistas a estabelecer uma relação entre Literatura e Ecologia, desponta-se, no ambiente acadêmico, o termo Ecocrítica, com o intuito de abranger esses estudos. Sendo assim, em 1978, foi publicado o primeiro artigo nesse campo do

conhecimento intitulado “Literature and ecology: An Experiment Ecocriticism”, de William Rueckert.

Todavia, essa área de investigação só ganhou impulso a partir de 1989, quando Cheryl Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, instigou o seu uso no campo crítico. Nesses termos, Glotfelty (1996) aponta que a Ecocrítica aborda os estudos literários focados na Terra. A partir daí, surgiu uma ferramenta que vem auxiliando os pesquisadores a analisarem as relações ser humano-ambiente mediadas por obras literárias que permeiam saberes e percepções sobre o lugar, o ambiente, o espaço, o território e os grupos sociais que lá habitam.

Outro intelectual que merece destaque é o norte-americano Greg Garrard (2006), quando advoga que a Ecocrítica sugere estudos interdisciplinares. Dessarte, a Ecocrítica suscita uma análise menos reducionista, uma vez que congrega diversos conhecimentos que se inter cruzam, favorecendo, assim, a abrangência de perspectivas em torno das relações ser humano-ambiente nas obras regionalistas brasileiras, como exemplo, *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

Partindo dessa premissa e norteadas pelas imbricações estabelecidas com diversas ciências, a Ecocrítica se relaciona com Literatura, História, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Geografia, Psicanálise, mencionando somente algumas das áreas no vasto campo de inter-relações dos saberes em que está inserida, sendo, pois, uma fértil abordagem no universo de possibilidades acadêmico-científicas.

Tendo em vista o estabelecimento de uma interface entre Literatura e Geografia, vale frisar as contribuições da Geografia Humanista que tem como objetivo precípua analisar os comportamentos e as relações entre o ser humano e o lugar habitado. Segundo o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan (1982), a quem cabe a origem do termo, a Geografia Humanista busca delinear uma compreensão do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, além dos seus sentimentos e ideias acerca do ambiente e do lugar.

Seguindo a linha de raciocínio de Tuan (1982), é a subjetividade (emoções, sentimentos), conectada ao meio, que sinaliza a possibilidade de definição de dois termos: topofilia que remete à familiaridade, apego ao lugar - já que *topo* denota lugar e *filia* refere-se à filiação - e topofobia que traz uma significação inversa, haja vista que *fobia* alude à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância. Dessa forma, essa subjetividade pode ser marcada tanto pela afeição quanto pelo desprezo, destacando, assim, essas emoções contraditórias que permeiam o universo humano.

Por conseguinte, os contributos de Tuan (1980) revelam que há tanto o apego quanto o horror no que tange ao trinômio seres humanos-lugar-natureza. Nesse contexto, as percepções topofílicas e topofóbicas podem ser encontradas na arte literária, visto que, de acordo com Antonio Candido (2009), um importante crítico da Literatura Brasileira, o objeto literário não existe sem a personagem de ficção e esta tem a vida traçada conforme certas condições de espaço que influenciam, diretamente, a sua trajetória na trama.

Ademais, conforme Alfredo Bosi (2006), os personagens de ficção, na maioria dos enredos literários, apresentam-se como verossímeis. Em outros termos, eles representam figuras reais que existiram em determinado tempo e espaço, perpassando, assim, saberes históricos, geográficos, culturais e simbólicos que ainda permanecem na sociedade atual ou que sofreram transformações diacrônicas e se oferecem como elementos de identificação para o leitor.

Nas obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, evidenciam-se as ambivalências das relações ser humano-ambiente. Desse modo, ficam explícitos os conflitos “topofílicos e topofóbicos” (TUAN, 1982, p. 175), as “pulsões de vida e de morte” (FREUD, 1915a, p. 193), os aspectos “apolíneos e dionisíacos” (NIETZSCHE, 1999, p. 23) e as características de “cooperação e

competição na busca pela sobrevivência” (DARWIN, 1981, p. 56), cujos resultados serão discutidos mais adiante. Outra peculiaridade que emerge da análise das três obras regionalistas em exame é o fato de se apresentarem como autobiográficas, visto que os personagens mantêm íntima relação com a vida e os desejos expressos pelos escritores.

Simultaneamente, serão delineadas, também, as denúncias da miséria na qual o retirante está imerso, perpassando um quadro subumano e trágico do sertanejo, além da dualidade (seca e verde) da fitofisionomia da caatinga que, mediante políticas públicas eficazes de convivência com o semiárido, suscita uma potência de desenvolvimento regional. Além disso, apresenta-se uma crítica à imagem distorcida do sertão como um espaço permanentemente inóspito, em virtude de construções históricas preconceituosas que concederam à caatinga um retrato negativo e errôneo.

Outrossim, o presente estudo tem como objetivo analisar as relações ser humano-ambiente e as representações do sertanejo e do sertão que os autores delineiam nas respectivas obras, observando as aproximações e as diferenças entre elas, além de dialogar com o sentimento humano que é despertado na interlocução com o lugar, com o ambiente, com o espaço e com o território, tendo em vista os conceitos de topofobia (aversão ao ambiente físico) e topofilia (familiaridade ou apego), bem como as analogias interdisciplinares decorrentes da imbricação com a Geografia Humanista.

Diante do exposto, esta pesquisa parte da hipótese de que os discursos presentes nas três obras em questão, mediante o cruzamento dos dados, demonstram que os sertanejos apresentam uma ambivalência de relações com o ambiente: ora topofóbicas (em meio à escassez de recursos), ora topofílicas, em razão de tempos menos miseráveis.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A partir desses elementos contextuais, vale frisar que esta pesquisa baseia-se na primeira parte do livro *O Sertanejo* (1875/2002), bem como nas obras *O Quinze* (1930/2012) e *Vidas Secas* (1938/2013). Com vistas a realizar esta investigação, adotou-se o método da análise do discurso de linha francesa que, segundo o qual, conforme Michel Pêcheux (2006), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Nesse sentido, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido.

Dessarte, Eni Orlandi (2012) corrobora os estudos de Pêcheux (2006) ao considerar as condições de produção em que as obras foram escritas, os contextos histórico-sociais do país e a história de vida dos autores como características muito relevantes para a análise do discurso de linha francesa. Partindo dessa premissa, sublinha-se que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso dos personagens das obras em questão. Ademais, na concepção de Orlandi (2012), há de se levar em conta os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso dos sujeitos / personagens e também os sentidos implícitos e explícitos do texto.

Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso de linha francesa, consoante Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico na relação do homem/personagem com a sua história e com as construções sociais. Desse modo, o indivíduo/personagem norteia-se pela capacidade de significar e significar-se, validando tais sentidos no discurso do autor através das considerações de suas condições de produção as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação (contexto imediato e contexto amplo).

Nesses termos, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que tange aos sujeitos que enunciam (José de Alencar, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos) e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada aos autores e ao período histórico em que se inserem as obras *O Sertanejo*, *O Quinze* e *Vidas Secas*, além de ter sido evidenciada a

ideologia intrínseca ao discurso produzido pelos sujeitos que falam nos textos consoante os estudos de Pêcheux (2006).

Somado a isso, destaca-se que foi adotada a perspectiva ecocrítica como mais um mecanismo de análise do discurso, tendo em vista que, conforme Carvalho (2017), as relações entre Literatura e Ecologia são bastante relevantes para uma criteriosa e abrangente investigação em torno das relações ser humano-ambiente, levando em conta o universo interdisciplinar que permeia a dinâmica da vida em sociedade na imbricação com a cultura e a natureza.

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 40 publicações, dentre elas: artigos científicos, localizados em revistas e em anais de eventos que remontam às primeiras décadas dos anos 2000, além de e-books, bem como livros de críticos literários brasileiros, cuja totalidade do referencial teórico data de 1915 (aporte clássico) até consultas que foram realizadas em sites da internet no primeiro semestre de 2021.

3. RELAÇÕES SER HUMANO-AMBIENTE EM OBRAS LITERÁRIAS SERTANEJAS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR

A Literatura, concebida como a arte da palavra, procurou, historicamente, através de seus personagens conforme apregoa Antonio Candido (2009), representar a realidade com a função social de denunciá-la ou, até mesmo, serviu de instrumento para a sua idealização, tendo em vista os objetivos dos escritores, a fim de corresponder aos anseios da época.

Nesse panorama literário, é importante destacar que a obra *O Sertanejo*, de José de Alencar, enquadra-se na vertente regionalista do romance romântico brasileiro¹, colocando em evidência o sertão cearense; *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, inserem-se no regionalismo da segunda fase do Modernismo², tendo como objetivo precípua a denúncia da miséria à qual o retirante estava submetido na década de 1930.

Nessa perspectiva, ainda que o livro *O Sertanejo* tenha sido escrito sob a égide do Romantismo, período histórico-literário marcado pela liberdade de expressão e pela idealização dos personagens mediante o recurso da fuga da realidade, em excertos da primeira parte desta obra, verificam-se descrições e narrações que suscitam representações reais para aquela época, século XIX, fazendo-se pulsante, em certa medida, como um pensamento vigente ainda na atualidade.

Dessarte, José de Alencar, considerando que a obra em exame é autobiográfica, evoca uma subjetividade que é fortemente marcada pela topofilia (apego ao lugar). Essa percepção pode ser reverberada a partir dos seguintes trechos: “Esta imensa campina é o sertão de minha terra natal”; “Quando te tornarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há tantos anos na aurora serena e feliz da minha infância?”; “Quando tornarei a respirar tuas auras de perfumes agrestes?” (ALENCAR, 2002, p. 9). Outrossim, o escritor cearense soube captar a sensibilidade dos sertanejos que são obrigados a migrar de sua terra natal, mas mantêm, mesmo distantes, o amor pelo solo onde nasceram, permanecendo as reminiscências da infância.

A partir desses fragmentos, reitera-se o profundo sentimento de pertencimento histórico ao lugar onde autor e personagem viveram uma infância “feliz e serena” (ALENCAR, 2002, p. 9) em meio à exuberância e à biodiversidade da paisagem sertaneja,

¹ O romance romântico regionalista brasileiro ocorreu na primeira metade do século XIX. Nesse contexto, José de Alencar, um dos seus maiores expoentes, procurou retratar, de modo idealizado e sentimental, o Nordeste na obra *O Sertanejo*.

² O regionalismo da segunda fase do Modernismo ocorreu de 1930 a 1945, dando vazão à denúncia da realidade através da publicação de obras, como *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

contrariando descrições hegemônicas, por exemplo, chão rachado e terra inóspita, parafraseando algumas expressões utilizadas por escritores, como Euclides da Cunha (2009), na obra *Os Sertões*.

Ademais, é oportuno sublinhar que, consoante Silva *et al* (2014), no artigo intitulado *Topofobia e topofilia em “A Terra”, de “Os Sertões”*: uma análise ecocrítica do espaço Sertanejo Euclidiano, reverbera-se a perspectiva topofóbica euclidiana no tocante à percepção da caatinga, uma vez que o escritor, oriundo da região Sudeste, deixa emergir uma visão de repulsa ao semiárido nordestino, apresentando uma narrativa preconceituosa como se a fitofisionomia da caatinga fosse, exclusivamente, seca, sem vida e, portanto, inóspita.

Em se tratando da imagem negativa e hegemônica do sertão, esclarece-se que essa caracterização, segundo Martins (2006), foi difundida historicamente no Brasil pelas elites – políticas, econômicas e culturais – e, assim, a caatinga ficou conhecida como uma região inóspita, de vegetação seca. Em contraposição, outras correntes de intelectuais vêm se afirmando, por exemplo, as perspectivas da “decolonialidade” (MIGNOLO, 2010, p. 14) e da “Ecologia de Saberes” (SANTOS, 2007, p. 5) que valorizam as potencialidades de grupos e regiões que foram excluídos historicamente, como os sertanejos e o sertão, criando, assim, a subversão de um não-dito nativista e sertanista.

Embora o narrador da obra *O Sertanejo* apresente, na maioria dos excertos, imagens topofílicas, não deixa de relatar, também, a diversidade e a ambivalência da paisagem: “ora seca e triste, ora alegre e poética” (ALENCAR, 2002, p. 14) conforme coadunam os excertos seguintes: “A chapada tinha o aspecto desolado e triste que tomam aquelas regiões no tempo da seca. Dir-se-ia que por aí passou o fogo e consumiu toda a verdura, que é o sorriso dos campos nos tempos de chuva” (ALENCAR, 2002, p. 14); “Em outra época povoados de pássaros, cuja plumagem rutilava aos raios do sol, agora são apenas cortados pelo voo dos urubus que farejam a carniça” (ALENCAR, 2002, p. 15). Dessa forma, há dois momentos de percepção do sertão: um, repleto de vida, marcado pelo canto dos pássaros – topofilia; o outro, com a presença de morte, num ambiente inóspito, permeado de solidão, silêncio e decomposição – topofobia.

Nessa perspectiva, conforme Freud (1915a, 1915b), há duas pulsões que permeiam a essência humana: a de vida – Eros e a de morte – Tanatos e essa dualidade faculta ao ser humano lidar com as diversas facetas da vida. Outra contribuição para essa análise vem do pai do Evolucionismo. Segundo Darwin (1981), na obra “A Descendência do Homem”, mencionam-se duas vezes a sobrevivência do melhor e noventa e cinco vezes a palavra amor. Desse modo, apesar da grande divulgação quanto à competição como preponderante característica humana, o que prevalece é o comportamento como contribuição e colaboração. Logo, o modelo darwiniano é tanto cooperativo (“pulsão de vida”) quanto competitivo (“pulsão de morte”) assim como defendeu Freud (1915a, 1915b).

Ademais, infere-se que as alterações do ambiente moldam a subjetividade do sertanejo. Nesse contexto, as modificações da paisagem (árida, seca para verde e exuberante) determinam os sentimentos do sertanejo, ou seja, o seu universo de emoções, marcado por sensações positivas (bem-estar, alegria) ou negativas (tristeza, solidão, morbidez). Essa constatação pode ser reverberada pelo trecho a seguir:

Quem pela primeira vez percorre o sertão nessa quadra, depois de longa seca, sente confranger-se-lhe a alma, em face dessa inanição da vida, desse imenso holocausto da terra”. É mais fúnebre do que um cemitério, não é mais do que o vasto jazigo de uma natureza extinta e o sepulcro da própria criação (ALENCAR, 2002, p. 16).

Analogamente, essas sensações (positivas ou negativas), em face das transformações da paisagem do semiárido, podem ser associadas à bivalência das pulsões (de vida e de

morte), discutidas por Freud (1915a, 1915b), e a dualidade (cooperação e competição), exposta por Darwin (1981). Nessa perspectiva, diante da escassez de recursos, em virtude das adversidades sazonais provenientes de longos períodos de estiagem, tanto o ambiente como o sertanejo absorvem as emoções negativas, desencadeando, assim, a pulsão de morte e o espírito competitivo, a fim de que sobrevivam em meio a uma caatinga seca e a uma vida plasmada de dores, perdas e privações.

Revisitando a dupla fitofisionomia da caatinga: ora seca e morta, ora verde e exuberante conforme pôde ser observada nas citações acima e como atesta, também, a literatura científica que trata sobre a flora do sertão consoante Silva *et al.* (2004), verifica-se que a descrição negativa (“pulsão de morte e competição”) não é unânime. Entretanto, conforme Martins (2006), é a imagem mais difundida pela mídia hegemônica e, por ser a mais impactante e a que melhor reproduz a noção etnocêntrica das regiões Sul e Sudeste, é a que prevalece no imaginário dos brasileiros de reduzida propriedade intelectual sobre essa ambivalência da caatinga.

Em contraponto, o protagonista da obra *O Sertanejo* e outros personagens da trama, mesmo estando imersos num ambiente árido em grande parte do ano, mostram-se apegados à terra onde nasceram, revelando um profundo sentimento de pertencimento ao lugar (topofilia), despertando uma relação subjetiva com o espaço onde viveram e com as paisagens com as quais conviveram, construindo, assim, laços afetivos com a terra natal.

Esse cenário pode ser constatado com base no fragmento que se segue: “E ela experimentava um indizível prazer, como se a terra de seu berço lhe abrisse os braços carinhosa e a estivesse apertando ao seio e cobrindo-lhe as faces de beijos” (ALENCAR, 2002, p. 19). Conforme Hutta (2020), os territórios são inerentemente afetivos e essa dimensão simbólica tem sido tratada através de noções como “topofilia”, o que enfatiza o elo entre as pessoas e um lugar, assim como ocorre na obra *O Sertanejo*.

É oportuno esclarecer que, segundo Tuan (1980), geógrafo chinês, a topofilia refere-se à familiaridade ao lugar. No entanto, Hutta (2020), geógrafo que atua na Universidade de Bayreuth, Alemanha, amplia a visão inicial, expandindo a noção de topofilia à ideia de territórios afetivos. Nesse sentido, tais categorias geográficas (lugar e território) se fundem.

Haesbaert (2004) corrobora essa tendência dos territórios afetivos quando afirma que, frequentemente, o termo territorialidade tem sido utilizado para enfatizar a apropriação subjetiva do território e a construção de uma identidade territorial através de registros simbólicos, em oposição à outra vertente de análise que concebe o território relacionado à dominação político-econômica dos atores e ao controle de espaços, corrente que também integra os estudos desse geógrafo brasileiro. Dessa forma, a obra *O Sertanejo* vem ratificar essa primeira perspectiva, exposta por Haesbaert (2004).

Sob esse viés, a subjetividade do sertanejo na relação com o ambiente é, largamente, apresentada na obra em apreço e isso é evidenciado quando começam a cair as primeiras chuvas no sertão nordestino: “A primeira gota d’água que cai das nuvens é o beijo de amor trocado entre o céu e a terra” (ALENCAR, 2002, p. 116). Com isso, verifica-se que as mudanças do tempo e do ambiente alteram as emoções e as percepções do sertanejo diante da vida e do próprio sertão como expõem os excertos: “Aquela árvore que ainda ontem parecia um tronco morto já tem um aspecto vivaz” (ALENCAR, 2002, p. 117); “O espaço, até ali mudo e ermo na limpidez de seu azul diáfano, começava por igual a povoar-se dos pássaros que, durante a seca, emigram para climas amenos” (ALENCAR, 2002, 118).

Por conseguinte, as representações do sertanejo e do sertão que José de Alencar delineia na obra *O Sertanejo* apresentam uma substancial carga semântica de afetividade, de apego ao lugar, ao território e às paisagens locais num sentimento de pertencimento que aflora do mundo subjetivo do personagem/autor na relação com o ambiente. Posto isso, entre personagem e autor, há uma “identificação projetiva” (RIBEIRO, 2016, p. 7) que, segundo a

psicanalista, é uma fantasia inconsciente entre analista e analisando e, de modo análogo, entre autor e personagem, podendo ter um caráter mais agressivo, expulsivo e, portanto, defensivo ou um aspecto mais comunicativo, sendo que os mecanismos de cisão e projeção, em intensidades diversas, estão sempre implicados. Sendo assim, nas obras literárias em exame, há uma relação identitária, uma vez que os personagens de um escritor são as projeções dos desejos autorais.

Na obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, são frequentes as expressões topofóbicas voltadas ao sertão, porém não são imagens de repugnância ao lugar como ocorre na obra de Euclides da Cunha *Os Sertões*: “terra ignota, de natureza torturada” (CUNHA, 2009, p. 29), cuja repercussão é dominante no imaginário nacional e internacional. O que há, explicitamente, é a denúncia de uma caatinga abandonada pelo governo que adota uma política de repulsa e não um projeto de convivência com o semiárido.

Segundo Roberto Marinho Alves da Silva (2003), professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, não se trata apenas de programas emergenciais e de ações de combate à pobreza. Faz-se necessária, primordialmente, a sustentabilidade com base na convivência, o que implica e requer políticas públicas permanentes e apropriadas que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais, sendo imperativo romper com as estruturas de concentração da terra, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos.

Para expressar esse tom de crítica social a uma caatinga desolada e carente de investimentos que propiciem a convivência do sertanejo com a seca, destacam-se os seguintes trechos: “Estrada vermelha e pedregosa, orlada pela galharia negra da caatinga morta”; “Folhas secas no chão que estalavam como papel queimado”; “Verde, na monotonia cinzenta da paisagem, só algum juazeiro ainda escapou à devastação da rama”; “E o chão, que em outro tempo a sombra cobria, era uma confusão desolada de galhos secos” (QUEIROZ, 2012, p. 15). Essas passagens explicitam, assim, o caráter topofóbico do sertão em tempos de estiagens prolongadas.

Vale assinalar, também, outros excertos que frisam o cenário angustiante da seca, bem como a porosidade emocional e de sina entre os animais e o sertanejo, absorvendo as características de ambos facilmente:

Chico Bento bateu os paus na porteira e foi caminhando devagar, atrás do lento caminhar do gado, que marchava à toa, parando às vezes, e pondo no pasto seco os olhos tristes, como numa agudeza de desesperança; outras reses seguiam cabisbaixas, na mesma marcha pensativa; o marmeleiral esquelético, era tudo cinzento; o próprio leito das lagoas vidrara-se em torrões de lama ressequida; — Ó sorte, meu Deus! Comer cinza até cair morto de fome! (QUEIROZ, 2012, p. 18).

Observando essa dramática descrição-narrativa, evidencia-se o aspecto trágico da cena, característica peculiar de Rachel de Queiroz, que, conforme Lobato e Pereira (2011, p. 8), apresenta uma atmosfera cíclica: “é caminhar, caminhar e se deparar com tudo seco, cinzento até morrer de fome” como um destino implacável e irrevogável. Era assim a imagem da seca no Nordeste do início do século XX. Posto isso, através de seu tom trágico, a seca suscita a humanização através da desumanização, metamorfose extraída do desespero (como a morte certa dos retirantes e dos animais). Dessa forma, em meio a essa tragédia humana, o ambiente é inóspito, despertando, assim, sentimentos topofóbicos.

Nesse cenário, emerge-se a situação trágica do retirante: sem comida, sem morada, sem dignidade, sem nada. Esse contexto dramático pode ser reverberado nas passagens a seguir: “Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse” (QUEIROZ, 2012, p. 21); “— Que passagens!

Tem de ir tudo é por terra, feito animal! Nesta desgraça quem é que arranja nada!” (QUEIROZ, 2012, p. 23). Desse modo, ratifica-se um quadro adverso que expulsa o homem do campo de seu lugar.

Nessa tônica, Rachel de Queiroz, na obra *O Quinze*, denunciou as reduzidas e ineficazes políticas públicas destinadas ao Nordeste e, mais especificamente, ao sertão cearense, marcado pelas consequências da seca que se tornou uma tragédia humana como se pode indicar nos excertos que se seguem: “De tarde, quando caminhavam com muita fome” (QUEIROZ, 2012, p. 34); “— Meu filho! Pelo amor de Deus! Você comeu mandioca crua?”; “— Chico! Chico! Valha-me Nossa Senhora! O Josias se envenenou”; “A criança era só osso e pele: o relevo do ventre inchado formava quase um aleijão naquela magreza, esticando o couro seco de defunto, empretecido e malcheiroso” (QUEIROZ, 2012, p. 35).

Na tragédia da vida humana, consoante Nietzsche (1999), há forças opostas: a apolínea - constituída por uma estabilidade ilusória - que, na obra em apreço, é o menino Josias caminhar com os pais, mesmo com uma fome incontável, mas perto deles, sem pensarem na iminência da morte; a dionisíaca que se configura pela embriaguez da realidade, ou seja, o estorrecimento da dor em face da morte da criança: “Lá se tinha ficado o Josias, na sua cova à beira da estrada” (QUEIROZ, 2012, p. 38); “Ficou em paz. Não tinha mais que chorar de fome, estrada afora” (QUEIROZ, 2012, p. 39).

E o Deus do vinho, Dionísio, perseguia a “vida-morte e a morte-vida” dos retirantes na obra *O Quinze*, o que suscita verossimilhança por retratar a realidade tal qual ela se apresenta ou se apresentava consoante os fragmentos a seguir: “— Ah! Minha rede! Ô chão duro dos diabos! E que fome!” (QUEIROZ, 2012, p. 32); “Só talvez por um milagre iam aguentando tanta fome, tanta sede, tanto sol”; “E se não fosse uma raiz de mucunã arrancada aqui e além, ou alguma batata-brava que a seca ensina a comer, teriam ficado todos pelo caminho” (QUEIROZ, 2012, p. 39). Outrossim, corrobora-se uma geografia adversa e, terrivelmente, repugnante, gerando tristeza e pavor pelo quadro de miséria do lugar ou dos lugares por onde os retirantes passavam.

Salienta-se que uma prática comum nas tragédias das secas é o fato de os pais entregarem alguns de seus filhos aos padrinhos e madrinhas de melhor condição socioeconômica conforme se constata no excerto a seguir: “— Que é que se é de fazer? O menino cada dia é mais doente. A madrinha quer carregar pra tratar, botar ele bom, fazer dele gente. Se nós pegamos nesta besteira de não dar o mais que se arranja é ver morrer, como o outro” (QUEIROZ, 2012, p. 58). Tal atitude, apesar de árdua para os progenitores, fazia-se necessária para evitar a morte prematura das crianças retirantes. Segundo Gadelha e Lima (2017), no período de secas prolongadas, o índice de mortalidade infantil é bastante significativo, haja vista a fragilidade corporal das crianças que enfrentavam a fome, a sede, a desnutrição e as doenças, principalmente, gastrointestinais.

Ademais, quando as crianças retirantes não morriam pelo caminho, padeciam na cidade, nos chamados Campos de Concentração, conforme se observa no fragmento a seguir:

Conceição passava agora quase o dia inteiro no Campo de Concentração, ajudando a tratar, vendo morrer às centenas as criancinhas lazentas e trôpegas que as retirantes atiravam no chão, entre montes de trapos, como um lixo humano que aos poucos se integrava de todo no imundo ambiente onde jazia (QUEIROZ, 2012, p. 70).

E essa ação, segundo Scoville (2011), configura-se como autobiográfica, uma vez que Rachel de Queiroz se deslocava, juntamente com as suas tias, aos Campos de Concentração de Fortaleza-CE, a fim de prestar auxílio humanitário aos flagelados da seca.

Diante dessa cena trágica, fica patente que a esperança de dias melhores não se concretizava na cidade e, para os retirantes, só restava a ilusão de encontrar auxílio do governo na capital, centro administrativo do estado. Na realidade, essa assistência vinha mais da caridade das senhoras do que do Poder Público como indica o trecho a seguir: “— Olhe, todo dia, você ou a comadre apareçam por aqui, e o que nós juntarmos, em vez de se dar aos outros, guarda-se só pra vocês” (QUEIROZ, 2012, p. 55).

Abandonando esse cenário nefasto, a paisagem dá sinais de mudança com as primeiras chuvas e, concomitantemente, começa a ressurgir a esperança de dias melhores para o sertanejo, apresentando um ambiente aprazível e suscitando emoções topofílicas como atestam os trechos a seguir: “Enfim caiu a primeira chuva de dezembro” (QUEIROZ, 2012, p. 73); “O pasto se enramava, e uma pelúcia verde, verde e macia, se estendia no chão até perder de vista. A caatinga despontava toda em grelos verdes, pauis esverdeados” (QUEIROZ, 2012, p. 78); “E tudo era verde, e até no céu, periquitos verdes esvoaçavam gritando. O borralho cinzento do verão vestira-se todo de esperança” (QUEIROZ, 2012, p. 79).

Entretanto, ainda existia a sombra da miséria para os que ficaram no campo e resistiram aos golpes da fome. Todavia, os raios da chuva inebriavam a possibilidade de breve fartura como se constata no excerto a seguir:

Mas a triste realidade duramente ainda recordava a seca; carecia esperar que o feijão grelasse, enramasse, floresse, que o milho abrisse as palmas, estendesse o pendão, bonecasse, e lentamente endurecesse o caroço; e que ainda por muitos meses a mandioca aprofundasse na terra as raízes negras. Tudo isso era vagaroso, e ainda tinham que sofrer vários meses de fome (QUEIROZ, 2012, p. 79).

Diante disso, corrobora-se a ambivalência da relação sertanejo-ambiente (topofobia, topofilia, pulsão de morte, pulsão de vida, momentos dionisíacos e apolíneos).

Nesse contexto, o ser humano, ao longo da história, relaciona-se com o ambiente em que está inserido e procura adaptar-se ao meio, conforme Darwin (2009), superando desafios e se lançando à sobrevivência. Entretanto, quando o lugar se torna inóspito, esse local, inflexível à subsistência, exerce o poder de expulsão de todos os viventes e estes migram para outros locais, com vistas a não perecerem. De modo análogo, esse abandono da terra natal ocorre com os sertanejos quando são forçados a se deslocarem para outros solos em busca da sobrevivência. Isso pode ser identificado a partir do fragmento da obra *Vidas Secas*, do escritor alagoano Graciliano Ramos: “Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos” (RAMOS, 2013, p. 6).

Mediante essa descrição, observa-se a desolação dos retirantes (“infelizes”, “cansados”, “famintos”). Logo, essa situação deplorável se mistura com o cenário nefasto em que se encontravam: “rio seco”; “galhos pelados da catinga rala”; “a catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos” (RAMOS, 2013, p. 6). Assim, esboça-se um cenário inóspito, de repulsa ao lugar e de imagens fúnebres que remetem a um quadro de morte e de degradação.

Diante do exposto, delinea-se “um contexto dionisíaco” (NIETZSCHE, 1999, p. 31). De modo análogo, tal conjuntura representa a realidade cruel e trágica com a qual o sertanejo se depara em meio às adversidades ambientais e socioeconômicas: sem comida, sem água, sem nada. Nesse nefasto panorama, o desespero invade o interior humano como mostram os excertos a seguir: “O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão. — Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai”; “O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo.

Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça” (RAMOS, 2013, p. 6).

E o Deus do vinho, Dionísio, embriaga o retirante com a dura realidade. Nesses termos, a obra *Vidas Secas* suscita verossimilhança por apresentar imagens chocantes do bicho-homem-sertanejo:

Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e, debruçando-se no chão, bebeu muito; encheu a cuia, ergueu-se, afastou-se, lento, para não derramar a água salobra; pôs a cuia no chão, escorou-a com pedras, matou a sede da família (RAMOS, 2013, p. 7).

Diante desse quadro, fica explícita uma paisagem adversa, suscitando no sertanejo sentimentos topofóbicos que o encaminham a uma condição subumana, a de bicho-homem-retirante.

Nessa tônica de crítica social e topofobia, Graciliano também deu lugar a uma atmosfera de análise psicológica dos personagens, explicitando, assim, que as marcas da miséria não são, tão somente, físicas ou orgânicas, mas, principalmente, morais e emocionais como sugerem os fragmentos a seguir: “— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta”; “E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros”; “como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra” (RAMOS, 2013, p. 9). Desse modo, Fabiano sentia a dor de não ser reconhecido como gente, mas como um cabra, um animal que recebia ordens e tinha de baixar a cabeça à autoridade do patrão.

Sendo assim, a herança de injustiça social, que está estampada na obra *Vidas Secas*, perpetua-se. Por isso, no sistema econômico vigente, não há possibilidade de transformação social, visto que, consoante Marx e Engels (2003), a exclusão é a obra-prima do capitalismo. Nesse sentido, não existe tempo para sonhar e aprender: “O menino estava ficando muito curioso, muito enxerido. Se continuasse assim, metido com o que não era da conta dele, como iria acabar? Repeliu-o, vexado: — Esses capetas têm ideias” (RAMOS, 2013, p. 10). Desse modo, o destino do sertanejo já está traçado: o de servir à manutenção de sua própria opressão, sem direito à liberdade e à mudança de vida.

E essa inexistência de direitos desencadeia a impossibilidade de o retirante galgar outros caminhos e outra forma de vida, mais amena e menos oprimida. Assim, o sertanejo sente-se fadado a uma predestinação de miséria como descrevem os excertos a seguir: “Tinha obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia” (RAMOS, 2013, p. 33); “Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado. Ele, sinhá Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia estavam agarrados à terra” (RAMOS, 2013, p. 9). Portanto, imerso em um ambiente inóspito, infere-se que o sertanejo não consegue se desarraigar do seu destino de privações, sem dignidade para si e para a sua família, sendo tratado com inferioridade.

Ademais, na obra *Vidas Secas*, assinala-se que, embora o sertanejo estivesse trabalhando e garantindo o sustento de sua família em terra alheia, as sombras de uma seca iminente o atormentavam como uma tragédia que se pré-anuncia:

Se a seca chegasse, não ficaria planta verde. Arrepiou-se. Chegaria, naturalmente. Sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera. E antes de se entender, antes de nascer, sucedera o mesmo — anos bons misturados com anos ruins. A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto. Nem valia a pena trabalhar - ela se avizinhandando a galope, com vontade de matá-lo (RAMOS, 2013, p. 10-11).

Assim sendo, as secas sazonais, comuns no sertão nordestino, evidenciam cenários adversos que suscitam uma miséria iminente.

Por essa razão, faz-se necessário um planejamento governamental adequado para a convivência com o semiárido, a fim de evitar o drama de grupos humanos que dependem da terra para sobreviver. Entretanto, essa ação não se configurava como uma prioridade da administração pública que marginalizava a região Nordeste na época da publicação da obra *Vidas Secas*, cuja realidade fora denunciada pelo escritor alagoano Graciliano Ramos e outros artistas que compunham a prosa regionalista da segunda fase do Modernismo brasileiro, como a escritora Rachel de Queiroz, que, na obra *O Quinze*, retratou a grande seca de 1915.

Nesse contexto, reitera-se que algumas experiências do personagem Fabiano, da obra *Vidas Secas*, remetem a fatos vivenciados pelo autor. Uma delas foi a prisão injusta (sem acusação e sem defesa) a que ambos foram submetidos. Segundo Patto (2012), em 1936, no governo totalitário de Getúlio Vargas, Graciliano Ramos ficou enclausurado por quase um ano em porões de navios e celas de presídios, entre os quais o campo de trabalhos forçados da Ilha Grande, no litoral do Estado do Rio de Janeiro. E o personagem Fabiano sofreu agressão (física, moral e psicológica), praticada por policiais, e permaneceu preso por uma noite, sem ter cometido delito algum como atesta o excerto a seguir: “Então por que um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele?” (RAMOS, 2013, p. 13).

Sublinha-se que tanto personagem como autor sofreram injustiças e se rebelaram contra elas. Nesse sentido, em momento algum do enredo da obra, “Fabiano” se conforma com a barbárie de que foi vítima: “A ideia de ter sido insultado, preso, moído por uma criatura mofina era insuportável” (RAMOS, 2013, p. 35). De maneira similar, o autor, enquanto existiu, lutou contra as truculências destinadas às populações mais desprovidas socioeconomicamente. Para tal, utilizou-se da arte, do jornalismo e do engajamento político como corroboram a vida e a obra do autor.

Nesses termos, ainda que o retirante tivesse certeza da tragicidade de sua vida na passagem pelas sucessivas estiagens, ainda carregava consigo o sonho de se tornar “homem”, isto é, de ser reconhecido e valorizado em sua dignidade humana como se pode perceber a partir dos trechos:

Não queria morrer. Ainda tencionava ver terras, conhecer gente importante. Era uma sorte ruim, mas Fabiano desejava brigar com ela, sentir-se com força para brigar com ela e vencê-la. Não queria morrer. Estava escondido no mato como tatu. Duro, lerdo como tatu. Mas um dia sairia da toca, andaria com a cabeça levantada, seria homem. — Um homem, Fabiano (RAMOS, 2013, p. 11).

Considerando a concepção filosófica de Nietzsche (1999), na tragédia humana, há forças opostas e, portanto, dionisíacas (realidade adversa) e apolíneas (sonho, ilusão). Nesse sentido, infere-se que os momentos apolíneos de Fabiano representam o sonho de se tornar um “homem” e a esperança de que a seca não ocorra, mas ele se depara, constantemente, com os aspectos dionisíacos da vida: vê-se, explicitamente, como um bicho em meio às

consequências da seca: “Seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase uma rês na fazenda alheia” (RAMOS, 2013, p. 11); “Seria necessário mudar-se? Apesar de saber perfeitamente que era necessário, agarrou-se a esperanças frágeis”. “Sentia-a como se ela já tivesse chegado, experimentava adiantadamente a fome, a sede, as fadigas imensas das retiradas” (RAMOS, 2013, p. 37).

Outro fato curioso que aparece na narrativa *Vidas Secas* é a obsessão do menino mais velho em descobrir o significado do vocábulo “inferno” conforme indicam os trechos a seguir: “Ele nunca tinha ouvido falar em inferno. Estranhando a linguagem de sinhá Terta, pediu informações à sinhá Vitória, distraída, aludiu vagamente a certo lugar ruim demais, mas o menino não se conformou com a resposta, ficando pensativo o dia inteiro” (RAMOS, 2013, p. 21). Na realidade, a família de retirantes vivencia um “inferno” metaforicamente, uma vez que, diante da seca, encontra-se numa paisagem dionisíaca (inóspita) e, portanto, num cenário de miséria ou, segundo Freud (1915a, 1915b), imersa numa “pulsão de morte” como demonstra o trecho a seguir: “Matar-se-ia no serviço e moraria numa casa alheia, enquanto o deixassem ficar. Depois sairia pelo mundo, iria morrer de fome na catinga seca” (RAMOS, 2013, p. 33).

Antigamente os homens tinham fugido à toa, cansados e famintos. Sinhá Vitória, com o filho mais novo escanchado no quarto, equilibrava o baú de folha na cabeça; Fabiano levava no ombro a espingarda de pederneira; Baleia mostrava as costelas através do pelo escasso. Ele, o menino mais velho, caíra no chão que lhe torrava os pés. Naquele tempo, o mundo era ruim. Mas depois se consertara (RAMOS, 2013, p. 22).

A partir desse fragmento, constata-se a reflexão do narrador devido à inquietação do menino mais velho em saber o significado da palavra “inferno”. Sendo assim, o próprio narrador associa o tempo em que a família esteve peregrinando na época da seca como um período ruim e, portanto, por analogia, remete a inferno. O narrador também afirma outro momento, o atual, quando Fabiano encontra um trabalho numa fazenda e lá se fixa com a família até a chegada de outra estiagem e, por conseguinte, de nova fuga, em busca de sobrevivência.

Posto isso, as pulsões duais que permeiam a essência humana (de vida e de morte), conforme Freud (1915a, 1915b), também estão presentes na paisagem da Caatinga. Como marcas da convivência dessa dualidade na trajetória dos sertanejos, destacam-se os excertos a seguir: “Por enquanto a inundação crescia. Não havia o perigo da seca imediata, que aterrorizara a família durante meses” (RAMOS, 2013, p. 23); “Estivera uns dias assim murcho, pensando na seca e roendo a humilhação. Mas a trovoada roncara, viera a cheia, e agora as goteiras pingavam” (RAMOS, 2013, p. 24); “Pensou com um arrepião na seca, na viagem medonha que fizera em caminhos abrasados, vendo ossos e garranchos. Afastou a lembrança ruim, atentou naquelas belezas” (RAMOS, 2013, p. 28).

Nesse contexto, pondera-se que, em situação de escassez de recursos (seca), o cenário e os sentimentos aflorados são topofóbicos. Em contrapartida, na abundância de tais recursos (chuvas constantes), a paisagem se transforma, tornando-se topofílica, e as emoções se modificam, dando lugar à esperança de dias melhores.

Nessa visão apolínea, consoante Nietzsche (1999), evidenciam-se imagens oníricas, ilusórias e isso faz com que os retirantes tentem superar as adversidades e não desistir da vida, da sobrevivência. Esse sonho, enfim, possibilita o esquecimento momentâneo do pesadelo (a miséria) conforme explicitam os excertos a seguir:

E talvez esse lugar para onde iam fosse melhor que os outros onde tinham estado. Com certeza existiam no mundo coisas extraordinárias (RAMOS, 2013, p. 39); Pouco a pouco uma vida nova se foi esboçando. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. E andavam para o sul, metidos naquele sonho (RAMOS, 2013, p. 40).

Diante do exposto, pondera-se que é o sonho que move as pessoas, sejam elas provenientes de quaisquer classes sociais. Sendo assim, ainda que o legado da colonização (a colonialidade do poder, do saber e do ser) e o capitalismo selvagem cerceiem as oportunidades, escravizem humanos e retirem as garantias constitucionais, não conseguem usurpar o direito de sonhar com uma vida melhor.

Vale sublinhar, ainda, que, nas obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, há, como marca topofílica (“pulsão de vida”), a fé conforme reverberam, respectivamente, os seguintes trechos: “Caiu de joelhos, dando graças a Deus” (ALENCAR, 2002, p. 39); “Depois de se benzer e de beijar duas vezes a medalhinha de São José: Dignai-vos ouvir nossas súplicas, ó castíssimo esposo da Virgem Maria” (QUEIROZ, 2012, p. 12); “A vida na fazenda se tornara difícil. Sinhá Vitória benzia-se tremendo, manejava o rosário, mexia os beiços rezando rezas desesperadas”; “E Fabiano resistia, pedindo a Deus um milagre” (RAMOS, 2013, p. 38). Por conseguinte, a fé (“pulsão de vida”) representa um contributo simbólico à superação das adversidades diante das alternâncias (“pulsão de vida e pulsão de morte”) intrínsecas à caatinga e à natureza humana.

4. CONCLUSÃO

A partir das discussões expostas acima, reitera-se que existe a ambivalência topofóbica/topofílica nas obras em epígrafe. Nesse sentido, a análise da topofobia e da topofilia no contexto da Ecocrítica e da Ecologia Humana representa as conflitantes imbricações entre os sentimentos humanos, a Literatura e o lugar-ambiente.

Desse modo, uma paisagem adversa desencadeia emoções topofóbicas que impulsionam o nordestino a um destino nefasto como o que ocorreu com os retirantes, personagens das obras modernistas *O Quinze* e *Vidas Secas*, quando submetidos a períodos longos de estiagem e a uma política de exclusão social. Entretanto, esse cenário da caatinga se transforma em meio às chuvas, propiciando, assim, sensações topofílicas e uma condição humana menos miserável para o sertanejo.

Enquanto subjetividade, o sertão é topofóbico em algumas épocas do ano e, em outras, topofílico. Considerando os paradoxais sentimentos evocados pelos escritores regionalistas José de Alencar, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos e a carga emocional dos personagens que constituem as obras em apreço, verifica-se que, no universo ficcional, relativamente à identificação projetiva, os personagens refletem os seus respectivos autores. Outrossim, embora as relações de repulsa ou apego ao ambiente físico sejam contrastantes, nenhuma delas pode ser velada historicamente como se não existisse no que concerne às representações do sertanejo e do sertão.

Nesse aspecto, a topofilia precisa ganhar fôlego no cenário acadêmico, midiático e político, com vistas a desconstruir uma imagem exclusivamente topofóbica acerca do sertão e do sertanejo que foi veiculada, diacronicamente, nos meios de comunicação de massa e consolidada por um grupo prestigiado de cientistas, artistas e políticos, o que mascarou a real face da caatinga: ora seca e inóspita; ora verde e de rica biodiversidade.

Partindo dessa premissa, a imagem topofílica pode e deve ser fomentada pelas políticas públicas de desenvolvimento do semiárido, além da necessidade de difusão do potencial dessa região na mídia televisiva e nas redes sociais, como: Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp. Ademais, essa temática pode ser incitada pela publicação de obras literárias e científicas, bem como de matérias afins na mídia impressa e por meio da disseminação de diversas manifestações artísticas que contemplem essa bandeira, ganhando, assim, visibilidade nacional e internacional, com o propósito de desconstruir as visões meramente deterministas e topofóbicas do sertanejo e do sertão brasileiro.

De outra parte, cabe ponderar que as obras *O Quinze* e *Vidas Secas* desempenham o papel de denúncia da realidade, típico do Modernismo e com um caráter regional-universalista, revelando a tragédia dos retirantes que, tratados como “lixo humano” ou como “bichos”, perecem à margem da sociedade. Desse modo, a seca se configura como um problema social, ético, político e não tão somente como um entrave climático ou de ordem religiosa.

Por fim, com base na Geografia Humanista e na Ecologia Humana, é possível reforçar a relação ser humano–lugar–ambiente. Nessa lógica, verifica-se que a abordagem inter e transdisciplinar deste manuscrito abre espaço a um aprofundamento epistemológico de diversas áreas do conhecimento, como Antropologia, Sociologia, Filosofia, Psicanálise e Literatura, trazendo, assim, as contribuições da Ecocrítica a partir de elementos do clima, da paisagem, do território, da fauna, da flora, da sociedade, da cultura e da história.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O Aberto: O Homem e o Animal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, 160p.

ALENCAR, J. de. **O Sertanejo**. São Paulo: José Olympio, 2002, 570p.

BEGOSSI, A. Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Revista Interciência**, Caracas, v. 18, n. 3, p. 121-123, 1993.

BOMFIM, L. S. V. No Brasil, a ecologia humana é um paradigma científico ou um outro tipo de ciência emergente?. **Revista Ecologias Humanas**, Paulo Afonso-BA, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2016.

BOMFIM, L. S. V. **História e Epistemologia da Ecologia Humana**. Salvador: Editora Mente Aberta, 2021, 458p.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006, 568p.

CANDIDO, A. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009, 128p.

CARVALHO, A. C. de F. Ecocrítica no Cordel “O Clamor do Meio Ambiente”, de Abraão Batista. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, ID on line, v. 11, n. 34, p. 124-138, 2017.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Ediouro, 2009, 368p.

DARWIN, C. **Descent of Man**. Princeton: Princeton University Press, 1981, 961p.

DARWIN, C. **A Origem das Espécies**. São Paulo: Escala, 2009, 572p.

FREUD, S. O Inconsciente. *In: Sigmund Freud. Obras Completas*. ESB, v. XIV, (1915a), p. 183-233.

FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes. *In: Sigmund Freud. Obras Completas*. ESB, v. XIV, (1915b), p. 129-162.

GADELHA, G. da S.; LIMA, Z. M. M. Cortejo de miséria: seca, assistência e mortalidade infantil. *Revista História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 2, p. 101-118, ago./nov, 2017.

GARRARD, G. *Ecocrítica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 2006, 292p.

GLOTFELTY, C. Introduction-literary studies in an age of environmental crisis. *In: GLOTFELTY, Cheryl; FROMM, Harold (eds.). The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology*. Athens / London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. XV-XXXVII.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 396p.

HUTTA, J. S. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. *Revista Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente, Número Especial "Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades", p. 63-89, jun., 2020.

LOBATO, A. T. M.; PEREIRA, E. O. A seca e a narrativa do trágico em O Quinze de Rachel de Queiroz. *Revista Garrafa*. Rio de Janeiro, p. 1-17, maio/ago., 2011.

MACHADO, P. de A. *Ecologia Humana*. São Paulo: Autores Associados, 1984, 236p.

MARQUES, J. Ecologia Humana no Brasil. *In: MARQUES, J. (org). Ecologias Humanas*. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014, p. 9-42.

MARTINS, J. da S. **Tecendo a rede**: notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semi-Árido Brasileiro e outras excedências 2006. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2003, 130p.

MIGNOLO, W. D. Aesthesis Decolonial. *Calle*, v. 4, n. 4, p. 10-25, enero/junio, 2010.

NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 184p.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes/Unicamp, 2012, 100p.

PATTO, M. H. S. O mundo coberto de penas, família e utopia em Vidas secas. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 225-236, 2012.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006, 68p.

PIRES, I. M.; CRAVEIRO, J. L. Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais. *In*: MARQUES, J. (org). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014, p. 53-82.

QUEIROZ, R. de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012, 83p.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013, 61p.

RIBEIRO, M. F. da R. Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e enactment. O analista implicado. **Revista Cadernos de psicanálise**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 35, p. 1-18, dez., 2016.

RUECKERT, W. Literature and ecology: un experiment in Ecocriticism. *In*: GLOTFELTY, C.; FROMM, H. (eds). **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology**. Athens / London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p.105-123.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v. 78, p. 3-46, out. 2007.

SCOVILLE, A. L. M. L. de. **Literatura das Secas: Ficção e História**. 240 f, Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SILVA, R. M. A. da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dec, 2003.

SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T.; LINS, L. V. (orgs). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: MMA/UFPE/Conservation International do Brasil – Instituto Biodiversitas – Embrapa Semi-árido, p. 1-41, 2004.

SILVA, E. F.; COSTA, É. M. A.; MOURA, G. J. B. Topofobia e topofilia em “A Terra”, de “Os Sertões”: uma análise ecocrítica do espaço Sertanejo Euclidiano. **Revista Sociedade & Natureza**. Uberlândia, v. 26, p. 253-260, maio/ago., 2014.

TAPIA, J. J. **O Prazer de Ser: A Essência da Ecologia Humana**. São Paulo: Gente, 1993, 103p.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980, 281p.

TUAN, Y. Geografia Humanista. *In*: CRISTOFOLETI, A. (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL 1982, p. 165-193.

<https://doi.org/10.20873/10.20873-2022-84>, ISSN 2448-0819

***Vidas Secas* na Zooliteratura: uma análise das relações entre o animal humano e o inumano na obra de Graciliano Ramos**

Vidas Secas in Literature: an analysis of the relations between the human animal and the inhuman in the work of Graciliano Ramos

Elisângela Campos Damasceno Sarmiento¹



<https://orcid.org/0000-0000-0003-3002-1120>

Geraldo Jorge Barbosa de Moura²



<https://orcid.org/0000-0001-7241-7524>

Resumo

Em 1938, Graciliano Ramos publica a obra *Vidas Secas* que se enquadra na segunda fase do Modernismo brasileiro, pondo em evidência a vida dos retirantes e dos animais não humanos em meio à seca. Assim, esta pesquisa tem como objetivo investigar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Zoocrítica - que estuda as imbricações entre a Literatura e os animais -, as relações do animal humano com o animal não-humano presentes na obra em exame, dialogando com o ambiente, a sociedade e a cultura. Como principais resultados, pondera-se que os discursos dos personagens demonstram a animalidade do humano em alguns momentos da narrativa e, em outros, a sentiência do animal não-humano, mais precisamente da “cachorra Baleia” que apresenta sentimentos e emoções, evocados literariamente. Portanto, a Zoocrítica, mediante a análise do discurso, lança-se como um profícuo substrato à interpretação das relações humano-não humano-ambiente.

Palavras-chave: Zoocrítica. Texto. Análise discursiva.

Abstract

In 1938, Graciliano Ramos published *Vidas Secas*, which fits into the second phase of Brazilian Modernism, highlighting the lives of migrants and non-human animals amidst the drought. Thus, this research aims to investigate, under the method of Discourse Analysis of French Line and the Zoocritical perspective - which studies the imbrications between Literature and animals -, the relationships of the human animal with the non-human animal present in the work under examination, dialoguing with the environment, society and culture. As main results, it is considered that the characters' speeches demonstrate the animality of the human in some moments of the narrative and, in others, the sentience of the non-human animal, more precisely of the “Whale dog” that presents feelings and emotions, evoked literarily. Therefore, Zoocritics, through discourse analysis, is a useful substrate for the interpretation of human-non-human-environment relations.

Keywords: Zoocritics. Text. Discursive analysis.

Revista Porto das Letras
Vol. 8, N. 4 Linguagens e Educação em Diálogo

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus Juazeiro. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI – Campus Paulistana. E-mail: elisceno@ifpi.edu.br.

²Doutorado em Ciências Biológicas pela UFPB-UFRN/Brasil e UBA/Argentina. Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: geraldo.jbmoura@ufrpe.br.

INTRODUÇÃO

A priori, ressalta-se que, de acordo com Maria Esther Maciel (2016), uma das principais pesquisadoras brasileiras a dar início aos estudos sobre a Zooliteratura na América Latina, a origem do termo “Zoocrítica” remonta ao final do século XX, e apresenta um caráter inter e transdisciplinar, sinalizando, assim, o estudo dos animais na imbricação com o ambiente físico, a sociedade e a cultura, além das relações do homem com o animal não humano, numa associação direta entre a Arte e os animais.

Nesse contexto, conforme Maciel (2016), a Zooliteratura – correlação entre a Literatura e os animais - é um ramo dos Estudos Animais, que surgiu, nos anos de 1970, nos países de língua inglesa, com uma forte presença na Austrália e nos EUA e, mais tarde, alcançou demais nações, inclusive o Brasil. Desse modo, em sua gênese, os Estudos Animais absorvem áreas interdisciplinares, como Zoologia, Ecologia, Filosofia, Ciências Políticas, Antropologia, Direito, Artes, Literatura, entre outras.

Vale acrescentar que, consoante Maciel (2016), há dois eixos que sustentam os Estudos Animais: o que se refere ao animal propriamente dito e à chamada “animalidade”, e o que se volta para as complexas e controversas relações entre homens e animais não-humanos. Nesses termos, a Zooliteratura insere-se neste último. Logo, a Zooliteratura estuda não só os animais nas obras literárias, mas a questão da animalidade e do limite do humano.

Nessa direção, Maciel (2016) pondera que a Zooliteratura designa o conjunto de diferentes práticas literárias ou de obras (de um autor, de um país, de uma época) que se voltam para os animais, numa visão que transcende a perspectiva das representações metafóricas que marcaram e, ainda hoje, marcam as fábulas na Literatura, estando, pois, presentes na pedagogia infantil como elemento de formação humana.

Segundo Maciel (2016), hodiernamente, a Zooliteratura procura envolver-se com temas contemporâneos, uma vez que as condições animal e humana são discutíveis e carecem de análises cada vez mais profundas. Portanto, as discussões atuais pautadas pela Ecologia Humana dialogam com a Zooliteratura, visto que ambas levantam o debate sobre os conceitos de humano, humanidade, animal e animalidade, na imbricação com os problemas socioculturais e simbólicos do tempo presente. Antes, como ponderou a autora, o interesse pela presença do animal na literatura era voltado, predominantemente, para a análise textual.

Sob um espectro histórico, pondera-se que, segundo Maciel (2011), a primeira referência aos animais numa discussão da condição humana foi feita pelo filósofo francês Michel de Montaigne, ainda no século XVI, mais precisamente em 1580, quando publicou,

pela primeira vez, os ensaios *Da crueldade e Apologia de Raymond Sebond*. Desse modo, Montaigne representa o marco inicial desses estudos, que buscaram questionar a superioridade do homem na escala dos animais e a ética na relação homem-animal.

Ademais, tais ideias foram disseminadas ao longo dos séculos e influenciaram inúmeros filósofos, como o francês Jacques Derrida que, na obra *O animal que logo sou*, publicada no Brasil, em 2002, busca contestar a ausência de raciocínio e de linguagem em inumanos, com o intuito de desconstruir o humanismo logocêntrico do Ocidente, difundido pelo pensamento cartesiano-positivista do paradigma clássico.

No Brasil, quanto ao desenvolvimento de linhas de pesquisa interdisciplinares no campo da Zooliteratura, merecem destaque os trabalhos do professor e filósofo da Universidade Federal do Pará, Benedito Nunes, que falecera em 2011, deixando um legado incomensurável a essa área do conhecimento ao buscar a articulação entre Literatura, Filosofia e Antropologia.

Outrossim, contemporaneamente, além de Maciel (2016), sublinham-se, no campo da Zoocrítica, os estudos do antropólogo e professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Eduardo Viveiros de Castro, que inaugurou, sob a perspectiva das culturas ameríndias, uma instigante linha de pensamento acerca da animalidade, sendo, portanto, um expoente vigoroso nesse ramo científico.

Outrossim, a Zooliteratura, como pondera Maciel (2016), pretende romper com o humanismo antropocêntrico, que começou a ser evidenciado na história da humanidade no final do século XV e ainda hoje vigora no discurso científico, concedendo ao homem uma condição superior aos outros animais. Essa visão de mundo, contemporaneamente, é chamada de especismo, que considera o animal humano como dotado de superioridade com relação aos outros habitantes do planeta. Dessa forma, a Zooliteratura propõe tal ruptura, sugerindo o reconhecimento da senciência dos animais e da animalidade do humano numa ambivalência de relações que não são antagônicas, mas que coexistem e se complementam.

Nesse contexto, segundo Maciel (2016), os autores que se debruçam na Zooliteratura se voltam para os animais tomados como animais, subtraídos da carga alegórica e metafórica que a tradição das fábulas depositou sobre o mundo zoo. Por conseguinte, são escritores que concebem os animais como sujeitos, seres dotados de inteligência, sensibilidade e saberes sobre o mundo, como também exploram, literariamente, as relações entre humanos e não humanos, humanidade e animalidade. Para Borges & Guerrero (1966), a Literatura moderna coloca-se, portanto, como o espaço ficcional por excelência para a prática de todas as zoologias possíveis, tanto a que busca a realidade como a fantástica.

Em adição, a Zooliteratura, num viés mais contemporâneo, vincula-se às discussões acerca das questões ecológicas, decorrentes não só de uma série de catástrofes ambientais que passaram a assolar o planeta Terra, mas também da tomada de consciência mais efetiva dos problemas éticos que envolvem a interação do animal humano com os animais não humanos e com o próprio conceito de vida e de humanidade, a fim de desenvolver uma relação de coexistência e, portanto, não-hierárquica.

Nessa perspectiva, consoante o crítico literário Alfredo Bosi (2006), Graciliano Ramos, na obra *Vidas Secas*, sublinha, em cada personagem, a face da opressão e da dor, enquadrando-se, no contexto literário, como uma obra de engajamento social e político. Sendo assim, mediante a arte da palavra, o autor critica, na obra em exame, a penúria vivenciada pelos retirantes e pelos animais do sertão alagoano, que são invisibilizados por um sistema político excludente. Além disso, põe em relevo a relação do humano com o inumano num tom que refuta a visão antropocêntrica e discute a animalidade do homem e a senciência do animal.

Sob esse viés, acrescenta-se que Graciliano Ramos, na obra *Vidas Secas*, além de analisar, objetivamente, a vida dos retirantes e a relação do humano com o não humano, mediante o trajeto de uma família (“Fabiano, sinha Vitória, o filho mais novo, o filho mais velho e a cachorra Baleia”), soube, também e primordialmente, descortinar os pensamentos, sonhos e ideias que povoavam o mundo interior desses personagens, concedendo relevo ao universo psíquico desses indivíduos.

Ademais, acerca da biografia de Graciliano Ramos, salienta-se que, segundo Afrânio Coutinho (1984), o autor nasceu em 1892, na cidade de Quebrângulo-AL, e foi um escritor intenso e reconhecido pela crítica literária, inclusive, a obra *Vidas Secas*, romance de maior destaque do autor, foi levada para o cinema e traduzida para diversos países. Além disso, Graciliano, em face do grande sucesso dessa obra, alcançou o prêmio da Fundação William Faulkner, dos Estados Unidos, sendo elogiado por apresentar uma visão crítica das relações do humano com o animal não humano, saindo do regional (Nordeste brasileiro) e atingindo uma esfera social-psicológica de interesse universal.

Isso posto, o presente estudo tem como objetivo analisar, a partir da obra *Vidas Secas*, as relações do humano com o animal não humano na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura, traçando, assim, representações do sertanejo e do sertão. Por último, ressalta-se que esta investigação parte da hipótese de que os discursos dos personagens da obra em questão demonstram a animalidade do humano e a senciência do animal não humano, mais precisamente da cachorra Baleia, que apresenta sentimentos e emoções.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir desses elementos contextuais, esta pesquisa assenta-se na obra *Vidas Secas* (2013) [1938], de Graciliano Ramos, que reúne breves treze capítulos e adota como metodologia a Análise do Discurso de Linha Francesa que, segundo Michel Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Isso posto, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido.

Dessa forma, Eni Orlandi (2012) coaduna a Análise do Discurso de Linha Francesa na qual considera as condições de produção em que a obra foi escrita, o contexto histórico-social do país e a história de vida do autor, destacando, pois, essas três características como muito relevantes para a análise deste estudo, visto que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso na obra em questão. Ademais, na concepção de Orlandi (2012), há de se levar em consideração os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto.

Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso, consoante Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem com a sua história e com as construções sociais, norteado pela capacidade de significar e significar-se, validando, assim, tais sentidos no discurso do autor através das considerações de suas condições de produção, as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação (contexto imediato e contexto amplo).

Nesse sentido, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que tange ao sujeito que enuncia – Graciliano Ramos – e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada ao autor e ao período histórico em que se insere a obra *Vidas Secas*, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelo sujeito que fala no texto consoante os estudos de Pêcheux (1975).

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 25 publicações, dentre elas: artigos científicos e ensaios, localizados em periódicos online e em anais de eventos disponíveis eletronicamente, que remontam a uma janela temporal dos últimos 20 anos, além de *e-books* e livros físicos, cuja totalidade do referencial teórico data de 1915 (obra clássica) até consultas que foram realizadas em sites da internet no primeiro semestre de 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

AS RELAÇÕES DO HUMANO COM O ANIMAL NÃO-HUMANO NA OBRA *VIDAS SECAS*, DE GRACILIANO RAMOS

Conforme Antonio Candido (2009), a Literatura, ao longo da história, vem se configurando como um terreno fértil que tem produzido ricos frutos, como as obras literárias, saciando a avidez de conhecimentos do ser humano, com vistas a entender melhor as relações interpessoais e aprofundar o saber sobre si mesmo. Nesse caminho, desponta-se, nos anos de 1970, conforme Maciel (2011), a Zooliteratura que busca analisar a relação do homem com o animal não humano, além de refletir sobre a própria condição humana.

Sobre essa tônica, a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, mostra-se bastante frutífera, uma vez que mergulha na profundidade do animal não humano, principalmente a partir da personagem “Baleia”, uma cachorra solidária e preocupada com sua família: “Fabiano, sinha Vitória, o menino mais novo e o menino mais velho” como se pode atestar nos excertos a seguir: “E foram despertados por Baleia, que trazia nos dentes um preá. Aquilo era caça bem mesquinha, mas adiaria a morte do grupo” (RAMOS, 2013, p. 7); “Baleia agitava o rabo, olhando as brasas. E como não podia ocupar-se daquelas coisas, esperava com paciência a hora de mastigar os ossos” (RAMOS, 2013, p. 8).

Consoante a pesquisadora Maria Esther Maciel, numa entrevista concedida ao jornalista Gianni Melo, em 2016, *Vidas Secas* é um livro fundamental para a Zooliteratura, e a autora alfineta que caracterizar a cachorra Baleia como um animal humanizado é, no mínimo, errôneo, uma vez que os animais são sencientes e, portanto, expressam sentimentos. Isso posto, conforme a pesquisadora, as qualidades emocionais, comportamentais e cognitivas que Baleia apresenta na obra em epígrafe não são peculiaridades exclusivas do ser humano e, portanto, impróprias para caracterizar um animal inumano. Pelo contrário, tanto o humano apresenta animalidade como o animal não humano expressa emoções, como por exemplo dor ou alegria.

Ademais, Maciel (2016) assinala a importância de se admitir, no meio acadêmico, a complexidade do comportamento animal, sendo, portanto, permeado de nuances. Aceitas essas considerações, a escritora pondera que “Baleia” e os outros animais não humanos podem, sim, ser capazes de gestos de altruísmo, de demonstrações de solidariedade, de compreender alguns aspectos da vida, além de sinalizar medo e lutar pela própria sobrevivência.

Logo, de acordo com Maciel (2016), se “Baleia” tem traços que lembram os humanos, e os humanos têm traços animais, é porque o escritor alagoano Graciliano Ramos tratou dos

mundos humano e não humano como sendo feitos de porosidade. Em outros termos, quando um está em contato próximo do outro, eles se contaminam reciprocamente. Nesse sentido, a humanidade de um personagem se confunde com a animalidade do não humano numa mútua relação, independentemente da espécie a que pertencem.

Sendo assim, analisando a “cachorra Baleia” sob a perspectiva da Zooliteratura, observa-se um distanciamento de Graciliano Ramos quanto à visão antropocêntrica, dando vazão ao altruísmo da personagem não humana, considerando-a um ser digno de grandes sentimentos, como o amor e a solidariedade, conforme já sinalizava o filósofo Michel de Montaigne (1980), alertando quanto à presunção do homem em se considerar o único vivente capaz de expressar emoções.

Sob outro viés, o autor de *Vidas Secas* assinala a animalidade do humano “Fabiano”, cujo desejo de morte foi ativado, num momento de desespero em face da extrema fome pela qual passava, despertando, assim, a “pulsão de destruição” consoante apregoa Freud (1915a, b), o que pode ser corroborado nos excertos a seguir:

O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão. — anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai. Não obtendo resultado, fustigou-o com a bainha da faca de ponta. O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo. tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça (RAMOS, 2013, p. 6).

Nesse contexto, a superioridade do homem torna-se discutível e, portanto, passível de contestação. Desse modo, segundo Maciel (2011), o antropocentrismo (Humanismo) que teve início no final do século XV e, ainda hoje, vigora como discurso hegemônico das academias carece de refutação. Partindo dessa premissa, a Zooliteratura surge como um movimento científico contra-hegemônico que pretende refletir sobre a necessidade de rechaçar a visão antropocêntrica, visto que o animal humano pode ter, em diversas situações, a sua animalidade aguçada, bem como o animal não humano pode revelar-se sensível e generoso.

Nesse ínterim, consoante Freud (1915a, b), a essência humana é ambivalente. Há, pois, tanto a pulsão de vida como a de morte, e, para o pai da psicanálise, esta última pode ser preponderante em algumas situações adversas, todavia estará a serviço da pulsão de vida, como elemento de superação dos obstáculos em meio às adversidades, suscitando, assim, a possibilidade de sobrevivência.

Em vista disso, esclarece-se que a pulsão de morte como motivação gera o empobrecimento do psiquismo, porém, como observado no cotidiano do sertanejo, para lidar com as adversidades da estiagem, tal pulsão apresenta-se como elemento de vida, incitando-o ao objeto de desejo, ou seja, a luta pela sobrevivência, que pode ser exitosa pela plasticidade

de se tornar agressivo, mais competitivo e, conseqüentemente, vitorioso (FREUD, 1915a; FREUD, 1915b; GREEN, 1988).

Nessa linha de raciocínio, durante muitos anos, também se difundiu que, para o pai do evolucionismo Charles Darwin (1981), a competição (pulsão de morte na visão de Freud) era a característica predominante na natureza humana. Entretanto, segundo a análise da obra “A Descendência do Homem”, de Darwin (1981), mencionam-se duas vezes a sobrevivência do melhor e noventa e cinco vezes a palavra amor. Desse modo, o que prevalece na obra em epígrafe é o comportamento como colaboração. Sendo assim, os modelos freudiano e darwiniano são duplos e, portanto, pode emergir a cooperação (pulsão de vida) ou a competição (pulsão de morte), e essa dualidade faculta ao ser humano lidar com as diversas facetas da vida.

Dessarte, pondera-se que a obra *Vidas Secas*, segundo Alfredo Bosi (2006), foi o último romance de Graciliano Ramos, escrito depois da profunda dor que enfrentara nos porões de navios e cubículos fétidos por onde permaneceu preso por quase um ano, durante o Estado Novo (período da ditadura Vargas), sobrevivendo como um bicho desprezado em meio a um ambiente insalubre. Essa experiência foi essencial para a descrição dos retirantes na obra em apreço: “— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta”; “E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra— Você é um bicho, Fabiano”; “— Um bicho, Fabiano” (RAMOS, 2013, p. 9). Outrossim, emerge-se a imagem de uma vida humana degradante como grande parte dos animais não humanos que são maltratados, sobrevivendo com poucos recursos disponíveis.

Nesse contexto, reitera-se que algumas experiências do personagem Fabiano remetem a fatos vivenciados pelo autor. Uma delas foi a prisão injusta (sem acusação e sem defesa) a que ambos foram submetidos. Segundo Patto (2012), em 1936, Graciliano Ramos, no Governo totalitário de Getúlio Vargas, ficou enclausurado por quase um ano em porões de navios e celas de presídios, entre os quais o campo de trabalhos forçados da Ilha Grande, no litoral do Estado do Rio de Janeiro. E “Fabiano”, personagem da obra em exame, sofreu agressão (física, moral e psicológica), praticada por policiais, e permaneceu preso por uma noite, sem ter cometido delito algum como atestam os excertos a seguir: “Então por que um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele?” (RAMOS, 2013, p. 13).

Destaca-se, portanto, que tanto personagem como autor sofreram injustiças e se rebelaram contra elas. Nesse sentido, em momento algum do enredo da obra, “Fabiano” se conforma com a barbárie de que foi vítima (“A ideia de ter sido insultado, preso, moído por

uma criatura mofina era insuportável” – RAMOS, 2013, p. 35). De maneira similar, o autor, enquanto existiu, lutou contra as truculências voltadas às populações mais desprovidas econômico e socialmente. Para tal, utilizou-se da arte, do jornalismo e do engajamento político como atestam a vida e a obra do autor.

Isso posto, entre personagem e autor, há uma identificação projetiva. Em outras palavras, observa-se, explicitamente, uma conjunção ficção-realidade na obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Desse modo, consoante Ribeiro (2016), o conceito de identificação projetiva foi postulado por Melanie Klein, em 1946, no texto "Notas sobre alguns mecanismos esquizoides", um clássico da literatura psicanalítica. Para a autora, a identificação projetiva pode ser compreendida como uma fantasia inconsciente entre analista e analisando e, de modo análogo, entre autor e personagem, podendo ter um caráter mais agressivo, expulsivo e, portanto, defensivo ou um caráter mais comunicativo, sendo que os mecanismos de cisão e projeção, em intensidades diversas, estão sempre implicados. Sendo assim, autores e personagens estão imbricados numa relação identitária, uma vez que os personagens de um escritor são as projeções dos desejos e vivências autorais.

De outra parte, vale destacar que, na obra *Vidas Secas*, denuncia-se a vida de penúria pela qual passavam os humanos retirantes e os animais não humanos, tendo de enfrentar situações indignas a qualquer vivente, em face da luta pela sobrevivência, considerando a escassez extrema de recursos:

Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e, debruçando-se no chão, bebeu muito; Encheu a cuia, ergueu-se, afastou-se, lento, para não derramar a água salobra; Pôs a cuia no chão, escorou-a com pedras, matou a sede da família (RAMOS, 2013, p. 7).

Sendo assim, tal conjuntura, explicitada na obra em apreço, representa uma condição decrepitante tanto para o homem como para os animais. No entanto, o impacto da cena acima torna-se mais evidente quando se observa a indignidade a que os retirantes estavam submetidos, porém, muitas vezes, o estarecimento perante a situação insalubre em que os animais se encontram e procuram sobreviver não emerge com o mesmo senso de pesar. Outrossim, essa concepção antropocêntrica necessita ser desconstruída, a fim de que as questões éticas e ecológicas, de bem-estar de todos os viventes, possam ser postas em pauta no cenário contemporâneo como prioridade a uma nova cultura de ser e estar no mundo.

Para tanto, a Zooliteratura, de acordo com Maciel (2011), configura-se como um considerável substrato transversal, a fim de que se discutam questões filosóficas, éticas,

ecológicas e psicanalíticas que permeiam as relações do humano com o não humano, com o intuito de se desenvolver e garantir os direitos humanos e dos animais, inscrevendo-se, pois, nesse campo científico, uma nova forma de compreender o animal não humano, o humano e as manifestações da animalidade. Nessa direção, emerge o vivo interesse do escritor Graciliano Ramos em abordar as afinidades e os limites que há entre humanos e não humanos.

Retomando a obra *Vidas Secas*, cabe realçar que, segundo o personagem “Fabiano”, para vencer as adversidades impetradas pela condição famélica do retirante, é necessário ser tão resistente quanto um animal não humano, visto que este suporta fome, sede, agressão, abandono e, ainda sim, encontra forças para continuar a luta pela sobrevivência: “Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades”; “— Um bicho, Fabiano” (RAMOS, 2013, p. 9). Dessa maneira, tal discurso, produzido por Graciliano Ramos, reconhece a animalidade que integra a condição do humano, capaz de despertar nele um espírito de bravura que o lança na superação dos embates da vida:

Não queria morrer. Ainda tencionava correr mundo. Era uma sorte ruim, mas Fabiano desejava brigar com ela, sentir-se com força para brigar com ela e vencê-la. Não queria morrer. Estava escondido no mato como tatu. Duro, lerdo como tatu. Mas um dia sairia da toca, andaria com a cabeça levantada, seria homem. — Um homem, Fabiano” (RAMOS, 2013, p. 11).

Nessa perspectiva, a iminência da morte, em face da escassez de recursos à subsistência, caracteriza-se como a maior das adversidades a serem enfrentadas pelos animais humanos e não humanos. Daí, de acordo com o discurso acima do personagem “Fabiano”, reitera-se que a animalidade faz-se necessária ao enfrentamento da fome, a fim de vencê-la para abandonar tal estado de penúria que o aproxima cada vez mais dos animais não humanos, subjugados a uma situação deletéria de sobrevivência: “Era um desgraçado, era como um cachorro, só recebia ossos” (RAMOS, 2013, p. 33); “Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia” (RAMOS, 2013, p. 40). Entretanto, “Fabiano” ainda tinha um sonho: encontrar-se com a dignidade humana que é perdida em quadros de extrema miséria e, assim, tornar-se, verdadeiramente, um homem.

Outro aspecto importante da relação do humano com o animal inumano e com a própria condição humana na obra em exame é a afinidade com os animais que lhe estão próximos:

Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais; Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia; Às vezes, utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos — exclamações, onomatopeias (RAMOS, 2013, p. 9).

Nesse sentido, o autor de *Vidas Secas* retratou os mundos humano e não humano, permeados de porosidade. Em outros termos, consoante Maciel (2011), a proximidade de um e outro transmite características similares a ambos e de ambos. Dessarte, a humanidade de um personagem se confunde com a animalidade do não humano numa relação de reciprocidade.

Partindo dessa premissa, o retirante “Fabiano”, em contato contínuo e direto com os animais não humanos, absorveu para si, com mais ênfase, a animalidade dos inumanos e estes se imbuíram de características que lembram os humanos, mas que, também, lhe são peculiares, uma vez que a expressão de sentimentos está presente nos não humanos, evidentemente, num grau menor, mas a demonstração de emoções não é prerrogativa do homem, visto que os animais inumanos desenvolvem, também, essa capacidade. Segundo Maciel (2008), o narrador da Zooliteratura assume a persona do inumano numa atitude de espelhamento, de identificação ou pode ser, também, um exercício da animalidade que o habita.

Para Maciel (2011), Graciliano Ramos e outros escritores do campo da Zooliteratura buscam apreender, pela palavra articulada, o “eu” dos animais não humanos, imaginando o que eles diriam se tivessem o domínio da linguagem humana, encarnando uma subjetividade possível (ainda que inventada) e sugestionando seus saberes acerca do mundo e da humanidade, visto que a lógica que rege a “fala” animal é outra e, muitas vezes, caracteriza-se como imperceptível à inteligência humana, despertando, assim, no homem, o conhecimento de sua ignorância.

Sob esse viés, a convivência diária entre humanos e não humanos (como ocorre, na obra *Vidas Secas*, entre o vaqueiro e sua família e os animais do mundo rural) os aproxima não só fisicamente, mas também em outros aspectos, como por exemplo, na comunicação entre eles e, até mesmo, psicologicamente: “Deu um pontapé na cachorra, que se afastou humilhada e com sentimentos revolucionários” (RAMOS, 2013, p. 16).

Relativamente à linguagem, pode-se constatar uma grande proximidade entre “Fabiano e sua família” e os animais não humanos como se atesta nos excertos que se seguem: “Na beira do rio haviam comido o papagaio, que não sabia falar. Necessidade; Fabiano também não sabia falar” (RAMOS, 2013, p. 14); “O pequeno sentou-se. Tinha um vocabulário quase tão minguado como o do papagaio que morrera na seca. Valia-se, pois, de exclamações, de gestos e Baleia respondia com o rabo, com a língua, com movimentos fáceis de entender” (RAMOS, 2013, p. 21).

Nesse ínterim, o sertanejo “Fabiano” e sua família (“sinha Vitória, o menino mais novo, o menino mais velho e a cachorra Baleia”) possuíam dificuldade em manter diálogo com pessoas da cidade, que desfrutavam de uma linguagem mais elaborada, em virtude do processo de escolarização a que tinham acesso e da própria distância que mantinham dos animais do campo como pode ser reverberado nos fragmentos a seguir: “Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão” (RAMOS, 2013, p. 9-10); “Só sabia lidar com bichos” (RAMOS, 2013, p. 14). Desse modo, o autor de *Vidas Secas* chama a atenção para a diversidade cultural ao serem observados o campo e a cidade, uma vez que cada espaço apresenta as suas peculiaridades, cuja comunicação nem sempre é possível.

Sublinha-se, também, que Graciliano Ramos procurou coadunar a senciência dos animais não humanos, apresentando, pois, a inteligência e a manifestação de sentimentos da “cachorra Baleia” conforme corroboram os trechos a seguir: “E Fabiano se aperreava por causa dela, dos filhos e da cachorra Baleia, que era como uma pessoa da família, sabida como gente” (RAMOS, 2013, p. 14); “Baleia despertou, retirou-se prudentemente, receosa de sapear o pelo” (RAMOS, 2013, p. 16).

Entretanto, apesar da constatação científica e legal em alguns países, inclusive no Brasil, quanto à senciência dos animais não humanos, é irrefutável que a capacidade cognitiva dos humanos é muito maior que a daqueles. Por outro lado, também é inquestionável que os animais não humanos possuem inteligência e isso o autor de *Vidas Secas* já assinalava, em 1938, quando da publicação desse livro.

Isso posto, destaca-se que, segundo a Dra. Virgínia Williams, presidente do Comitê Consultivo Nacional de Ética Animal, em 2020, a condição dos animais como seres sencientes começa a ser reconhecida legalmente em diversos países da Europa (França, Portugal, Alemanha, Suíça, Áustria), da Oceania (Nova Zelândia e Austrália) e da América do Sul, como o Brasil. Esse é um grande passo para a conquista dos direitos dos animais, visto que eles têm sentimentos (dor física e psicológica – angústia), podendo, pois, experimentar emoções negativas e positivas, além, é claro, de terem consciência de si e do seu entorno, mesmo que em nível diferente dos humanos.

Nessa linha de pensamento, o autor de *Vidas Secas* põe em relevo a “cachorra Baleia”, uma personagem não humana que apresenta consciência do mundo que a cerca como se reverbera nos trechos a seguir:

Naquele dia a voz estridente de sinha Vitória e o cascudo no menino mais velho arrancaram Baleia da modorra e deram-lhe a suspeita de que as coisas

não iam bem; Topou o camarada, chorando, muito infeliz, à sombra das catingueiras. Tentou minorar-lhe o padecimento saltando em roda e balançando a cauda. Não podia sentir dor excessiva. E como nunca se impacientava, continuou a pular, ofegando, chamando a atenção do amigo. Afinal convenceu-o de que o procedimento dele era inútil (RAMOS, 2013, p. 21).

Dessarte, é possível captar, através do discurso do narrador acima, que Graciliano Ramos nutria de profunda sensibilidade para captar as ações, reações e emoções dos animais, mais especificamente da “cachorra Baleia”, o que corrobora a senciência dos animais não humanos, tão negada por muitos humanistas antropocêntricos ao longo da história da humanidade. Todavia, Montaigne (1980), na obra “Apologia de Raymond Sebond”, já defendia a ideia do animal como sujeito e chamava a atenção para a complexidade dos bichos, mostrando que eles são dotados de variadas faculdades, que, até então, eram ignoradas.

Na contramão da prerrogativa humana quanto à emotividade, destacam-se, no meio acadêmico, os estudos de Peter Wohlleben (2019), quando afirma, categoricamente, que os animais cuidam de seus membros, ajudam os indivíduos doentes e fracos e relutam até em deixar os mortos para trás. Isso ratifica a assertiva de que os animais são seres sencientes, posto que demonstram sentimentos (amor, tristeza, compaixão) e têm consciência de si e do seu entorno como coadunam as passagens que se seguem: “Baleia, imóvel, paciente, olhava os carvões e esperava que a família se recolhesse. Enfastiava-a o barulho que Fabiano fazia” (RAMOS, 2013, p. 24); “Baleia ficou passeando na calçada, olhando a rua, inquieta. Na opinião dela, tudo devia estar no escuro, porque era noite, e a gente que andava no quadro precisava deitar-se” (RAMOS, 2013, p. 26).

Além de Wohlleben (2019), tais considerações vêm encontrando amparo científico graças às descobertas da etologia contemporânea. Sendo assim, Dominique Lestel (2002), em *As origens animais da cultura*, reafirma as constatações de Montaigne (1980), ao mostrar a extraordinária diversidade de comportamentos e competências dos viventes não humanos, que vão da habilidade estética até formas elaboradas de comunicação.

Posto isso, como afirma Lestel (2002), o humano atingirá um nível de conhecimento suficiente para entender uma racionalidade e uma subjetividade diferentes da sua? Essas agudas indagações ainda estão no campo do aberto conforme apregoa Agamben (2013), uma vez que a capacidade humana é infinita, estando, pois, em permanente evolução, entretanto, há de se reconhecer, também, a sua animalidade e a “outridade” do animal não humano como alfineta Maciel (2008).

Consoante Maciel (2011), faz-se necessário, mediante estudos científicos rigorosos, desestabilizar as bases do humanismo antropocêntrico, problematizando as fronteiras entre humanidade e animalidade a partir de uma abordagem pautada no paradoxo: ao mesmo tempo em que devem ser mantidas as diferenças que distinguem os animais humanos dos não humanos, é imperativo, também, que os humanos se reconheçam animais para se tornarem humanos, bem como não tratem os animais inumanos como inferiores, mas portadores de sentiência e, como tais, devem ser respeitadas a inteligência e as emoções que lhes são peculiares e que, durante muito tempo, foram negadas pela ciência.

Com base nos trabalhos de Maciel (2011), é importante esclarecer que Graciliano Ramos, na obra *Vidas Secas*, afastou-se das fábulas tradicionais, uma vez que a personagem “cachorra Baleia” não aparece antropomorfizada nem está a serviço da edificação humana, num tom moralizante que constitui grande parte da Zooliteratura iniciante, mas aparece como animal-animal que expressa o que o autor imagina que ela pensaria, sentiria ou falaria se pudesse fazer uso da linguagem verbal tal qual os humanos.

Nesse processo criativo do autor de *Vidas Secas* quanto aos pensamentos, sentimentos e sonhos de “Baleia”, sublinham-se trechos que precedem a sua morte:

A cachorra Baleia estava para morrer, moribunda. Então Fabiano resolveu matá-la. Foi buscar a espingarda de pederneira e fez tenção de carregá-la bem para a cachorra não sofrer muito; Não conhecia o objeto, mas pôs-se a tremer, convencida de que ele encerrava surpresas desagradáveis; Mas Baleia não atribuía a esse desastre a impotência em que se achava nem percebia que estava livre de responsabilidades. Uma angústia apertou-lhe o pequeno coração. Precisava vigiar as cabras; Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás (RAMOS, 2013, p. 30-31).

Nas passagens acima, observa-se a animalidade de “Fabiano” e, em seguida, o altruísmo do animal não humano, demonstrando responsabilidade na iminência da morte e gratidão aos seus donos como atestam os excertos a seguir:

E de novo lhe veio o desejo de morder Fabiano, que lhe apareceu diante dos olhos meio vidrados. Não poderia morder Fabiano: tinha nascido perto dele, numa camarinha, sob a cama de varas, e consumira a existência em submissão, ladrando para juntar o gado quando o vaqueiro batia palmas (RAMOS, 2013, p.31).

Desse modo, esses últimos fragmentos corroboram a ambivalência das naturezas do humano e do não humano: animalidade e sensibilidade. Em outras palavras, “as pulsões de morte e de vida”, defendidas por Freud (1915a, b).

Isso posto, considerando tal duplicidade na caracterização da essência humana, constata-se, também, nessa narrativa, a presença do remorso (a cobrança da “pulsão de vida”

ou da consciência), quando o humano deixa-se guiar pela animalidade (“pulsão de morte”) conforme demonstra o trecho a seguir: “Pensou na mulher, nos filhos e na cachorra morta. Pobre de Baleia. Era como se ele tivesse matado uma pessoa da família” (RAMOS, 2013, p. 33).

No contexto do discurso acima, verifica-se o arrependimento do personagem “Fabiano” ou o sentimento de culpa que lhe fora despertado por ter atendido ao chamado da “pulsão de morte”. Tal constatação também pode ser reverberada nos trechos a seguir: “Por que seria que o coração dele se apertava? Coitadinha da cadela. Matara-a forçado, por causa da moléstia”; “Fabiano suspirou, sentiu um peso enorme por dentro. Se tivesse cometido um erro?” (RAMOS, 2013, p. 37). Esse questionamento corrobora a existência de uma personalidade humana conflituosa, permeada das duas pulsões: de vida e de morte, como apregoa Freud (1915a, b).

Por fim, sublinha-se que, para Freud (1930), esse estado de sofrimento que experimenta o ser humano é o mais importante problema do desenvolvimento da civilização, sustentando que o preço que o humano paga pelas resoluções das adversidades cotidianas, utilizando meramente o racionalismo, caracteriza-se como uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa e da repressão do ego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões empreendidas neste artigo, reitera-se que a Zooliteratura é um campo, relativamente, recente que visa à ampliação do espaço dos animais na criação literária, haja vista a premente necessidade de reconhecê-los como dotados de inteligência e permeados de emoções, a fim de que os seus direitos sejam respeitados, além de desconstruir a visão antropocêntrica, que sublinha os humanos como animais superiores, destituindo-os, portanto, de uma animalidade intrínseca, bem como retirando dos animais inumanos as faculdades da linguagem e da expressão de sentimentos. Evidentemente, tais características aparecem nos inumanos em menor nível que nos humanos, todavia essas capacidades também lhe são peculiares e carecem de reconhecimento legal, científico, literário e social.

Nesse sentido, analisar as relações do humano com o animal não humano, no contexto da Zoocrítica, representa a possibilidade de desvelar as aproximações e os conflitos entre os seres humanos e os inumanos na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura. A partir daí, emerge-se deste estudo a ambivalência da natureza humana e não humana, despontando,

assim, a animalidade do homem e as emoções do inumano, desconstruindo, pois, a visão de superioridade humana em detrimento dos outros animais.

Partindo dessa premissa, a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, desempenha, primordialmente, o papel de denúncia da realidade, típico do Modernismo da 2ª fase (1930-1945) à qual o escritor alagoano se integrou. Contudo, o autor ultrapassa a preocupação social no âmbito regional e alcança o cunho universal por intermédio da análise psicológica dos personagens, adentrando, assim, no âmago de “Fabiano, sinhá Vitória, o menino mais novo, o menino mais velho e a cachorra Baleia”, revelando, pois, os sentimentos, as emoções, a linguagem e os sonhos dos personagens humanos e não humanos

Por fim, mediante a Zooliteratura, é possível reforçar as relações do humano com o não humano que transcendem essa área do conhecimento, requisitando, então, uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar que permeia os campos epistemológicos da Filosofia, da Psicanálise, da Antropologia, da Sociologia e demais áreas correlatas, com vistas a uma melhor compreensão da essência humana, inclusive de sua animalidade, além das questões éticas e ecológicas que envolvem a relação humana-inumana, pois, como afirma o escritor mineiro João Guimarães Rosa na obra *Ave palavra* (2015), “Amar os animais é aprendizado de humanidade”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O Aberto: O Homem e o Animal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BORGES, Jorge Luís; GUERRERO, Margarita. **Manual de zoologia fantástica**. Fondo de Cultura Económica, México, 1966.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 43. ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antonio. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

COUTINHO, Afrânio. **As formas da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bloch, 1984.

DARWIN, Charles. **Descent of Man**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. Tradução: Fábio Landa, São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Disponível em: <http://acaopelosdireitosdosanimais.blogspot.com/2020/07/nova-zelandia-reconhece-legalmente.html>. Acesso em 30.05.2021.

FREUD, Sigmund. **O Inconsciente**. In Sigmund Freud. Obras Completas ESB, vol. XIV, (1915a).

FREUD, Sigmund. **Os instintos e suas vicissitudes**. In Sigmund Freud. Obras Completas ESB, vol. XIV, (1915b).

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização** (1930). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GREEN, A. **Narcisismo de vida. Narcisismo de morte**. São Paulo: Escuta, 1988.

LESTEL, Dominique. **As origens animais da cultura**. 1ª ed., São Paulo: Editora Instituto Piaget, 2002.

MACIEL, Maria Esther. **O animal escrito - Um olhar sobre a zooliteratura contemporânea**. São Paulo: Lumme Editor, 2008.

MACIEL, Maria Esther. Exercícios de Zooliteratura. **Revista ComCiência**, nº 134, Campinas-SP, 2011.

MACIEL, Maria Esther. **Literatura e animalidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MACIEL, Maria Esther. A Zooliteratura tem um enfoque multifacetado. Entrevista concedida a Gianni Paula de Melo, **Revista Continente**, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/21139805/Entrevista_sobre_zooliteratura_Revista_Continente Acesso em: 28.05.2021.

MONTAIGNE, Michel de. **Apologia de Raymond Sebond**. Ensaios II. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes/UNICAMP, 2012.

PATTO, Maria Helena Souza Patto. O mundo coberto de penas, família e utopia em Vidas secas. **Revista Estudos Avançados**, 26 (76), 2012.

PÊCHEUX, Michel. Les Vértiés de la Palice, Maspero, Paris, trad. bras. **Semântica e Discurso**, Eni Orlandi et alii, Editora da UNICAMP, 1975.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 120ª ed., Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

RIBEIRO, Marina Ferreira da Rosa. Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e enactment. O analista implicado. **Revista Cadernos de psicanálise**, vol. 38, Rio de Janeiro, dez., 2016.

ROSA, João Guimarães. **Ave palavra**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.

WOHLLEBEN, Peter. **A vida secreta dos animais**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, ISSN 2447-7052, v. 08, n. 01, p. 47-63, 2022

A DECOLONIALIDADE NO DISCURSO DO PERSONAGEM ARNALDO, DE *O SERTANEJO*: representações alencarinas à luz da Ecocrítica

DECOLONIALITY IN THE DISCOURSE OF THE CHARACTER ARNALDO, BY *O SERTANEJO*: alencarian representations in the light of ecocritics

LA DECOLONIALIDAD EN EL DISCURSO DEL PERSONAJE ARNALDO, POR *O SERTANEJO*: representaciones alencarianas a la luz de los ecocríticos



Elisângela Campos Damasceno Sarmiento¹

<https://orcid.org/0000-0000-0003-3002-1120>

Geraldo Jorge Barbosa de Moura²



<https://orcid.org/0000-0001-7241-7524>

RESUMO

O escritor José de Alencar publicou, em 1875, a obra *O Sertanejo* que se insere no panorama regionalista do romance romântico brasileiro, pondo em destaque o sertão cearense. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo investigar, a partir do método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Ecocrítica - que investiga as inter-relações entre a Literatura e a Ecologia -, as representações do sertanejo que José de Alencar delineia na obra em questão, destacando a postura da decolonialidade do protagonista “Arnaldo” em meio a comportamentos coloniais de outros personagens. Diante disso, o discurso do protagonista “Arnaldo” evidencia a presença da decolonialidade como um movimento de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser. Logo, a Ecocrítica caracteriza-se como uma bandeira em que se fixa um território de ideias interdisciplinares e transdisciplinares a serem exploradas, representando, assim, um substrato à reflexão das relações do homem com o ambiente natural e sociocultural.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Literatura. Ecologia.

ABSTRACT

The writer José de Alencar published, in 1875, the work *O Sertanejo*, which fits into the regionalist panorama of the Brazilian romantic novel, highlighting the Ceará sertão. In this sense, this research aims to investigate, from the method of Discourse Analysis of French Line and the Ecocritical perspective - which investigates the interrelationships between Literature and Ecology -, the representations of the sertanejo that José de Alencar outlines in the work in question, highlighting the decolonial stance of the protagonist “Arnaldo” amidst the colonial behaviors of other characters. Therefore, the discourse of the protagonist “Arnaldo” highlights the presence of decoloniality as a movement of resistance to the coloniality of power, knowledge and being. Therefore, Ecocritique is characterized as a flag in which a territory of interdisciplinary and transdisciplinary ideas is established to be explored, thus representing a substrate for the reflection of man's relations with the natural and sociocultural environment.

Keywords: Interdisciplinarity. Literature. Ecology.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus Juazeiro. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI – Campus Paulistana. E-mail: elisceno@ifpi.edu.br.

²Doutorado em Ciências Biológicas pela UFPB-UFRN/Brasil e UBA/Argentina. Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: geraldo.jbmoura@ufrpe.br.

RESUMEN

El escritor José de Alencar publicó, en 1875, la obra *O Sertanejo*, que se enmarca en el panorama regionalista de la novela romántica brasileña, destacando el sertão cearense. En este sentido, esta investigación tiene como objetivo indagar, desde el método de Análisis del Discurso de Línea Francesa y la perspectiva Ecocrítica -que investiga las interrelaciones entre Literatura y Ecología-, las representaciones del sertanejo que José de Alencar delinea en la obra en cuestión, destacando la postura decolonial del protagonista “Arnaldo” en medio de los comportamientos coloniales de otros personajes. Por tanto, el discurso del protagonista “Arnaldo” destaca la presencia de la descolonialidad como movimiento de resistencia a la colonialidad del poder, el saber y el ser. Por tanto, Ecocritique se caracteriza por ser una bandera en la que se establece un territorio de ideas interdisciplinarias y transdisciplinarias para ser exploradas, representando así un sustrato para la reflexión de las relaciones del hombre con el medio natural y sociocultural.

Palabras clave: Interdisciplinarietà. Literatura. Ecología.

INTRODUÇÃO

Em primeira instância, vale frisar que a gênese do termo “Ecologia”, conforme Alpina Begossi (1993), advém da Biologia, mas tem se desdobrado em múltiplas formas, ampliando para Ecologia Humana, Ecologia Social, Ecocrítica, impulsionando, assim, o surgimento de inúmeras ramificações devido à influência da Filosofia, da Antropologia, da Sociologia, da Literatura, assumindo, pois, um caráter, efetivamente, interdisciplinar e transdisciplinar.

Nesse sentido, no final da década de 1980, de acordo com Feldman (2015), ganhou fôlego uma corrente científica que visava ao estudo da correlação entre a Ecologia e as Artes (em especial, a Literatura), configurando-se como latente disseminadora de conhecimentos e apresentando, como elo interdisciplinar, o enredo de obras que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Desse modo, esse estudo vigorou, no contexto técnico-científico, a partir de 1989, quando Cheryll Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, incitou a sua adoção no campo crítico. Nessa perspectiva, Glotfelty (1996) aponta que a Ecocrítica trabalha sob uma abordagem dos estudos literários centrados na Terra. Daí, desponta-se uma ferramenta que subsidia os pesquisadores a analisarem as relações homem-ambiente, mediadas por obras literárias, que permeiam saberes e sinalizam as imbricações dos grupos sociais, expostas no relato e ações dos personagens.

Outro intelectual bastante renomado no campo da Ecocrítica é o norte-americano Greg Garrard (2006). Ele defende que a Ecocrítica sugere estudos interdisciplinares. Sob esse viés, para esta pesquisa, a Ecocrítica congrega uma possibilidade da não-fragmentação de saberes, dando suporte a uma análise menos reducionista, uma vez que favorece a abrangência de perspectivas na investigação das relações homem-ambiente e das representações do sertanejo e do sertão na obra do escritor cearense, José de Alencar, na qual este artigo se debruça.

Para Feldman (2015), a Ecocrítica se fundamenta no entrecruzamento entre a cultura e a natureza via Literatura, buscando estabelecer, como instância crítica e discurso teórico, as relações entre escritores, textos e o “mundo” e este inclui toda a ecosfera, como os fatores sociais, históricos, simbólicos e outras relações que se imbricam numa dinâmica constante. Isso reitera a visão do escritor norte-americano Greg Garrard (2006) que concebe a Ecocrítica como um campo aberto, inter e transdisciplinar.

Outrossim, considerando esse “mundo” de relações que a Ecocrítica possibilita, via Literatura, vale esclarecer que, na obra *O Sertanejo*, evidenciam-se questões históricas, socioeconômicas e culturais que estão atreladas ao processo de colonização brasileira e às neocolonizações, bem como a uma resistência da reprodução dessas visões, eclodindo, respectivamente, os conceitos de colonialidade e decolonialidade.

Conforme Colaço (2012), o pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e não como uma etapa histórica já superada. Nesses termos, embora a independência política do Brasil tenha ocorrido em 1822, os resquícios de dependência socioeconômica e uma herança cultural eurocêntrica ainda permanecem na contemporaneidade.

Desse modo, consoante Colaço (2012), o decolonial é uma luta contínua, uma vez que as raízes históricas, socioeconômicas e culturais se infiltram no cotidiano diacrônico de gerações sucessivas, tornando árdua a superação do poder da colonização ao longo dos séculos, surgindo, assim, neocolonizações que necessitam, pois, de um discurso e de uma prática permanente de resistência às forças hegemônicas.

Nesse contexto, a decolonialidade é um movimento contra-hegemônico que visa a uma resistência às colonizações do poder, do saber e do ser, que foram perpassadas historicamente, estabelecendo dicotomias, como: dominante/dominado; desenvolvido/subdesenvolvido; civilizado/primitivo; conhecimento científico/saber popular; superior/inferior.

Para Reis & Andrade (2018), o pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular, interdisciplinarmente, cultura, política e economia, de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial.

Isso posto, vale destacar que Mignolo (2010) frisa que o mais forte não está satisfeito em ser apenas o mais forte, ele cria mecanismos para justificar o seu direito à dominação. É a chamada geopolítica do conhecimento. Dessa forma, a colonialidade do saber é uma geopolítica do conhecimento, cuja hegemonia decide quais conhecimentos e comportamentos são legítimos.

Assim, conforme assinala Mignolo (2010), a sociedade colonial “evoluiu” para um corpo social neocolonial. Desse modo, mudaram-se os nomes, os protagonistas e as estratégias, mas o propósito de dominação para a exploração e a opressão persiste há mais de cinco séculos. Por isso, há de se construir uma sociedade emancipadora, com o fito de se eliminar o estigma de uma América Latina como sendo a mais desigual região do mundo.

De acordo com Santos (2007), o processo de colonialidade está presente na caracterização do pensamento moderno ocidental, concebido como abissal, uma vez que este foi construído mediante as linhas cartográficas que demarcavam o território em Velho e Novo Mundo. Desse modo, na visão eurocêntrica, existe “este lado da linha” (a dominação) e “o outro lado da linha” (os dominados).

Seguindo o raciocínio de Santos (2007), essas linhas abissais consistem num sistema de visibilidade (países centrais) e invisibilidade (países periféricos), sendo que os povos e culturas invisíveis consolidam os visíveis. Essa divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, tornando-se inexistente, o que significa não existir sob qualquer forma de ser relevante, compreensível ou legítimo.

No que se refere à obra *O Sertanejo*, destaca-se que o enredo é denso, cuja segunda parte, na qual se debruça este estudo, delinea-se uma significativa caracterização dos personagens que fazem uma representação do sertanejo. Consoante o crítico literário Antonio Candido (1981), o romance *O Sertanejo*, de José de Alencar, representa a realidade do sertanejo e do sertão do século XIX, mas alguns dos aspectos apresentados na obra ainda permanecem hoje, emergindo pontes e diálogos com o momento presente. Sendo assim, a obra em referência é palpante para a análise de questões que circundam a contemporaneidade, como por exemplo, a colonialidade e a decolonialidade.

Diante do exposto, este estudo objetiva analisar as representações do sertanejo que José de Alencar delinea na obra em questão, destacando a postura da decolonialidade do protagonista “Arnaldo” em meio a comportamentos coloniais de outros personagens. Ressalta-se que a presente pesquisa parte da hipótese de que, ainda que o legado de colonização brasileira seja predominante no discurso da obra em questão, a evidenciação de um personagem decolonial representa a necessidade de resistência às diversas formas de colonialidade, tendo em vista a emancipação dos sertanejos.

MATERIAL E MÉTODOS

Considerando os elementos supracitados que contextualizam o presente estudo, é válido ressaltar que esta pesquisa fundamenta-se na segunda parte do livro *O Sertanejo* (2002) [1875], de

José de Alencar, que reúne 21 (vinte e um) capítulos, permeados de representações (explícitas e implícitas) acerca do sertanejo que dialogam com diversas áreas do conhecimento.

Com vistas a realizar esta investigação, adotou-se a metodologia da Análise do Discurso de Linha Francesa que, segundo Michel Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Isso posto, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido. Dessarte, Eni Orlandi (2012) reverbera a Análise do Discurso de Linha Francesa na qual considera as condições de produção em que a obra foi escrita, o contexto histórico-social do país e a história de vida do autor, destacando, pois, essas três características como muito relevantes para a análise deste estudo, visto que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso na obra em questão.

Ademais, na concepção de Orlandi (2012), há de se levar em consideração os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto. Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso, consoante Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem com a sua história e com as construções sociais, norteado pela capacidade de significar e significar-se, validando, assim, tais sentidos no discurso do autor através das considerações de suas condições de produção, as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação (contexto imediato e contexto amplo).

Nesse sentido, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que tange ao sujeito que enuncia – José de Alencar – e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada ao autor e ao período histórico em que se insere a obra *O Sertanejo*, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelo sujeito que fala no texto consoante os estudos de Pêcheux (1975).

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 22 publicações, como artigos científicos, localizados em periódicos online e em anais de eventos, disponibilizados eletronicamente, que remontam às primeiras décadas dos anos 2000, além de e-books e livros de críticos literários brasileiros, cuja totalidade do referencial teórico data de 1975 (aporte clássico) até consultas que foram realizadas em sites da internet no primeiro semestre de 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

AS REPRESENTAÇÕES DO SERTANEJO À LUZ DA COLONIALIDADE E DA DECOLONIALIDADE A PARTIR DA OBRA ALENCARINA *O SERTANEJO*

A Literatura, conforme Afrânio Coutinho (1984), teve a sua origem a partir do filósofo grego Aristóteles, quando a definiu como a arte da imitação ou da representação da realidade mediante o uso das palavras. Desse modo, o conceito de Literatura, mesmo passando por diversas transformações ao longo do tempo, ainda mantém certo vínculo com a tradição clássica ao se configurar como um terreno fértil à representação do real. Partindo dessa premissa, pode-se afirmar que o texto literário possibilita a compreensão de si mesmo e aguça o entendimento das diversas dinâmicas sociais do mundo.

Nesse sentido, o livro *O Sertanejo* apresenta um seleiro de possibilidades reflexivas acerca das relações humanas e sociais da América Latina, mais especificamente do Brasil, tendo por base as que se estruturaram no século XIX e ainda se fazem presentes na sociedade brasileira neocolonial, cujas marcas da colonização do poder, do saber e do ser permaneceram no imaginário do homem e nas práticas sociais em que ele se integra cotidianamente.

Desse modo, na obra *O Sertanejo*, do escritor cearense José Alencar, apresenta-se o protagonista “Arnaldo” (livre por e na natureza), um sertanejo que se configura como um personagem decolonial (contra-hegemônico), visto que não é subalterno à autoridade do “capitão-mor Gonçalo Pires Campelo”, que, conforme a obra em epígrafe, representa o “potentado do sertão” (ALENCAR, 2002, 443), o detentor de muito poder e riqueza. Essa característica contra-hegemônica do personagem “Arnaldo” pode ser percebida, também, no referido autor que, segundo Alfredo Bosi (2006), foi um político engajado, que contestava a centralização de poder do Império brasileiro.

Assim como “Arnaldo”, personagem da ficção alencarina do século XIX e o próprio autor que lhe deu forma artística, outros sujeitos destacam-se ao adotarem e difundirem essa perspectiva decolonial nos debates acadêmicos e científicos hodiernos, como por exemplo, o argentino Walter D. Mignolo e o português Boaventura de Sousa Santos, levantando, assim, a bandeira da resistência à cultura eurocêntrica e às novas formas de colonização atuais.

No primeiro capítulo intitulado *A saída*, José de Alencar evidencia, categoricamente, os vestígios da colonização do poder político e econômico, ilustrados pelo personagem denominado pelo narrador do enredo como o “capitão-mor Gonçalo Pires Campelo”, cujo nome era sinônimo de estremecimento no sertão cearense, gerando medo e pavor aos seus subalternos, que, para ele, eram todos aqueles que moravam em Quixeramobim-CE. De modo análogo, essa centralização de poder do século XIX estava marcada na imagem do imperador do Brasil e, na Idade Média, remontava-se à figura do suserano.

Essa percepção pode ser reverberada a partir dos seguintes trechos: “Todos os moradores de Quixeramobim, ele os considerava como seus vassalos” (ALENCAR, 2002, p. 262); “__Como

te chamas? Perguntou o fazendeiro. — José Venâncio para respeitar e servir ao sr. capitão-mor”; “O matuto curvou de leve o joelho, fazendo submissa reverência ao capitão-mor que prosseguiu no meio da sua comitiva” (ALENCAR, 2002, p. 263). Refletindo sobre esses fragmentos literários, a partir do termo “vassalos”, vem à tona um sistema político, econômico e social denominado Feudalismo que ocorreu durante a Idade Média, vigorando entre os séculos V e XV. Tal sistema era de caráter rural, baseado na propriedade de terra, onde existiam relações de suserania e vassalagem.

Vale ressaltar que, segundo o historiador Paulo Miceli (1994), os suseranos eram os nobres que doavam as terras e simbolizavam a classe de maior poder. Já os vassalos eram protegidos pelos suseranos e representavam os nobres que recebiam as terras e, em troca, serviam os suseranos de diversas maneiras, sobretudo, para serviços militares, com o propósito de defendê-los em tempos de guerra.

Sendo assim, os vassalos do Feudalismo eram, também, nobres que poderiam se tornar suseranos à medida que fossem doando parte de suas terras. Dessa forma, observa-se que poderia haver flexibilidade social, econômica e política a qualquer momento. Todavia, os “vassalos” da obra *O Sertanejo* representam os servos do sr. capitão-mor, numa relação de subserviência e respeito incondicional, caracterizando uma situação de dominação e opressão, não sendo possível, portanto, a mobilidade social, econômica e política, permanecendo a submissão histórica do mais fraco no Brasil e na América como um todo.

Com vistas a reverberar o exposto acima, vale destacar os fragmentos da obra em questão, localizados no sexto capítulo intitulado *Os bilros*, conforme se apresentam a seguir: “Exerciam soberanamente o direito de vida e de morte sobre seus vassalos, os quais eram todos quantos podia abranger o seu braço forte na imensidade daquele sertão. Sua vontade era, ao mesmo tempo, a lei e a sentença; bastava o executor” (ALENCAR, 2002, p. 337). Sendo assim, a centralização do poder nas mãos da elite imprimiu aos sertanejos uma subalternidade que os colocava numa situação deletéria e, portanto, subumana.

Segundo Marx & Engels (2003), a história de toda a sociedade é a da luta de classes. Dessa maneira, sempre existiram homens livres e escravos, patrícios e plebeus, suseranos e vassalos, senhores e servos. Em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição, ora velada, ora explícita, como bem assinala a obra *O Sertanejo* nos excertos acima.

Pondera-se que o cientista social peruano Aníbal Quijano (1997) cunhou o conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização. Nesse contexto, o objetivo de dominação e

opressão persiste, mesmo após a emancipação política do Brasil que ocorreu, historicamente, em 1822, estendendo-se, pois, pelos séculos subsequentes e chegando aos dias atuais.

Essa formulação do termo colonialidade por Quijano (1997) é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo vinculado à experiência colonial, o que permite observar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno.

Ainda do primeiro capítulo *A saída*, vale registrar os seguintes fragmentos acerca de uma narrativa sobre o “capitão-mor”:

Embora decorressem anos, em tendo notícia do culpado, despachava uma escolta para prendê-lo, onde quer que estivesse. Satisfeito, porém, o seu orgulho, aplacava-se de todo a ira; assim, a maior parte das vezes, o castigo não passava de um ato de submissão e, quando muito, de uma prova expiatória. Obrigava o atrevido a pedir-lhe perdão de joelhos ou mandava amarrá-lo ao moirão por um dia inteiro (ALENCAR, 2002, p. 267).

Essa passagem da obra *O Sertanejo* (1875/2002) reitera a colonialidade do poder, uma vez que, embora extinta a gestão colonial brasileira em 1822, a cultura da subjugação ainda permanece explícita nos diálogos e práticas sociais, capitaneados pela elite dominante, que reproduz, continuamente, no cotidiano das relações humanas, ações austeras e cruéis para reforçar a autoridade ainda vigente. Tal crueldade no trato com os subalternos está, também, explícita no vigésimo primeiro capítulo da obra em questão: “E a satisfação de ver castigados aqueles que nos insultaram” (ALENCAR, 2002, p. 560).

Quijano (1997) coloca que essa matriz de poder, que se expressa por meio da colonialidade, procurava e ainda procura encobrir o fato de que a Europa foi produzida a partir da exploração político-econômica das colônias. Não há como desconsiderar as implicações históricas do estabelecimento desse padrão de dominação, que se reflete na recíproca produção histórica da América e da Europa, como redes de dependência histórico-estrutural.

E essa submissão aparece, também, categoricamente, no décimo terceiro capítulo da obra em epígrafe: “Levados à presença do capitão-mor, a dama que trajava de luto, ajoelhou-se aos pés do potentado” (ALENCAR, 2002, p. 444); Tendo dito que o Campelo não era capitão-mor às direitas e, sabendo disso, o potentado, mandou-o chamar, com o que tal medo tomou, que desapareceu e não houve mais novas dele” (ALENCAR, 2002, p. 449).

Nesse sentido, as raízes históricas da colonização europeia refletem na replicação da colonialidade decorrente daquela, estando presente no Brasil e em toda a América Latina. Dessarte, o povo neolatino é, originariamente, submisso e romper-se dessas amarras requer um processo de irrupção resistente e contínuo, o que Mignolo (2010) evoca como decolonialidade.

Sobre essa decolonialidade, o livro *O Sertanejo* lança mão de um personagem chamado “Arnaldo Louredo”, que se caracteriza como o protagonista dessa narrativa, figurando como um homem arreado e, portanto, não afeito a ordens, mas guiado por um espírito combativo e emancipatório. Com vistas a corroborar essa tendência de “Arnaldo”, segue trecho ilustrativo: “Arnaldo, que sabia destes fatos e conhecia a severidade do capitão-mor, julgava-se banido da Oiticica para sempre; pois não lhe consentia o seu gênio fazer contrição da culpa e pedir perdão da desobediência” (ALENCAR, 2002, p. 267).

Isso posto, o protagonista Arnaldo e o próprio autor, uma vez que a obra é autobiográfica, simbolizam grupos humanos que, engajados por um ideal de resistência às práticas neocoloniais ainda vigentes na América Latina, lutam pela emancipação dos povos, historicamente, subjugados pela colonialidade do poder, do saber e do ser. Nesse ínterim, o protagonista de *O Sertanejo* apresenta uma lição: “O caráter de Arnaldo tinha este traço especial. Zeloso de sua independência; bastava qualquer gesto imperativo para revoltar-lhe os brios” (ALENCAR, 2002, p. 268).

Assim sendo, a resistência à colonialidade é uma bandeira que deve ser hasteada durante as ações diárias dos sul-americanos, a fim de ser desconstruída, paulatinamente, uma herança cultural etnocêntrica que considera seres, saberes, povos e nações como superiores em detrimento de outros, considerados inferiores e ilegítimos. E isso pode ser dissolvido pela prática da decolonialidade.

Segundo Larissa Rosevics (2017), professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as marcas da situação colonial não abandonaram os povos colonizados devido à colonialidade do poder, estruturada num processo capitalista que se renova e se consolida em práticas de exploração e dominação. Daí, a importância de um movimento contra-hegemônico que abale tais estruturas e comece a construir relações menos desiguais.

Diante dessa urgente necessidade, conforme Rosevics (2017), um grupo de pesquisadores de diversas matrizes teóricas se uniram num emaranhado de olhares e vozes para se debruçarem em estudos sobre as interferências políticas, econômicas e culturais resultantes do neocolonialismo, eclodindo, assim, o movimento da decolonialidade que traduz um espírito de resistência às práticas coloniais de dominação, com vistas a despertar a consciência e a legitimidade da emancipação de todos os povos e nações.

Entretanto, as práticas neocoloniais vêm se consolidando com bastante força durante os séculos XIX a XXI, inclusive, na obra *O Sertanejo*, isso estava bem explícito, como coadunam os trechos que se seguem, retirados do segundo capítulo intitulado *A monteria*: “Este Campelo é de uma desmarcada soberba” (ALENCAR, 2002, p. 275); “O sr. capitão-mor proibiu” (ALENCAR,

2002, p. 276). A partir desses excertos, afirma-se que os coronéis e os capitães, grandes proprietários de terra, comandaram, por muito tempo, com máxima autoridade, as decisões políticas e econômicas para as regiões que eram lideradas por eles e espalhavam o medo para aqueles que, porventura, pensassem em desobedecer às suas ordens.

Esse momento da história brasileira ficou conhecido como Coronelismo e se caracterizou, de acordo com Raymundo Campos (1991), como uma prática social e política, bem peculiar que se consolidou no início do século XX, no período chamado de República Velha (1889-1930), quando os denominados “coronéis” exerciam o poder local sobre as classes desprestigiadas economicamente, com a finalidade de angariar votos em troca de favores, instaurando, assim, o pavor no imaginário das pessoas que lhes prestavam serviço, caso não cumprissem com o que fora determinado por essa elite rural.

No entanto, consoante o historiador Raymundo Campos (1991), a gênese do coronelismo remonta ao século XIX, com o desenvolvimento da Guarda Nacional, quando os cargos de confiança eram nomeados segundo as relações de influência e a troca de favores. Nesse contexto, proprietários de terra em ascensão e que eram leais ao governo recebiam o título de coronel para exercer o controle da população local, que estava à margem da sociedade, sendo assim, vulnerável à dominação, conforme se pode atestar, retomando as passagens acerca do discurso do “capitão-mor”.

Com vistas a reiterar essa centralização do poder, destaca-se que, na obra em exame, tal dominação pode ser corroborada com fragmentos do terceiro capítulo intitulado *O Dourado*: “Previra o efeito que a insistência ia produzir no capitão-mor, cuja vontade imperiosa não sofria contrariedade e estava acostumado a ser, não somente obedecida como lei, mas aceita como ponto de fé” (ALENCAR, 2002, p. 293).

Esse poder era tamanho que, com o passar de alguns anos, todo chefe político local passou a ser chamado pelos sertanejos de coronel e essas marcas de dominação permaneceram por muito tempo no imaginário e nas práticas sociais que envolviam as elites rurais do Nordeste e as classes menos privilegiadas socialmente, evidenciando, pois, as raízes de uma colonialidade que está arraigada na cultura de povos e nações que, como o Brasil, sofreram o processo de colonização europeia.

Retornando ao sexto capítulo intitulado *Os bilros*, da obra alencarina *O Sertanejo*, pode-se afirmar que outros trechos comprovam, também, a presença marcante dessa colonialidade, conforme se evidenciam os fragmentos que se seguem: “O capitão-mor Gonçalo Pires Campelo, cujo nome era temido desde o Exu até os confins do Piauí” (ALENCAR, 2002, p. 338); “Já se lhe

houvera suscitado algum conflito para ter ensejo de obrigá-lo a um ato formal de submissão” (ALENCAR, 2002, p. 339).

De acordo com Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do poder se assevera em forma de subjugação político-econômica e se refere à inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação e o processo europeu de expansão colonial. Outrossim, essa herança cultural ainda permanece explícita nas relações sociais, evidenciando, assim, a visão etnocêntrica sob a égide da dicotomia superior/inferior como se observa no nono capítulo intitulado *Repreensão*: “Sua senhora, não, tornou D. Flor com um tom glacial; não o sou; mas também, apesar de nos termos criado juntos, não sou sua igual” (ALENCAR, 2002, p. 385) e no décimo terceiro capítulo intitulado *A viúva*: “Ela, a filha do capitão-mor Campelo, não podia ver em um vaqueiro outra cousa senão um agregado da fazenda” (ALENCAR, 2002, p. 442).

Desse modo, a ideia de supremacia do colonizador está presente em todas as gerações, sejam mais antigas ou mais jovens, conforme se pôde atestar, anteriormente, a partir das descrições e narrações provenientes dos discursos do personagem “capitão-mor”, pai da personagem “D. Flor”, que, por sua vez, teve o mesmo comportamento etnocêntrico do seu progenitor consoante se pôde reverberar mediante o trecho acima: “não sou sua igual” e “senão um agregado da fazenda”.

Dessarte, outras formas de subserviência que ocorrem na obra *O Sertanejo* são as colonialidades do saber e do ser. Conforme o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do saber se relaciona com a epistemologia e suas formas de reprodução de regimes de pensamento, enquanto a colonialidade do ser se refere à experiência vivida de colonização e seus impactos na linguagem e na visão de mundo dos povos colonizados.

Com base nos conceitos supracitados, trabalhados por Maldonado-Torres (2007), vale ressaltar que, no sétimo capítulo intitulado *A volta*, há, claramente, formas de expressão das colonialidades do saber e do ser, quando o próprio personagem oprimido traz, no pensamento e dentro si, o reconhecimento de superioridade do opressor, conforme se observa no fragmento a seguir: “Quem é capaz de duvidar da honrada palavra de vossa senhoria? Acudiu o João Correia. Desde que o sr, capitão-mor abona, está acabado” (ALENCAR, 2002, p. 356).

Partindo dessas constatações, é oportuno retomar o conceito de decolonialidade como forma de resistência a todas as formas de colonialidade, sejam elas as do poder, as do saber ou as do ser. Segundo o professor da Universidade de Brasília, Antônio Gomes da Costa Neto (2016), o movimento decolonial propõe romper com os pensamentos gravados nas mentes e nos corpos de gerações sucessivas que foram colonizadas por nações europeias etnocêntricas que introduziram a ideologia do inferior, do ilegítimo, do subalterno.

Como símbolo dessa resistência à colonialidade, retoma-se, neste momento, o protagonista “Arnaldo”, da obra *O Sertanejo*, destacando um excerto do décimo capítulo intitulado *A infância*: “Parecia um príncipe maltrapilho, esse pirralho do sertão, que não tolerava uma sujeição nem mesmo à vontade do pai” (ALENCAR, 2002, p. 406). É esse espírito emancipatório de “Arnaldo”, personagem autobiográfica de José de Alencar, que deve ser construído nas epistemologias, nas relações sociais e nos discursos da contemporaneidade, a fim de que possam ser desconstruídas as ideologias colonizatórias do saber, do poder e do ser.

Entretanto, o contexto que se configura na sociedade contemporânea é dual. Há, então, forças opostas: a decolonialidade, representada pelo personagem autobiográfico “Arnaldo” e a colonialidade, simbolizada pelo “capitão-mor”, sua filha, “D. Flor”, e todos os demais personagens da obra *O Sertanejo* que foram subjugados por tais representações de colonialidade, ilustrando, pois, esse legado de autoridade e supremacia da classe dominante, como corrobora a passagem que se segue: “Também a altivez nela era nativa; e já, naquele tempo, sentia o prazer especial da dominação (ALENCAR, 2002, p. 406).

No décimo primeiro capítulo intitulado *Adolescência*, aparece, novamente, outro trecho em que se evidencia a essência de liberdade e autonomia, vivenciada pelo personagem “Arnaldo” e idealizada por José de Alencar, reverberando, assim, um desejo e uma ação contra-hegemônica na qual se sustenta a decolonialidade conforme pode ser constatado no excerto a seguir: “Desde aquele tempo, manifestara-se sua repugnância para todo serviço obrigatório, feito por ordem e conta de outro” (ALENCAR, 2002, p. 409).

Outra temática discutida na obra *O Sertanejo* é a questão do povo indígena que foi alvo dos colonizadores e, ainda hoje, luta pela demarcação e posse de seus territórios. Com vistas a ratificar essa assertiva, a seguir, encontram-se alguns fragmentos do décimo segundo capítulo intitulado *Anbamum*: “O rapaz tinha lá para si que os índios não faziam senão defender a sua independência e a posse das terras que lhes pertencia por herança, e de que os forasteiros os iam expulsando” (ALENCAR, 2002, p. 424).

Para Costa Neto (2016), a luta decolonial passa, também, e, primordialmente, pela resistência à exploração dos territórios indígenas e quilombolas por empresários capitalistas que, ancorados num governo neoliberal, visam à expulsão desses grupos minoritários e invisibilizados socialmente, em face da subjugação dos seus direitos em prol de uma economia devastadora.

Nesses termos, não só os indígenas e quilombolas permanecem invisíveis numa sociedade neocolonial, mas também outros segmentos minoritários, como por exemplo, os pescadores, as lavadeiras, os vaqueiros e diversos outros grupos como se pode observar em outro trecho do décimo segundo capítulo: “Arnaldo tinha partilhado das lições que o padre capelão dava a Flor,

Alina e Jaime; mas sabidas as primeiras letras o haviam tirado da escola, visto que um vaqueiro não carecia de mais instrução” (ALENCAR, 2002, p. 436). Sob esse viés, a educação formal é outro fator de exclusão, uma vez que, à classe baixa, não raro, é negado o direito a uma formação de qualidade, tendo em vista a sua emancipação.

Como últimos trechos a sublinhar, retirados do vigésimo primeiro capítulo da obra *O Sertanejo*, destacam-se: “__Ama sua liberdade, filho. Arnaldo ficou pensativo; ele sabia que amor é esse da independência” (ALENCAR, 2002, p. 559). Logo, a “independência” do sertanejo “Arnaldo”, que foi idealizada por José de Alencar, representa o desejo de emancipação que se vincula à decolonialidade e deve ser buscado, continuamente, pelos povos invisibilizados, em face do processo de colonização histórica e por uma colonialidade que é replicada, constantemente, no Brasil e na América Latina.

Isso posto, entre personagem e autor, há uma identificação projetiva. Em outras palavras, observa-se, explicitamente, uma conjunção ficção-realidade na obra *O Sertanejo*, de José de Alencar. Desse modo, consoante Ribeiro (2016), o conceito de identificação projetiva foi postulado por Melanie Klein, em 1946, no texto "Notas sobre alguns mecanismos esquizoides", um clássico da literatura psicanalítica. Para a autora, a identificação projetiva pode ser compreendida como uma fantasia inconsciente entre analista e analisando e, de modo análogo, entre autor e personagem, podendo ter um caráter mais agressivo, expulsivo e, portanto, defensivo ou um caráter mais comunicativo, sendo que os mecanismos de cisão e projeção, em intensidades diversas, estão sempre implicados. Sendo assim, autores e personagens estão imbricados numa relação identitária, uma vez que os personagens de um escritor são as projeções dos desejos autorais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta os elementos da (de) colonialidade, embutidos nos discursos dos personagens da obra em exame, reitera-se que tais personagens representam os sertanejos dominantes, dominados e subversivos. Nesse sentido, a análise da (de) colonialidade, no contexto da Ecocrítica, reflete as conflitantes relações entre os seres humanos, a Literatura e o ambiente sociocultural. Sendo assim, o processo colonizatório no Brasil e as neocolonizações imprimiram estereótipos e invisibilizaram existências.

Desse modo, a decolonialidade precisa ganhar impulso no contexto literário, técnico-científico e nos debates sociais, com vistas a desenvolver uma cultura e uma consciência emancipatória, com o fito de desconstruir relações opressoras que levam à dominação dos

sujeitos, considerados como ilegítimos e, portanto, excluídos de direitos, sendo somente passíveis de exploração para atender à elite, reforçando, assim, a hegemonia e a autoridade desse grupo social.

Nessa perspectiva, com o propósito de romper com a colonialidade que imperava no final do século XIX, José de Alencar produziu, em *O Sertanejo*, apesar de, timidamente, discursos literários anti-hegemônicos por meio do personagem principal, “Arnaldo”, a fim de representar uma figura de resistência à dominação, simbolizada pelo “capitão-mor” e sua filha, “D. Flor”, com vistas a inspirar novos enredos e personagens, sejam eles fictícios ou reais.

Por conseguinte, embora a história da colonização brasileira compreenda o período do século XVI ao XIX, é consensual, nos estudos literários, culturais e sociológicos, ainda que a independência política do País tenha ocorrido em 1822, o legado do empreendimento colonial, observado na obra em questão pelos trechos aqui selecionados que corroboram a colonialidade do poder, do saber e do ser, apesar de existir uma força contra-hegemônica que atua na direção emancipatória dos povos e nações.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **O Sertanejo**. São Paulo: Editora José Olympio, 2002.

BEGOSSI, A. **Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente**. INTERCIENCIA 18(1): 121-132. 1993. Disponível em: <http://www.interciencia.org.ve>. Acesso em 10.03.2021.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 43. ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

CAMPOS, Raymundo. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Atual, 1991.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

COLAÇO, Thaís Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2012.

COSTA NETO, Antônio Gomes da. A Denúncia de Cesáire ao Pensamento Decolonial. **Revista EIXO**, Brasília-DF, v. 5, n. 2, julho-dezembro, 2016.

COUTINHO, Afrânio. **As formas da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bloch, 1984.

FELDMAN, Alba Krishna Topan. Animais na poética indígena norte-americana – duas perspectivas. In BRAGA, Elda Firmo; LIBANORI, Evely Vânia; DIOGO, Rita de Cássia Miranda (Org.). **Representação animal na literatura**. Rio de Janeiro: Oficina da Leitura, 2015.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: 2006.

GLOTFELTY, Cheryll. Introduction-literary studies in an age of environmental crisis. In: GLOTFELTY, Cheryll & FROMM, Harold (eds). **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology**. Athens / London: The Univ. of Georgia Press, 1996.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comp). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifiesto do Partido Comunista**. 1. ed., Porto Alegre: L&PM, 2003.

MICELI, Paulo Celso. **O Feudalismo**. São Paulo: Editora Atual, 1994.

MIGNOLO, Walter D. **Aisthesis Decolonial**. Calle 14. V. 4, no. 4. Enero-junio, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes/UNICAMP, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Les Vértiés de la Palice, Maspero, Paris, trad. bras. **Semântica e Discurso**, Eni Orlandi et alii, Editora da UNICAMP, 1975.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, março, 2018.

RIBEIRO, Marina Ferreira da Rosa. Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e enactment. O analista implicado. **Revista Cadernos de psicanálise**, vol. 38, Rio de Janeiro, dez., 2016.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa (Orgs.). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos-CEBRAP**, 2007.

Aceito em 06/01/2022.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 8, N. 1, 2022

CONCEIÇÃO EM *O QUINZE*: UMA ABORDAGEM FEMINISTA E DECOLONIALCONCEIÇÃO IN *O QUINZE*: A FEMINIST AND DECOLONIAL APPROACHCONCEIÇÃO EN *O QUINZE*: UN ENFOQUE FEMINISTA Y DECOLONIAL

Aceito pela Revista Estudos Feministas



Elisângela Campos Damasceno Sarmiento¹
<https://orcid.org/0000-0000-0003-3002-1120>



Geraldo Jorge Barbosa de Moura²
<https://orcid.org/0000-0001-7241-7524>

RESUMO: Em 1930, Rachel de Queiroz publica a obra *O Quinze* e descortina uma personagem que rompe com os padrões da mulher sertaneja. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo investigar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa, da Ecocrítica e do Ecofeminismo, a abordagem feminista e a decolonialidade que estão presentes nos discursos da personagem Conceição em analogia com discursos coloniais, proferidos por outras personagens femininas da trama. Sendo assim, a ideologia dos discursos da personagem Conceição perpassa a representação da luta da mulher pelo seu espaço na sociedade, norteadas pelo respeito à autonomia feminina. Por conseguinte, a Ecocrítica caracteriza-se como uma esfera interdisciplinar que se lança ao desvelamento das relações entre a mulher e o ambiente sociocultural em que vive.

Palavras-chave: feminismo; literatura; ecocrítica.

ABSTRACT: In 1930, Rachel de Queiroz publishes the work *O Quinze* and unveils a character who breaks with the patterns of the woman from sertão. In this context, this research aims to investigate, under the method of Discourse Analysis of the French Line, of the Ecocriticism and of the Ecofeminism, the feminist approach and decoloniality that are present in the discourses of the character Conceição in analogy with colonial speeches, given by other female characters in the plot. Thus, the ideology of the speeches of the character Conceição permeates the representation of women's struggle for their space in society, guided by respect for female autonomy. Consequently, Ecocritique is characterized as an interdisciplinary sphere that launches itself into unveiling the relationships between women and the sociocultural environment in which they live.

Keywords: Feminism; Literature; Ecocriticism.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus Juazeiro. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI – Campus Paulistana. E-mail: elisceno@ifpi.edu.br.

²Doutorado em Ciências Biológicas pela UFPB-UFRN/Brasil e UBA/Argentina. Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: geraldo.jbmoura@ufrpe.br.

RESUMEN: En 1930, Rachel de Queiroz publica la obra *O Quinze* y desvela un personaje que rompe con los patrones de la mujer de sertão. En este contexto, esta investigación tiene como objetivo indagar, bajo el método de Análisis del Discurso de la Línea Francesa, la Ecocrítica y el Ecofeminismo, el enfoque feminista y la descolonialidad que están presentes en los discursos de la personaje Conceição en analogía con los discursos coloniales, pronunciados por demás personajes femeninos de la trama. Así, la ideología de los discursos del personaje Conceição impregna la representación de la lucha de las mujeres por su espacio en la sociedad, guiada por el respeto a la autonomía femenina. Por tanto, Ecocritique se caracteriza por ser un ámbito interdisciplinario que se lanza a desvelar las relaciones entre las mujeres y el entorno sociocultural en el que viven.

Palabras clave: feminismo; literatura; ecocrítica.

Introdução

Em primeira instância, cabe destacar que, consoante Alpina Begossi (1993), a origem do termo Ecologia provém da Biologia, mas com inúmeros desdobramentos, surgindo, assim, outras perspectivas, como, por exemplo, Ecologia Humana, Ecologia Social, Ecocrítica. Essas ramificações decorrem das interfaces que a Ecologia mantém com diversas ciências, como Antropologia, Sociologia, Filosofia e Literatura, assumindo, dessa maneira, um caráter efetivamente interdisciplinar e transdisciplinar.

Nesse panorama de imbricações científicas, vale mencionar que, no final da década de 1970, mediante os trabalhos do norte-americano William Rueckert, que se notabilizou no cenário da Literatura americana, despontaram-se os primeiros estudos sobre a inter-relação Artes-Ecologia. A partir daí, passou-se, então, a discutir a necessidade de assinalar a manifestação artística como forte propulsora de conhecimentos, mais especificamente a Literatura, através de obras que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, com a sociedade e a cultura.

Dessarte, tendo em vista estabelecer uma relação entre as Artes e a Ecologia, emergiu, no ambiente acadêmico, o termo Ecocrítica, com a finalidade de abranger esses estudos. Outrossim, em 1978, foi publicado, nessa área do conhecimento, o primeiro artigo intitulado “Literature and ecology: An Experiment Ecocriticism”, de William Rueckert.

Todavia, esse campo de investigação só passou a ser essencialmente considerado a partir de 1989, quando Cheryll Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, incitou o seu uso na esfera da crítica literária. Isso posto, Glotfelty (1996) aponta que a Ecocrítica aborda os estudos literários focados na relação do (a) humano (a) com o ambiente. Desse modo, as obras literárias fazem a ponte entre o homem, a mulher, o ambiente, a sociedade, a história e a cultura.

Greg Garrard (2006) merece destaque, quando pondera que a Ecocrítica suscita estudos interdisciplinares. Dessa maneira, para esta pesquisa, a Ecocrítica sinaliza uma análise menos reducionista, uma vez que congrega diversos conhecimentos que se inter cruzam, permitindo, assim, a abrangência de visões, na imbricação do (a) humano (a) com o ambiente, com a sociedade e a cultura, que estão latentes na obra moderna *O Quinze*, publicada por Rachel de Queiroz em 1930.

Sublinha-se que, consoante Glotfelty (1996), em paralelo ao interesse feminista na vida das autoras, a ecocrítica estuda as condições ambientais da existência de determinada escritora, como, por exemplo, a influência do lugar na imaginação e a interferência do espaço físico onde cresceu, percorreu e escreveu na compreensão de sua obra. Nessa esteira, a ecocrítica torna-se insuficiente para a proposta do presente artigo, sendo mais pertinente a ecocrítica feminista ou o ecofeminismo, tendo em vista que a ecocrítica, por si só, não problematiza as questões de gênero que a abordagem deste manuscrito envolve.

Vale esclarecer, ainda, que, como pondera Greta Gaard (2017), somente o uso teórico da ecocrítica para discutir as intersecções entre Literatura e Ecologia, mediadas pelas questões de gênero, representa um recurso limitado, posto que é mais abrangente o universo epistêmico da ecocrítica feminista ou do ecofeminismo. Dessa forma, consoante a autora, o conceito de ecofeminismo pode ser intercambiado com ecocrítica feminista.

Entretanto, adotou-se, para este artigo, o termo Ecofeminismo, tendo em vista o diálogo com as latentes questões da colonialidade de gênero e da decolonialidade que permeiam a obra literária *O Quinze*, de Rachel de Queiroz. Nesse panorama, destaca-se que, segundo Glotfelty (1996), o Ecofeminismo corresponde a um discurso teórico, cujo tema é o elo entre a opressão das mulheres e a dominação da natureza, trazendo à tona uma construção simbólica de gênero.

Partindo desses pressupostos e guiados pelas relações estabelecidas com diversas ciências, a Ecocrítica e o Ecofeminismo atrelam-se à Literatura, à História, à Filosofia, à Sociologia, à Antropologia, discorrendo apenas sobre algumas das áreas no vasto campo de conhecimentos em que estão inseridos, sendo, pois, ricas perspectivas no universo de possibilidades acadêmico-científicas.

Nesse ínterim, considerando as imbricações entre a Literatura e a perspectiva da decolonialidade no âmbito da abordagem feminista, pode-se afirmar que os (as) personagens da ficção literária representam seres reais, verossímeis, que traduzem o ser e o estar no mundo na relação com a história, com a sociedade e com a cultura, um vez que, segundo Antonio Candido (2009), importante crítico da Literatura brasileira, o objeto literário não existe sem a

personagem de ficção e esta tem a vida traçada conforme certas condições do espaço que influenciam diretamente a sua trajetória na trama.

Dessa forma, a personagem Conceição, da obra em exame, dialoga com o feminismo decolonial e do sul, via América Latina, uma vez que se configura, conforme Luciana Ballestrin (2017), como um feminismo subalterno, em face da Geopolítica do Conhecimento, que divide o mundo entre as Epistemologias e Teorias do Sul e as Epistemologias e Teorias do Norte, impregnando-se, assim, de um colonialismo acadêmico e de um imperialismo intelectual.

Nessa esteira, conforme Ballestrin (2017) que reverbera as considerações de Gayatri Spivak (2010), o feminismo subalterno refere-se à subalternidade no interior do próprio feminismo. Outrossim, a personagem Conceição, embora subversiva, estava imersa numa geografia cultural de invisibilização, integrando-se a uma América Latina colonial e, portanto, vulnerável à dominação e à opressão.

Posto isso, sublinha-se que Conceição, ainda que represente um feminismo subalterno, rompe com a estrutura sociocultural do início do século XX, que apresentava um contexto essencialmente conservador e patriarcalista, subjugando o papel da mulher na família e na sociedade. Nesse sentido, no cenário global contemporâneo, Conceição continua sendo um símbolo do feminismo subalterno por retratar a tentativa de emancipação de uma mulher do Nordeste brasileiro, latino-americana e que se insere na Geopolítica do Sul, inferiorizada pela visão eurocêntrica, que exerce a colonização do poder, do saber e do ser.

Partindo dessa premissa, faz-se necessária uma postura (teórica e prática) que refute essa neocolonização que vem sendo replicada na sociedade contemporânea, uma vez que a subjugação dos povos colonizados não foi extinta após a emancipação política de suas respectivas nações, deixando, assim, um legado de subalternidade. De acordo com Thaís Colaço (2012), o decolonial é uma luta contínua, o que implica a necessidade de um discurso e de uma prática permanente de resistência às forças hegemônicas.

Nessa perspectiva, na obra *O Quinze*, da escritora cearense Rachel de Queiroz, a protagonista Conceição renuncia ao casamento, objetivo-fim das mulheres da época, e decide por sua liberdade, lendo seus livros, ministrando suas aulas (como professora), criando sozinha o seu afilhado e realizando trabalhos voluntários de assistência social, desempenhando, assim, outro papel, que, para a sociedade do início do século XX, era revolucionário e passível de discriminação.

Sob esse viés, a partir de um quadro artístico de segregação, começa a saga de uma mulher escritora que se lança no universo ficcional, resistindo aos preconceitos de uma sociedade

conservadora, presa aos conceitos de uma mulher unicamente cuidadora, seja do marido, seja dos filhos, cujo protagonismo intelectual lhe era negado. Contudo, tal era a força de seu talento que o livro despertou imediata atenção da crítica.

Entretanto, consoante Edmílson Caminha (2010), Graciliano Ramos e outros intelectuais renomados do século XX duvidaram que a autora de *O Quinze* fosse uma mulher. Tal descrença decorre do fato de que havia, na época, um reduzido número de escritoras que, por sua vez, produziam, no máximo, poesias. Daí, a estranheza de uma jovem escrever um romance de substancial valor literário.

Nessa perspectiva, a historiadora Miridan Falci (2004) declara, no livro *História das mulheres no Brasil*, mais especificamente no capítulo “Mulheres do sertão nordestino”, que, no final do século XIX e início do XX, a visão daquela época previa que a mulher, excessivamente letrada e independente, seria uma ameaça ao lar tradicional. Essa mentalidade retrógrada dificultou, pois, a ascensão feminina no cenário da autoria literária e, para Rachel de Queiroz, não foi diferente, visto que teve de enfrentar um ambiente intelectual preconceituoso, onde a mulher estava galgando os primeiros e lentos passos.

Nesses termos, salienta-se que Rachel de Queiroz conquistou a façanha de se tornar, em 1977, a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras que, de acordo com Caminha (2010), foi fundada em 1897, mas a instituição resistia, obstinadamente, a acolher mulheres. Entretanto, a autora quebra esse tabu de exatos 80 anos. E esse pioneirismo buscou explicitar, desde a publicação de sua primeira obra *O Quinze*, quando utilizou características marcantes na caracterização da personagem feminina Conceição, levando ao público-leitor uma reflexão sobre as múltiplas funções da mulher na sociedade.

Levando em consideração as minúcias da vida e obra de Rachel de Queiroz, pode-se afirmar que o livro *O Quinze* evidencia um enredo vanguardista, e a autora inaugura, portanto, um estilo vibrante, fazendo uma estreia primorosa na Literatura brasileira, evadindo-se do anonimato e despontando, já na sua primeira obra publicada, para a seara de renomados escritores de sua época, despertando, assim, a atenção de críticos literários e intelectuais diversos, além, é claro, de aguçar o senso crítico dos leitores e das leitoras que apreciam um caráter dramático, inovador e permeado de reflexões sobre o ser e o estar no mundo.

Segundo Júlio César Cattapan (2012), na década de 1930, época da publicação da primeira edição de *O Quinze*, tornou-se evidente, considerando as tragédias humanas do período, a incapacidade do capitalismo liberal de solucionar as mazelas sociais. Nessa conjuntura, disseminaram-se diversas ideologias, com o intuito de servirem como alternativas ao capitalismo liberal, tais como: fascismo, nazismo, comunismo, socialismo. No Brasil, esses

conflitos políticos também se fizeram presentes e os (as) artistas passaram a produzir uma literatura socialmente engajada, enfocando os problemas do país e, enquadrados nessa tônica, estão os (as) romancistas da década de 30, como Rachel de Queiroz.

Ainda de acordo com Cattapan (2012), os romancistas de 30, como Rachel de Queiroz, propunham o engajamento social e político da literatura, bem como advogavam a necessidade de um posicionamento ideológico. Por conseguinte, para a geração de 30, conforme é narrado na obra regionalista *O Quinze*, o contexto do país era desastroso e pouco promissor. Ademais, quanto à linguagem, os autores, vinculados a essa vertente, buscaram transpor, para a literatura, a língua falada cotidianamente pelo povo. Desse modo, a linguagem era simples, apresentando uma narração enxuta, direta e sintética, a fim de alcançar proximidade com o público e um maior poder de penetração de sua mensagem.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar a abordagem feminista e a decolonialidade que estão presentes nas colocações e decisões da personagem Conceição, em analogia com discursos coloniais, proferidos por diversas personagens femininas da trama. Salienta-se, também, que esta investigação parte da hipótese de que o discurso feminista e decolonial de Conceição é o caso mais explícito na narrativa da obra, uma vez que algumas mulheres do início do século XX tinham um perfil submisso às normas familiares e sociais, enquanto que outras, buscavam formas sutis de rebeldia, conforme esclarece Vasconcelos (2019).

Considerando esses elementos contextuais, reitera-se que a presente pesquisa está calcada na obra *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz, que reúne breves 26 (vinte e seis) capítulos, dos quais foram selecionados os fragmentos literários que discorreram sobre a abordagem feminista e a perspectiva decolonial da personagem Conceição em contraponto com os demais discursos femininos, expostos no referido romance.

Com vistas a realizar esta investigação, foram adotadas as reflexões de Eni Orlandi (2012), autora que corrobora a Análise do Discurso de Linha Francesa, que tem Michel Pêcheux (2006) como um de seus maiores expoentes, cuja contribuição teórica perpassa pela ponderação de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Isso posto, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido.

Dessarte, Eni Orlandi (2012) considera as condições de produção em que a obra foi escrita, o contexto histórico-social do país e a história de vida do (a) autor (a), destacando, pois, essas três características como muito relevantes para a análise deste estudo, visto que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso na obra em questão. Ademais, na

concepção de Orlandi (2012), há de se levar em conta os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto.

Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso, consoante Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem com a sua história e com as construções sociais, norteado pela capacidade de significar e significar-se, validando, assim, tais sentidos no discurso do (a) autor (a) através das considerações de suas condições de produção, as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação (contexto imediato e contexto amplo).

Nesse sentido, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que tange ao sujeito que enuncia – Rachel de Queiroz – e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada à autora e ao período histórico em que se insere a obra *O Quinze*, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelo sujeito que fala no texto, consoante os estudos de Pêcheux (2006).

Ademais, é válido destacar que foram adotados a Ecocrítica e o Ecofeminismo como mecanismos de análise, tendo em vista que, conforme Glotfelty (1996), as interlocuções entre Literatura e Ecologia são bastante relevantes para uma criteriosa e abrangente investigação em torno das relações de gênero e o ambiente, considerando o universo interdisciplinar que permeia a dinâmica da vida em sociedade na imbricação com a cultura e a natureza.

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 32 publicações, como artigos científicos, localizados em periódicos *on-line* e em anais de eventos disponíveis eletronicamente, que remontam às primeiras décadas dos anos 2000, além de *e-books* e livros de críticos literários brasileiros e teses de doutorado, cuja totalidade do referencial teórico data de 1989 até consultas que foram realizadas em sites da internet no primeiro semestre de 2021.

Tensões socioculturais em Conceição, de O Quinze

A Literatura, como arte da palavra, apresenta múltiplas funções, dentre elas a de crítica social, que tem o propósito de denunciar as problemáticas que permeiam as relações humanas numa dada época. Conforme o crítico literário Alfredo Bosi (2006), a segunda fase do Modernismo (1930-1945), da qual Rachel de Queiroz faz parte, concedeu à Literatura brasileira um regionalismo fixo na realidade. Seguindo essa linha de pensamento, pode-se afirmar que o texto literário aguça a reflexão acerca das diversas dinâmicas do mundo, sejam elas históricas, políticas, intelectuais ou socioculturais.

Nessa esteira, o livro *O Quinze* apresenta uma diversidade de temas reflexivos, dentre eles, um destaque singular ao papel da mulher na sociedade mediante o relevo da personagem Conceição, suscitando análises em torno do feminismo e da decolonialidade como formas de superar o paternalismo e o conservadorismo que vem oprimindo, historicamente, as identidades femininas, imprimindo, assim, a colonização de gênero, que coloca o homem num patamar de superioridade. Nesse ínterim, a obra em epígrafe desponta-se, no cenário literário, como uma rica fonte de debates frente a essas questões.

Vale realçar que, segundo Edilaine Freitas *et al.* (2019), a escolha do nome da referida personagem se deve ao fato de que a autora, em 1920, por uma exigência da avó, matricula-se no Colégio Conceição, o que, certamente, marcou a vida da escritora e, por isso, o motivo da definição desse nome como a protagonista da obra. Nesse panorama, a personagem Conceição, que compõe o presente enredo, é autobiográfica, uma vez que a autora traz à tona elementos que lhe eram peculiares, como, por exemplo, a sensibilidade, a inteligência, a reflexão e, acima de tudo, a vontade própria, que realiza escolhas com seriedade, ousadia e determinação, sendo avessa a qualquer forma de subjugação, suscitando, pois, o empoderamento da mulher, com vistas a protagonizar a sua própria história, ainda que fosse um feminismo subalterno na concepção etnocêntrica colonial, que reproduz as visões dicotômicas superior/inferior.

É importante destacar que, embora Serge Doubrovsky (2005) tenha lançado ao campo literário o termo autoficção como um neologismo que dialoga com o léxico autobiografia, segundo Patrick Saveau (2011), apesar da superexposição daquele vocábulo, que poderia desencadear um maior esclarecimento sobre ele, o que se observa é o seu obscurecimento, visto que não há consenso entre os estudiosos quanto ao seu conceito e às respectivas especificidades. Outrossim, optou-se por utilizar, neste manuscrito, a expressão autobiografia por considerá-la mais pertinente ao contexto que se encerra na obra em exame, uma vez que, conforme Philippe Lejeune (2013), o texto autobiográfico não é um jogo de adivinhação, pelo contrário, há marcas explícitas da inter-relação entre personagem e autor (a) como se verifica no romance em estudo.

Nesse viés, há evidências geográficas da possível correlação vida-obra (Rachel de Queiroz-Conceição), quando se observa o eixo espacial Fazenda Logradouro-Quixadá-Fortaleza-Logradouro na personagem Conceição, numa oscilação campo-cidade, conforme o trecho a seguir: “Todos os anos, nas férias da escola, Conceição vinha passar uns meses com a avó, no Logradouro, a velha fazenda da família, perto do Quixadá” (Rachel de QUEIROZ, 2012, p. 13). De modo semelhante, verifica-se essa constante alteração espacial, vivida por Rachel de

Queiroz. Segundo Ylsey Câmara; Yzy Câmara e Melina Soutullo (2015), a escritora passava seis meses em seu apartamento, no Rio de Janeiro, e seis meses em sua fazenda “Não Me Deixes”, em Quixadá-CE.

Reiterando essas constatações, Glotfelty (1996) afirma que a Ecocrítica busca investigar a influência do espaço físico (“Logradouro” / “Não Me Deixes”) na imaginação de determinada escritora (“Rachel de Queiroz”), como, por exemplo, neste caso, a fazenda fictícia / fazenda real que a autora representa no discurso literário, emergindo, assim, as suas reminiscências do lugar onde cresceu, percorreu e escreveu as suas memórias e vivências cotidianas.

Outro aspecto autobiográfico, de acordo com Freitas *et al.* (2019), é o fato de que a autora Rachel de Queiroz, juntamente com suas tias, realizava na capital Fortaleza, obras de caridade nos campos de concentração que serviam de depósito de “lixo humano”, onde se aglomeravam milhares de retirantes na época de estiagens prolongadas no Ceará. Analogamente, a personagem Conceição desenvolvia, também, trabalhos voluntários e de solidariedade nos chamados “currais do governo”, uma vez que os flagelados da seca eram tratados de forma deplorável e, portanto, indigna, inclusive, para os animais ditos irracionais. Posto isso, entre personagem e autora, há uma identificação projetiva. Em outras palavras, observa-se, explicitamente, uma conjunção ficção-realidade na obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz. Desse modo, consoante Marina Ribeiro (2016), o conceito de identificação projetiva foi postulado por Melanie Klein, em 1946, no texto "Notas sobre alguns mecanismos esquizoides", um clássico da literatura psicanalítica. Para a autora, a identificação projetiva pode ser compreendida como uma fantasia inconsciente entre analista e analisando e, de modo análogo, entre autor (a) e personagem, podendo ter um caráter mais agressivo, expulsivo e, portanto, defensivo ou um caráter mais comunicativo, sendo que os mecanismos de cisão e projeção, em intensidades diversas, estão sempre implicados. Sendo assim, autores, autoras e personagens estão imbricados numa relação identitária, uma vez que os (as) personagens de um escritor (a) são as projeções dos desejos autorais.

Uma questão divergente e curiosa entre a autora e a personagem é o fato de que Rachel casa-se duas vezes e tem filhos, porém Conceição não contrai o matrimônio e não deixa descendentes, apenas cria, com muito amor, um afilhado. Dessa forma, infere-se que a protagonista tenha realizado um recôndito desejo da escritora – não ter se casado, uma vez que sofrera profundas angústias decorrentes dos enlaces matrimoniais ao longo da vida, inclusive o falecimento de sua primeira filha, conforme divulgam Freitas *et al.* (2019) ao pontuarem que, no primeiro casamento da autora, Rachel perde uma filha. Esse acontecimento a abala profundamente, gerando, em seguida, a separação conjugal.

No tocante às minúcias da obra em exame, destaca-se que, no primeiro capítulo, verifica-se a profunda religiosidade de Mãe Nácia, que tudo espera do campo sagrado e simbólico; em contrapartida, observam-se a racionalidade e a intelectualidade de Conceição, que busca evidências e explicações concretas para a realidade cotidiana, como se pode corroborar nos excertos a seguir:

— E nem chove, hein, Mãe Nácia?; Dona Inácia levantou os olhos confiantes: — Tenho fé em São José que ainda chove!; — Eh! A lua limpa, sem lagoa! Chove não!; Foi à estante. Procurou um livro. Escolheu uns quatro ou cinco, que pôs na mesa, junto ao farol. Aqueles livros — uns cem, no máximo — eram velhos companheiros que ela escolhia ao acaso, para lhes saborear um pedaço aqui, outro além, no decorrer da noite (QUEIROZ, 2012, p. 12).

Com base nos fragmentos anteriores, ressalta-se que Conceição, personagem autobiográfica, tem um comportamento bem inovador para o seu tempo, início do século XX. Desse modo, pode-se afirmar que ela é uma personagem vanguardista, que antecipa a luta feminista pelo reconhecimento de sua intelectualidade, já que poucas, nessa época, tinham acesso à escolarização, posto que a instrução era dirigida, predominantemente, aos homens.

Nesse panorama, conforme Maria Aparecida Ribeiro (2013), com *O Quinze*, Rachel de Queiroz estabeleceu-se como uma pioneira da Literatura feminista no Brasil. Sendo assim, o Ecofeminismo, segundo Feldman (2015), discute a relação entre dominação masculina sobre a mulher e sobre a natureza. Sob tal aspecto, essa obra traz contributos à compreensão da luta feminista, mediada por uma força decolonial, a fim de que esse quadro de opressão seja subvertido.

Retomando o excerto acima, assim como Conceição, a autora não era uma criatura de muita religiosidade conforme atestam Freitas *et al.* (2019), quando afirmam que essa característica da autora foi revelada em um programa da TV Câmara, dirigido por Ana Maria Lopes, para a série “Memória Política”, gravado em 2001, dois anos antes do falecimento da escritora. Nessa entrevista, Rachel apregoa que os anos estudando no Colégio Conceição, convivendo com as freiras e com todos os momentos de fé daquela instituição, não foram suficientes para eliminar a sua descrença. Ela comentara, no referido programa, que nunca se configurou como uma mulher de fé, nem mesmo já idosa.

Outra constatação que se abstrai do discurso dessa personagem feminina vanguardista e decolonial é a aversão ao casamento, contrariando, assim, um padrão social de sua geração à qual a mulher estava vinculada como se pode observar nas seguintes passagens: “Conceição tinha vinte e dois anos e não falava em casar. Dizia alegremente que nascera solteirona”; “Ouvindo isso, a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão” (QUEIROZ, 2012, p. 13).

Outrossim, percebe-se, explicitamente, o preconceito voltado às mulheres que não contraíam o matrimônio, sendo caracterizadas como uma aberração aos padrões sociais da época. Nesse ínterim, segundo Yuderkys Espinosa-Miñoso (2014), a colonialidade do poder, do saber e do saber também era perpassada para a colonialidade de gênero, emergindo a noção de seres superiores e inferiores, necessitando, pois, de um movimento decolonial para superar tal dicotomia.

De outra parte, em se tratando da maternidade, a personagem Conceição não era tão avessa, visto que criou o afilhado como se seu filho fosse, o que alegrara o coração de sua avó, D. Inácia, como se corrobora neste trecho: “— Ah, menina! Quando acaba, você diz que não é boa para casar!” (QUEIROZ, 2012, p. 60), uma vez que guardava a esperança de que ela se casasse, mas isso não se concretizou no enredo da obra. Entretanto, o desejo de ser mãe a angustiava e, então, refletia:

Sentia no seu coração o vácuo da maternidade impreenchida; À vista do menino, adotou a amargura no coração da moça. Passou-lhe, suavemente, a mão pela cabeça; e pensou nas suas noites de vigília, quando Duquinha, moribundo, arquejava, e ela lhe servia de mãe. Recordou seus cuidados infinitos, sua dedicação, seu carinho e, consolada, murmurou: – Afinal, também posso dizer que criei um filho (QUEIROZ, 2012, p. 81).

A partir dessas inquietações e constatações da personagem Conceição, infere-se que ela sugere que a maternidade não ocorre apenas de forma natural, mas pode ser construída através da educação diária de uma criança. Em contrapartida, observando o discurso acima da avó de Conceição, percebe-se, claramente, que a idosa representa o pensamento dominante, no qual considera que a mulher foi feita para casar e, quando isso não ocorre, tal fato é caracterizado como uma anomalia da natureza feminina.

Diante disso, de acordo com Freitas *et al.* (2019), tanto os movimentos feministas quanto os anticoloniais como, por exemplo, os decoloniais precisaram questionar as ideias dominantes de história e representação assim como fez a personagem feminista da obra em apreço, uma

vez que a cultura é vista como um campo de conflito entre opressores e oprimidos, no qual a linguagem pode ser uma ferramenta de dominação ou libertação.

Consoante Ilsy Câmara; Yzy Câmara e Melina Soutulho (2015), a personagem Conceição se abstém de um relacionamento no qual seria apenas uma esposa submissa, uma mãe devotada e uma prendada dona de casa e opta por uma vida de cunho revolucionário para o seu tempo, exercendo a função de professora, cujo salário a sustentava, além de criar, sozinha, um afilhado e desenvolver o voluntariado em trabalhos de assistência social, engajando-se na luta pela igualdade e dignidade humana, praticando, dessa maneira, nas labutas diárias, as leituras socialistas nas quais se debruçava. Ademais, Conceição se lançava em outros estudos subversivos, como estão descritos nos seguintes trechos: “Ante aquela ouvinte inesperada, tentou fazer uma síntese do tema da obra, procurando ingenuamente encaminhar a avó para suas tais ideias: — Trata da questão feminina, da situação da mulher na sociedade, dos direitos maternais” (QUEIROZ, 2012, p. 69).

Sob esse viés, segundo Carlos Magno Gomes (2010), Rachel de Queiroz dissemina, na obra em questão, os seus contributos para debater a formação intelectual da mulher, sem, contudo, abrir mão de sua função social, mediante gestos de solidariedade e cumplicidade, como pode ser atestado nos excertos a seguir, quando Conceição resolve adotar o seu afilhado, que estava muito debilitado: “— Que é que se é de fazer? O menino cada dia é mais doente... A madrinha quer carregar pra tratar, botar ele bom, fazer dele gente” (QUEIROZ, 2012, p. 58). Tais valores e virtudes, próprios da personalidade da referida protagonista, são imprescindíveis ao desenvolvimento humano e ao crescimento do país, especialmente, quando se está mergulhado num caos social, tal qual ocorreu na obra *O Quinze* que, primordialmente, narrou a grande seca de 1915, que acometeu o sertão cearense.

Ressalta-se que, caracterizada como uma leitora voraz, Conceição se instruía a partir dos mais diversos livros, sendo, pois, uma intelectual versátil, afeita a uma formação plural e bastante atualizada, o que era discrepante em se tratando de outras mulheres da obra, como Lourdinha e Mariinha, cujas famílias tinham, também, uma razoável condição socioeconômica, mas não desfrutavam do gosto pela leitura e pelo conhecimento; voltavam-se apenas ao sonho de casar-se:

— Que Mariinha! Eu logo vi o que vocês queriam! Então você acha, Lourdinha, que no fim de uma seca eu posso andar cuidando em casamento? Como foi que essa moça pensou nisso? — Pois, Cente, veja lá, eu já estou

comprometida com o Clóvis, e ele nem pensa em seca (QUEIROZ, 2012, p. 74).

Nesse sentido, observa-se que o desejo geral das moças, personagens de *O Quinze*, era o matrimônio, revelando, assim, um comportamento submisso aos ditames de uma tradição paternalista, que ansiava controlar o destino da mulher. Como pondera Feldman (2015), essa ideologia que autoriza a opressão com base no gênero é tema central do Ecofeminismo, que visa descortinar os implícitos do discurso literário acerca da dominação do homem sobre a mulher e a conseqüente necessidade de subversão.

Na tentativa de fomentar o rompimento com o espaço limitado que era imposto à mulher do início do século XX, Rachel de Queiroz lança a personagem Conceição ao imaginário da sociedade leitora que, com ousadia e obstinação, inspira outras moças a se libertarem das “amarras da ignorância”, conforme atestam os trechos a seguir:

— Esta menina tem umas ideias!; De fato, Conceição talvez tivesse umas ideias; escrevia um livro sobre pedagogia, rabiscara dois sonetos; Chegara até a se arriscar em leituras socialistas, e justamente dessas leituras é que lhe saíam as piores das tais ideias, estranhas e absurdas à avó (QUEIROZ, 2012, p. 13).

Nesses termos, reafirma-se o caráter revolucionário e decolonial da personagem sublinhada, uma vez que ela era detentora de ideias avançadas para a sua época, sempre buscando ampliar a sua intelectualidade e autoria. Consoante Ballestrin (2017), a decolonialidade atua como elemento de superação do par modernidade / colonialidade e tudo o que ele representa, imprimindo um padrão mundial de poder, inclusive em estudos de gênero.

Desse modo, com vistas a reforçar a rebeldia de Conceição para o seu tempo, cabe assinalar os seguintes fragmentos:

— Mãe Nácia, quando a gente renuncia a certas obrigações, casa, filhos, família, tem que arranjar outras coisas com que se preocupe, senão a vida fica vazia demais. — E para que você torceu sua natureza? Por que não se casa? Conceição olhou a avó de revés, maliciosa: — Nunca achei quem valesse a pena (QUEIROZ, 2012, p. 69).

A partir desse diálogo, observa-se que Mãe Nácia tem uma visão tradicional e colonialista acerca da mulher, postulando que é da natureza feminina a submissão ao casamento. Em contrapartida, Conceição coloca-se aberta a outras possibilidades e a novas experiências num tom subversivo à época.

Ademais, vale pontuar que Conceição possuía uma visão política oposta à vigente até então, suscitando um discurso impactante àqueles que a ouviam, demonstrando, assim, um engajamento social e político, com o intuito de transformar a realidade opressora por que passava o país e, mais especificamente, a dos (as) sertanejos (as), com a qual mantinha forte ligação. De acordo com André Luiz Scoville (2011), a obra *O Quinze* incorpora uma forte preocupação social e um sentido político, muitas vezes, vinculado aos preceitos do marxismo, principalmente nas reflexões da personagem central da obra.

Sendo assim, Conceição, “acostumada a pensar por si” (QUEIROZ, 2012, p. 13), não se sujeitava à colonialidade do poder, indo de encontro ao sistema político em voga, que aprofundava, cada vez mais, o abismo social, tratando os (as) retirantes como “lixo humano”, sendo, pois, depositados (as) nos chamados “Campos de Concentração ou Currais do Governo” numa situação deplorável e, portanto, indigna a qualquer pessoa.

Diante dessa trágica cena, Conceição, em conjunto com outras senhoras, tentava, com trabalho de assistência social, mitigar a miséria desses flagelados da seca, conforme se denota no trecho a seguir: “— Olhe, todo dia, você ou a comadre apareçam por aqui, e o que nós juntarmos, em vez de se dar aos outros, guarda-se só pra vocês. Eu vou ver se arranjo alguma coisa que lhe sirva” (QUEIROZ, 2012, p. 55).

Nessa tônica, Conceição representa uma figura decolonial. Segundo Catherine Walsh (2019), o processo decolonial estabelece-se em oposição a um movimento opressor, gerado pela colonialidade do poder, e, portanto, configura-se como uma luta anti-hegemônica e transformadora, com vistas a uma ruptura epistêmica que incite a emancipação de grupos humanos que foram dominados e invisibilizados durante séculos de exploração, cujas práticas ainda se mantêm por meio das neocolonizações.

Com o propósito de reiterar o exposto acima, cabe destacar os fragmentos que se seguem: “— Ela faz parte do grupo de senhoras que distribuem comida e roupa aos flagelados” (QUEIROZ, 2012, p. 44); “Conceição passava quase o dia inteiro no Campo de Concentração, ajudando a tratar, vendo morrer às centenas as criancinhas lazentas que as retirantes atiravam no chão, entre montes de trapos, como um lixo humano” (QUEIROZ, 2012, p. 70). Sendo assim, fica evidente a deletéria situação a que os (as) retirantes eram submetidos (as).

Considerando tal panorama, essa dramática narração sensibilizou a escritora Rachel de Queiroz que, através da personagem autobiográfica Conceição, denunciou a condição decrepitante a que os (as) retirantes estavam imersos (as) e, ao mesmo tempo que expôs essa crítica social, conclamou, implicitamente, as autoridades constituídas e a sociedade civil organizada para a responsabilidade social de mitigar as realidades caóticas em que os (as) sertanejos (as) se encontravam numa atitude plenamente decolonial que resiste à colonialidade do poder, a qual fomenta, explicitamente, as exclusões, dividindo grupos humanos em privilegiados e oprimidos.

Para o sociólogo porto-riquenho Román Grosfoguel (2008), que leciona na *University of California, Berkeley*, EUA, a expressão colonialidade do poder designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. No caso da obra *O Quinze* e, portanto, numa perspectiva regional (Nordeste/Ceará/Sertão/capital), o “lugar periférico” é o sertão, cujos migrantes (retirantes) foram estigmatizados como “lixo humano”, em face da visão de superioridade da capital, que buscou, através de medidas governamentais, distanciar o grupo de flagelados da elite fortalezense.

Vale ponderar, também, que, segundo Ballestrin (2017), as tentativas de mobilização e resistência, por meio da decolonialidade e do Sul, não deixa de ser uma decolonialidade subalterna, uma vez que, para Grosfoguel (2008), as nações periféricas e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da colonialidade global, imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Nesse sentido, as zonas periféricas mantêm-se numa situação de subserviência e dominação, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.

Conforme o pesquisador argentino Walter D. Mignolo (2010), que leciona na *Duke University*, EUA, o conceito de colonialidade foi estendido para outros âmbitos que não só o do poder, sugerindo, assim, uma estrutura complexa de níveis entrelaçados, como, por exemplo, uma colonialidade abrangente que contempla o controle da economia, da autoridade, da natureza e de seus recursos, do gênero e da sexualidade, bem como da subjetividade e do conhecimento. Nessa ótica, os povos e as nações do Sul gozam de uma “liberdade cerceada”. Esse paradoxo pode ser compreendido, quando se constata que os grupos do Norte, hierarquicamente

superiores na divisão do Globo, comandam todas as esferas, sejam elas políticas, econômicas, ambientais, epistemológicas ou comportamentais.

Nessa perspectiva, a personagem Conceição, por mais que seja um símbolo feminino revolucionário para a época, revela ainda um feminismo subalterno por representar a cultura do Sul, sendo, pois, uma nordestina do semiárido brasileiro e latino-americana. Dessa forma, consoante Ballestrin (2017), a cultura do Norte, historicamente hegemônica, imprime dominância sobre a do Sul, externando, assim, um discurso de poder e subjugação dos povos colonizados. Não obstante, é inegável que os campos do conhecimento e da literatura são terrenos férteis à resistência dessa opressão à mulher colonizada, subalterna por excelência. Daí a grande importância de personagens decoloniais que suscitem análises feministas, preocupadas com a invisibilidade, o silenciamento e a subalternidade, estes produzidos pelo patriarcado e pelo colonialismo.

Outrossim, como já se podia esperar, levando em conta o caráter subversivo que lhe era peculiar, a personagem Conceição toma uma atitude incomum, tendo em vista o perfil da maioria das mulheres do início do século XX, muito afeitas ao casamento. Desse modo, na direção oposta à colonialidade de gênero, Conceição optara por sua independência devido à incompatibilidade entre ela (letrada e da cidade) e o pretendente (Vicente), um homem rude e do campo. Essa percepção pode ser coadunada com os trechos:

Num relevo mais forte, tão forte quanto nunca o sentira, foi-lhe aparecendo a diferença que havia entre ambos, de gosto, de tendências, de vida; Pensou no esquisito casal que seria o deles, quando à noite, nos serões da fazenda, ela sublinhasse num livro um pensamento. Talvez Vicente levantasse a vista e lhe murmurasse um “é”. Mas naturalmente a que distância e com quanta indiferença (QUEIROZ, 2012, p. 47).

Dessarte, fica patente a decisão racional tomada por Conceição. Esse procedimento da personagem revela o gosto pela sua liberdade, abrindo, assim, novas possibilidades à mulher de seu tempo e, quiçá, também a da contemporaneidade. Nesse sentido, segundo Norma Telles (2004), as mulheres do século XIX e início do século XX eram excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da probabilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e, até mesmo, não tinham acesso à educação superior. Sendo assim, Rachel de Queiroz, na obra *O Quinze*, a partir das memórias autobiográficas contidas em Conceição, descortinou uma nova mulher: autodidata e de sólida formação intelectual, engajada social e politicamente, e emancipada financeiramente.

Relativamente a esse quadro, pode-se afirmar que a Literatura brasileira, a partir de Rachel de Queiroz, concede uma grande contribuição aos estudos feministas. Vale ponderar que a referida autora desenvolveu o hábito da leitura, em face do incentivo de outra mulher vanguardista, a sua mãe, que, de acordo com Caminha (2010), a progenitora da escritora, mesmo morando em Quixadá, no interior do Ceará, encomendava livros para atualizar o universo imaginário da filha, uma vez que era, também, amante da Literatura e, assim, Rachel foi se inspirando nas boas leituras a que tinha acesso desde a infância, deixando, portanto, um indelével legado à posteridade.

Considerações finais

Reitera-se que a abordagem feminista e a decolonialidade estão fortemente presentes nos discursos da personagem autobiográfica Conceição que, assim como a autora, transcendeu as expectativas que seu tempo acreditava ser possível para uma mulher, destacando-se, no cenário intelectual, político, social, e representando, dessa maneira, uma inspiração a outras mulheres, com vistas a superarem os estigmas sociais a elas impostos historicamente e, assim, construírem novas experiências e novos papéis na sociedade, ultrapassando, portanto, as tradicionais funções que estavam limitadas ao casamento e à maternidade.

Nesse contexto, a personagem Conceição pode ser caracterizada como decolonial, visto que, no enredo da obra em apreço, mostrou-se resistente à colonialidade de gênero, negando, com suas ações e opções, as possibilidades de subjugação da mulher, mantendo-se, pois, firme em seus propósitos intelectuais, profissionais e sociais. Entretanto, esse feminismo da protagonista configura-se como subalterno, em face da visão etnocêntrica que vigora no mundo, dividindo (Norte/Sul) os povos e as nações mediante classificações dicotômicas (superiores e inferiores).

Sob esse viés, a personagem Conceição, por ser do nordeste brasileiro e latino-americana, agrega para si o rótulo da inferioridade do Sul e, assim, desenvolve, na trama, um feminismo que consideramos subalterno.

Em contrapartida, a imagem revolucionária da protagonista não deixa de ser impactante para o cenário feminista, decolonial e do Sul, despertando, por conseguinte, outras percepções em torno da mulher, sinalizando a uma resistência aos padrões opressores voltados ao gênero feminino, simbolizando, desse modo, um ícone de liberdade, autonomia e identidade feminina que pode e deve discrepar dos estereótipos histórico-sociais.

Seguindo essa linha de pensamento, a obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, desempenha, primordialmente, o papel de denúncia da realidade, típico do Modernismo e com um caráter regional-universalista ao qual a segunda fase (1930 – 1945) se integrou, revelando, pois, a subjugação da mulher (em personagens como Mãe Nácia, Mariinha, Lourdinha) e, por outro lado, o espírito subversivo de Conceição, que se opõe aos estigmas impostos à mulher, sendo, assim, uma figura feminista, a qual resiste às intensas pressões do colonialismo de gênero. Por fim, mediante a abordagem feminista e a decolonialidade, é possível corroborar o caráter interdisciplinar e transdisciplinar da Ecocrítica e do Ecofeminismo, possibilitando, assim, uma análise mais abrangente e profunda da relação da mulher com os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais, intelectuais e afetivos, sendo, pois, um estudo inspirador à emancipação feminina e ao seu consequente reconhecimento social.

Referências

- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. “Feminismos Subalternos”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, p. 1035-1054, set./dez., 2017.
- BEGOSSI, Alpina. “Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente”. *Revista Interciência*, Caracas, v. 18, n. 3, p. 121-123, 1993.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CÂMARA, Ylly Rabelo; CÂMARA, Yzy Maria Rabelo; SOUTULLO, Melina Raja. “O Quinze: revisitando a importância de Rachel de Queiroz para a cultura cearense, a literatura brasileira e o feminismo no Brasil do século XX”. *Revista Entrelaces*, Fortaleza, n. 6, p. 116-130, jul./dez., 2015.
- CAMINHA, Edmilson. *Rachel de Queiroz: a Senhora do não me deixes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.
- CANDIDO, Antonio. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CATTAPAN, Júlio César Rodrigues. “O quinze: contrastes e tensões”. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 7, Dossiê Rachel de Queiroz, p. 99-114, abr./ jun., 2012.
- COLAÇO, Thaís Luzia. *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.
- DOUBROVSKY, Serge. “L’autofiction selon Doubrovsky”. In: VILAIN, Philippe. *Défense de Narcisse*. Paris: Grasset, 2005.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, México, n. 184, p. 35-61, mar./abr., 2014.

FALCI, Miridan Britto Knox. “Mulheres do sertão nordestino”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *Histórias das mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 202-231.

FELDMAN, Alba Krishna Topan. “Animais na poética indígena norte-americana – duas perspectivas”. In: BRAGA, Elda Firmo; LIBANORI, Evely Vânia; DIOGO, Rita de Cássia Miranda (org.). *Representação animal na literatura*. Rio de Janeiro: Oficina da Leitura, 2015.

FREITAS, Edilaine da Silva *et al.* “Memórias: aspecto marcante na obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz”. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 75, p. 1876-1893, set./dez., 2019.

GAARD, Greta. “Novos rumos para o ecofeminismo: em busca de uma ecocrítica mais ecofeminista”. Tradução Izabel Brandão e Marina Verçosa de Andrade. In: BRANDÃO, Izabel *et al.* (orgs.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017, p. 783-818.

GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

GLOTFELTY, Cheryll. “Introduction-literary studies in an age of environmental crisis”. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (ed.). *The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology*. Athens / London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. XV-XXXVII.

GOMES, Carlos Magno. “A aula de alteridade em *O quinze*”. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 7, Dossiê Rachel de Queiroz, p. 45-56, jul./ set., 2010.

GROSGOUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, mar., 2008.

LEJEUNE, Philippe. “Da autobiografia ao diário, da Universidade à associação: itinerários de uma pesquisa”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 48, n. 4, p. 537-544, out./dez., 2013.

MIGNOLO, Walter D. “Aisthesis Decolonial”. *Calle 14*, v. 4, n. 4, p. 10-25, enero/junio, 2010.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes/UNICAMP, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.

RIBEIRO, Maria Aparecida. “A sertaneja que não quis ser traduzida: Rachel de Queiroz e a Livros do Brasil”. *Revista Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 53, p. 13-26, jan./jun., 2013.

RIBEIRO, Marina F. da R. “Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e enactment. O analista implicado”. *Revista Cadernos de psicanálise*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 35, p. 1-18, dez., 2016.

RUECKERT, Willian. “Literature and ecology: un experiment in Ecocriticism”. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (ed). *The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology*. Athens / London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p.105-23.

SAVEAU, Patrick. *Serge Doubrovsky ou l'écriture d'une survie*. Dijon: EUD, 2011.

SCOVILLE, André L. M. L. de. “*Literatura das Secas: Ficção e História*”. 2011. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *Histórias das mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 336-370.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. “Entre a norma e a rebeldia: rastros de feminismos no sertão baiano”. *Sæculum – Revista de História*, v. 24, n. 41, p. 204–216, jul./dez., 2019.

WALSH, Catherine. “Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento ‘outro’ a partir da diferença colonial”. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)*. Pelotas-RS, v. 05, n. 1, p. 6-39, jan./jul., 2019.

A ECOCRÍTICA E A (DE) COLONIALIDADE EM PERSONAGENS DE *O SERTANEJO*, *O QUINZE* E *VIDAS SECAS*: IMBRICAÇÕES POSSÍVEIS

The Ecocritic and the (De) coloniality in characters from *O Sertanejo*, *O Quinze* and *Vidas Secas*: possible imbrications



Elisângela Campos Damasceno Sarmiento¹
<https://orcid.org/0000-0000-0003-3002-1120>



Geraldo Jorge Barbosa de Moura²

<https://orcid.org/0000-0001-7241-7524>

Resumo: As obras literárias *O Sertanejo* (2002) [1875], de José de Alencar, *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas* (2013) [1938], de Graciliano Ramos, inserem-se no panorama regionalista da Literatura brasileira, pondo em destaque o sertão nordestino e os respectivos personagens (de) coloniais. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar, a partir do método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Ecocrítica - que investiga as inter-relações entre a Literatura e a Ecologia -, as representações do sertanejo que os autores evidenciam nas três obras em questão, mediante o cruzamento dos discursos dos personagens, observando as respectivas aproximações e diferenças, levando em conta os conceitos de colonialidade do poder, do saber, do ser e da decolonialidade. Diante disso, tais discursos demonstram a predominância da colonialidade, embora se perceba, de forma incipiente, uma visão contra-hegemônica, que busca a emancipação dos sertanejos. Logo, a Ecocrítica caracteriza-se como uma bandeira em que se fixa um território de ideias interdisciplinares e transdisciplinares a serem exploradas, representando, assim, um substrato à reflexão das relações do homem com o ambiente natural e sociocultural.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Literatura brasileira; Ecologia.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus Juazeiro. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI – Campus Paulistana. E-mail: elisceno@ifpi.edu.br.

²Doutorado em Ciências Biológicas pela UFPB-UFRN/Brasil e UBA/Argentina. Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: geraldo.jbmoura@ufrpe.br.

Abstract: The literary works *O Sertanejo* (2002) [1875], by José de Alencar, *O Quinze* (2012) [1930], by Rachel de Queiroz, and *Vidas Secas* (2013) [1938], by Graciliano Ramos, are part of the regionalist panorama of Literature Brazilian culture, highlighting the northeastern backlands and the respective (de) colonial characters. In this sense, the present research aims to analyze, from the method of French Discourse Analysis and the Ecocritical perspective - which investigates the interrelationships between Literature and Ecology -, the representations of the sertanejo that the authors show in the three works in question, by crossing the speeches of the characters, observing their respective similarities and differences, taking into account the concepts of coloniality of power, knowledge, being and decoloniality. In view of this, such discourses demonstrate the predominance of coloniality, although it is perceived, in an incipient way, a counter-hegemonic vision, which seeks the emancipation of the countrysides. Therefore, The Ecocriticism is characterized as a banner on which a territory of interdisciplinary and transdisciplinary ideas to be explored is established, thus representing a substrate for the reflection of man's relations with the natural and sociocultural environment.

Keywords: Interdisciplinary; Brazilian literature; Ecology.

Introdução

Inicialmente, vale frisar que a gênese do termo “Ecologia”, conforme Alpina Begossi (1993), advém da Biologia, mas tem se desdobrado em múltiplas formas, ampliando para Ecologia Humana, Ecologia Social, Ecocrítica, impulsionando, assim, o surgimento de inúmeras ramificações devido à influência da Filosofia, Antropologia, Sociologia, Literatura, assumindo um caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Nesse sentido, no final da década de 1980, de acordo com Alba Krishna Feldman (2015), ganhou fôlego uma corrente científica denominada Ecocrítica que visa ao estudo da correlação entre a Ecologia e as Artes (em especial, a Literatura), apresentando, assim, como elo interdisciplinar, o enredo de obras que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Desse modo, esse estudo passou a ser difundido, no contexto técnico-científico, a partir de 1989, quando Cheryl Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, incitou a sua adoção no campo crítico. Nessa perspectiva, Glotfelty (1996) aponta que a Ecocrítica trabalha sob uma abordagem dos estudos literários centrados na Terra. Daí, surge uma ferramenta que pode subsidiar a análise das relações homem-ambiente, mediadas por obras literárias, que permeiam saberes e sinalizam imbricações várias, expostas no relato e nas ações dos personagens.

Outro intelectual bastante renomado no campo da Ecocrítica é o norte-americano Greg Garrard (2006). Ele defende que a Ecocrítica sugere estudos interdisciplinares. Sob esse viés, para esta pesquisa, a Ecocrítica congrega uma possibilidade da não-fragmentação de saberes, dando suporte a uma análise menos reducionista, uma vez que favorece a abrangência de perspectivas na investigação das relações homem-ambiente e das representações do sertanejo e do sertão nas obras dos escritores nordestinos, José de Alencar, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, nas quais este artigo se debruça.

Sendo assim, segundo Feldman (2015), a Ecocrítica se fundamenta no entrecruzamento entre a cultura e a natureza via Literatura, buscando estabelecer, como instância crítica e discurso teórico, as relações entre escritores, textos e o “mundo” e este inclui toda a ecosfera, como os fatores sociais, históricos, simbólicos e outras relações que se imbricam numa dinâmica constante. Isso reitera a visão de

Garrard (2006) que concebe a Ecocrítica como um campo aberto, inter e transdisciplinar.

Outrossim, considerando esse “mundo” de relações que a Ecocrítica possibilita, via Literatura, vale esclarecer que, nas obras *O Sertanejo* (José de Alencar – 1875), *O Quinze* (Rachel de Queiroz – 1930) e *Vidas Secas* (Graciliano Ramos – 1938) evidenciam-se questões histórico-culturais que estão atreladas ao processo de colonização brasileira e às neocolonizações, bem como a uma resistência da reprodução dessas visões, eclodindo, respectivamente, os conceitos de colonialidade e decolonialidade.

Conforme Thaís Colaço (2012), o pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e não como uma etapa histórica já superada. Nesses termos, embora a independência política do Brasil tenha ocorrido historicamente, em 1822, os resquícios de dependência socioeconômica e uma herança cultural eurocêntrica ainda permanecem na contemporaneidade, tornando árdua a superação do poder da colonização ao longo dos séculos, emergindo, assim, sucessivas neocolonizações.

Nesse contexto, a decolonialidade é um movimento contra-hegemônico que visa a uma resistência às colonizações do poder, do saber e do ser, que foram perpassadas historicamente, estabelecendo dicotomias, como: dominante/dominado; desenvolvido/subdesenvolvido; civilizado/primitivo; conhecimento científico/saber popular; superior/inferior.

Na obra *O Sertanejo*, o escritor cearense José Alencar apresenta o protagonista “Arnaldo”, que se configura como um personagem decolonial, visto que não é subalterno à autoridade do “capitão-mor Gonçalo Pires Campelo”, que, conforme a obra em epígrafe, representa o “potentado do sertão” (ALENCAR, 2002, 443), o detentor de muito poder e riqueza. Essa característica contra-hegemônica do personagem “Arnaldo” pode ser percebida, também, no referido autor que, segundo Alfredo Bosi (2006), foi um político engajado, que contestava a centralização de poder do Império brasileiro.

Em se tratando da obra *O Quinze*, a também cearense Rachel de Queiroz descortina a personagem “Conceição” que se caracteriza com uma figura decolonial, uma vez que se rebela contra o conservadorismo da época, afirmando-se como uma mulher emancipada. Em contrapartida, outros perfis femininos, como “Mãe Nácia”, “Lourdinha” e “Mariinha”, apresentam-se como seres submissos e coloniais que cedem às pressões sociais do patriarcalismo e se lançam, exclusivamente, ao casamento e à maternidade.

Relativamente à obra *Vidas Secas*, o escritor alagoano Graciliano Ramos evidencia personagens coloniais que são o resultado de uma organização social opressora, em que as desigualdades se agravam e se agiganta a miséria dos retirantes, representados por “Fabiano, sinhá Vitória, o menino mais novo e o menino mais velho”, explorados e aviltados pelos proprietários de terra e pela classe dominante de modo geral.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2007), o processo de colonialidade está presente na caracterização do pensamento moderno ocidental, concebido como abissal, uma vez que este foi construído mediante as linhas cartográficas que demarcavam o território em Velho e Novo Mundo. Desse modo, na visão eurocêntrica, existe “este lado da linha” (a dominação) e “o outro lado da linha” (os dominados).

Seguindo o raciocínio de Santos (2007), essas linhas abissais consistem num sistema de visibilidade (países centrais) e invisibilidade (países periféricos), sendo

que os povos e culturas invisíveis consolidam os visíveis. Essa divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, tornando-se inexistente, o que significa não existir sob qualquer forma de ser relevante, compreensível ou legítimo.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar as representações do (a) sertanejo (a) nas três obras em exame, mediante o cruzamento dos respectivos discursos, observando as aproximações e diferenças, levando em conta os conceitos da colonialidade do poder, do saber, do ser e da decolonialidade. Ressalta-se, ainda, que a presente pesquisa parte da hipótese de que os discursos dos personagens evidenciam a predominância da colonialidade, embora se possa perceber, de forma incipiente, uma visão contra-hegemônica, que busca a emancipação dos sertanejos e sertanejas.

Material e métodos

Considerando os elementos supracitados que contextualizam o presente estudo, salienta-se que esta pesquisa está calcada nas obras literárias *O Sertanejo*, *O Quinze* e *Vidas Secas*. Assinala-se, também, que esta investigação procura desvelar as representações (explícitas e implícitas) acerca do (a) sertanejo (a) no que tange aos discursos (de) coloniais.

Com vistas a realizar esta pesquisa, adotou-se o método da Análise do Discurso de Linha Francesa que, segundo Michel Pêcheux (2006), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Isso posto, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido.

Dessarte, Eni Orlandi (2012) reverbera a tese de Pêcheux (2006) na qual considera as condições de produção em que as obras foram escritas, o contexto histórico-social do país e as histórias de vida dos autores, destacando essas características como muito relevantes para a análise deste estudo, visto que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso dos personagens das obras em exame.

Ademais, na concepção de Orlandi (2012), há de se levar em consideração os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto. Desse modo, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem/personagem com a sua história e com as construções sociais, norteadas pela capacidade de significar e significar-se, validando, assim, tais sentidos no discurso do autor através de suas condições de produção.

Nesse sentido, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que se refere aos sujeitos que enunciam – José de Alencar, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos – e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada aos autores e ao período histórico em que se inserem as obras em apreço, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelo sujeito que fala no texto consoante os estudos de Pêcheux (2006).

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 30 publicações, como artigos científicos, localizados em periódicos online, além de e-books e livros de críticos literários brasileiros, cuja totalidade do referencial bibliográfico data de 1993 até consultas, que foram realizadas em sites da internet no mês de Janeiro de 2022.

Resultados e discussão

A Literatura, conforme Antonio Candido (2009), configura-se como um terreno fértil ao desvelamento do real na relação com o ficcional, uma vez que a realidade e a imaginação não são duas forças antagônicas, mas aproximativas, as quais se imbricam, com vistas a uma melhor compreensão do leitor quanto às conexões simbólicas e socioculturais que permeiam o universo humano. Nesse ínterim, as obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, buscam descortinar as representações (de) coloniais que estão atreladas ao sertanejo na dinâmica de relações com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Na obra *O Sertanejo*, de José de Alencar, evidenciam-se os vestígios da colonização do poder político e econômico, ilustrados pelo personagem “capitão-mor Gonçalo Pires Campelo”, cujo nome era sinônimo de estremecimento no sertão cearense, gerando pavor aos seus subalternos, que, para ele, eram todos aqueles que moravam em Quixeramobim-CE. Essa percepção reverbera-se com os trechos: “Todos os moradores de Quixeramobim, ele os considerava como seus vassallos” (ALENCAR, 2002, p. 262); “__ Como te chamas? Perguntou o fazendeiro. __ José Venâncio para respeitar e servir ao sr. capitão-mor. O matuto curvou de leve o joelho, fazendo submissa reverência ao capitão-mor que prosseguiu no meio da sua comitiva” (ALENCAR, 2002, p. 263).

Refletindo sobre esses fragmentos literários a partir do termo “vassallos”, vem à tona, segundo Boris Fausto (2013), um sistema político, econômico e social denominado Feudalismo que ocorreu durante a Idade Média, vigorando entre os séculos V e XV. Tal sistema era de caráter rural, baseado na propriedade de terra, onde existiam relações de suserania (grupo dominante) e vassalagem (grupo dominado). Como afirmam Karl Marx & Friedrich Engels (2003), a história de toda a sociedade é a da luta de classes. Dessa maneira, sempre existiram homens livres e escravos, senhores e servos. Em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição, ora velada, ora aberta, como bem assinala a obra *O Sertanejo*.

Com vistas a reverberar o exposto acima, destacam-se outros fragmentos da obra *O Sertanejo*: “Exerciam soberanamente o direito de vida e de morte sobre seus vassallos, os quais eram todos quantos podia abranger o seu braço forte, a sua vontade era, ao mesmo tempo, a lei e a sentença; bastava o executor” (ALENCAR, 2002, p. 337). Sendo assim, a centralização do poder nas mãos da elite imprimiu aos sertanejos uma subalternidade que os colocava numa situação indigna. Segundo o cientista peruano Aníbal Quijano (1997), o conceito de colonialidade transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização.

Nesse contexto, o objetivo de dominação e opressão persiste, mesmo após a emancipação política do Brasil que ocorreu em 1822, estendendo-se, pois, pelos séculos subsequentes e chegando aos dias atuais. Dessa forma, tal formulação do termo colonialidade por Quijano (1997) é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo vinculado à experiência colonial, o que permite observar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno.

Ainda sobre o personagem do grupo dominante, registram-se os seguintes excertos: “Embora decorressem anos, em tendo notícia do culpado, despachava uma escolta para prendê-lo, onde quer que estivesse. Satisfeito, porém, o seu

orgulho, o castigo não passava de um ato de submissão. Obrigava o atrevido a pedir-lhe perdão de joelhos” (ALENCAR, 2002, p. 267). Essa passagem reitera a colonialidade do poder, uma vez que, embora extinta a gestão colonial brasileira, em 1822, a cultura da subjugação ainda permanece explícita nos diálogos e práticas sociais, capitaneados pela elite dominante, que reproduz, continuamente, no cotidiano das relações humanas, ações austeras e cruéis para reforçar a autoridade ainda vigente.

Quijano (1997) coloca que essa matriz de poder, que se expressa por meio da colonialidade, procurava e ainda procura encobrir o fato de que a Europa foi produzida a partir da exploração político-econômica das colônias. Não há como desconsiderar as implicações históricas do estabelecimento desse padrão de dominação, que se reflete na recíproca produção histórica da América e da Europa, como redes de dependência histórico-estrutural. Dessarte, o povo neolatino é, originariamente, submisso e o rompimento dessas amarras requer um processo de irrupção resistente e contínuo, o que Walter Mignolo (2010) evoca como decolonialidade.

Sobre essa decolonialidade, o livro *O Sertanejo* lança mão de um personagem chamado “Arnaldo Louredo”, que se caracteriza como o protagonista dessa narrativa, figurando como um homem arredo e, portanto, não afeito a ordens, mas guiado por um espírito combativo e emancipatório. Para corroborar isso, segue trecho ilustrativo: “Arnaldo, que sabia destes fatos e conhecia a severidade do capitão-mor, julgava-se banido da Oiticica para sempre; pois não lhe consentia o seu gênio fazer contrição da culpa e pedir perdão da desobediência” (ALENCAR, 2002, p. 267).

Outrossim, o protagonista “Arnaldo” e o próprio autor, uma vez que a obra é autobiográfica, simbolizam um grupo de intelectuais que, engajados por um ideal de resistência às práticas neocoloniais ainda vigentes na América Latina, lutam pela emancipação dos povos, historicamente subjugados pela colonialidade do poder, do saber e do ser. Nesse ínterim, o protagonista de *O Sertanejo* apresenta uma lição: “O caráter de Arnaldo tinha este traço especial. Zeloso de sua independência, e de extrema suscetibilidade nesse ponto, a aspereza, qualquer gesto imperativo, bastava para revoltar-lhe os brios” (ALENCAR, 2002, p. 268).

Assim sendo, a resistência à colonialidade é uma bandeira que deve ser hasteada durante as ações diárias dos sul-americanos, a fim de ser desconstruída, paulatinamente, uma herança cultural etnocêntrica que considera seres, saberes, povos e nações como superiores em detrimento de outros, considerados inferiores e ilegítimos. E isso pode ocorrer a partir da decolonialidade. Segundo Larissa Rosevics (2017), professora da UFRJ, as marcas da situação colonial não abandonaram os povos colonizados devido à colonialidade do poder, estruturada num processo capitalista que se renova e se consolida em práticas de exploração e dominação. Daí, a importância de um movimento contra-hegemônico que abale tais estruturas e comece a construir relações menos desiguais.

Diante dessa necessidade, conforme Rosevics (2017), um grupo de pesquisadores de diversas matrizes teóricas se uniram num emaranhado de olhares e vozes para se debruçarem em estudos sobre as interferências políticas, econômicas e culturais resultantes do neocolonialismo, eclodindo, assim, o movimento da decolonialidade que traduz um espírito de resistência às práticas coloniais de dominação, com vistas a despertar a consciência e a legitimidade da emancipação de todos os povos e nações.

Entretanto, as práticas neocoloniais vêm se consolidando com bastante força durante os séculos XIX a XXI, inclusive, na obra *O Sertanejo*, isso está explícito, como coadunam os trechos que se seguem: “Este Campelo é de uma desmarcada soberba” (ALENCAR, 2002, p. 275); “O sr. capitão-mor proibiu” (ALENCAR, 2002, p. 276). A partir desses excertos, afirma-se que os coronéis e os capitães, grandes proprietários de terra, comandaram, por muito tempo, com máxima autoridade, as decisões políticas e econômicas para as regiões que eram lideradas por eles e espalhavam o medo para aqueles que, porventura, pensassem em desobedecer às suas ordens.

De acordo com o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do poder se assevera em forma de subjugação político-econômica e se refere à inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação e o processo europeu de expansão colonial. Outrossim, essa herança cultural ainda permanece explícita nas relações sociais, evidenciando, assim, a visão etnocêntrica sob a égide da dicotomia superior/inferior como se pode observar nos trechos: “Sua senhora, não, tornou D. Flor com um tom glacial; não o sou; mas também, apesar de nos termos criado juntos, não sou sua igual” (ALENCAR, 2002, p. 385); “Ela, a filha do capitão-mor, não podia ver em um vaqueiro outra coisa senão um agregado da fazenda” (ALENCAR, 2002, p. 442).

Desse modo, a ideia de supremacia do colonizador está presente em todas as gerações colonizadas, sejam elas mais antigas ou mais jovens, conforme se pôde atestar, anteriormente, a partir das descrições e narrações provenientes dos discursos do personagem “capitão-mor”, pai da personagem “D. Flor”, que, por sua vez, teve o mesmo comportamento etnocêntrico do seu progenitor. Dessarte, tal postura reflete a colonialidade do ser. Consoante Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do ser se refere à experiência vivida de colonização e seus impactos na linguagem e na visão de mundo dos povos colonizados.

Com base no conceito supracitado, trabalhado por Maldonado-Torres (2007), ressalta-se que, na obra *O Sertanejo*, há, claramente, formas de expressão das colonialidades do saber e do ser, quando o próprio personagem oprimido traz, no pensamento e dentro si, o reconhecimento de superioridade do opressor, conforme se observa no fragmento: “Quem é capaz de duvidar da honrada palavra de vossa senhoria? Desde que o sr, capitão-mor abona, está acabado” (ALENCAR, 2002, p. 356).

Partindo dessas constatações, é oportuno retomar o conceito de decolonialidade como forma de resistência a todas as formas de colonialidade, sejam elas as do poder, as do saber ou as do ser. Segundo o professor da UnB, Antônio Gomes da Costa Neto (2016), o movimento decolonial propõe romper com os pensamentos gravados nas mentes e nos corpos de gerações sucessivas que foram colonizadas por nações europeias etnocêntricas que introduziram a ideologia do inferior, do ilegítimo, do subalterno.

Como símbolo dessa resistência à colonialidade, retoma-se o protagonista “Arnaldo”: “Parecia um príncipe maltrapilho, esse pirralho do sertão, que não tolerava uma sujeição nem mesmo à vontade do pai” (ALENCAR, 2002, p. 406). É esse espírito emancipatório de “Arnaldo” que deve ser construído nas epistemologias, nas relações sociais e nos discursos da contemporaneidade, a fim de que possam ser desconstruídas as ideologias colonizatórias do saber, do poder e do ser.

Entretanto, o panorama que se configura na sociedade hodierna é dual. Há, então, forças opostas: a decolonialidade, representada pelo personagem

autobiográfico “Arnaldo” e a colonialidade, simbolizada pelo “capitão-mor”, sua filha, “D. Flor”, e todos os demais personagens da obra *O Sertanejo* que foram subjugados por tais representações de colonialidade, ilustrando, pois, esse legado de autoridade e supremacia da classe dominante, como corrobora a passagem que se segue: “Também a altivez nela era nativa; e já, naquele tempo, sentia o prazer especial da dominação” (ALENCAR, 2002, p. 406).

Na obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, apresenta-se uma diversidade de temas reflexivos, dentre eles, um relevo ao papel da mulher na sociedade, suscitando análises em torno da decolonialidade a partir da personagem “Conceição”, destacando-a como um símbolo de superação do paternalismo e do conservadorismo que vêm subjugando, historicamente, as identidades femininas. Segundo Maldonado-Torres (2007), faz-se necessário discutir acerca dos efeitos da colonialidade do ser na experiência vivida dos sujeitos subalternos. Dessarte, a mulher é um desses seres que, historicamente, foi alvo da colonialidade de gênero.

Um aspecto relevante para essa análise é o fato da personagem “Conceição” demonstrar aversão ao casamento, contrariando, assim, um padrão social de sua geração à qual a mulher estava vinculada como se pode observar nas passagens: “Conceição tinha vinte e dois anos e não falava em casar. Dizia alegremente que nascera solteirona”; “Ouvindo isso, a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão” (QUEIROZ, 2012, p. 13).

Outrossim, constata-se, explicitamente, o preconceito voltado às mulheres que não contraíam o matrimônio, sendo, pois, caracterizadas como uma aberração à natureza feminina e aos padrões sociais que, consoante Maldonado-Torres (2007), são impostos pela colonialidade e se referem às articulações com o conhecimento, a autoridade e a intersubjetividade e, portanto, representam um padrão de poder que está presente nos critérios dos trabalhos acadêmicos, na cultura, na autoimagem dos povos, nas relações entre homens e mulheres e em tantas outras hierarquias da vida moderna.

Retomando a obra *O Quinze*, cabe salientar que “Conceição” não era tão avessa à maternidade, visto que criou o afilhado como se seu filho fosse, o que alegrara o coração de sua avó: “— Ah, menina! Quando acaba, você diz que não é boa para casar!” (QUEIROZ, 2012, p. 60). Entretanto, o desejo de ser mãe a angustiava e, então, refletia:

À vista do menino, adoçou a amargura no coração da moça. Passou-lhe a mão pela cabeça e pensou nas suas noites de vigília, quando Duquinha era moribundo, e ela lhe servia de mãe. Recordou seus cuidados infinitos, sua dedicação, seu carinho e, consolada, murmurou: — Afinal, também posso dizer que criei um filho (QUEIROZ, 2012, p. 81).

A partir dessas constatações da personagem “Conceição”, infere-se que ela sugere que a maternidade não ocorre, apenas, de forma natural, mas pode ser construída através da educação diária de uma criança, preenchendo, assim, de amor maternal, o íntimo de uma mulher. Em contrapartida, observando o discurso acima da “avó de Conceição”, percebe-se que a idosa representa o pensamento dominante, no qual considera que a mulher foi feita para casar e, quando isso não ocorre, tal fato é caracterizado como uma anomalia da natureza feminina. Dessarte, de acordo com Edilaine Freitas *et al.* (2019), os movimentos decoloniais precisaram questionar as ideias dominantes de história e representação assim como fez a personagem decolonial “Conceição”.

Consoante Yls Câmara *et al.* (2015), na obra *O Quinze*, “Conceição” se abstém de um relacionamento no qual seria apenas uma esposa submissa, uma mãe devotada e uma prendada dona de casa e opta por uma vida de cunho revolucionário para o seu tempo, exercendo a função de professora, cujo salário a sustentava, além de criar, sozinha, um afilhado e desenvolver o voluntariado em trabalhos de assistência social, engajando-se na luta pela igualdade e dignidade humana, praticando, nas labutas diárias, as leituras socialistas nas quais se debruçava: “Ante aquela ouvinte inesperada, tentou fazer uma síntese do tema da obra, procurando encaminhar a avó para suas tais ideias: — Trata da questão feminina, da situação da mulher na sociedade” (QUEIROZ, 2012, p. 69). Sob esse viés, segundo Gomes (2010), Rachel de Queiroz dissemina os seus contributos para debater a formação intelectual da mulher, indispensável a uma figura decolonial.

Dessarte, caracterizada na obra em apreço como uma leitora voraz, “Conceição” se instruía a partir dos mais diversos livros, sendo, pois, uma intelectual versátil, afeita a uma formação plural, o que era discrepante em se tratando de outras mulheres da obra, como: “Lourdinha” e “Mariinha”, cujas famílias tinham, também, uma razoável condição socioeconômica, mas não desfrutavam do gosto pela leitura; voltavam-se, apenas, ao sonho de casar-se: “— Que Mariinha! Então você acha, Lourdinha, que eu posso andar cuidando em casamento? Como foi que essa moça pensou nisso? — Pois, Cente, veja lá, eu já estou comprometida com o Clóvis” (QUEIROZ, 2012, p. 74).

Nesse sentido, observa-se que o desejo das moças, personagens de *O Quinze*, era o matrimônio, o que revela um comportamento colonialista e, portanto, submisso aos ditames de uma tradição paternalista, que realizava o controle do destino da mulher. Conforme Mignolo (2010), o conceito de colonialidade foi estendido para outros âmbitos que não só o do poder, sugerindo uma estrutura complexa de níveis entrelaçados, como por exemplo, uma colonialidade abrangente que contempla o controle da economia, da autoridade, da natureza e de seus recursos, do gênero, da subjetividade e do conhecimento.

Outrossim, a personagem “Conceição” inspira outras moças a se libertarem das amarras da ignorância e da colonialidade conforme atestam os trechos a seguir:

— Esta menina tem umas ideias! De fato, Conceição talvez tivesse umas ideias; escrevia um livro sobre pedagogia, rabiscara dois sonetos. Chegara até a se arriscar em leituras socialistas, e justamente dessas leituras é que lhe saíam as piores das tais ideias, estranhas e absurdas à avó (QUEIROZ, 2012, p. 13).

Nesses termos, reafirma-se o caráter revolucionário e decolonial da personagem sublinhada, uma vez que ela era detentora de ideias avançadas para a sua época, sempre buscando ampliar a intelectualidade e a autonomia.

Desse modo, com vistas a reforçar essa rebeldia para o seu tempo, cabe assinalar os seguintes fragmentos:

— Mãe Nácia, quando a gente renuncia a certas obrigações, casa, filhos, família, tem que arranjar outras coisas com que se preocupe, senão a vida fica vazia demais. — E para que você torceu sua natureza? Por que não se casa? Conceição olhou a avó de revés, maliciosa: — Nunca achei quem valesse a pena (QUEIROZ, 2012, p. 69).

A partir desse diálogo, observa-se que “Mãe Nácia” tem uma visão tradicional e colonialista acerca da mulher, postulando que a natureza feminina é a submissão ao casamento. Em contrapartida, “Conceição” coloca-se aberta a outras possibilidades e a novas experiências num tom subversivo à época.

Ademais, pontua-se que “Conceição”, personagem autobiográfica, possuía uma visão política oposta à vigente na época, suscitando um discurso impactante àqueles que a ouviam, demonstrando um engajamento social e político, com o intuito de transformar a realidade opressora por que passava o país e, mais especificamente, a dos sertanejos com a qual mantinha forte ligação. De acordo com André Luiz Scoville (2011), a obra *O Quinze* incorpora uma forte preocupação social e um sentido político, muitas vezes, vinculado aos preceitos do marxismo, principalmente nas reflexões da personagem “Conceição”.

Sendo assim, “Conceição”, “acostumada a pensar por si” (QUEIROZ, 2012, p. 13), não se sujeitava à colonialidade do poder, indo de encontro ao sistema político da época, que aprofundava, cada vez mais, o abismo social, tratando os retirantes como “lixo humano”, sendo, pois, depositados nos chamados “Campos de Concentração”. Diante dessa trágica cena, “Conceição”, em conjunto com outras senhoras, tentava, com trabalho de assistência social, mitigar a miséria desses flagelados da seca conforme se denota o trecho: “— Olhe, todo dia, você ou a comadre apareça por aqui. Eu vou ver se arranjo alguma coisa que lhe sirva” (QUEIROZ, 2012, p. 55).

Tal panorama sensibilizou a escritora Rachel de Queiroz que, através da personagem autobiográfica “Conceição”, denunciou a condição deplorável a que os retirantes eram submetidos e, ao mesmo tempo que expôs essa crítica social, conclamou, implicitamente, as autoridades constituídas e a sociedade civil organizada para a responsabilidade social de mitigar as realidades caóticas em que os retirantes se encontravam numa atitude, plenamente, decolonial que resiste à colonialidade do poder, a qual fomenta, explicitamente, as exclusões, dividindo grupos humanos em privilegiados e oprimidos conforme apregoam Marx & Engels (2003).

Nessa tônica decolonial, ressalta-se o caráter subversivo de “Conceição” que toma uma atitude incomum, tendo em vista o perfil das mulheres do início do século XX, muito afeitas ao casamento. Desse modo, na direção oposta às moças de seu tempo, “Conceição” optara por sua independência devido à incompatibilidade entre ela (letrada e da cidade) e o pretendente (“Vicente”), um homem rude e do campo. Essa percepção pode ser coadunada com os trechos:

Num relevo mais forte, tão forte quanto nunca o sentira, foi-lhe aparecendo a diferença que havia entre ambos, de gosto, de tendências, de vida; Pensou no esquisito casal que seria o deles, quando à noite, nos serões da fazenda, ela sublinhasse num livro um pensamento. Talvez Vicente levantasse a vista e lhe murmurasse um “é”. Mas naturalmente a que distância e com quanta indiferença (QUEIROZ, 2012, p. 47).

Esse procedimento da personagem revela o gosto pela sua liberdade, abrindo, assim, novas possibilidades à mulher de seu tempo e, quiçá, à da contemporaneidade também. Nesse sentido, segundo Norma Telles (2004), as mulheres do século XIX e início do século XX eram excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da probabilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e, até mesmo, não tinham acesso à educação superior. Sendo assim, Rachel de Queiroz, na obra *O Quinze*,

descortinou uma mulher decolonial (“Conceição”): autodidata e de sólida formação intelectual, além de ter alcançado a emancipação financeira.

De outra parte, na obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, evidenciam-se personagens coloniais, tais como: o “soldado amarelo”, o “fazendeiro”, “S. Inácio” (dono da mercearia), as “pessoas da cidade”, representações que, numa relação de dominação e exploração, oprimem as pessoas do campo, simbolizadas por “Fabiano”, “sinhá Vitória”, “o menino mais novo” e “o menino mais velho”. Segundo Quijano (1997), a colonialidade do poder se estabelece numa relação vertical - entre dominadores e dominados – impregnada da suspeita dos últimos não possuírem, integralmente, humanidade.

Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e, debruçando-se no chão, bebeu muito. Encheu a cuia, ergueu-se, afastou-se, lento, para não derramar a água salobra. Pôs a cuia no chão, escorou-a com pedras, matou a sede da família (RAMOS, 2013, p. 7).

Essa passagem explicita a vida subumana dos retirantes, submetidos a uma situação deletéria de sobrevivência que se assemelha à de bichos sem direitos e, portanto, sem valor.

Tal panorama remete à concentração de riqueza sob o domínio de pequenos grupos elitistas, enquanto milhares de retirantes ficam à margem da condição e da dignidade humana. Para Mignolo (2010), idealizar graus de humanidade conforme a classe socioeconômica concede à colonialidade do poder uma dimensão ontológica: a colonialidade do ser que se refere, segundo Maldonado-Torres (2007), à experiência vivida de ser tomado como inferior. Nesse ínterim, o personagem internaliza essa inferioridade: “— Fabiano, você é um homem. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra. — Você é um bicho, Fabiano” (RAMOS, 2013, p. 9). Outrossim, emerge-se a imagem de uma vida humana degradante a que Fabiano fora submetido, sendo explorado por um sistema de colonialidade que retira a humanidade dos oprimidos.

“E a viagem prosseguiu, mais lenta, mais arrastada, num silêncio grande”; “Ordinariamente, a família falava pouco. Viviam todos calados, raramente soltavam palavras curtas” (RAMOS, 2013, p. 6). E, nesse caminho, os retirantes não reivindicavam o direito à dignidade humana, uma vez que se mostravam subalternos à condição em que se encontravam. Para corroborar tal conjuntura de submissão à própria sina, destaca-se que os sertanejos eram portadores de uma linguagem rudimentar: “Às vezes, utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos — exclamações, onomatopeias” (RAMOS, 2013, p. 9). Isso se configura como mais uma característica de subalternidade dos retirantes, sendo passíveis de dominação e subserviência.

Partindo dessa premissa, o analfabetismo da grande maioria dos retirantes os colocava numa situação ainda mais propícia à dominação, sendo fadados à exploração e à opressão, além de intensificar a colonialidade do saber, conforme reverberam os seguintes trechos: “Na verdade, falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram talvez perigosas” (RAMOS, 2013, p. 9-10); “Fabiano dava-se bem com a ignorância. Tinha o direito de saber? Tinha? Não tinha”; “Se aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender mais, e nunca ficaria satisfeito” (RAMOS, 2013, p. 10).

Essas reflexões e indagações remetem ao poder da educação. Desse modo, quem domina as palavras e as utiliza num contexto adequado tem maiores chances de ser compreendido e aceito na sociedade, além, é claro, de exercer domínio sobre o outro, caso tenha menor ou nenhuma instrução como se constitui o caso dos retirantes do início do século XX que eram, em contingência, analfabetos conforme apregoa Marcelo Souza (1999).

Segundo Souza (1999), a taxa de analfabetismo no Brasil, em 1940, era de 56%, cujos índices se concentravam nas regiões Norte e Nordeste do país. Esses dados confirmam as discrepâncias geográficas quanto à liberação de recursos para o desenvolvimento econômico-social da população brasileira que permanecia centrada no eixo Sul-Sudeste, sendo, portanto, patente o abandono do Governo Federal voltado às outras regiões que ficavam marginalizadas do processo educacional como atesta o excerto: “Se Ihe tivessem dado ensino, encontraria meio de entendê-la. Impossível, só sabia lidar com bichos” (RAMOS, 2013, p. 14).

Consoante Paulo Freire (2002), educador decolonial, faz-se imperativo oportunizar aos indivíduos o direito de ser mais. Nessa perspectiva, os sujeitos excluídos socialmente (como os retirantes, por exemplo: “Havia muitas coisas. Ele não podia explicá-las, mas havia. Fossem perguntar a seu Tomás da bolandeira, que lia livros, contaria aquela história. Ele, Fabiano, um bruto, não contava nada” – RAMOS, 2013, p. 13) devem apropriar-se de um desenvolvimento educativo contínuo, capaz de promover uma emancipação, que seja geradora de vida e de transformação social. Sendo assim, a falta de acesso à escolarização configura-se como um mecanismo de opressão e dominação da elite econômica e cultural, visto que o desprovimento de saberes sistemáticos perpetua os efeitos da colonialidade do poder, do saber e do ser.

Retomando a família de retirantes da obra *Vidas Secas*, representada por “Fabiano, sinhá Vitória, o menino mais novo, o menino mais velho e a cachorra Baleia”, assinala-se que as crianças não têm nome, são chamadas de “menino mais novo” e de “menino mais velho”. Isso simboliza o processo de invisibilização pelo qual o sertanejo está envolto. De fato, é como se ele não existisse, visto que Ihe é negado o direito a um registro de nascimento, além de se privar de direitos básicos, como: alimentação e educação, benefícios constitucionais que possibilitam uma vida digna e decolonial.

Em contrapartida, a cachorra tem nome. Chama-se “Baleia”, o que remete a um animal robusto e de visibilidade, evidenciando que o bicho alcança mais valor do que o ser humano ou que o homem sertanejo é tão desvalorizado enquanto individualidade e coletividade que se inclina, tão somente, à condição de bicho. Ademais, observa-se que os objetos, também, adquirem reconhecimento social, pois possuem nomes conforme atesta o excerto: “Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. Sim, com certeza, as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja tinham nomes” (RAMOS, 2013, 28).

Sobre essa questão, Marx, em sua obra intitulada *O Capital* (2013), destaca o fetichismo da mercadoria. Em outros termos, o sociólogo sinaliza o valor simbólico dos objetos que se tornam mais importantes do que as pessoas que os produzem, apontando uma “objetificação” da pessoa e a personificação do bem material. De modo análogo, a partir dos fragmentos acima, emerge-se, ainda, a animalidade do humano que é mais evidente em meio à escassez de recursos, e a dignidade do animal não-humano, além de uma denúncia implacável à subserviência dos sertanejos, vítimas da exploração dos fazendeiros para os quais trabalham, bem

como das pessoas da cidade que detêm prestígio social e econômico, como por exemplo, o “soldado amarelo” e os donos de mercearia.

— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra (RAMOS, 2013, p. 9).

Desse modo, Fabiano sentia a dor de não ser reconhecido como gente, mas como um cabra, um animal que recebia ordens e tinha de baixar a cabeça à autoridade do patrão. Essa conjuntura de exploração é identificada na hierarquia patrão e empregado, reproduzindo, assim, as relações de poder como mostram os excertos a seguir:

O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, e Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono (RAMOS, 2013, p. 10).

Isso posto, destaca-se que Mignolo (2010) frisa que o mais forte não está satisfeito em ser apenas o mais forte, ele cria mecanismos para justificar o seu direito à dominação.

Nessa perspectiva, os efeitos da colonialidade do poder, do saber e do ser são tão intensos que o próprio oprimido, segundo Marx (2013), vê-se como inferior e internaliza um comportamento de subalternidade como confirma a passagem: “Comparando-se aos tipos da cidade, Fabiano reconhecia-se inferior. Por isso, desconfiava que os outros mangavam dele. Só lhe falavam com o fim de tirar-lhe qualquer coisa” (RAMOS, 2013, p. 27). Essa percepção depreciativa que a classe dominada tem de si mesma é fruto de uma construção histórico-cultural, empreendida pelo legado das forças colonizatórias, que se reproduzem e se consolidam nas relações sociais cotidianas.

Tal contexto capitalista e colonialista cristaliza, portanto, a humilhação e a exploração a que os sertanejos (classe dominada) estão submetidos conforme atestam os excertos: “Por que seria que seu Inácio botava água em tudo? perguntou mentalmente. Animou-se e interrogou o bodegueiro: — Por que é que vossemecê bota água em tudo? Seu Inácio fingiu não ouvir” (RAMOS, 2013, p. 12); “O patrão realizava cálculos incompreensíveis. Fabiano deixara indignado o escritório do branco, certo de que fora enganado” (RAMOS, 2013, p. 27); “Não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era” (RAMOS, 2013, p. 32); “Nem lhe restava o direito de protestar. Baixava a crista. Se não baixasse, desocuparia a terra” (RAMOS, 2013, p. 33).

Sendo assim, a dominação econômica se vale da exploração dos miseráveis (sendo estes forjados à submissão), desencadeando-se a perpetuação da colonialidade, contribuindo ao aprofundamento do abismo social, agigantando, portanto, as fortunas e devastando as populações subalternas, para, assim, consolidar, conforme Marx & Engels (2003), a divisão de classes.

Nesse viés, Mignolo (2010) afirma que a sociedade colonial “evoluiu” para um corpo social neocolonial. Desse modo, mudaram-se os nomes, os protagonistas e as estratégias, mas o propósito de dominação para a exploração e a opressão persiste

há mais de cinco séculos. E essa exploração é imoral, visto que a elite subtrai de quem muito pouco possui conforme explicitam os fragmentos: “Era um desgraçado, era como um cachorro, só recebia ossos. Por que seria que os homens ricos ainda lhe tomavam uma parte dos ossos? Fazia até nojo pessoas importantes se ocuparem com semelhantes porcarias” (RAMOS, 2013, p. 33). Consoante Marx (2013), a mais valia (acúmulo de capital devido ao trabalho excedente) é resultado de uma exploração ilimitada que a classe dominante forja à dominada, a fim de que seja consolidada a sua supremacia e poder.

Outro personagem que aviltou o sertanejo “Fabiano” foi o “soldado amarelo” que, abusando da autoridade, humilhou um homem simples, que era forjado à subjugação, conforme coadunam os trechos a seguir: “Nesse ponto um soldado amarelo aproximou-se e bateu no ombro de Fabiano: — Como é, camarada? Vamos jogar um trinta e um lá dentro? Levantou-se e caminhou atrás do amarelo, que era autoridade e mandava. Fabiano sempre havia obedecido” (RAMOS, 2013, p. 12);

— Isso não se faz, moço, protestou Fabiano. Estou quieto. Veja que mole e quente é pé de gente. O outro continuou a pisar com força. Fabiano impacientou-se e xingou a mãe dele. Aí o amarelo apitou, e em poucos minutos o destacamento da cidade rodeava o jatobá. — Toca pra frente, berrou o cabo. Então por que um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças (RAMOS, 2013, p. 13).

Por conseguinte, segundo Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do poder tem sua face mais violenta na colonialidade do ser, quando o próprio oprimido já se enxerga como inferior e se conforma com essa condição de subalternidade, tornando-se impotente para lutar pela transformação das injustiças sociais. Sendo assim, internalizando esse comportamento, o excluído contribui para a naturalização da violência simbólica e física. Dessarte, faz-se necessária uma nova postura e, portanto, decolonial, que subverta esse contexto histórico de dominação, desconstruindo os abusos de poder, que ferem a dignidade do ser.

Considerações finais

Levando em conta as discussões ora expostas, assinala-se que a decolonialidade precisa ganhar impulso no contexto literário, técnico-científico e nos debates sociais, com vistas a desenvolver uma cultura e uma consciência emancipatória, com o fito de desconstruir relações opressoras que levam à dominação dos sujeitos, considerados como ilegítimos e, portanto, excluídos de direitos, sendo somente passíveis de exploração para atender a elite, reforçando, assim, a hegemonia e a autoridade desse grupo social. Para tanto, os personagens subversivos “Arnaldo” (*O Sertanejo*) e “Conceição” (*O Quinze*) são exemplos inspiradores para esse movimento de transformação social.

Nessa perspectiva, com o propósito de se contrapor à colonialidade que imperava no final do século XIX, José de Alencar produziu, na obra *O Sertanejo*, apesar de, timidamente, discursos literários anti-hegemônicos por meio do personagem principal, “Arnaldo”, a fim de representar uma figura de resistência à dominação, simbolizada pelo “capitão-mor” e sua filha, “D. Flor”. De maneira análoga, Rachel de Queiroz produziu, na obra *O Quinze*, de modo mais enfático, a

personagem decolonial “Conceição” que rompeu com os padrões sociais a que a mulher estava fadada na época, tornando-se, pois, emancipada intelectual e financeiramente.

Na obra *Vidas Secas*, Graciliano Ramos construiu o personagem subalterno “Fabiano” que, mesmo tendo consciência de sua condição de subserviência, não conseguia se desvencilhar das amarras da opressão, em virtude da falta de escolarização e de oportunidades, sendo, pois, submisso às autoridades econômicas e intelectuais. Outrossim, o autor, na obra em epígrafe, evidencia a divisão de classes, denunciando, pois, as colonialidades do poder, do saber e do ser que depreciam o dominado, colocando-o numa condição subumana.

Por conseguinte, é consensual, nos estudos literários, culturais e sociológicos, o legado do empreendimento colonial, observado nas obras em exame, cujos trechos aqui selecionados corroboram a predominância da colonialidade do poder, do saber e do ser, apesar de existir uma força contra-hegemônica que atua na direção emancipatória, sendo, assim, um elemento de resiliência aos povos sul-americanos e, mais especificamente, aos sertanejos.

Referências

ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. São Paulo: Editora José Olympio, 2002.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente. *Revista Interciência*, Caracas, v. 18, n. 3, p. 121-123, 1993.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

CÂMARA, Yls Rabelo; CÂMARA, Yzy Maria Rabelo; SOUTULLO, Melina Raja. O Quinze: revisitando a importância de Rachel de Queiroz para a cultura cearense, a literatura brasileira e o feminismo no Brasil do século XX. *Revista Entrelaces*, Fortaleza, n. 6, p. 116-130, jul./dez., 2015.

CANDIDO, Antonio. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

COLAÇO, Thaís Luzia. *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

COSTA NETO, Antônio Gomes da. A Denúncia de Cesáire ao Pensamento Decolonial. *Revista EIXO*, Brasília-DF, v. 5, n. 2, p. 46-54, jul./dez., 2016.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.

FELDMAN, Alba Krishna Topan. Animais na poética indígena norte-americana – duas perspectivas. In: BRAGA, Elda Firmo; LIBANORI, Evely Vânia; DIOGO, Rita de Cássia Miranda (Orgs.). *Representação animal na literatura*. Rio de Janeiro: Oficina da Leitura, 2015, p. 59-72.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, S.A, 2002.

FREITAS, Edilaine da Silva; FOFANO, Clodoaldo Sanches; LUQUETTI, Eliana Crispim França; DORNELAS, Elisângela Ferreira Gomes; BARROSO, Roberta Santana. Memórias: aspecto marcante na obra “O Quinze”, de Rachel de Queiroz. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, n. 75, p. 1876-1893, set./dez., 2019.

GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: 2006.

GLOTFELTY, C. Introduction-literary studies in an age of environmental crisis. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, H (eds.). *The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology*. Athens / London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. XV-XXXVII.

GOMES, Carlos Magno. A aula de alteridade em O quinze. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 7, Dossiê Rachel de Queiroz, p. 45-56, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 8, p. 243-282, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comp). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007, p. 127-167.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Boitempo Editorial, Tradução de Rubens Enderle, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

MIGNOLO, W. D. Aesthesis Decolonial. *Calle*, v. 4, n. 4, p. 10-25, enero/junio, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes/UNICAMP, 2012.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: *Anuário Mariateguiano*. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1-16, 1997.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa (Orgs.). *Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Perse, p. 35-47, 2017. Disponível em: <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2014/11/do-pos-colonial-decolonialidade.html>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SANTANA, Carolina Ribeiro. Vidas secas de direitos: desconstrução e alteridade como possibilidades para o reconhecimento. *Revista Eletrônica do CEJUR*, Curitiba-PR, v.1, n. 2, p. 48-65, ago./dez., 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, v. 78, p. 3-46, 2007.

SCOVILLE, André Luiz Martins Lopez de. *Literatura das Secas: Ficção e História*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. *Revista Cadernos de Pesquisa*, Brasília-DF, n. 107, p. 169-186, julho, 1999.

TELLES, Norma. "Escritoras, escritas, escrituras". In: PRIORE, Mary Del (Org.). *Histórias das mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p.336-370.

Literatura e canção: a arte na ecologia do sertão e do sertanejo

Elisângela Campos Damasceno Sarmiento Instituto Federal do Piauí, Paulistana, PI, Brasil, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH – UNEB, Juazeiro, BA, Brasil, elisceno@ifpi.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3002-1120>

Geraldo Jorge Barbosa de Moura Univ. Federal Rural de Pernambuco / Inst. da Sociedade Psicanalítica do Recife, Recife, PE, Brasil, geraldo.jbmoura@ufrpe.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7241-7524>

Resumo:

A arte (literatura, poesia, música) configura-se como um forte elemento à interpretação da realidade. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo interpretar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Ecocrítica - que estuda as imbricações entre a Arte e a Ecologia -, a temática da seca com base nos romances regionalistas *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, na interface com a canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, trazendo à tona representações da Ecologia do Sertão e do Sertanejo. Apresenta, como principais resultados, a dualidade da Ecologia do Sertão: ora adversa, despertando, no sertanejo, sentimentos topofóbicos; ora aprazível, suscitando uma relação afetiva topofílica do homem com o lugar habitado. Somado a isso, observa-se que as relações sociais em que o sertanejo está inserido são pautadas, predominantemente, pelo legado da colonialidade do poder, do saber e do ser.

Palavras-chave: Literatura; Canção; Ecologia Humana.

Literature and song: art in the ecology of the sertão and of the sertanejo

Abstract:

Art (literature, poetry, music) is a strong element in the interpretation of reality. In this sense, this article aims to interpret, under the method of Discourse Analysis of the French Line and the Ecocritical perspective - which studies the overlaps between Art and Ecology -, the theme of drought based on the regionalist novels *O Quinze*, by Rachel de Queiroz, and *Vidas Secas*, by Graciliano Ramos, in the interface with the song *Asa Branca*, by Luiz Gonzaga and Humberto Teixeira, bringing to light representations of the Ecology of Sertão and of the Sertanejo. It presents, as main results, the duality of the Ecology of the Sertão: at times adverse, awakening topophobic feelings in the sertanejo; sometimes pleasant, raising a topophilic affective relationship between man and the habited place. Added to this, it is observed that the social relations in which the sertanejo is inserted are predominantly guided by the legacy of the coloniality of power, knowledge and being.

Keywords: Literature; Song; Human Ecology.

INTRODUÇÃO

A Literatura, concebida como a arte da palavra, conforme Antonio Candido (2009), procurou historicamente, a partir de seus personagens, representar a realidade, tendo a função social de denunciá-la, com vistas a corresponder aos anseios de cada época, bem como aos objetivos pretendidos pelos artistas através dos tempos. A canção, por sua vez, entendida como arte mista por contemplar poesia (letra) e música (melodia), também se fixa como um elemento estético e criativo à denúncia de contextos reais e concretos da vida cotidiana, dialogando, assim, com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Ainda segundo o crítico literário Antonio Candido (2009), a Literatura, ao longo da história, vem se configurando como um terreno fértil que tem produzido ricos frutos, como as obras literárias, saciando a avidez de conhecimentos do ser humano, com o objetivo de entender melhor as relações interpessoais e aprofundar o saber sobre si mesmo. Nesse cenário, destacam-se os romances e as canções que representam pontes ao desvelamento das relações entre o homem e o ambiente.

Desse modo, o presente artigo busca interpretar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Ecocrítica - que estuda as imbricações entre a Arte e a Ecologia -, a temática da seca com base nos romances regionalistas *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, na interface com a canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, trazendo à tona elementos que representam a Ecologia do Sertão e do Sertanejo.

De acordo com Alpina Begossi (1993), a origem do termo *Ecologia* advém da Biologia e tem se ramificado, surgindo outras abordagens, como Ecologia Humana, Ecologia Social, Ecocrítica, em face da íntima imbricação com Antropologia, Sociologia, Filosofia, Psicanálise, Literatura, assumindo, assim, um caráter, efetivamente, interdisciplinar e transdisciplinar

Nesse panorama de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na conexão homem-ambiente, destaca-se que, de acordo com Glotfelty (1996), os estudos acerca da correlação Arte-Ecologia foram iniciados, no final da década de 1970, com os trabalhos do norte-americano William Rueckert e, a partir disso, evidenciaram-se, nos debates científicos, as manifestações artísticas como fortes impulsionadoras de conhecimentos, mais precisamente a Literatura e a Canção, mediante obras que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Entretanto, esse campo da ciência só ganhou impulso a partir de 1989, quando Cheryll Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, instigou o uso da Ecocrítica como um dos significativos instrumentos que podem ser utilizados na interpretação da realidade. Dessarte, Glotfelty (1996) reitera que a Ecocrítica caracteriza-se como uma ferramenta que vem auxiliando os pesquisadores a analisarem as relações homem-ambiente, fundamentadas em obras artísticas que permeiam saberes e percepções sobre o lugar e os grupos sociais que lá habitam.

Outrossim, para estabelecer uma ligação entre Literatura e Geografia Humanista, merecem relevo as contribuições de Yi-Fu Tuan (1982) que buscaram analisar os comportamentos e as relações entre o sentimento humano e o lugar habitado. Segundo Tuan (1982), é a subjetividade, conectada ao meio, que permite ao indivíduo construir as suas memórias afetivas, sugerindo, assim, a possibilidade da definição de dois termos: topofilia (apego ao lugar), já que *topo* denota lugar e *filia* refere-se à filiação e topofobia - o lugar do medo, da repugnância.

Por conseguinte, os contributos de Tuan (1980) revelam que há tanto o apego quanto o horror no tocante ao trinômio seres humanos-lugar-natureza. Nesse sentido, as percepções topofílicas e topofóbicas podem, certamente, ser encontradas no sertão e na arte, visto que,

consoante Antonio Candido (2009), o objeto literário não existe sem a personagem de ficção, extraída dos contos e dos romances, nem sem o eu-lírico dos poemas e das canções e estes têm a vida traçada conforme certas condições de espaço que influenciam, diretamente, os seus sentimentos e emoções.

Partindo dessa premissa e de acordo com Carvalho (2017), a perspectiva ecocrítica, advinda da aglutinação entre Ecologia e Crítica e envolta pelo texto literário - romance, poesia ou canção -, representa uma das inúmeras possibilidades de interpretação da realidade. E isso pode ser percebido quando se busca analisar as relações do homem com o ambiente, levando em conta as suas múltiplas faces, sejam elas socioculturais ou simbólicas, destacando, assim, o caráter interdisciplinar e transdisciplinar que é intrínseco a tais interfaces.

Ademais, conforme Alfredo Bosi (2006), os personagens de ficção e os eu-líricos dos poemas e canções apresentam-se como verossímeis, ou seja, representam figuras reais que existiram em determinado tempo e espaço, perpassando, assim, sentimentos humanos, saberes históricos, geográficos e culturais que ainda permanecem na sociedade atual ou que sofreram transformações diacrônicas e se oferecem como elementos de identificação para o receptor.

Relativamente às obras *O Quinze* (1930/2012), de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas* (1938/2013), de Graciliano Ramos e *Asa Branca* (1947), de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, cabe assinalar que essas manifestações artísticas trazem representações coloniais e decoloniais do sertanejo, em virtude do legado da colonialidade do poder, do saber e do ser que permaneceram na cultura e na sociedade diacronicamente, haja vista os efeitos de dominação do processo de colonização do país.

Nessa perspectiva, conforme Mignolo (2010), a sociedade colonial *evoluiu* para um corpo social neocolonial. Desse modo, mudaram-se os nomes, os protagonistas e as estratégias, mas o propósito de dominação para a exploração e a opressão persiste há mais de cinco séculos. Por isso, há de se construir uma sociedade emancipadora, com o fito de se eliminar o estigma de uma América Latina como sendo a mais desigual região do mundo. Para tanto, há de se desenvolver a decolonialidade, um movimento contra-hegemônico que visa à autonomia dos sujeitos invisibilizados historicamente, como exemplo, o sertanejo.

Quanto à história de vida dos artistas aqui elencados e as condições de produção de suas obras que discorreram, primordialmente, sobre a temática da seca, sublinha-se que, consoante Bosi (2006), Rachel de Queiroz nasceu em 1910 na cidade de Fortaleza-CE. Em 1931, mudou-se para o Rio de Janeiro, mas nunca deixou de passar parte do ano em sua fazenda “Não me deixes”, no Quixadá, sertão cearense. Sendo assim, o contexto do sertanejo, em meio aos longos períodos de estiagem, lhe era bem conhecido e foi explicitado, esteticamente, na obra *O Quinze*.

No tocante a Graciliano Ramos, pode-se afirmar que o autor, na obra *Vidas Secas*, buscou retratar a vida dramática dos retirantes (*Fabiano, sinhá Vitória, o filho mais novo, o filho mais velho* e a *cachorra Baleia*) devido às consequências das sucessivas secas que acometem o sertão brasileiro num tom de denúncia social e política. Segundo Afrânio Coutinho (1984), o escritor nasceu em 1892 na cidade de Quebrângulo-AL e foi bastante reconhecido pela crítica literária. Em face do grande sucesso da obra em questão, alcançou, em 1962, o prêmio da Fundação William Faulkner, dos EUA, sendo elogiado por apresentar uma visão crítica das relações humanas, saindo do regional (Nordeste brasileiro) e atingindo uma esfera social-psicológica de interesse universal.

Em se tratando de Luiz Gonzaga, conforme Vieira (2000), realça-se que a canção *Asa Branca*, composta em 1947, em parceria com Humberto Teixeira, destacou-se, nacionalmente, como o Hino do Sertão. Gonzaga nasceu, em 1912, na Fazenda Caiçara, em Exu, sertão pernambucano. Salienta-se que as temáticas de suas principais músicas versavam, principalmente, acerca das memórias afetivas do lugar onde viveu a infância – o sertão – além

de sublinhar a cultura de sua gente - o sertanejo – que permanecia na dificuldade de superação da seca e da miséria.

Para Vieira (2000), a música (letra e melodia) se torna uma rica fonte para quem deseja analisar determinados grupos sociais, o que pensam, como agem, em que acreditam, o que querem dizer para o mundo. Diante do exposto, esta pesquisa parte da hipótese de que a arte (romance, canção) é um subsídio de crítica social e, portanto, caracteriza-se como um fértil mecanismo à representação do sertão e do sertanejo.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir desses elementos contextuais, realça-se que este estudo assenta-se nas obras do regionalismo modernista *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas* (2013) [1938], de Graciliano Ramos, na interface com a canção intitulada *Asa Branca* (1947), de Luiz Gonzaga, em conjunto com Humberto Teixeira. Assinala-se, também, que esses artistas nordestinos tiveram, como aspecto em comum, o envolvimento direto com a abordagem da seca.

Tendo em vista a realização desta pesquisa, adotou-se o método da Análise do Discurso de Linha Francesa que, segundo Michel Pêcheux (2006), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Outrossim, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, dessa maneira, que a língua faz sentido. Dessarte, Eni Orlandi (2012) reverbera a Análise do Discurso de Linha Francesa na qual considera as condições de produção em que as obras foram escritas, o contexto histórico-social do país e a história de vida dos autores, destacando essas três características como muito relevantes para a análise desta investigação, visto que é através de tais ferramentas que será realizada a análise do discurso dos personagens dos romances em apreço e do eu-lírico da canção em exame.

Ademais, na concepção de Orlandi (2012), há de se levar em consideração os fatores histórico-sociais que envolveram a produção dos discursos e, também, os sentidos implícitos e explícitos do texto. Vale apontar, ainda, que, na Análise do Discurso de Linha Francesa como afirma Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem/personagem/eu-lírico com a sua história e com as construções sociais, norteado pela capacidade de significar e significar-se, validando, assim, tais sentidos no discurso do autor através da consideração de suas condições de produção, as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação (contexto imediato e contexto amplo).

Nesse cenário, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que tange aos sujeitos que enunciam – Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Luiz Gonzaga (por ser o cantor da música *Asa Branca*) – e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada aos autores e ao período histórico em que se inserem as obras *O Quinze*, *Vidas Secas* (romances) e *Asa Branca* (canção), além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelos sujeitos que falam nos textos consoante os estudos de Pêcheux (2006).

Adicionalmente, destaca-se que foi adotada a perspectiva ecocrítica como mais um mecanismo de análise, tendo em vista que, conforme Garrard (2006), as relações entre Arte e Ecologia são bastante relevantes para uma criteriosa e abrangente investigação em torno das relações homem-ambiente, considerando o universo interdisciplinar que permeia a dinâmica da vida em sociedade na imbricação com a cultura e a natureza.

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 30 (trinta) publicações, dentre elas: artigos científicos, localizados em periódicos online e em anais de eventos disponíveis eletronicamente, que remontam às primeiras décadas dos anos 2000, além de e-books, livros de críticos literários brasileiros e letras de música, cuja totalidade do

referencial teórico data de 1939 (aporte clássico) até consultas que foram realizadas em sites da internet no segundo semestre de 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O fenômeno da seca no sertão nordestino trouxe, historicamente, consequências danosas aos sertanejos, em razão da ausência de políticas públicas apropriadas (como a irrigação, por exemplo), agravando a penúria desses indivíduos e, muitas vezes, ocasionando a morte de milhares de homens, mulheres e crianças do semiárido brasileiro que foram, ao longo de sucessivas décadas, desassistidos e excluídos socioeconomicamente.

De acordo com registros cronológicos, expostos por Scoville (2011), os períodos de estiagem mais graves datam de 1877-1879; de 1915; de 1934-1936 e de 1979-1985, devastando contingentes populacionais do semiárido, sejam humanos, da flora ou da fauna, imprimindo, assim, um cenário de desolação. Nesses termos, mesmo diante de eloquentes críticas voltadas ao abandono do sertão nordestino, como por exemplo na obra *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, somente, em 1980, conforme o professor da UFRN, Roberto da Silva (2003), surgiram as primeiras pesquisas destinadas à área de sequeiro, com foco na necessidade de se conviver com a seca, mediante o desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao homem do semiárido.

No que concerne à obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, tratar-se-á especificamente da seca de 1915, apesar de que a miséria ali retratada transcende a outros períodos de estiagem, nos quais são carregados de condições degradantes, perpassando a ideia de que o sertão é sempre inóspito, evocando, dessa maneira, sentimentos topofóbicos em torno desse ambiente como atestam os trechos que se seguem:

Estrada vermelha e pedregosa, orlada pela galharia negra da caatinga morta; Folhas secas no chão que estalavam como papel queimado; Verde, na monotonia cinzenta da paisagem, só algum juazeiro ainda escapou à devastação da rama; E o chão, que em outro tempo a sombra cobria, era uma confusão desolada de galhos secos (QUEIROZ, 2012, p. 15).

Entretanto, em meio às chuvas, essa paisagem se transforma, cedendo espaço a um sentimento topofílico, trazendo esperança e novo vigor aos sertanejos conforme indicam os excertos a seguir: “Enfim caiu a primeira chuva de dezembro” (QUEIROZ, 2012, p. 73); “O pasto se enramava, e uma pelúcia, verde e macia, se estendia no chão até perder de vista. A caatinga despontava toda em grelos verdes, pauis esverdeados” (QUEIROZ, 2012, p. 78); “E tudo era verde, e até no céu, periquitos verdes esvoaçavam gritando. O borralho cinzento do verão vestira-se todo de esperança” (QUEIROZ, 2012, p. 79).

De maneira análoga, a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, também apresenta essa dupla fitofisionomia da caatinga: ora despertando emoções topofóbicas em meio a longas épocas de estiagem – ambiente adverso; ora suscitando uma subjetividade topofílica em razão de tempos mais amenos e chuvosos conforme reverberam os fragmentos seguintes:

Se a seca chegasse, não ficaria planta verde. Arrepiou-se. Chegaria, naturalmente. Sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera — anos bons misturados com anos ruins. A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto. Nem valia a pena trabalhar - ela se avizinando a galope, com vontade de matá-lo (RAMOS, 2013, p. 10-11).

Em se tratando de *Asa Branca*, cantada por Luiz Gonzaga, observa-se, explicitamente, essa dualidade do sertão: topofobia / topofilia na relação com o lugar habitado como se pode identificar nas seguintes estrofes:

Que braseiro, que fornaia'
 Nenhum pé de prantação'
 Por farta' d'água perdi meu gado
 Morreu de sede meu alazão
 Por farta' d'água perdi meu gado
 Morreu de sede meu alazão.

Hoje longe, muitas légua
 Numa triste solidão
 Espero a chuva cair de novo
 Pra mim vortar' pro meu sertão
 Espero a chuva cair de novo
 Pra mim vortar' pro meu sertão

(GONZAGA & TEIXEIRA, 1947).

Abandonados pelo Poder Público, os sertanejos das obras em questão, imersos na miséria em virtude da seca, refugiavam-se na espiritualidade como expõem os trechos a seguir: “Depois de se benzer e de beijar duas vezes a medalhinha de São José, dona Inácia suplicou: ó castíssimo esposo da Virgem Maria, mandai chuva, é o que rogamos. Amém” (QUEIROZ, 2012, p. 12); “Sinhá Vitória benzia-se tremendo, manejava o rosário, mexia os beijos rezando rezas desesperadas”; “E Fabiano resistia, pedindo a Deus um milagre” (RAMOS, 2013, p. 38); “Quando ‘oiei’ a terra ardendo / Qual fogueira de São João / Eu perguntei’ a Deus do céu, uai / Por que tamanha judiação? Eu perguntei’ a Deus do céu, uai / Por que tamanha judiação?” (GONZAGA & TEIXEIRA 1947).

Para Silva Júnior (2009), historicamente, o sertanejo sobreviveu em resignação aos ditames de Deus na sua penúria cotidiana, em face das sucessivas secas. Nesse contexto, a fé, para Freud (1939), configura-se como uma *pulsão de vida*, propiciando ânimo e esperança ao sertanejo e isso o impulsiona à superação das adversidades ambientais e econômicas, como a estiagem e a pobreza.

Sob outra perspectiva, pondera-se que os artistas e a mídia de um modo geral reproduziam a visão de que a seca é produto da vontade de Deus, impregnando de fanatismo um problema que decorre de questões éticas e políticas. Esse discurso serviu, portanto, por muitas décadas, para camuflar as intenções políticas de manutenção desse cenário funesto, a fim de que oligarquias permanecessem no poder, em troca de pequenos favores aos sertanejos, sendo implantada uma perspectiva de combate à seca e não a abordagem da convivência com o semiárido.

Segundo Silva (2003), não se trata apenas de programas emergenciais e de ações de combate à pobreza. Faz-se necessária a sustentabilidade com base na convivência, o que implica e requer políticas públicas permanentes e apropriadas que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais, sendo imperativo romper com as estruturas de concentração da terra, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos.

Desse modo, faz-se imperioso um planejamento governamental adequado para a convivência com o semiárido, a fim de evitar o drama de grupos humanos que dependem da terra para sobreviver. Outrossim, essa realidade degradante do sertanejo ficou patente nas obras *O Quinze*, *Vidas Secas* e *Asa Branca*. Isso foi possível, em razão do cunho crítico-literário dos respectivos artistas que denunciaram o contexto deplorável dos retirantes que migravam para solos distantes em busca de melhores condições de vida.

Posto isso, de acordo com Martins (2006), a imagem hegemônica do sertão é a de uma caatinga morta e, permanentemente, sem vida como se, no semiárido nordestino, não houvesse potencial econômico e socioambiental e, assim, o sertanejo estivesse sempre fadado

a um lugar de miséria e desolação. Essa visão de topofobia no que se refere ao sertão deve ser desconstruída por novas relações afetivas e, portanto, topofílicas. Nesse sentido, a arte (romance, canção) pode ser um instrumento de reflexão a possíveis mudanças de mentalidade quanto ao potencial socioeconômico, cultural, simbólico e ambiental da caatinga.

Ademais, pondera-se que essa dicotomia superior / inferior, segundo Mignolo (2010), representa um legado da colonialidade do poder, do saber e do ser. Analogamente, consoante Martins (2006), essa herança cultural, em que se privilegia o sul/sudeste em detrimento do norte/nordeste e a capital em detrimento do interior, pode ser corroborada quando se lança o olhar para o sertanejo que, ainda hoje, é visto de maneira depreciativa.

Na obra *O Quinze*, percebe-se claramente a colonialidade (do poder, do saber e do ser) estampada nas dicotomias: conhecimento científico e saber popular; pessoa da capital e indivíduo do interior; superior / inferior conforme sugerem os seguintes excertos: “Todo o dia a cavalo, trabalhando, alegre e dedicado, Vicente sempre fora assim, amigo do mato, do sertão, de tudo o que era inculto e rude. Sempre o conheceu querendo ser vaqueiro, apesar do desgosto que com isso sentia a gente dele” (QUEIROZ, 2012, p. 16). “A pobre senhora sentiu os olhos cheios de lágrimas, e ficou chorando pelo filho tão bonito, tão forte, que não se envergonhava da diferença que fazia do irmão doutor que morava na capital e teimava em não querer ser gente” (QUEIROZ, 2012, p. 17).

Esses fragmentos reverberam a colonialidade do poder, do saber e do ser. Logo, a mãe de Vicente reproduz o preconceito social voltado ao próprio filho, um sertanejo que representa o pobre, o inculto e o inferior, um grupo social ao qual a elite é indiferente e procura manter distância para reforçar a sua superioridade. Segundo Grosfoguel (2008), a cultura colonial dicotômica superior/inferior; letrado/inculto permanece entranhada na sociedade e, por conseguinte, é replicada nas interações humanas, com vistas a consolidar exclusões e subalternidades.

Em contrapartida, Santos (2007) advoga que os conhecimentos populares configuram-se como uma ecologia de saberes que tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do científico. De modo semelhante, os saberes, provenientes dos sertanejos sem escolarização, não devem ser descartados ou menosprezados, mas valorizados como uma das maneiras de interpretar a natureza e o seu entorno.

Nesse panorama, enquadra-se Luiz Gonzaga, quando compôs, em parceria com Humberto Teixeira, a letra da música *Asa Branca*. Vale ressaltar que, como afirma Preti (2004), a letra do hino do sertão apresenta marcas diastráticas (*Inté, Entonce*), ou seja, um nível de linguagem representativo da variação social (culto / popular) como sinaliza a seguinte estrofe:

Inté' mesmo a asa branca
 Bateu asas do sertão
 Entonce' eu disse: adeus, Rosinha
 Guarda contigo meu coração
 Entonce' eu disse: adeus, Rosinha
 Guarda contigo meu coração

(GONZAGA & TEIXEIRA, 1947).

Entretanto, a sua poesia e, portanto, a literariedade dos versos são preponderantes na análise dessa obra, apresentando características atemporais e estéticas que colocam o célebre artista no patamar de *Rei do Baião*. Tal homenagem suscita o reconhecimento da arte popular, a qual emana mensagens poéticas que sensibilizam sucessivas gerações, construindo, assim, um público apreciador que se renova continuamente.

Em contraponto, o preconceito (linguístico e social) é pulsante nas relações de poder que envolvem os artistas mais ou menos prestigiados, segregando-os em dois grupos distintos: os que fazem parte da cultura clássica, erudita e, reconhecidamente, superior e os que se enquadram na arte popular, menos privilegiada e inferior aos chamados cânones.

Tal conjuntura é o resultado de uma herança cultural eurocêntrica, fruto do processo de colonização brasileira que, mesmo sendo extinto em 1822 com a independência do país, ainda permanecem as neocolonizações do poder, do saber e do ser, subjugando, assim, os grupos invisibilizados socioeconomicamente. De acordo com Santos (2007), esse legado da colonização europeia divide povos e nações, emergindo dicotomias, como: civilizado / primitivo; desenvolvido / subdesenvolvido; superior / inferior; culto / popular.

Conforme Santos (2007), o pensamento moderno ocidental é abissal, uma vez que foi construído com base nas linhas cartográficas que demarcavam o território em Velho e Novo Mundo. Desse modo, na visão eurocêntrica, existe *este lado da linha* que centraliza o conhecimento científico e *o outro lado da linha* que fica excluído do acesso ao conhecimento historicamente construído. Daí, a partilha de saberes, igualmente válidos, deve integrar as diversas culturas, socializando os conhecimentos acumulados diacronicamente, a fim de que todos os grupos humanos (artistas clássicos e populares) sejam beneficiados e reconhecidos socialmente.

Para Martins (2006), é preciso contextualizar e descolonizar, para que o sertão e os saberes do sertanejo sejam reconhecidos e valorizados, uma vez que se faz necessário desconstruir o pedantismo europeu da elite brasileira que foi herdado pela cultura colonial do país, cujo conhecimento é visto como o único produto que deve conduzir as relações sociais, tendo, pois, um lugar de destaque em detrimento dos demais saberes que são estigmatizados como inválidos, a saber: os oriundos das classes populares.

Ressalta-se, também, que, conforme Martins (2006), isso é perpassado pelo conhecimento hegemônico, localizado no Sul/Sudeste, onde se instala, majoritariamente, a indústria editorial e midiática que exerce, portanto, forte influência na formação de opiniões e *verdades* na federação.

Considerando essa assertiva, desconstruir uma imagem errônea do sertão e do sertanejo é um árduo empreendimento que deve ser planejado e executado pelas forças coletivas decoloniais (artistas, intelectuais, jornalistas e as próprias organizações do semiárido nordestino). Assim, tais grupos, engajados socialmente, devem abraçar a luta pela descolonização da caatinga e dos sertanejos que, historicamente, permaneceram em uma condição de subalternidade.

Revisitando a obra *Asa Branca*, pondera-se que, conforme Vieira (2000), a canção faz alusão ao desejo de volta (*adeus, Rosinha / Guarda contigo meu coração*), visto que o eu-lírico sente-se amargurado em sair do sertão (expulso em decorrência da seca e da omissão do Poder Público), um lugar que lhe desperta emoções topofílicas e onde vão ficar seus sentimentos mais profundos, como o amor à família e às memórias afetivas. Ao mesmo tempo, reaparece a evocação da saudade e de um possível retorno às origens e essa subjetividade lhe serve de esperança e fé na chegada da chuva e, assim, ter condições de trabalhar na sua terra.

Dessa forma, o êxodo rural é um problema que, ainda hoje, aflige o sertanejo que, muitas vezes, é expulso de sua terra natal, em virtude da instauração da miséria absoluta em épocas de longas estiagens e em decorrência de políticas equivocadas que são implementadas nessa região.

Para Sales e Oliveira (2019), o fluxo migratório de nordestinos (como refugiados ambientais), em razão das secas, ocorreu de duas formas principais: os que foram deslocados temporariamente e regressaram ao sertão como foram os casos do eu-lírico da canção *Asa Branca* (*Espero a chuva cair de novo / Pra mim voltar' pro meu sertão*) e da personagem

Mãe Nácia da obra *O Quinze*: “Desde as primeiras chuvas, dona Inácia iniciou seus preparativos de viagem. Desejava ir embora o mais depressa possível. Enfim! Voltava ao Logradouro” (QUEIROZ, 2012, p. 75); e a outra forma sucedeu a partir do deslocamento daqueles que partiram do campo em busca de melhores condições de vida, mas não tinham uma situação financeira favorável para retornar a sua terra natal em época de chuva como se observa no exemplo do retirante *Chico Bento e sua família*: “— Mas, Chico, eu tenho tanta pena da minha barraquinha! Onde é que a gente vai viver, por esse mundão de meu Deus?” (QUEIROZ, 2012, p. 21), além de *Fabiano, sinhá Vitória, o menino mais novo, o menino mais velho e a cachorra Baleia*, da obra *Vidas Secas*:

Antigamente os homens tinham fugido à toa, cansados e famintos. Sinhá Vitória, com o filho mais novo escanchado no quarto, equilibrava o baú de folha na cabeça; Fabiano levava no ombro a espingarda de pederneira; Baleia mostrava as costelas através do pelo escasso. Ele, o menino mais velho, caíra no chão que lhe torrava os pés. (RAMOS, 2013, p. 22).

E essa segunda possibilidade de fluxo migratório (com a inviabilidade de regresso ao sertão) é a mais trágica conforme se pode atestar nos fragmentos a seguir: “Debaixo de um juazeiro grande, todo um bando de retirantes se arranchara” (QUEIROZ, 2012, p. 27); “De tarde, quando caminhavam com muita fome” (QUEIROZ, 2012, p. 34); “Sombras vencidas pela miséria e pelo desespero que arrastavam passos inconscientes, na derradeira embriaguez da fome” (QUEIROZ, 2012, p. 42). Outrossim, por mais que fugissem da miséria, os retirantes, sejam os retratados em *O Quinze* ou *Vidas Secas*, só encontravam fome pelo caminho, em virtude da ausência de políticas públicas para a convivência com o semiárido. Sendo assim, a passagem descrita apresenta um caráter dramático, expressando a decrepitude do sertanejo em meio a um ambiente inóspito e desprezado.

Tais contextos, expostos pelos romances regionalistas *O Quinze* e *Vidas Secas*, além do êxodo rural também explicitado na canção *Asa Branca*, decorriam de uma política centralizadora na qual os recursos federais, destinados para o eixo São Paulo-Minas Gerais, desenvolviam as regiões Sudeste e Sul e desprezavam o Norte e o Nordeste, cujos miseráveis, sem o amparo do Estado e da sociedade, pereciam à margem da República do Café-com-Leite. Segundo o historiador Boris Fausto (2013), essa República oligárquica vigorou entre os anos de 1898 e 1930, cuja administração girava em torno dos interesses dos paulistas e mineiros. Entretanto, esse abandono às regiões Norte e Nordeste não cessou com o término da Política do Café-com-Leite, permanecendo, assim, a carência dos grupos humanos que lá habitam.

Nessa tônica, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Luiz Gonzaga denunciaram, através de suas obras, as reduzidas e ineficazes políticas públicas destinadas ao semiárido, marcado pelas consequências dos longos períodos de estiagem. Nessa direção, a Ecocrítica, interlocução Arte-Ecologia, abre um rico espaço à interpretação da realidade histórica e contemporânea, servindo, assim, como um mecanismo interdisciplinar de análise das relações homem-ambiente.

Revisitando a obra *Vidas Secas*, assinala-se que o seu enredo é carregado de nuances e resquícios da colonialidade do poder, do saber e do ser como expressam os fragmentos que se seguem: “Fabiano dava-se bem com a ignorância. Tinha o direito de saber? Tinha? Não tinha”; “Se aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender mais, e nunca ficaria satisfeito” (RAMOS, 2013, p. 10); “Tinha um vocabulário quase tão minguado como o do papagaio que morrera no tempo da seca. Valia-se, pois, de exclamações e de gestos” (RAMOS, 2013, p. 21).

Essas reflexões e indagações remetem ao poder da palavra (da linguagem) e da educação, privilégios da classe dominante. Desse modo, quem domina as palavras e as utiliza num contexto adequado tem maiores chances de ser compreendido e aceito na sociedade, além, é claro, de exercer domínio sobre o outro, caso tenha menor ou nenhuma instrução como se constitui o caso dos retirantes do início do século XX que eram, em contingência, analfabetos conforme apregoa Marcelo Souza (1999).

Segundo o educador Paulo Freire (2002), a ausência de conhecimentos, advindos da escolarização, representa mais uma ferramenta de dominação e opressão, excluindo, assim, grupos invisíveis, como os sertanejos, do acesso à ciência e à tecnologia. Tal contexto excludente impossibilita que esses grupos se emancipem e se insiram num processo de transformação social. Desse modo, uma educação transformadora, sinalizada por Freire (2002), configura-se como um movimento decolonial que, consoante Colaço (2012), é uma luta contínua, com vistas à superação do poder da colonização que excluiu e segregou grupos minoritários durante sucessivos séculos, surgindo, assim, neocolonizações que necessitam de um discurso e de uma prática permanente de resistência às forças hegemônicas.

Como presença da colonialidade do poder nas relações humanas, *Vidas Secas* apresenta tal opressão na hierarquia patrão e empregado como apontam os excertos a seguir:

O patrão atual quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim. O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, e Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Mentalmente jurava não emendar nada, porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono” (RAMOS, 2013, p. 10).

Nessa perspectiva, os efeitos do capitalismo e da colonialidade (do poder, do saber e do ser) são tão intensos que o próprio oprimido, segundo Marx (2013), vê-se como inferior e, assim, internaliza um comportamento de subalternidade como confirmam as passagens a seguir: “Comparando-se aos tipos da cidade, Fabiano reconhecia-se inferior. Por isso, desconfiava que os outros mangavam dele. Fazia-se carrancudo e evitava conversas. Só lhe falavam com o fim de tirar-lhe qualquer coisa” (RAMOS, 2013, p. 27).

Portanto, essa percepção depreciativa que a classe dominada tem de si mesma é fruto de uma construção histórico-cultural, empreendida pelo legado das forças colonizatórias que se reproduzem e se consolidam no imaginário dos indivíduos e nas relações sociais que são desenvolvidas cotidianamente no sistema capitalista, justificando, assim, a exploração e a dominação.

Por fim, cabe pontuar que a arte, em suas múltiplas formas e mais notadamente na Literatura e na Canção, revela-se como uma epistemologia interdisciplinar e transdisciplinar. Sendo assim, as manifestações artísticas se tornam capazes de descortinar *verdades* que permaneceram veladas diacronicamente e se lançam ao imaginário do público receptor como uma profunda ferramenta a descobertas e a apropriações de novos conhecimentos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, destaca-se que existe a ambivalência topofóbica/topofílica na representação da Ecologia do Sertão, com base na análise e interpretação das obras *O Quinze*, *Vidas Secas* e *Asa Branca*. Outrossim, verifica-se que são despertadas emoções topofóbicas num ambiente adverso, marcado por longos períodos de estiagem, e uma relação afetiva topofílica, quando em tempos de chuva.

Sob esse viés, embora as relações de repulsa ou apego ao ambiente físico sejam conflitantes, nenhuma delas pode ser velada historicamente no tocante às representações do sertão e do sertanejo. Nesse contexto, a topofilia precisa ganhar impulso no cenário acadêmico, artístico, midiático e político, com vistas a desconstruir uma imagem exclusivamente topofóbica acerca do sertão e do sertanejo que foi disseminada, diacronicamente, nos meios de comunicação de massa e consolidada por um grupo prestigiado de cientistas, artistas e políticos, o que mascarou a real face da caatinga: ora seca e inóspita; ora verde e de rica biodiversidade.

Partindo dessa premissa, a imagem topofílica pode e deve ser fomentada pelas políticas públicas de desenvolvimento do semiárido, além da necessidade de difusão do potencial dessa região na mídia televisiva e nas redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp. Ademais, essa temática pode ser incitada pela publicação de obras literárias, como romances e canções, além de publicações científicas, como artigos e ensaios, bem como de matérias afins na mídia impressa e por meio do incentivo à produção de diversas manifestações artísticas que contemplem essa bandeira, ganhando, assim, visibilidade nacional e internacional, com o propósito de desconstruir as visões meramente deterministas e topofóbicas do sertão e do sertanejo brasileiro.

Cabe assinalar, ainda, que a Ecologia do Sertanejo veio à tona mediante as contribuições da Ecocrítica (interlocução entre Arte e Ecologia), aliadas aos conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser, cuja representação do sertanejo se dá em meio à divisão de classe social e às consequentes dicotomias: superior / inferior; dominante / dominado; opressor / oprimido.

Por conseguinte, é recomendável que a decolonialidade ganhe fôlego no contexto artístico-literário, técnico-científico e nos debates sociais e políticos, com o intuito de que uma cultura e uma consciência emancipatória sejam desenvolvidas no sertão brasileiro, a fim de desconstruir relações opressoras que levam à dominação dos sertanejos, considerados, muitas vezes, como ilegítimos e, portanto, excluídos de direitos, sendo somente passíveis de exploração para atender a elite, reforçando, assim, a hegemonia e a autoridade desse grupo social.

REFERÊNCIAS

BEGOSSI, Alpina. Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Revista Interciência**, Caracas, v. 18, n. 3, p. 121-123, 1993.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antonio. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CARVALHO, Anna Christina de Farias. Ecocrítica no Cordel “O Clamor do Meio Ambiente”, de Abraão Batista. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, ID on line, v. 11, n. 34, p. 124-138, 2017.

COLAÇO, Thaís. Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

COUTINHO, Afrânio. **As formas da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bloch, 1984.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, S.A, 2002.
- FREUD, Sigmund. **Moisés e o monoteísmo**. Rio de Janeiro: Imago, ESB, 23, 1939.
- GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 2006.
- GLOTFELTY, Cheryll. Introduction-literary studies in an age of environmental crisis. *In*: GLOTFELTY, C.; FROMM, Harold (eds.). **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology**. Athens / London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. XV-XXXVII.
- GROSGOUEL, Ramón. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. **Tabula Rasa**, n.8, p. 243-282, 2008.
- MARTINS, Josemar da Silva. **Tecendo a rede: notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semi-Árido Brasileiro e outras excedências 2006**. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, Tradução de Rubens Enderle, 2013.
- MIGNOLO, Walter. **Aiethesis Decolonial**. Calle 14, v. 4, n. 4, p. 10-25, enero/junio., 2010.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes/Unicamp, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2006.
- PRETI, Dino. **Estudos de Língua Oral e Escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- QUEIROZ, Rachel. de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.
- SALES, Aklla Guimarães; OLIVEIRA, Raul Miguel Freitas de. Proteção internacional aos refugiados ambientais. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 18-34, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v. 78, número não temático, p. 3-46, out. 2007.
- SCOVILLE, André Luiz Martins Lopes de. **Literatura das Secas: Ficção e História**. 240 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dec, 2003.
- SILVA JUNIOR, Agenor Soares. Homo Religiosus na formação do semiárido cearense. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, Sobral, v. 6, n. 11, p. 125-143, 2009.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 169-186, 1999.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanista. *In*: CRISTOFOLETI, Antonio (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL 1982, p. 165-193.

VIEIRA, Sulamita. **O Sertão em Movimento**: A Dinâmica da Produção Cultural. São Paulo: Annablume, 2000.

Recebido em 25 de outubro de 2021.
Aprovado em 08 de fevereiro de 2022.

v. 18 n. tematico (2022): OS ESPAÇOS NA LITERATURA: espacialidade e cronotopia nas narrativas ficcionais

A INTERCULTURALIDADE COMO ELEMENTO (DE) COLONIAL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES HOMEM-AMBIENTE A PARTIR DAS OBRAS *O SERTANEJO, O QUINZE E VIDAS SECAS*

THE INTERCULTURALITY AS A COLONIAL (DE) ELEMENT: AN ANALYSIS OF MAN-ENVIRONMENT RELATIONS FROM THE WORKS O SERTANEJO, O QUINZE AND VIDAS SECAS

Elisângela Campos Damasceno Sarmiento Instituto Federal do Piauí, Paulistana, PI, Brasil, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH – UNEB, Juazeiro, BA, Brasil, elisceno@ifpi.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3002-1120>

Geraldo Jorge Barbosa de Moura Univ. Federal Rural de Pernambuco / Inst. da Sociedade Psicanalítica do Recife, Recife, PE, Brasil, Professor do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH – UNEB, Juazeiro, BA, Brasil, geraldo.jbmoura@ufrpe.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7241-7524>

RESUMO:

As obras literárias *O Sertanejo* (2002) [1875], de José de Alencar, *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas* (2013) [1938], de Graciliano Ramos, representam um fértil arcabouço à análise do discurso. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo precípua investigar, através do método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Ecocrítica - que estuda as inter-relações entre a Literatura e a Ecologia -, as relações ser humano-ambiente a partir das referidas obras e dos conceitos da (de) colonialidade e interculturalidade. Diante disso, os discursos presentes nas obras em questão demonstram que tais conceitos estão imbricados nas relações homem (sertanejo) - ambiente (sertão). Logo, a Ecocrítica caracteriza-se como um subsídio inter e transdisciplinar a ser explorado, representando, assim, um considerável elemento à reflexão das relações do homem com o ambiente natural e sociocultural.

Palavras-chave: Ecocrítica. Sertanejo. Sertão.

ABSTRACT:

The literary works *O Sertanejo* (2002) [1875], by José de Alencar, *O Quinze* (2012) [1930], by Rachel de Queiroz, and *Vidas Secas* (2013) [1938], by Graciliano Ramos, represent a fertile framework for discourse analysis. Thus, this research has as main objective to investigate, from the method of French Discourse Analysis and the Ecocritical perspective - which studies the interrelationships between Literature and Ecology -, the human being-environment relations from the mentioned works and the concepts of (de)coloniality and interculturality. In view of this, the discourses present in the works in question demonstrate that such concepts are intertwined in the man (countryside) - environment (backwoods) relationships. Therefore, Ecocriticism is characterized as an inter and transdisciplinary subsidy to be explored, thus representing a considerable element in the reflection of man's relations with the natural and sociocultural environment.

KEYWORDS: Ecocriticism. Countryside. Backwoods.

Introdução

Inicialmente, pontua-se que a interculturalidade, segundo Azibei (2003, p. 190), configura-se como uma articulação entre as diversas culturas, sem classificações ou julgamentos, e pretende ser um substrato à superação da dicotomia (superior/inferior) nas relações sociais. Outrossim, tal conceito busca perpassar a ideia de coexistência, reciprocidade e, portanto, de aceitação do outro e respeito ao próximo.

Dessa forma, a decolonialidade, conforme Colaço (2012, p. 21), mantém um vínculo bem próximo à interculturalidade, visto que tal movimento de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser visa eliminar a herança cultural eurocêntrica de dominação e exploração dos povos que foram colonizados, todavia ainda permanecem, nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais, tais legados que são decorrentes dos processos de neocolonizações.

Para discutir essas questões, a Ecocrítica é de suma relevância, posto que congrega elementos da ecologia, da crítica e da literatura, com vistas a uma análise do fenômeno humano na relação com o ambiente. Nesse contexto, Feldman (2015, p. 14) afirma que a Ecocrítica visa ao estudo da correlação entre a Ecologia e as Artes (em especial, a Literatura), apresentando, assim, como elo interdisciplinar, o enredo de obras que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Outrossim, considerando esse “mundo” de relações que a Ecocrítica possibilita, via Literatura, vale esclarecer que, nas obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, evidenciam-se questões históricas, socioeconômicas e culturais que estão atreladas ao processo de colonização brasileira e às

neocolonizações, bem como a uma resistência a essas visões, eclodindo, respectivamente, os conceitos de colonialidade e decolonialidade.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar as relações ser humano-ambiente a partir das referidas obras e dos conceitos da (de) colonialidade e interculturalidade. Ressalta-se, ainda, que a presente pesquisa parte da hipótese de que os discursos dos personagens evidenciam correlações inter e transdisciplinares na imbricação do ser humano (sertanejo) com o ambiente (sertão), dialogando, assim, com os conceitos (de) colonialidade e interculturalidade, sendo, pois, ricos elementos à melhor compreensão da Ecologia Humana.

Material e métodos

Considerando os elementos supracitados que contextualizam o presente estudo, salienta-se que esta pesquisa está calcada nas obras literárias *O Sertanejo* (2002) [1875], *O Quinze* (2012) [1930] e *Vidas Secas* (2013) [1938] na interface com a Ecocrítica, a Interculturalidade e a (De) colonialidade.

Com vistas a realizar esta pesquisa, adotou-se o método da Análise do Discurso de Linha Francesa que, segundo Michel Pêcheux (2006, p. 13), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Isso posto, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido. Dessarte, Eni Orlandi (2012, p. 20) reverbera a Análise do Discurso de Linha Francesa na qual considera as condições de produção em que as obras foram escritas, o contexto histórico-social do país e as histórias de vida dos autores, destacando, pois, essas características como muito relevantes para a análise deste estudo, visto que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso dos personagens das obras em exame.

Nesse sentido, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que se refere aos sujeitos que enunciam – José de Alencar, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos – e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada aos autores e ao período histórico em que se inserem as obras em apreço, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelo sujeito que fala no texto consoante os estudos de Pêcheux (2006, p. 13).

Somado a isso, destaca-se que foi adotada a perspectiva ecocrítica como mais um mecanismo de análise do discurso, tendo em vista que, conforme Feldman (2015, p. 14), as relações entre Literatura e Ecologia são bastante relevantes para uma criteriosa e abrangente

investigação em torno das relações ser humano-ambiente, levando em conta o universo interdisciplinar que permeia a dinâmica da vida em sociedade na articulação com a cultura e a natureza.

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas diversas publicações, como artigos científicos, localizados em periódicos online e em anais de eventos, disponíveis eletronicamente, além de e-books, livros físicos e até consultas que foram realizadas em sites da internet no segundo semestre de 2021, favorecendo a construção de um diversificado arcabouço.

Resultados e discussão

Ecologia Humana e Interculturalidade: uma interface epistemológica

A cultura da essência humana passou por processos de influência da ciência clássica e de novos paradigmas, como o da interdisciplinaridade e do holismo. Na primeira visão, assinalam-se os pensamentos de Rousseau (1986, p. 10) e Durkheim (2001, p. 43). Para este, o homem nasce egoísta, só a sociedade, através da educação, pode torná-lo solidário; conforme aquele, o homem nasce bom, a sociedade que o corrompe.

De outra parte, considerando o paradigma da interdisciplinaridade e do holismo, vale mencionar que a natureza humana é integrada e não disjuntiva ou dicotômica: egoísta como em Durkheim (2001, p. 43) ou boa como Rousseau (1986, p. 10). Sobre isso, Freud (1915a, p. 195; 1915b, p. 135) defende que o homem é permeado por pulsões (de vida e de morte) que não são antagônicas, mas coexistem e se complementam. E essa dualidade faculta ao ser humano lidar com as diversas facetas da vida.

Desse modo, é preciso romper com visões polarizadas, uma vez que considerar o homem bom, conforme Rousseau (1986, p. 10), ou ruim, segundo Durkheim (2001, p. 43), reduz e fragmenta o homem, quando, na verdade, ele é um ser integral, que congrega características positivas e negativas, buscando uma unidade nas dualidades aparentemente antagônicas, mas que coexistem e sugerem uma imbricação profunda, abrangente e complexa.

Relativamente à Ecologia Humana, destaca-se que essa ciência representa uma visão sistêmica de ser e estar no mundo a qual não se configura de modo isolado, mas solidário e integrado. Partindo dessa premissa, as relações ser humano-ambiente transcendem a percepção unívoca construída pela ciência clássica e passa a dialogar com diversos saberes numa inter-relação que se complementa e se amplifica, seguindo o paradigma interdisciplinar.

Desse modo, a interculturalidade também se insere nesse universo epistemológico, uma vez que ambas suscitam uma perspectiva ontológica, holística em que todas as culturas e saberes alcançam uma equidade de importância, sem hierarquizações ou dicotomias. Nesse panorama, tanto a interculturalidade como a Ecologia Humana perpassam um viés de integração, visto que o isolamento e o etnocentrismo provocam fragmentações, separando o todo em partes aparentemente inconciliáveis, propiciando, assim, segregações inférteis.

Nesse panorama, ressalta-se que, consoante Marques (2014, p. 19), a Ecologia Humana é a mais interdisciplinar e adisciplinar das ciências que estudam o fenômeno humano. Daí, infere-se que a Ecologia Humana é múltipla que dialoga com diversos saberes e áreas do conhecimento (Sociologia, Filosofia, Antropologia, Geografia, História, Literatura, Psicanálise), com vistas a (re) descobrir as relações ser humano-ambiente na pluralidade de respostas, entremeadas por conhecimentos vários que se imbricam e se tornam complexos numa profunda abrangência que melhor explica tais relações.

Outrossim, a interculturalidade, segundo Azibeiro (2003, p. 195), busca relações heterogêneas e plurais entre as culturas, a fim de enriquecê-las e uni-las em um todo epistêmico que se amplia e se reconhece como indispensável a uma ética planetária. Essa ética não prevê exclusões e posturas etnocêntricas que colocam povos e nações em situação de inferioridade, invisibilidade e silenciamento, mas busca promover a igualdade da espécie humana, respeitando a diversidade cultural e a pluralidade de saberes.

Nesse caminho, a Ecologia Humana e a interculturalidade representam revoluções científicas que pretendem ser uma alternativa à superação do paradigma clássico que se encontra em crise, pois propõe dicotomias (conhecimento científico / senso comum; superior / inferior; teoria / prática) que carecem de desconstrução para dar lugar a relações integradas, que visem unir as partes ao todo, sem hierarquizações e preconceitos.

Concomitantemente, para Juan Tapia (1993, p. 16), a Ecologia Humana pode ser definida como uma ética para a vida, e a interculturalidade também segue essa direção, visto que prega e pratica uma relação de aceitação e aprendizagem mútua entre as culturas. Ademais, Begossi (1993, p. 21) destaca que a Ecologia Humana não é uma das ramificações da Ecologia em si, ela transcende essa ciência por se articular com inúmeros campos do saber, inclusive a Antropologia quando discute a interculturalidade.

Posto isso, assinala-se que a Ecologia Humana, segundo Pires e Craveiro (2014, p. 67), é a mais social das ciências sociais, pois dialoga com inúmeras outras ciências e também representa um paradigma científico que deverá conduzir os estudos de todos os campos do saber, visto que a fragmentação cartesiana não responde à complexidade das relações

humanas na contemporaneidade. Ademais, tal herança positivista que se fundamenta nas dicotomias teoria/prática; conhecimento científico/saberes populares não se sustenta numa sociedade multicultural, já que imprime um tom de superioridade aos primeiros (teoria, conhecimento científico), considerando os últimos (prática e saberes populares) como ilegítimos e inferiores.

Nessa tônica, faz-se imperiosa uma epistemologia intercultural que reconheça todas as culturas como igualmente válidas para o desenvolvimento humano e social, além de favorecer a integração dos conhecimentos a partir de uma abordagem inter e transdisciplinar que una a teoria à prática, os conhecimentos locais e o senso comum à ciência. De maneira similar, a Ecologia Humana também se abre a um espaço de integração, investigando o homem e os outros seres, vivendo e convivendo numa relação dinâmica, sistêmica, inter e transdisciplinar que seja, ao mesmo tempo, física, cultural, psicológica e social numa imbricação significativa e abrangente que alie o todo às partes e as partes ao todo.

Outrossim, nesse cenário de análises interdisciplinares e transdisciplinares na interlocução ser humano-ambiente, vale ponderar que a Ecologia Humana e a interculturalidade são basilares para uma descolonização ou para empreender um movimento decolonial que possa dissolver as neocolonizações do poder, do saber e do ser, que consideram os povos colonizados como inferiores e assim passíveis de exploração.

Conforme Azibeiro (2003, p. 197), o reconhecimento das diferenças culturais faz com que estas não sejam entendidas como dados ou evidências que se manifestam naturalmente como antagonismos, mas como construções histórico-culturais decorrentes de relações de poder. Logo, com o intuito de dominação, os europeus da época colonial, adeptos da ciência clássica, trataram logo de classificar povos e culturas como superiores e inferiores; civilizados e primitivos.

Sendo assim, com vistas à superação da opressão e da subalternidade de culturas e grupos humanos, a interculturalidade e a Ecologia Humana são de grande importância, entendendo que hierarquizar é sinônimo de subjugação e negação das identidades. Desse modo, para a unidade que se constrói com integração e inclusão, faz-se necessária uma epistemologia intercultural e holística numa conjunção que incite as partes a se unirem ao todo, conservando as suas diversidades numa unidade integradora que rejeita segregações e exclusões.

Para Fleuri (2004, p. 15), o trabalho intercultural busca contribuir com a superação de atitudes de indiferença e intolerância frente ao outro, ao tempo em que também busca construir mecanismos positivos frente à pluralidade social e cultural. Dessarte, consoante o

autor, a interculturalidade trata de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos.

Para tanto, é preciso unir saberes e integrar as áreas do conhecimento, visto que uma única perspectiva epistemológica não é capaz de resolver problemas complexos. Nessa linha de raciocínio, visões simplistas e homogêneas tornam invisíveis as individualidades dos seres humanos que requerem um olhar plural e ontológico da Ecologia Humana e da Interculturalidade para a apreensão das múltiplas relações (ambientais, sociais, culturais, psicológicas e transcendentais).

Sendo assim, para Walsh (2001, p. 7), cada indivíduo é único no universo e apresenta peculiaridades que o distinguem entre si, embora com algumas características comuns. É, pois, o encantamento da raça humana que se caracteriza como uma e múltipla ao mesmo tempo, necessitando, assim, de uma visão intercultural que representa a ideia de soma, incorporação e agregação de novos conhecimentos numa construção epistemológica significativa, profunda e abrangente.

O legado colonial no sertão nordestino: um pilar controverso à Ecologia Humana e à interculturalidade

Inicialmente, vale destacar que a obra *O Sertanejo*, de José de Alencar, apresenta um enredo que se estrutura no século XIX e, numa transposição cronológica, ainda se faz presente na sociedade brasileira neocolonial, cujas marcas da colonização do poder, do saber e do ser permanecem no imaginário do homem e nas práticas sociais em que ele se integra cotidianamente.

Nesse sentido, Alencar evidencia, categoricamente, os vestígios da colonização do poder político e econômico, ilustrados pelo “capitão-mor Gonçalo Pires Campelo”, cujo nome era sinônimo de estremecimento no sertão cearense, gerando medo e pavor aos seus subalternos, que, para ele, eram todos aqueles que moravam em Quixeramobim-CE.

Essa constatação está indicada nos seguintes fragmentos: “Todos os moradores de Quixeramobim, ele os considerava como seus vassalos” (ALENCAR, 2002, p. 262); “__ Como te chamas? Perguntou o fazendeiro. __ José Venâncio para respeitar e servir ao sr. capitão-mor”; “O matuto curvou de leve o joelho, fazendo submissa reverência ao capitão-mor que prosseguiu no meio da sua comitiva” (ALENCAR, 2002, p. 263).

No que concerne à obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, assinala-se, também, a colonialidade do poder, do saber e do ser, visto que uma representação frequente do sertanejo

é a de um vaqueiro rude e iletrado e que, portanto, não corresponde aos padrões almejados pela classe dominante. Isso é o que se observa nos trechos a seguir, quando a mãe de Vicente, abastada, lamenta por ele não ter seguido a carreira do irmão, de quem se orgulhava.

“Todo o dia a cavalo, trabalhando, alegre e dedicado, Vicente sempre fora assim, amigo do mato, do sertão, de tudo o que era inculto e rude. Sempre o conhecera querendo ser vaqueiro, apesar do desgosto que com isso sentia a gente dele” (QUEIROZ, 2012, p. 16). “A pobre senhora sentiu os olhos cheios de lágrimas, e ficou chorando pelo filho tão bonito, tão forte, que não se envergonhava da diferença que fazia do irmão doutor e teimava em não querer ser gente” (QUEIROZ, 2012, p. 17).

Esses trechos traduzem a colonialidade do poder, do saber e do ser. Portanto, a mãe de Vicente, D. Idalina, revela um preconceito destinado ao próprio filho que representa o inculto, o inferior, ou seja, um grupo social ao qual a elite é indiferente e procura manter distância para reforçar a sua superioridade. Segundo Grosfoguel (2008, p. 138), a cultura colonial dicotômica superior/inferior; letrado/inculto permanece entranhada na sociedade e é reproduzida nas interações humanas, com vistas a consolidar exclusões e subalternidades.

De acordo com Santos (2007, p. 21), os conhecimentos populares, sejam eles provenientes dos sertanejos ou de qualquer outro grupo invisível, configuram-se como uma ecologia de saberes que tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do científico. E, assim, a interculturalidade e o multiculturalismo devem ser reconhecidos como marcas do sincretismo cultural brasileiro.

Por outro lado, segundo Mignolo (2011, p. 15), deve-se ter cuidado com o termo multiculturalismo, visto que denota, muitas vezes, a existência de diversas culturas num dado lugar, todavia continuam os resquícios da divisão, permanecendo a ideia de que a cultura dos povos colonizados é inferior. No entanto, quanto à expressão interculturalidade, emergem-se a aceitação do outro e a escuta de sua cultura como igualmente importante, a fim de que se estabeleçam pontes entre os saberes de comunidades tradicionais e o conhecimento científico.

Relativamente à obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, são evidenciados personagens que suscitam a colonialidade do poder, do saber e do ser, tais como:

. O soldado amarelo: “O outro continuou a pisar com força. Fabiano impacientou-se e xingou. Aí o amarelo apitou e, em poucos minutos, o destacamento rodeava o jatobá. — Toca pra frente, berrou o cabo. Então por que um sem-vergonha se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia que era assim, acostumara-se a todas as injustiças” (RAMOS, 2013, p. 13);

. O fazendeiro: “O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor...” (RAMOS, 2013, p. 10);

. As pessoas da cidade: “Comparando-se aos tipos da cidade, Fabiano reconhecia-se inferior” (RAMOS, 2013, p. 27).

Segundo Quijano (1997, p. 56), a colonialidade do poder se estabelece numa relação vertical - entre dominadores e dominados – impregnada da suspeita dos últimos não possuírem, integralmente, humanidade como se pode observar no fragmento a seguir:

Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e, debruçando-se no chão, bebeu muito. Encheu a cuia, ergueu-se, afastou-se, lento, para não derramar a água salobra. Pôs a cuia no chão, escorou-a com pedras, matou a sede da família (RAMOS, 2013, p. 7).

Essa passagem explicita a vida subumana dos retirantes, submetidos a uma situação deletéria de sobrevivência que se assemelha à de bichos sem direitos e, portanto, sem valor. Para Mignolo (2010, p. 13), idealizar graus de humanidade conforme a classe socioeconômica concede à colonialidade do poder uma dimensão ontológica: a colonialidade do ser que se refere à experiência vivida de ser tomado como inferior.

Nesse ínterim, o personagem internaliza essa inferioridade: “— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta”; “E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra”; “— Você é um bicho, Fabiano” (RAMOS, 2013, p. 9). Outrossim, emerge-se a imagem de uma vida humana degradante a que Fabiano fora submetido, sendo explorado e aviltado por um sistema de colonialidade que retira a humanidade dos oprimidos. Daí, a relevância das perspectivas da Ecologia Humana e da interculturalidade como mecanismos de resistência dos povos invisibilizados, como os sertanejos.

Ademais, conforme Benedict (2013, p. 16), a cultura é uma lente através da qual o homem vê o mundo. Nesse cenário, em meio a uma cultura histórica eurocêntrica que fomenta exclusões e dicotomias, criam-se, nas relações sociais, a ideologia de superioridade e inferioridade. Desse modo, a Literatura, na representação da realidade, busca captar essas nuances hierarquizantes.

Relativamente à obra *O Sertanejo*, são assinalados os personagens: “capitão-mor Gonçalo Pires Campelo” e sua filha, “D. Flor” que representam a cultura eurocêntrica que subjuga aqueles que se encontram numa situação socioeconômica desfavorável conforme sinalizam os fragmentos: “Exerciam o direito de vida e de morte sobre seus vassallos, os quais eram todos quantos podia abranger o seu braço forte” (ALENCAR, 2002, p. 337); “Sua

senhora, não, tornou D. Flor com um tom glacial; não o sou; mas também, apesar de nos termos criado juntos, não sou sua igual” (ALENCAR, 2002, p. 385).

Dessa maneira, consoante Geertz (2008, p. 15), a cultura faz o homem. Sendo assim, o eurocentrismo faz com que homens e mulheres, como os personagens capitão-mor Gonçalo Pires Campelo” e sua filha, “D. Flor”, tenham atitudes etnocêntricas, considerando-se superiores mediante a dominação e a opressão, numa relação vertical que coloca, em condição de subalternidade, seres da mesma espécie.

Em se tratando da obra *O Quinze*, destacam-se os personagens: “Chico Bento e Cordulina” como representações do grupo dominado e oprimido pelas neocolonizações que se replicam contemporaneamente conforme pode ser reverberado na passagem a seguir:

Quando o bote encostou à escada, Conceição chamou: — Está na hora... Chico Bento estendeu-lhe a mão: — Adeus, comadre... Uma comoção profunda a punziu, ante aquela calma sofredora, suave, que escondia tanta reserva de resistência. Depois foi Cordulina. Numa efusão repentina abraçou a moça, beijando-lhe as mãos, articulando por entre o choro que à última hora irrompera: — Deus lhe pague! Nossa Senhora lhe proteja! E tenha sempre caridade com o pobre do meu filhinho! Cordulina rebocada pelo catraieiro que lhe gritava: — Vamos, dona, depressa! Olhe quando o bote encosta, para pular! E ela pulou, sem jeito, empurrada. Depois foi Chico Bento, numa agilidade inesperada, transpôs sozinho o espaço entre a escada e o bote. Lá de cima, a moça os ficou vendo ir, novamente agarrados, sempre fitando o mar, com os mesmos olhos de ansiedade e de assombro. Iam para o desconhecido, para um barracão de emigrantes, para uma escravidão de colonos... Conceição lentamente deu as costas, e enxugou os olhos molhados no lenço com que acenara para o mar. Um negro dos guindastes, que fumava, ao sol, olhou-a admirado, abanando a cabeça: — Tem gente pra tudo, neste mundo! Uma moça branca, tão bem pronta, chorar mode retirante! (QUEIROZ, 2012, p. 63-64).

Outrossim, essa herança cultural, aliada às neocolonizações, ainda permanece explícita nas relações sociais, evidenciando a visão etnocêntrica sob a égide da dicotomia superior/inferior, exaltando alguns indivíduos citadinos em detrimento daqueles que habitam áreas rurais, tornando-se, pois, invisíveis ou sem reconhecimento social e humano.

No que se refere à obra *Vidas Secas*, são evidenciados os personagens: “soldado amarelo”, “fazendeiro”, “pessoas da cidade” que representam a cultura eurocêntrica na expressão de suas linguagens e comportamentos; já o personagem “Fabiano” simboliza o oprimido, o subjugado nas relações cotidianas de poder.

Dessarte, a cultura da reprodução das injustiças sociais é histórica e, conforme Marx e Engels (2003, p. 35), a história de toda a sociedade é a da luta de classes. Isso posto, as relações sociais são verticalizadas e fundadas na noção de poder e na hierarquização de sujeitos, excluindo, assim, as existências daqueles que são classificados como inferiores. Outrossim, as relações de poder aprofundam, cada vez mais, o abismo social e separam os

indivíduos entre os que têm uma voz prescritiva e os sem voz ou aqueles que apenas obedecem.

Retomando a análise do discurso de “Fabiano”, em *Vidas Secas*, pode-se inferir que, segundo Laraia (1986, p. 7), o comportamento do indivíduo depende de um aprendizado que remete a uma união de processos, o que o autor denominou de endoculturação. Em outros termos, a perspectiva endocultural considera que o indivíduo sofre pressões do mundo exterior que são refletidas no mundo interior, fazendo, assim, com que “Fabiano” internalizasse a cultura de opressão e exploração, considerando-se um “tipo” inferior.

De modo análogo, há, explicitamente, a colonialidade do ser, uma vez que o próprio personagem oprimido (“Fabiano”) traz, no pensamento e dentro si, o reconhecimento da superioridade do opressor, reforçando o conceito de endoculturação, defendido por Laraia (1986, p. 9). Para além dessas questões, sublinha-se que a linguagem ou a comunicação consolida essas práticas culturais discriminatórias que estão arraigadas na América Latina.

Partindo da análise desse legado da cultura eurocêntrica, pode-se afirmar que a linguagem humana replica a sua cultura. Nesse contexto, os discursos produzidos pelos sujeitos / personagens são a representação real do que efetivamente ocorre nas relações sociais. Consoante Reis (2001, p. 23), há uma representação, quando ela não é entendida como representação, mas como o próprio objeto representado. Assim sendo, a Literatura, embora com um caráter ficcional que lhe é intrínseco, faz emergir uma interpretação verossímil da realidade mediante personagens que espelham o cotidiano.

A decolonialidade como elemento primordial à interculturalidade e à Ecologia Humana

A priori, pondera-se que, na obra *O Sertanejo*, de José de Alencar, desponta-se o protagonista “Arnaldo”, um sertanejo que se caracteriza como um personagem decolonial, visto que não é subalterno à autoridade do “capitão-mor Gonçalo Pires Campelo” que, conforme a obra em epígrafe, representa o “potentado do sertão” (ALENCAR, 2002, 443), o detentor de muito poder.

Com vistas a corroborar essa tendência decolonial de “Arnaldo”, segue trecho ilustrativo: “Arnaldo, que sabia destes fatos e conhecia a severidade do capitão-mor, julgava-se banido da Oiticica para sempre, pois não lhe consentia o seu gênio fazer contrição da culpa e pedir perdão da desobediência” (ALENCAR, 2002, p. 267).

Posto isso, o protagonista Arnaldo simboliza um grupo humano que, engajado por um ideal de resistência às práticas neocoloniais ainda vigentes no sertão nordestino, luta pela

emancipação dos povos, historicamente subjugados pela colonialidade do poder, do saber e do ser. Nesse aspecto, o protagonista de *O Sertanejo* apresenta uma lição: “O caráter de Arnaldo tinha este traço especial. Zeloso de sua independência; bastava qualquer gesto imperativo para revoltar-lhe os brios” (ALENCAR, 2002, p. 268).

Ademais, sublinha-se que a decolonialidade associa-se à corrente intercultural e à perspectiva da Ecologia Humana, posto que tais abordagens reconhecem a diversidade cultural, sem dicotomias ou hierarquizações, fundamentada na tolerância, no respeito mútuo e na integração, aceitando, pois, as diferenças como peculiaridades ou particularidades que não dividem, mas se complementam. Diferentemente do multiculturalismo que, segundo Mignolo (2011, p. 11), apenas reconhece a pluralidade cultural num dado espaço, mas permanece a ideia de inferioridade da cultura não-europeia.

Assim sendo, a resistência à colonialidade é uma bandeira que deve ser hasteada durante as ações diárias dos sertanejos, a fim de ser desconstruída, paulatinamente, uma herança cultural etnocêntrica que considera seres, saberes, povos e nações como superiores em detrimento de outros, considerados inferiores e ilegítimos. E isso pode ser dissolvido pela prática da decolonialidade, da vivência de uma nova racionalidade científica e, portanto, interdisciplinar e holística, defendida pela Ecologia Humana, bem como do reconhecimento da interculturalidade, aliando os saberes das culturas locais à ciência, tornando, assim, o conhecimento mais abrangente, profundo e significativo.

Em se tratando da obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, esta apresenta uma diversidade de temas reflexivos, dentre eles, um destaque singular ao papel da mulher na sociedade mediante o relevo da personagem “Conceição”, suscitando uma análise em torno da decolonialidade, concebida como uma das formas de superar o paternalismo e o conservadorismo que vêm oprimindo, historicamente, as identidades femininas, imprimindo, assim, a colonização de gênero, que coloca o homem num patamar de superioridade.

Para sinalizar essa atmosfera decolonial da personagem “Conceição”, destacam-se os seguintes trechos: “Aqueles livros eram velhos companheiros que ela escolhia ao acaso” (QUEIROZ, 2012, p. 12); “— Mãe Nácia, quando se renuncia casa e filhos, tem que arranjar outras coisas, senão a vida fica vazia. — E para que você torceu sua natureza? Por que não se casa? — Nunca achei quem valesse a pena” (QUEIROZ, 2012, p. 69).

Consoante Colaço (2012, p. 8), o decolonial é uma luta contínua, uma vez que as raízes históricas, socioeconômicas e culturais se infiltram no cotidiano de gerações sucessivas, tornando árdua a superação do poder da colonização ao longo dos séculos, surgindo, assim, neocolonizações que necessitam de um discurso e de uma prática permanente de resistência às

forças hegemônicas. Nesse ínterim, “Conceição” representa uma personagem resistente à colonialidade de gênero, posto que estudou e não se casou, destacando-se, no início do século XX, como uma mulher emancipada tanto no campo intelectual como no econômico.

Quanto à obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, não se observa a decolonialidade. Em contrapartida, são notórias as marcas profundas da colonialidade do poder, do saber e do ser nas figuras do “soldado amarelo”, do “fazendeiro”, das “pessoas da cidade” – opressores, e “Fabiano, sinhá Vitória, o menino mais novo e o menino mais velho” - oprimidos, reproduzindo, assim, as dicotomias (dominante/dominado; conhecimento científico/saber popular; superior/inferior) como heranças culturais dos processos colonizatórios que se renovam nas interações humanas contemporâneas, bem como em face do legado filosófico do paradigma cartesiano-positivista que supervaloriza o conhecimento científico e a teoria em detrimento do empirismo, da prática e da experiência.

Por conseguinte, faz-se necessário um movimento decolonial, além de uma vivência da Ecologia Humana, reconhecendo todas as culturas com o mesmo grau de importância, assumindo, assim, a interculturalidade como elemento intrínseco a uma sociedade plural. Nesse sentido, mediante o diálogo e a partilha de saberes, torna-se imprescindível a busca da aceitação do outro que, não raro, apresentará uma identidade diversa, mas igualmente humana e legítima.

Considerações finais

Considerando as discussões acima, assinala-se que a perspectiva ecocrítica é uma rica ferramenta para a análise das relações ser humano-ambiente-cultura-sociedade, trabalhadas pela Ecologia Humana num viés inter e transdisciplinar. Ademais, a interculturalidade e a (de) colonialidade emergem como contributos que se aliam à interpretação dessas correlações. Dessarte, em virtude da herança cultural eurocêntrica, a decolonialidade e a interculturalidade são movimentos de resistência à dominação conforme se pôde atestar nas obras em exame, levando em conta os fragmentos destacados ao longo deste manuscrito.

Nesse sentido, a decolonialidade e a interculturalidade precisam ganhar impulso no contexto literário, técnico-científico e nos debates sociais, com vistas a desenvolver uma cultura e uma consciência emancipatória, com o fito de desconstruir relações opressoras que levam à subjugação dos sertanejos, considerados como ilegítimos e, portanto, excluídos de direitos, sendo somente passíveis de exploração para atender a elite, reforçando, assim, a hegemonia e a autoridade desse grupo social.

Nessa perspectiva, com o propósito de se contrapor à colonialidade e à cultura clássica que imperavam no final do século XIX, José de Alencar produziu, na obra *O Sertanejo*, discursos anti-hegemônicos por meio do protagonista “Arnaldo”, bem como personagens coloniais, simbolizados pelo “capitão-mor” e sua filha, “D. Flor”. De maneira análoga, Rachel de Queiroz produziu, na obra *O Quinze*, de modo mais enfático, a personagem decolonial “Conceição” que rompeu com os padrões sociais a que a mulher estava fadada na época.

Portanto, observa-se a íntima relação entre a decolonialidade e a interculturalidade como elementos basilares à resiliência dos sertanejos e das sertanejas num sertão neocolonial, mas com potencial subversivo que resiste às marcas profundas da colonialidade do poder, do saber e do ser, fruto de um paradigma científico clássico que segrega saberes e indivíduos em superiores e inferiores.

Referências

ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. São Paulo: Editora José Olympio, 2002.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. Educação intercultural e complexidade: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). *Educação intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 85-107, 2003.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente. *Revista Interciência*, Caracas, v. 18, n. 3, p. 121-123, 1993.

BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

COLAÇO, Thaís Luzia. *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulus Editora, 2001.

FLEURI, Reinaldo Matias. Prefácio: O desafio da transversalidade e da reciprocidade entre culturas na escola. In: PADILHA, Paulo Roberto. *Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2004, p. 13-18.

FREUD, Sigmund. O Inconsciente. In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. ESB, v. XIV, (1915a), p. 183-233.

_____, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes. In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. ESB, v. XIV, (1915b), p. 129-162.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1986.

MARQUES, Juracy. Ecologia Humana no Brasil. In: MARQUES, J. (org). *Ecologias Humanas*. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014, p. 9-42.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: Editora L&PM, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Aesthesis Decolonial. *Calle*, v. 4, n. 4, p. 10-25, enero-junio, 2010.

MIGNOLO, Walter D. *The darker side of Western Modernity: global futures, decolonial options*. Durham/London: Duke University Press, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes/Unicamp, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

PIRES, Iva Miranda; CRAVEIRO, João Lutas. Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais. In: MARQUES, Juracy (org). *Ecologias Humanas*. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014, p. 53-82.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: *Anuário Mariateguiano*. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, p. 51-70, 1997.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

REIS, Carlos. *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Os devaneios do caminhante solitário*. Brasília: Editora Universidade de Brasília - Hucitec, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, v. 78, p. 3-46, out. 2007.

TAPIA, Juan José. *O Prazer de Ser: A Essência da Ecologia Humana*. São Paulo: Gente, 1993.

WALSH, Catherine E. *Interculturalidad en la educación*. Lima. 2001, p.3-11. Disponível em: <http://www.cepis.org.pe/tutorialin/e/lecturas/walsh.pdf>. Acesso em 23.11 2021.



A Ecocrítica e o ensino interdisciplinar de Literatura e Ecologia: um estudo topofóbico-topofílico a partir de obras literárias regionais

Ecocriticism and the interdisciplinary teaching of Literature and Ecology: a topophobic-topophilic study based on regional literary works

Elisângela Campos Damasceno Sarmiento¹, Geraldo Jorge Barbosa de Moura²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a perspectiva Ecocrítica como uma ferramenta interdisciplinar para o ensino de Literatura e Ecologia, através das contribuições da Geografia Humanista e de outras áreas do conhecimento, a fim de sinalizar possíveis representações do sertanejo e do sertão a partir dos conceitos de topofobia e topofilia, além de utilizar o método da Análise do Discurso de Linha Francesa, levando em conta três obras literárias regionais, a saber: *O Sertanejo* (José de Alencar), *O Quinze* (Rachel de Queiroz) e *Vidas Secas* (Graciliano Ramos). Apresenta como principais resultados a constatação de que o ensino interdisciplinar de Literatura e Ecologia, mediante a Ecocrítica, possibilita uma aprendizagem mais profunda e significativa. Portanto, tal abordagem favorece a interdisciplinaridade, posto que busca dissolver as fragmentações, unindo as partes ao todo, com vistas a uma melhor compreensão das relações entre o homem e o ambiente.

Palavras-chave: Ecologia Humana; Educação; Literatura.

ABSTRACT

This research aims to investigate the Ecocritical perspective as an interdisciplinary tool for the teaching of Literature and Ecology, through the contributions of Humanist Geography and other areas of knowledge, in order to signal possible representations of the countryside and of the backwoods from the concepts of topophobia and topophilia, in addition to using the method of French Discourse Analysis, taking into account three regional literary works, namely: *O Sertanejo* (José de Alencar), *O Quinze* (Rachel de Queiroz) and *Vidas Secas* (Graciliano Ramos). Its main results are the finding that the interdisciplinary teaching of Literature and Ecology, through Ecocriticism, enables deeper and more meaningful learning. Therefore, such an approach favors interdisciplinarity, since it seeks to dissolve fragmentations, uniting the parts to the whole, with a view to a better understanding of the relationship between the man and the environment.

Keywords: Human Ecology; Education; Literature.

¹ Instituto Federal do Piauí. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGecoH – UNEB – Juazeiro-BA, e-mail: elisceno@ifpi.edu.br.

² Universidade Federal Rural de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB; Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade – UFRPE; Programa de Pós-Graduação em Biociência Animal – UFRPE, e-mail: geraldo.jbmoura@ufrpe.br.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, pontua-se que, de acordo com o crítico literário Antonio Candido (2009), o ensino de Literatura carece de uma perspectiva holística e interdisciplinar, uma vez que a arte da palavra (poesia, conto, romance) articula conhecimentos das mais variadas áreas do saber, tais como: História, Geografia, Biologia, Ecologia, Filosofia, Antropologia e Psicanálise.

Sobre esse aspecto, vale destacar os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), os quais frisam que a manifestação artística tem em comum com a ciência ou a filosofia o seu caráter de criação e inovação, suscitando imbricações com diversas formas de conhecimento. Em outras palavras, ciência e arte representam as formas de conhecimento do mundo que se renovam através dos tempos, construindo o percurso da história humana.

Nesse contexto, ressalta-se uma abordagem investigativa que surgiu no final dos anos 80, nos EUA, cujo objetivo é estudar as correlações entre Arte (especialmente, Literatura) e Ecologia. Sob esse viés, emerge, no cenário acadêmico, a Ecocrítica que, segundo Greg Garrard (2006), suscita estudos interdisciplinares, congregando saberes e dando suporte a uma análise menos reducionista, uma vez que favorece a abrangência de perspectivas.

Considerando essa vastidão de imbricações com diversos ramos do conhecimento, também desponta, no panorama científico, a Ecologia, que adveio em 1866, a partir da publicação do livro intitulado *Generelle Morphologie der Organismen*, de Ernst Haeckel, e já, naquela época, sinalizava que essa ciência mantinha interações com inúmeras outras, destacando, pois, o seu caráter interdisciplinar.

Outrossim, a Ecocrítica configura-se como uma proposta interdisciplinar para o Ensino de Literatura e Ecologia, visto que dialoga com campos afins, como por exemplo, a Geografia Humanista. Partindo dessa premissa, devem ser salientados os contributos do geógrafo chinês Yi-Fu Tuan (1982), quando busca analisar os comportamentos e as relações entre o ser humano e o lugar habitado.

Nessa lógica de investigação entre o sentimento humano e o local onde se vive, surgem dois elementos: o sertanejo e o sertão. Sendo assim, entre aquele e este, há relações, consoante Tuan (1982), tofóbicas (aversão) e tofílicas (apego). Isso ocorre devido aos contrastes da fitofisionomia da caatinga (ora seca, ora verde) conforme reverberam os estudos de José Maria Silva *et al.* (2004).

Para pesquisadores da Embrapa Semiárido, como Silva *et al.* (2004), o sertão do Nordeste brasileiro apresenta clima semiárido, vegetação com poucas folhas e adaptadas para

os períodos de seca. Nessa época, quase todas as plantas perdem as folhas para diminuir a transpiração e evitar a perda de água armazenada. No inverno, devido à ocorrência de chuva, as folhas verdes e as flores voltam a brotar.

Seguindo esse raciocínio, pondera-se que, como afirma Juarez Thiesen (2008), o ensino interdisciplinar favorece a construção de novas posturas, desencadeando uma aprendizagem mais profunda e significativa. Dessa forma, as descobertas, provenientes da interdisciplinaridade enquanto ética docente, impulsionam a dissolução de fragmentações, integrando a arte à ciência, a emoção à razão, a realidade aos conhecimentos sistematizados.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo investigar a perspectiva Ecocrítica como uma abordagem interdisciplinar para o ensino de Literatura e Ecologia, através das contribuições da Geografia Humanista e de outras áreas do conhecimento, a fim de sinalizar possíveis representações do sertanejo e do sertão a partir dos conceitos de topofobia e topofilia e da análise do discurso de três obras literárias regionais, a saber: *O Sertanejo* (José de Alencar), *O Quinze* (Rachel de Queiroz) e *Vidas Secas* (Graciliano Ramos).

Ademais, o presente estudo parte da hipótese de que o ensino interdisciplinar de Literatura e Ecologia, mediante a Ecocrítica, permite uma aprendizagem mais abrangente e significativa, uma vez que busca eliminar as fragmentações e dicotomias, aproximando os saberes de variados ramos do conhecimento, com vistas a uma melhor compreensão das relações do homem com o ambiente.

MATERIAL E MÉTODOS

Considerando os elementos contextuais acima, sublinha-se que esta pesquisa assenta-se no livro *O Sertanejo* (2002) [1875], de José de Alencar, bem como nas obras *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas* (2013) [1938], de Graciliano Ramos.

Desse modo, tendo em vista o direcionamento desta investigação, adotou-se o método da análise do discurso de linha francesa que, segundo o qual, conforme Michel Pêcheux (2006), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Nesses termos, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido.

Dessarte, Eni Orlandi (2012) corrobora a análise do discurso de linha francesa na qual considera as condições de produção em que as obras foram escritas, os contextos histórico-sociais do país e a história de vida dos autores, destacando essas características como muito relevantes para este estudo, visto que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso dos personagens das obras em questão. Além disso, na

concepção de Orlandi (2012), há de se levar em conta os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto.

Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso, consoante Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem/personagem com a sua história e com as construções sociais. Dessa forma, o indivíduo/personagem norteia-se pela capacidade de significar e significar-se, validando tais sentidos no discurso do autor através das considerações de suas condições de produção, as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação (contexto imediato e contexto amplo).

Nesse panorama, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que tange aos sujeitos que enunciam – José de Alencar, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos – e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada aos autores e ao período histórico em que se inserem as obras *O Sertanejo*, *O Quinze* e *Vidas Secas*, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelos sujeitos que falam nos textos consoante os estudos de Pêcheux (2006).

Ademais, destaca-se que foi adotada a perspectiva ecocrítica como mais um mecanismo de análise, tendo em vista que, conforme Garrard (2006), as relações entre Literatura e Ecologia são bastante relevantes para uma criteriosa e abrangente investigação em torno das relações ser humano-ambiente, considerando o universo interdisciplinar que permeia a dinâmica da vida em sociedade na imbricação com a cultura e a natureza.

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas diversas publicações, dentre elas: artigos científicos, localizados em periódicos nacionais e internacionais, que datam das primeiras décadas dos anos 2000, além de e-books, livros físicos de críticos literários brasileiros, bem como consultas que foram realizadas em sites da internet durante o mês de janeiro de 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisar as relações homem-ambiente suscita uma visão interdisciplinar, posto que requer o diálogo com diversas áreas do conhecimento, haja vista a compreensão dos fenômenos socioculturais e simbólicos que estão implicados nesse processo. Relativamente às representações do sertanejo e do sertão, considera-se a ecocrítica como subsídio a um ensino interdisciplinar de Literatura e Ecologia, na mediação com a Geografia Humanista.

Em se tratando da Geografia Humanista, segundo Tuan (1982), é salutar o emprego da Literatura pelos geógrafos, pois há reflexões sobre a vida, a experiência humana e suas relações, oferecendo ferramentas à compreensão do espaço social. Sendo assim, para esta pesquisa, é indispensável a discussão de dois conceitos que foram propostos pelo geógrafo chinês, Yi-Fu Tuan: topofilia e topofobia.

Seguindo a linha de raciocínio de Tuan (1982), é a subjetividade (emoções, sentimentos), conectada ao meio, que aponta a possibilidade de definição de dois termos: topofilia que remete à familiaridade, apego ao lugar e topofobia, que traz uma significação inversa, pois *fobia* alude à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância. Dessa forma, essa subjetividade pode ser marcada tanto pela afeição quanto pelo desprezo, destacando essas emoções contraditórias e, ao mesmo tempo, coexistentes, que permeiam o universo humano.

Nesse contexto, para um ensino interdisciplinar de Literatura e Ecologia a partir da ecocrítica, os conceitos de Tuan (1982) são valiosos para delinear as representações do sertanejo e do sertão através das análises dos discursos de três romances regionalistas: *O Sertanejo* (José de Alencar), *O Quinze* (Rachel de Queiroz) e *Vidas Secas* (Graciliano Ramos).

No que concerne à obra *O Sertanejo*, conforme Sarmiento e Moura (2021), assinala-se que esse romance evoca uma subjetividade, a qual é marcada pela topofilia. Essa percepção encontra-se sinalizada nos trechos: “Esta imensa campina é o sertão de minha terra natal. Quando te tornarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há tantos anos na aurora serena e feliz da minha infância? Quando tornarei a respirar os teus perfumes agrestes?” (ALENCAR, 2002, p. 9).

Nesses termos, conforme Candido (2009), José de Alencar nasceu no sítio Alagadiço Novo, Mecejana-CE e só se mudou para o Rio de Janeiro com 10 anos. Logo, essas memórias acerca da terra natal apontam para um elemento autobiográfico, uma vez que o escritor soube captar a sensibilidade dos sertanejos, sendo mantido, mesmo distantes, o amor pelo solo onde nasceram, permanecendo as indelévels reminiscências da infância que ficam gravadas na mente, despertando, assim, o desejo de retornar às origens e reviver essas lembranças.

Outrossim, a partir desses fragmentos, percebe-se um sentimento de pertencimento histórico ao lugar onde autor e personagem viveram uma infância “feliz e serena” (ALENCAR, 2002, p. 9) em meio à exuberância e à biodiversidade da paisagem sertaneja, contrariando, assim, descrições hegemônicas, como por exemplo, chão rachado e terra

inóspita, parafraseando, apenas, algumas expressões utilizadas por escritores, como Euclides da Cunha, na obra *Os Sertões*.

Retomando a ideia de felicidade, trazida pelo sentimento de pertencimento histórico, salienta-se que essa noção corrobora a tese de Sigmund Freud (1900), quando afirma que a felicidade é a realização de um desejo pré-histórico, ou seja, antigo. Por isso, segundo a psicanálise freudiana, dinheiro não traz felicidade, pois uma criança não deseja ter dinheiro. Desse modo, a alusão que o adulto faz a sua infância, seja o local físico ou as pessoas e acontecimentos, representa uma demanda do homem sempre acompanhada de muita satisfação, quando realizada.

Em se tratando da imagem negativa e hegemônica do sertão, reitera-se que essa caracterização, segundo Josemar Martins (2006), foi difundida pelas elites coloniais e, assim, a caatinga ficou conhecida como uma região inóspita, de vegetação seca. Em contraposição, outras correntes vêm se afirmando, como a perspectiva da decolonialidade (MIGNOLO, 2010, p. 15) que valoriza as potencialidades de grupos e regiões que foram excluídos historicamente, como os sertanejos e o sertão, criando, assim, a subversão de um não-dito nativista e sertanista.

Retomando *O Sertanejo*, realça-se que, embora o narrador apresente, na maioria dos trechos, um amor à sua terra natal, não deixa de relatar, também, a ambivalência da paisagem: “ora seca e triste, ora alegre e poética” (ALENCAR, 2002, p. 14) conforme os excertos: “A chapada tinha o aspecto triste que tomam aquelas regiões na seca. Dir-se-ia que por aí passou o fogo e consumiu toda a verdura, que é o sorriso dos campos na chuva” (ALENCAR, 2002, p. 14).

Ainda ressaltando essa dualidade da paisagem, que é típica da Caatinga, apresenta-se o excerto: “Estes ares, em outra época povoados de pássaros, agora ermos e mudos como a terra, são apenas cortados pelo voo dos urubus que farejam a carniça” (ALENCAR, 2002, p. 15). Aqui se mostram dois momentos de percepção do sertão: um, repleto de vida, marcado pelo canto dos pássaros – topofilia – atração pelo lugar; e o outro, com a presença da morte, num ambiente inóspito, permeado de silêncio e decomposição – topofobia – repulsa ao lugar.

Historicamente, segundo Martins (2006), as narrativas sobre o sertão, provindas do Sul e Sudeste, salientam um dos aspectos da Caatinga: a fisionomia seca e, portanto, sem potencial de desenvolvimento. Por isso, perpassou-se a imagem hegemônica de exclusiva pobreza e miséria. Entretanto, a Literatura, seja ela artística (*O Sertanejo*) ou contra-hegemônica, descortina o outro aspecto da Caatinga: viva, rica e abundante, que precisa ganhar visibilidade no cenário nacional.

Ademais, infere-se que as alterações do ambiente moldam a subjetividade do sertanejo. Desse modo, as modificações da paisagem (árida, seca para verde e exuberante) determinam os sentimentos do sertanejo, ou seja, o seu universo de emoções, marcado por sensações positivas (bem-estar, alegria) ou negativas (tristeza, solidão, morbidez). Essa constatação pode ser reverberada no trecho:

Quem pela primeira vez percorre o sertão nessa quadra, depois de longa seca, sente confranger-se-lhe a alma em face dessa inanição da vida, desse holocausto da terra. É mais fúnebre do que um cemitério, um vasto jazigo de uma natureza extinta e o sepulcro da criação (ALENCAR, 2002, p. 16).

Analogamente, essas sensações - positivas ou negativas -, em face das transformações da paisagem do semiárido, podem ser associadas à bivalência das pulsões (de vida e de morte), discutidas por Freud (1915a, 1915b), e a dualidade (cooperação e competição), exposta por Charles Darwin (1981). Nesse viés, diante da escassez de recursos, em face das adversidades provenientes de longos períodos de estiagem, tanto o ambiente como os sertanejos absorvem as emoções negativas, desencadeando a pulsão de morte e o espírito competitivo, a fim de que sobrevivam em meio a uma caatinga seca e a uma vida plasmada de dores, perdas e privações.

Dessa maneira, na obra em exame, evidencia-se que, embora os sertanejos estejam imersos num ambiente árido em grande parte do ano, mostram-se apegados à terra onde nasceram, revelando um profundo sentimento de pertencimento ao lugar – topofilia, despertando uma relação subjetiva com o ambiente onde viveram e com as paisagens com as quais conviveram, construindo, assim, laços afetivos com o território.

Esse cenário pode ser constatado nos trechos: “E ela experimentava um indizível prazer, como se a terra de seu berço lhe abrisse os braços e a estivesse apertando ao seio e cobrindo-lhe de beijos” (ALENCAR, 2002, p. 19). Conforme Jan Simon Hutta (2020), os territórios são, inerentemente, afetivos e essa dimensão simbólica tem sido tratada através de noções como “topofilia”, o que enfatiza o elo entre as pessoas e um lugar, assim como ocorre nessa obra.

Nesse sentido, Rogério Haesbaert (2004) corrobora essa tendência dos territórios afetivos, quando afirma que, frequentemente, o termo territorialidade tem sido utilizado para enfatizar a apropriação subjetiva do território e a construção de uma identidade territorial através de registros simbólicos e topofílicos. Portanto, na obra em questão, o discurso topofílico se sobressai em relação ao topofóbico.

Considerando a discussão ora exposta, verifica-se que a Ecocrítica (Literatura-Ecologia) possibilita um ensino interdisciplinar, uma vez que a análise do discurso da obra *O*

Sertanejo, de José de Alencar, dialoga com outras áreas do saber, como por exemplo, Geografia, História, Antropologia, Psicanálise e Biologia, favorecendo, assim, uma aprendizagem profunda e significativa.

Por conseguinte, segundo Arlindo Philippi Júnior e Valdir Fernandes (2015), a prática da interdisciplinaridade não pretende negar os saberes disciplinares, mas complementá-los e ampliá-los. Essa conjunção de conhecimentos é que vai possibilitar, na prática, a efetivação da complexidade do pensamento, dando conta dos fenômenos e da ampliação das experiências teórico-práticas interdisciplinares, que envolvem múltiplos saberes.

Quanto à obra *O Quinze*, consoante Sarmiento e Moura (2022), destaca-se que, nesse romance, são predominantes as expressões topofóbicas voltadas ao sertão, mas não são imagens de repugnância ao lugar, por não fazer parte dele, por não carregar consigo o sentimento de pertencimento como ocorre na obra de Euclides da Cunha *Os Sertões* (“terra ignota, de natureza torturada” - CUNHA, 2009, p. 29), o que há é a denúncia de uma caatinga abandonada pelo Governo que adota uma política de repulsa e não um projeto de convivência com o semiárido.

Para expressar esse tom de crítica social a uma caatinga desolada e carente de investimentos que propiciem a convivência do sertanejo com a seca, seguem termos e orações, retirados do segundo capítulo:

Estrada vermelha e pedregosa, orlada pela galharia negra da caatinga morta. Folhas secas no chão. Verde, na monotonia cinzenta da paisagem, só algum juazeiro ainda escapou à devastação da rama; E o chão, que em outro tempo a sombra cobria, era uma confusão de galhos secos (QUEIROZ, 2012, p. 15).

Essas passagens coadunam, assim, o caráter topofóbico do sertão em tempos de estiagens prolongadas.

Ademais, é oportuno sublinhar que, consoante Edilane Silva *et al* (2014), no artigo intitulado *Topofobia e topofilia em “A Terra”, de “Os Sertões”*: uma análise ecocrítica do espaço *Sertanejo Euclidiano*, reverbera-se a perspectiva topofóbica euclidiana no tocante à percepção da caatinga, uma vez que o escritor, oriundo da região Sudeste, deixa emergir uma visão de repulsa ao semiárido nordestino, apresentando, pois, uma narrativa preconceituosa como se a fitofisionomia da caatinga fosse, exclusivamente, seca, sem vida e, portanto, inóspita.

Nesse íterim, salienta-se que, mesmo diante de eloquentes críticas voltadas ao abandono do sertão nordestino, como por exemplo na obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, somente, em 1980, conforme o professor da UFRN, Roberto da Silva (2003), surgiram as

primeiras pesquisas destinadas à área de sequeiro, com foco na necessidade de se conviver com a seca, mediante o desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao homem do semiárido.

Retomando o enredo da obra em apreço, vale assinalar trechos que frisam o cenário angustiante da seca, bem como a porosidade emocional e de sina entre os animais e o sertanejo, absorvendo, pois, as características de ambos facilmente:

Chico Bento bateu os paus na porteira e foi caminhando devagar, atrás do lento caminhar do gado, que marchava à toa e pondo no pasto seco os olhos tristes, como numa agudeza de desesperança; Outras reses seguiam cabisbaixas, na mesma marcha pensativa; O marmeleiral esquelético, era tudo cinzento, o próprio leito das lagoas vidrara-se em torrões de lama ressequida; — Ô sorte, meu Deus! Comer cinza até cair morto de fome! (QUEIROZ, 2012, p. 18).

Outrossim, observando essa dramática descrição-narrativa, evidencia-se o aspecto trágico da cena, peculiaridade da autora, que, conforme Andrea Lobato e Eduardo Pereira (2011), apresenta uma atmosfera cíclica: “é caminhar, caminhar e se deparar com tudo seco, cinzento até morrer de fome” como um destino implacável e irrevogável. Dessa forma, em meio a essa tragédia humana, o ambiente é topofóbico.

Esse contexto dramático também aparece nas passagens: “Sem legume, sem serviço, sem meios algum, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse” (QUEIROZ, 2012, p. 21); “— Que passagens! Tem de ir tudo é por terra, feito animal! Nesta desgraça quem é que arranja nada!” (QUEIROZ, 2012, p. 23). Desse modo, ratifica-se um ambiente adverso que suscita emoções topofóbicas, expulsando o homem do campo de seu lugar.

Nessa tônica, Rachel de Queiroz, na obra *O Quinze*, denunciou as reduzidas e ineficazes políticas públicas destinadas ao sertão cearense, marcado pelas consequências da seca, que se tornou uma tragédia humana como se pode constatar nos excertos que se seguem: “De tarde, quando caminhavam com muita fome” (QUEIROZ, 2012, p. 34);

— Meu filho! Pelo amor de Deus! Você comeu mandioca crua? — Chico! Chico! Valha-me Nossa Senhora! O Josias se envenenou; a criança era só osso e pele: o relevo do ventre inchado formava quase um aleijão naquela magreza, esticando o couro seco de defunto (QUEIROZ, 2012, p. 35).

Para Nietzsche (1999), na tragédia humana, há forças opostas: a apolínea - uma estabilidade ilusória - que, na obra em apreço, é o menino Josias caminhar com os pais, mesmo com uma fome incontrolável, mas perto deles, sem pensarem na morte; e a dionisíaca, configurada pela embriaguez da realidade cruel, que é o estarecimento da dor em face da morte da criança: “Lá se tinha ficado o Josias, na sua cova à beira da estrada” (QUEIROZ, 2012, p. 38).

E essa percepção dionisíaca é verossímil e perseguiu a vida dos retirantes, pois retrata a realidade tal qual ela se apresenta: “— Ah! Minha rede! Ô chão duro dos diabos! E que fome!” (QUEIROZ, 2012, p. 32); “Só talvez por um milagre iam aguentando tanta fome, tanta sede, tanto sol”; “E se não fosse uma raiz de mucunã arrancada aqui e além, ou alguma batata-brava que a seca ensina a comer, teriam ficado todos pelo caminho.” (QUEIROZ, 2012, p. 39). Dessarte, corrobora-se um ambiente adverso e repugnante, gerando sentimentos topofóbicos e, portanto, de tristeza e pavor pelo quadro de miséria, retratado pelos lugares por onde os retirantes passavam.

Abandonando esse cenário, a paisagem dá sinais de mudança com as primeiras chuvas e começa a ressurgir a esperança de dias melhores para o sertanejo, apresentando um ambiente topofílico: “Enfim caiu a primeira chuva de dezembro” (QUEIROZ, 2012, p. 73); “O pasto se enramava, a caatinga despontava toda em grelos verdes” (QUEIROZ, 2012, p. 78); “E tudo era verde. O borralho cinzento do verão vestira-se todo de esperança” (QUEIROZ, 2012, p. 79).

Entretanto, ainda existia a sombra da miséria para os que ficaram no campo e resistiram aos golpes da fome. Todavia, os raios da chuva inebriavam a possibilidade de breve fartura:

Carecia esperar que o feijão grelasse, enramasse, floresse, que o milho abrisse as palmas, estendesse o pendão, bonecasse, e que ainda por muitos meses a mandioca aprofundasse na terra as raízes negras. Tudo isso era vagaroso, e ainda tinham que sofrer vários meses de fome (QUEIROZ, 2012, p. 79).

Isso posto, a obra *O Quinze* cumpre a função de denúncia da realidade, tendo como temática primordial a seca, mas tocando em aspectos relevantes que permeiam essa tragédia, como por exemplo, o descaso do Governo e a resiliência do sertanejo, que sobrevive a uma saga de penúria, mas acreditando, ainda, na possibilidade de um futuro melhor. Sendo assim, em *O Quinze*, o discurso topofóbico é predominante na comparação com o topofílico.

Levando em conta o que foi exposto, observa-se que a Ecocrítica (Literatura-Ecologia) favorece a adoção de um ensino interdisciplinar, visto que a análise do discurso da obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, apresenta uma dinâmica de relações com outros ramos do conhecimento, como por exemplo, Geografia, História, Filosofia e Biologia, impulsionando, assim, uma amplitude de aprendizagens.

Logo, para Hilton Japiassu (1976), a pedagogia interdisciplinar busca o conhecimento em sua totalidade, abrangendo os saberes que convergem e/ou se complementam. Ivani Fazenda (2003) corrobora Japiassu (1976) quando defende que o ensino interdisciplinar se faz

numa relação de reciprocidade e se configura como uma possibilidade de reflexão sobre o(s) saber(es), assim como a oportunidade de modificá-lo(s) e ampliá-lo(s). Concebido, assim, o ensino interdisciplinar é essencial a uma aprendizagem que se distancie da superficialidade.

Relativamente à obra *Vidas Secas*, sinaliza-se um relevo aos sentimentos topofóbicos do sertanejo na relação com o lugar conforme o trecho: “Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos” (RAMOS, 2013, p. 6). Sendo assim, observa-se a desolação dos retirantes (“infelizes”, “cansados”, “famintos”). Logo, essa situação adversa se mistura com o cenário nefasto em que se encontravam: “rio seco”; “galhos pelados da caatinga rala”; “a caatinga estendia-se com um vermelho salpicado de manchas brancas que eram ossadas” (RAMOS, 2013, p. 6). Diante disso, esboça-se um cenário topofóbico, de repulsa ao lugar e de imagens fúnebres que remetem a um quadro de morte e de degradação.

Outrossim, delineia-se um contexto dionisíaco (topofóbico) que, segundo Nietzsche (1999), representa a realidade cruel e trágica com a qual o sertanejo se depara em meio às adversidades ambientais e socioeconômicas: sem comida, sem água, sem nada. Sobre essa situação de penúria, assinala-se o excerto a seguir:

Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e, debruçando-se no chão, bebeu muito; Encheu a cuia, ergueu-se lento, para não derramar a água salobra; Pôs a cuia no chão, escorou-a com pedras, matou a sede da família (RAMOS, 2013, p. 7).

Diante desse quadro, fica explícita a paisagem topofóbica, que encaminha o bicho-homem-retirante a uma condição subumana.

Sob esse viés, em situação de desolação, aflora-se a “pulsão de morte”, o desejo de destruição para se livrar da dor. Nessa perspectiva, consoante Freud (1915a, 1915b), há duas pulsões que permeiam a essência humana: a de vida e a de morte. Essa dualidade faculta ao ser humano lidar com as diversas facetas da vida. Nesse sentido, o espírito combativo do sertanejo associa-se a uma “pulsão de morte” que eclodiu no íntimo de “Fabiano” numa resposta dramática ao contexto adverso do retirante, tendo em vista a sobrevivência em meio à absoluta miséria.

Ademais, destaca-se que é essa mesma “pulsão de morte” que desencadeia a força e a coragem do sertanejo, características indispensáveis à superação das adversidades, como a fome e a sede, em face dos longos períodos de estiagem. Desse modo, as marcas da miséria não são, tão somente, físicas ou orgânicas, mas, principalmente, morais e emocionais como ratificam os fragmentos a seguir:

— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta; E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros; como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra (RAMOS, 2013, p. 9).

E essa inexistência de direitos desencadeia a impossibilidade de o retirante galgar outros caminhos. Dessa maneira, o sertanejo sente-se fadado a uma predestinação de miséria como descreve o excerto: “Tinha obrigação de trabalhar para os outros. Ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim. Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia” (RAMOS, 2013, p. 33). Nesse ínterim, imerso em um ambiente topofóbico, infere-se que o sertanejo não consegue se desarraigar do seu destino de privações, sem dignidade para si e para a sua família, sendo tratado com inferioridade.

De acordo com Fabiano, personagem da obra *Vidas Secas*, para suportar a miséria, os sertanejos têm de se habituar a ser como bichos e a se identificar com eles: “Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades”; “Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais” (RAMOS, 2013, p. 9). Dessa forma, desenvolver a resistência para enfrentar a desolação é fundamental para sobreviver na penúria.

Assinala-se que, embora o sertanejo estivesse trabalhando e garantindo o sustento de sua família em terra alheia, as sombras de uma possível seca o atormentavam como uma tragédia que se pré-anuncia:

Se a seca chegasse, não ficaria planta verde. Chegaria, naturalmente. Sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera. E antes de se entender, antes de nascer, sucedera o mesmo — anos bons misturados com anos ruins. A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto. Nem valia a pena trabalhar - ela se avizinando a galope, com vontade de matá-lo (RAMOS, 2013, pp. 10-11).

Sendo assim, as secas sazonais são comuns no sertão nordestino e evidenciam cenários topofóbicos que suscitam uma miséria iminente.

Partindo dessa premissa, tal quadro topofóbico representa uma crítica social, denunciando a miséria do retirante. Nesse cenário, um fato curioso é a obsessão do “menino mais velho” em descobrir o significado do vocábulo inferno conforme apontam os trechos: “Ele nunca tinha ouvido falar em inferno. Pediu informações à Sinhá Vitória que aludiu a certo lugar ruim demais, mas o menino não se conformou com a resposta” (RAMOS, 2013, p. 21). Na realidade, a família de retirantes vivencia um “inferno” metaforicamente, uma vez que, em meio à seca, encontra-se numa paisagem adversa que suscita emoções topofóbicas.

Entretanto, a fitofisionomia da caatinga não é, permanentemente, seca. Há épocas de chuva, o que evoca sentimentos duais na relação com essa paisagem: ora topofóbicos, ora topofílicos. Acerca dessa constatação, destacam-se os excertos: “Por enquanto a inundação crescia. Não havia o perigo da seca imediata, que aterrorizara a família” (RAMOS, 2013, p. 23); “Pensou com um arrepio na seca, na viagem medonha que fizera em caminhos abrasados, vendo ossos e garranchos. Afastou a lembrança ruim, atentou naquelas belezas” (RAMOS, 2013, p. 28).

Por conseguinte, reitera-se que, em situação de escassez de recursos (seca), o cenário e os sentimentos aflorados são topofóbicos. Em contrapartida, na abundância de tais recursos (chuvas constantes), a paisagem se transforma, tornando-se topofílica, e as emoções modificam-se, dando lugar à esperança de dias melhores.

Com base no que foi discutido acima, realça-se que a Ecocrítica (Literatura-Ecologia) permite um ensino interdisciplinar, posto que a análise do discurso da obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, articula saberes que se conectam a vários campos do conhecimento, como por exemplo, Geografia, História, Filosofia, Psicanálise e Biologia, desencadeando, assim, uma série de descobertas que se justapõem, formando novas aprendizagens, mais profundas e significativas.

Nesse caminho, segundo Nelson Maldonado-Torres (2016), a interdisciplinaridade sugere uma atitude decolonial, pois, nesses paradigmas, não há a dicotomia superior/inferior; na visão de Paulo Freire (1978), suscita a dialogicidade na educação pela integração de saberes; conforme Jean Paul Bronckart e Anna Rachel Machado (2009), apresenta um interacionismo sociodiscursivo, eliminando os isolamentos; consoante Thomas Kuhn (1989), é uma revolução científica no interior da ciência, promovendo um novo pensamento científico e, por fim, para Fritjof Capra (1982), é uma visão sistêmica da vida, que promove a ética e a sustentabilidade planetária. Daí, a grande importância de um ensino interdisciplinar de Literatura e Ecologia a partir da Ecocrítica, haja vista as complexas relações que envolvem o homem e o ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a proposta de uma abordagem interdisciplinar para o ensino de Literatura e Ecologia, mediada pela perspectiva ecocrítica e pela análise do discurso das obras literárias regionalistas: *O Sertanejo*, *O Quinze* e *Vidas Secas*, caracteriza-se como uma

alternativa à educação brasileira, com vistas à superação do isolamento disciplinar das especializações e à busca incessante pela qualidade das instituições escolares.

Desse modo, esta pesquisa pretendeu demonstrar os contributos da interdisciplinaridade como expressão de uma nova racionalidade científica que articula objetividade e subjetividade e suscita o diálogo entre os diversos saberes, promovendo um pensamento holístico, que une as partes ao todo e o todo às partes, eliminando, assim, as dicotomias inférteis que reduzem as possibilidades de uma reflexão sistêmica e ética sobre as interações entre o homem e o ambiente.

Nesse sentido, visando a uma melhor compreensão do universo de articulações entre o homem e o ambiente, a Geografia Humanista foi de suma relevância ao lançar mão de dois conceitos fundamentais para a análise dos sentimentos humanos com o lugar habitado: topofilia e topofobia. Assim, tornou-se possível delinear as representações do sertanejo e do sertão à luz da ecocrítica na interlocução com inúmeras áreas do conhecimento, como por exemplo, História, Psicanálise, Filosofia, Antropologia e Biologia.

Portanto, o viés interdisciplinar agrega um imensurável valor ao ensino e à educação de um modo geral, impulsionando os seres humanos a uma aprendizagem profunda, significativa e de qualidade. Ademais, o paradigma da interdisciplinaridade favorece a adoção de uma ética para a vida, suscitando a desconstrução de preconceitos e desencadeando atitudes que valorizam as relações integrais, sem dicotomias ou hierarquias.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. de. **O Sertanejo**. São Paulo: José Olympio, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRONCKART, J. P.; MACHADO, A. R. (Re-)configurações do trabalho do professor construídas nos e pelos textos: a perspectiva metodológica do grupo ALTER-LAEL. In: Cristóvão, V. L. P.; Tardelli-Abeu, L. S. (org.). **Linguagem e educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. pp. 31-77.

CANDIDO, A. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Ediouro, 2009.

DARWIN, C. **Descent of Man**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

FAZENDA, I. A avaliação na pós-graduação sob a ótica da interdisciplinaridade. *In:* QUELUZ, A. G. (Org.). **Interdisciplinaridade: formação de profissionais da educação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. pp. 23-28.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREUD, S. A Interpretação dos Sonhos. *In:* FREUD, S. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, v. IV-V, pp. 65-100, 1900.

FREUD, S. O Inconsciente. *In:* FREUD, S. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1915a, pp. 183-233.

FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes. *In:* FREUD, S. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1915b, pp. 129-162.

GARRARD, G. **Ecocrítica**. Brasília: Universidade de Brasília: 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HUTTA, J. S. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Revista Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, Número Especial "Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades", pp. 63-89, jun., 2020.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LOBATO, A. T. M.; PEREIRA, E. O. A seca e a narrativa do trágico em O Quinze de Rachel de Queiroz. **Revista Garrafa 24**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, pp. 1-17, 2011.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Soc. estado*. [online], v. 31, n. 1, pp. 75-97, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2PmtsTD>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MARTINS, J. da S. **Tecendo a rede: notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semi-Árido Brasileiro e outras excedências 2006**. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MIGNOLO, W. D. Aiesthesis Decolonial. **Calle**, v. 4, n. 4, pp. 10-25, enero/junio, 2010.

NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes/UNICAMP, 2012.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2006.

PHILIPPI JR, A.; FERNANDES, V. **Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e na Pesquisa**. Barueri, SP: Manole, 2015.

QUEIROZ, R. de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013

SARMENTO, E. C. D.; MOURA, G. J. B. de. Topofobia e topofilia em *O Quinze*: uma análise ecocrítica da obra de Rachel de Queiroz. **Revista Geografia**, Londrina, v. 31, n. 1, pp. 75-94, jan., 2022.

SARMENTO, E. C. D.; MOURA, G. J. B. de. Topofilia e topofobia em *O Sertanejo*: uma análise ecocrítica da obra alencarina. **Revista Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 67, pp. 1078-1094, 2021.

SILVA, R. M. A. da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. 1/2, pp. 361-385, 2003.

SILVA, E. F. da; COSTA, É. M. A.; MOURA, G. J. B. de. Topofobia e topofilia em “A Terra”, de “Os Sertões”: uma análise ecocrítica do espaço Sertanejo Euclidiano. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 26, pp. 253-260, 2014.

SILVA, J. M. C. da; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T. da. Áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade na caatinga. *In*: SILVA, J. M. C. da; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T. da (Org). **Biodiversidade da Caatinga**: áreas e ações prioritárias para a conservação. Brasília (DF): MMA/UFPE/Conservation International – Biodiversitas – Embrapa Semiárido, 2004, pp. 349-374.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13. n. 39, pp. 545-598, 2008.

TUAN, Y. Geografia Humanista. *In*: CRISTOFOLETI, A. (Org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL 1982. pp. 165-193.

Recebido em: 10/01/2022

Aprovado em: 12/02/2022

6 DISCUSSÃO GERAL

É importante realçar que, com base nos artigos discutidos acima, as ecologias do sertão e do (a) sertanejo (a) pautam-se por uma ambivalência coexistente das relações homem-ambiente, a qual decorre dos contrastes naturais da fitofisionomia da caatinga (ora verde, ora seca), em face das irregularidades climáticas do semiárido nordestino, conforme os estudos de Silva *et al.* (2004) e os diversos fragmentos das obras em exame, a saber: “Aquela árvore que ainda ontem parecia um tronco morto já tem um aspecto vivaz” (ALENCAR, 2002, 118); “Não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse” (QUEIROZ, 2012, p. 21); “Enfim caiu a primeira chuva de dezembro” (QUEIROZ, 2012, p. 73); “Por enquanto a inundação crescia. Não havia o perigo da seca imediata, que aterrorizara a família durante meses” (RAMOS, 2013, p. 23);

Que braseiro, que fornaia'
 Nenhum pé de prantação'
 Por farta' d'água perdi meu gado
 Morreu de sede meu alazão
 Por farta' d'água perdi meu gado
 Morreu de sede meu alazão.

Hoje longe, muitas légua
 Numa triste solidão
 Espero a chuva cair de novo
 Pra mim vortar' pro meu sertão
 Espero a chuva cair de novo
 Pra mim vortar' pro meu sertão

(GONZAGA & TEIXEIRA, 1947).

Nesse caminho, da mesma forma que o ambiente (caatinga) é dual, a subjetividade evocada no sertanejo na relação com o sertão torna-se, também, conflituosa, norteadada ora por emoções topofílicas, de apego, de amor, de afeição ao lugar; ora por sentimentos de aversão, de horror e de repulsa a um local miserável, em virtude de longos períodos de estiagem, como se pôde atestar nos excertos acima.

Sob essa tônica, sublinham-se os estudos provenientes da psicanálise, quando Freud (1915a; 1915b) e Green (1988) destacam as características duais da natureza humana: para o primeiro, as pulsões de vida e de morte; para o segundo, o narcisismo de vida e de morte, forças coexistentes, que são indispensáveis à sobrevivência e, portanto, à superação das alterações do ambiente: “Isto, para ele, era motivo de orgulho. Sim, senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades” (RAMOS, 2013, p. 9).

Dessarte, em contextos análogos, a Zoocrítica (Zooliteratura) traz, também, percepções duais do animal não humano: ora com os instintos em evidência; ora vindo à tona a sensibilidade, que é a consciência do seu entorno e a demonstração de sentimentos e emoções, conforme se pode observar nos trechos em que a cachorra baleia é descrita: “Uma angústia apertou-lhe o pequeno coração. Precisava vigiar as cabras; Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás” (RAMOS, 2013, p. 30-31).

Na passagem acima, observa-se o altruísmo do animal não humano, demonstrando responsabilidade na iminência da morte e gratidão aos seus donos como atestam os excertos a seguir:

E de novo lhe veio o desejo de morder Fabiano, que lhe apareceu diante dos olhos meio vidrados. Não poderia morder Fabiano: tinha nascido perto dele, numa camarinha, sob a cama de varas, e consumira a existência em submissão, ladrando para juntar o gado quando o vaqueiro batia palmas (RAMOS, 2013, p.31).

Em vista de coadunar ainda mais a tese da ambivalência coexistente das relações homem-ambiente, é oportuno assinalar os contributos do filósofo Nietzsche (1999), quando afirma a presença de forças apolíneas (de sonho, de ilusão, de crença em dias melhores) e dionisíacas (de tragédia e miséria) na essência humana. Ademais, evidenciam-se as conclusões do evolucionista Charles Darwin (1981), afirmando que a espécie humana e todos os seres vivos são dotados de comportamentos cooperativos e competitivos para melhor lidar com as diversas facetas do cotidiano. Portanto, as mudanças do tempo e do ambiente alteram as emoções e as percepções do sertanejo frente à vida e ao próprio sertão.

Outrossim, levando em conta o par da colonialidade e da decolonialidade, pondera-se que, nos discursos dos personagens de *O Sertanejo*, *O Quinze* e *Vidas Secas* e do eu-lírico da canção *Asa Branca*, há a predominância da colonialidade do poder, do saber e do ser, fruto de uma herança cultural eurocêntrica e das sucessivas neocolonizações que vêm ocorrendo ao longo dos anos, conforme sinalizam Quijano (1997); Maldonado-Torres (2007); Boaventura de Sousa Santos (2007); Mignolo (2010); Colaço (2012); Rosevics (2017), embora se possa perceber, de modo mais tímido, uma visão contra-hegemônica, que busca a emancipação dos (as) sertanejos (as).

Esse legado de dominação e opressão pode ser coadunado pelo discurso dos personagens Capitão-mor Gonçalo Pires Campelo; sua filha, D. Flor (*O Sertanejo*); a avó de Conceição, Mãe Nácia; a prima de Conceição, Lourdinha; a amiga de Lourdinha, Mariinha (*O Quinze*); o proprietário de terra e as pessoas da cidade (*Vidas Secas*):

O capitão-mor exercia o direito de vida e de morte sobre seus vassallos, os quais eram todos quantos podia abranger o seu braço forte. Sua vontade era, ao mesmo tempo, a lei e a sentença; bastava o executor (ALENCAR, 2002, p. 337); Também a altivez nela era nativa; e já, naquele tempo, sentia o prazer especial da dominação (ALENCAR, 2002, p. 406); — Que Mariinha! Então, você acha, Lourdinha, que no fim de uma seca eu posso andar cuidando em casamento? Como foi que essa moça pensou nisso? — Pois, Cente, eu já estou comprometida com o Clóvis (QUEIROZ, 2012, p. 74); Comparando-se aos tipos da cidade, Fabiano reconhecia-se inferior” (RAMOS, 2013, p. 27); “O gado aumentava, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor... (RAMOS, 2013, p. 10).

No eu-lírico da canção *Asa Branca*, constata-se um preconceito linguístico destinado aos artistas denominados populares, em razão de externarem uma linguagem distante do nível culto ou formal, determinado pela Gramática Normativa:

Inté' mesmo a asa branca
 Bateu asas do sertão
 Entonce' eu disse: adeus, Rosinha
 Guarda contigo meu coração
 Entonce' eu disse: adeus, Rosinha
 Guarda contigo meu coração

(GONZAGA & TEIXEIRA, 1947).

Segundo Grosfoguel (2008), a cultura colonial dicotômica superior/inferior; letrado/inculto permanece entranhada na sociedade e, por conseguinte, é replicada nas interações humanas, com vistas a consolidar exclusões e subalternidades. Em contrapartida, Boaventura de Sousa Santos (2007) advoga que os conhecimentos populares configuram-se como uma ecologia de saberes que tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do científico. De modo semelhante, os saberes, provenientes dos sertanejos sem escolarização, não devem ser descartados ou menosprezados, mas valorizados como uma das maneiras de interpretar a natureza e o seu entorno.

Em contraponto, a hierarquização (linguística e social) é pulsante nas relações de poder que envolvem os artistas mais ou menos prestigiados, segregando-os em dois grupos distintos: os que fazem parte da cultura clássica, erudita e, reconhecidamente, superior e os que se enquadram na arte popular, menos privilegiada e inferior aos chamados cânones.

Ainda que existam marcas preponderantes da colonialidade do poder, do saber e do ser nas obras em exame, salienta-se a decolonialidade do eu-lírico-autor (Luiz Gonzaga) que superou o preconceito linguístico e a segregação social, tornando-se o Rei do Baião. Tal homenagem suscita o reconhecimento da arte popular, a qual emana mensagens poéticas que

sensibilizam sucessivas gerações, construindo, assim, um público apreciador que se renova continuamente

Nessa esteira da decolonialidade, também merecem relevo os personagens Arnaldo, de *O Sertanejo*, e Conceição, de *O Quinze*, por representarem uma resistência à colonialidade do poder, do saber, do ser e à de gênero, empreendendo, assim, uma luta pela valorização e reconhecimento de todas as pessoas e saberes, sem dicotomias, hierarquizações ou opressões:

“O caráter de Arnaldo tinha independência e qualquer gesto imperativo revoltava-lhe os brios” (ALENCAR, 2002, p. 268); “Conceição não falava em casar. Dizia que nascera solteirona. Ouvindo isso, a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão” (QUEIROZ, 2012, p. 13); — Esta menina tem umas ideias!; De fato, Conceição talvez tivesse umas ideias; escrevia um livro sobre pedagogia, rabiscara dois sonetos; Chegara até a se arriscar em leituras socialistas, e justamente dessas leituras é que lhe saíam as piores das tais ideias, estranhas e absurdas à avó (QUEIROZ, 2012, p. 13).

Portanto, consoante Colaço (2012), o decolonial é uma luta contínua, uma vez que as raízes históricas, socioeconômicas e culturais se infiltram no cotidiano diacrônico de gerações sucessivas, tornando árdua a superação do poder da colonização ao longo dos séculos, surgindo, assim, neocolonizações que necessitam, pois, de um discurso e de uma prática permanente de resistência às forças hegemônicas.

Reitera-se que, além da decolonialidade, mais dois elementos são de suma importância para integrar essa luta pela emancipação dos (as) sertanejos (as): a interculturalidade e a ecologia humana. Tal tríade sinaliza diversas características em comum, como as perspectivas ontológica, holística, sistêmica, inter e transdisciplinar, suscitando, assim, que todas as culturas e saberes alcancem uma equidade de importância, sem hierarquizações ou dicotomias.

Nesse panorama, tanto a interculturalidade como a Ecologia Humana e a decolonialidade perpassam um viés de integração, ao mesmo tempo em que repudiam o isolamento e o etnocentrismo, que provocam fragmentações, separando o todo em partes, aparentemente inconciliáveis, propiciando, assim, segregações inférteis que devem ser substituídas por uma nova maneira de ser e estar no mundo, cada vez mais solidária e sistêmica.

Posto isso, assinala-se que a Ecologia Humana, segundo Pires e Craveiro (2014), é a mais social das ciências sociais, pois dialoga com inúmeras outras ciências e também representa um paradigma científico que deverá conduzir os estudos de todos os campos do saber, visto que a fragmentação cartesiana não responde à complexidade das relações

humanas na contemporaneidade. Ademais, tal herança positivista que se fundamenta nas dicotomias teoria/prática; conhecimento científico/saberes populares não se sustenta numa sociedade multicultural, já que imprime um tom de superioridade aos primeiros (teoria, conhecimento científico), considerando os últimos (prática e saberes populares) como ilegítimos e inferiores.

Nessa tônica, faz-se imperiosa uma epistemologia intercultural que reconheça, como advoga Azibeiro (2003), todas as culturas como igualmente válidas para o desenvolvimento humano e social, além de favorecer a integração dos conhecimentos a partir de uma abordagem inter e transdisciplinar que una a teoria à prática, os conhecimentos locais e o senso comum à ciência. De maneira similar, a Ecologia Humana também se abre a um espaço de integração, investigando o homem e os outros seres, vivendo e convivendo numa relação dinâmica, sistêmica, inter e transdisciplinar que seja, ao mesmo tempo, física, cultural, psicológica e social numa imbricação significativa e abrangente que alie o todo às partes e as partes ao todo.

Dessarte, vale ponderar que outro elemento indispensável à superação do paradigma cartesiano-positivista, que fragmenta o conhecimento, é a educação interdisciplinar que, segundo Thiesen (2008), pretende superar o legado da tendência clássica que segregou disciplinas, reduzindo o conhecimento em porções de saberes compartimentados. Desse modo, a interdisciplinaridade capta inter-relações, implicações mútuas e fenômenos multidimensionais.

Partindo dessa lógica, esta tese também recomenda a adoção de um ensino interdisciplinar, mediado pela Ecocrítica, pois favorece uma visão sistêmica do conhecimento, congregando componentes curriculares da Educação Básica, como Língua Portuguesa (Literatura), Geografia e Biologia, além de suscitar uma maior imbricação dos cursos de Licenciatura Plena em Letras, Geografia e Biologia na Educação Superior, possibilitando uma formação docente holística, inter e transdisciplinar, contribuindo, assim, para uma postura pedagógica mais solidária, complexa e profunda, tão necessária ao fomento de pesquisas que tenham como foco a análise das relações homem-ambiente.

Por fim, vale ressaltar as contribuições desta tese para a ciência e a sociedade. Nessa ótica, aponta-se como principal contributo ao campo científico o fato de incitar a superação do paradigma clássico que vigora historicamente no cenário acadêmico. Sendo assim, a presente tese, ao promover um viés inter e transdisciplinar para melhor compreender os fenômenos que envolvem as relações ser humano-ambiente (ambivalência coexistente), sinaliza os benefícios sociais desse paradigma, uma vez que discute a necessidade de rompimento com os

preconceitos, fragmentações e hierarquias, a fim de construir uma nova ética de ser e estar no mundo, capaz de propiciar a integração entre os seres, povos e culturas, eliminando, dessa maneira, o legado da colonialidade do poder, do saber e do ser no sertão brasileiro

7 CONCLUSÕES

A partir das discussões ora expostas, reitera-se que existe a ambivalência topofóbica/topofílica nas obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel Queiroz, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e na canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. Nesse sentido, a análise da topofobia e da topofilia, no contexto da Ecocrítica e da Ecologia Humana, representa as conflitantes imbricações entre os humanos, a arte e o lugar-ambiente.

Dessa forma, uma paisagem topofóbica desencadeia um espaço e um território adversos que, por conseguinte, impulsionam o sertanejo a um destino nefasto como o que ocorreu com os retirantes, personagens das obras modernistas *O Quinze* e *Vidas Secas*, e, de modo análogo, com o “eu-lírico” de *Asa Branca*, quando foram submetidos a períodos longos de estiagem e a uma política de exclusão social. Entretanto, esse cenário da caatinga se transforma, em meio às chuvas e a uma política de convivência com o semiárido, propiciando, assim, imagens topofílicas e uma condição humana menos miserável para o sertanejo.

Isso posto, enquanto subjetividade, o sertão é, em algumas épocas do ano, topofóbico, e, em outras, topofílico, considerando os paradoxais sentimentos evocados pelos autores das obras em apreço e, conseqüentemente, em razão da carga emocional dos personagens e do “eu-lírico que compõem as respectivas obras, visto que, no universo ficcional, relativamente à identificação projetiva, os personagens e o “eu-lírico” refletem os seus escritores. Outrossim, embora as relações de repulsa ou apego ao ambiente físico sejam contrastantes, uma delas não pode ser velada, historicamente, como se não existisse no que concerne às representações do sertanejo e do sertão.

Nesse aspecto, a topofilia precisa ganhar fôlego nos cenários acadêmicos, artísticos, midiáticos e políticos, com vistas a desconstruir uma imagem, exclusivamente, topofóbica acerca do sertão e do sertanejo que foi veiculada, diacrônico e majoritariamente, nos meios de comunicação de massa e consolidada por um grupo prestigiado de cientistas, escritores, compositores e políticos, o que mascarou a real face da caatinga: ora seca e inóspita; ora verde e de rica biodiversidade. Ressalta-se, portanto, que construções históricas são dissolvidas, paulatinamente, em contato com novos paradigmas e representações artísticas que ora estão sendo apresentados neste exame de qualificação, com o propósito de desconstruir as visões, meramente, deterministas e topofóbicas do sertanejo e do sertão.

Concomitantemente, pondera-se que as obras *O Sertanejo*, de José de Alencar, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e a canção *Asa Branca*, de

Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, trazem elementos da colonialidade, da decolonialidade e da interculturalidade, embutidos nos discursos dos seus personagens e no “eu-lírico” do poema-canção, os quais representam sertanejos ora dominados, ora subversivos, provenientes das contínuas neocolonizações. Nesse ínterim, a análise (de) colonial e intercultural, no contexto da Ecocrítica, reflete as conflitantes relações entre os humanos, a arte e o ambiente social, econômico, político e cultural.

Desse modo, a decolonialidade e a interculturalidade precisam ganhar impulso no contexto artístico, técnico-científico e nos debates sociais, com vistas a desenvolver uma cultura e uma consciência emancipatória, com o fito de desconstruir relações opressoras que levam à dominação dos sujeitos, considerados como ilegítimos e, portanto, excluídos de direitos, sendo somente passíveis de exploração para atender a elite, reforçando, assim, a hegemonia e a autoridade desse grupo social. Para tanto, os personagens subversivos “Arnaldo” (*O Sertanejo*) e “Conceição” (*O Quinze*) são exemplos inspiradores para esse movimento de transformação social.

Nessa perspectiva, com o propósito de se contrapor à colonialidade que imperava no final do século XIX, José de Alencar produziu, na obra *O Sertanejo*, apesar de, timidamente, discursos literários anti-hegemônicos por meio do personagem principal, “Arnaldo”, a fim de representar uma figura de resistência à dominação, simbolizada pelo “capitão-mor” e sua filha, “D. Flor”. De maneira análoga, Rachel de Queiroz produziu, na obra *O Quinze*, de modo mais enfático, a personagem decolonial “Conceição” que rompeu com os padrões sociais a que a mulher estava fadada na época, tornando-se, pois, emancipada.

Na obra *Vidas Secas*, Graciliano Ramos construiu o personagem subalterno “Fabiano” que, mesmo tendo consciência de sua condição de subserviência, não conseguia se desvencilhar das amarras da opressão, em virtude da falta de escolarização e de oportunidades, sendo, pois, submisso às autoridades do patrão (fazendeiro) e do “soldado amarelo”. Além destes, era enganado e aviltado, facilmente, pelos comerciantes e demais pessoas da cidade que dominavam a linguagem e, assim, ludibriavam, como ele, os sertanejos analfabetos. Sendo assim, o autor, na obra em epígrafe, evidencia a divisão de classes, denunciando, assim, as colonialidades do poder, do saber e do ser que depreciam o dominado, colocando-o numa condição subumana.

No que concerne à canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, os compositores revelaram as dores do “eu-lírico”, em face do contexto de miséria do sertanejo, principalmente em razão de longos períodos de estiagem, obrigando-o a migrar para terras distantes. Sendo assim, em virtude da ausência de políticas eficazes para a convivência do

homem do campo com o semiárido, este é expulso do sertão, o que representa o legado da colonialidade do poder, do saber e do ser.

Nesse ínterim, destaca-se que o processo colonizatório no Brasil e as neocolonizações imprimiram estereótipos e invisibilizaram existências. Por conseguinte, embora a história da colonização brasileira compreenda o período do século XVI ao XIX, são consensuais, nos estudos literários, culturais e sociológicos, os resquícios do empreendimento colonial, observados nas obras *O Sertanejo*, *O Quinze*, *Vidas Secas*, e na canção *Asa Branca*, cujos trechos aqui selecionados corroboram a colonialidade do poder, do saber e do ser, apesar de existir uma força contra-hegemônica que atua na direção emancipatória dos povos e nações.

De outra parte, vale ponderar que as obras *O Quinze*, *Vidas Secas* e a canção *Asa Branca* desempenham, primordialmente, o papel de denúncia da realidade, revelando a tragédia dos retirantes que, tratados como “lixo humano”, como “bichos” ou como seres invisíveis, iam perecendo à margem da sociedade, assinalando, desse modo, que a seca representa um problema social, ético, político e, por conseguinte, não se trata, simplesmente, de um entrave climático ou de um embate de ordem religiosa.

Por fim, mediante uma educação holística, sistêmica e integrada, é possível reiterar as relações ser humano–ambiente, o que requisita uma epistemologia inter e transdisciplinar, suscitando, assim, a interlocução com diversos campos científicos, como por exemplo, Antropologia, Sociologia, Filosofia, História, Direito, Psicanálise, Arte e Geografia, trazendo, dessa maneira, contribuições abrangentes, profundas e complexas para melhor compreender o fenômeno humano (mediado pela ecocrítica) e não-humano (imerso na zoocrítica), cujas imbricações estão associadas ao ambiente natural, social, cultural e simbólico.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **O Aberto: O Homem e o Animal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ALENCAR, J. de. **O Sertanejo**. São Paulo: José Olympio, 2002.
- ANDRÉ, M. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação?. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
- AZIBEIRO, N. E. Educação intercultural e complexidade: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares. *In*: FLEURI, R. M. (org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003, p. 85-107.
- BALLESTRIN, L. M. de A. “Feminismos Subalternos”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, p. 1035-1054, set./dez., 2017.
- BEGOSSI, A. **Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente**. Interciência, 18 (3):121-123, 1993.
- BOMFIM, L. S. V. **No Brasil, a ecologia humana é um paradigma científico ou um outro tipo de ciência emergente?**, 2016.
- BOMFIM, L. S. V. **História e Epistemologia da Ecologia Humana**. Salvador-BA: Editora Mente Aberta, 2021.
- BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRANCH, M. P. **Defining Ecocritical Theory And Practice**. 1994. Disponível em: <http://www.asle.org/site/resources/ecocritical-library/intro/defining/>. Acesso em 05 de Abr. 2021.
- BRONCKART, J. P.; MACHADO, A. R. (Re-)configurações do trabalho do professor construídas nos e pelos textos: a perspectiva metodológica do grupo ALTER-LAEL. *In*: Cristóvão, V. L. P.; Tardelli-Abeu, L. S. (org.). **Linguagem e educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. pp. 31-77.
- CANDIDO, A. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- COLAÇO, T. L. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.
- DARWIN, C. **Descent of Man**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

DERRIDA, J. **O animal que logo sou**. Tradução: Fábio Landa, São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulus Editora, 2001.

FELDMAN, A. K T. Animais na poética indígena norte-americana – duas perspectivas. *In* BRAGA, E. F.; LIBANORI, E. V.; DIOGO, R. de C. M. (orgs.). **Representação animal na literatura**. Rio de Janeiro: Oficina da Leitura, 2015, p. 32-56.

FLEURI, R. M. Prefácio: O desafio da transversalidade e da reciprocidade entre culturas na escola. *In*: PADILHA, P. R. **Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2004, p. 13-18.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREUD, S. **O Inconsciente**. In Sigmund Freud. Obras Completas ESB, vol. XIV, (1915a).

FREUD, S. **Os instintos e suas vicissitudes**. In Sigmund Freud. Obras Completas ESB, vol. XIV, (1915b).

GAARD, G. "Novos rumos para o ecofeminismo: em busca de uma ecocrítica mais ecofeminista". Tradução Izabel Brandão e Marina Verçosa de Andrade. *In*: BRANDÃO, Izabel. et al. (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017, p. 783-818.

GARRARD, G. **Ecocrítica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOTFELTY, C. Introduction-literary studies in an age of environmental crisis. *In*: GLOTFELTY, C. & FROMM, H. (eds). **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology**. Athens / London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. XV-XXXVII. Acesso em 06 de Abr. 2021.

GONZAGA, L.; TEIXEIRA, H. Intérprete: Luiz Gonzaga. Asa Branca. *In*: GONZAGA, Luiz. **Luiz Gonzaga canta seus sucessos com Zé Dantas**. RCA Victor, 1947. Disco, Lado B, Faixa 1.

GREEN, A. **Narcisismo de vida. Narcisismo de morte**. São Paulo: Escuta, 1988.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 11-18, 2004. 396p.

HUTTA, J. S. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Revista Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, p. 63-89, 2020.

- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.
- MACHADO, P. de A. **Ecologia Humana**. São Paulo: Autores Associados, 1984.
- MACIEL, M. E. Exercícios de Zooliteratura. **Revista ComCiência**, nº 134, Campinas-SP, 2011.
- MACIEL, M. E. **Literatura e animalidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GOSFROGUEL, R. (Comp). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007.
- MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Soc. estado**. [online], v. 31, n. 1, pp. 75-97, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2PmtsTD>. Acesso em 21 jan. 2022.
- MARQUES, J. (org). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014.
- MARTINS, J. da S. **Tecendo a rede: notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semi-Arido Brasileiro e outras excedências 2006**. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- MIGNOLO, W. D. **Aiethesis Decolonial**. Calle 14. V. 4, no. 4. Enero-junio, 2010.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.
- NEIMAN, L. de O. Z. Caderno I – Comunicações. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), V.12, n. 3, 2017. **Anais do IX Fórum Brasileiro de Educação Ambiental**.
- NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NUNES, Benedito. O animal e o primitivo: os Outros de nossa cultura. In: MACIEL, Maria Esther (org.). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p. 13-22.
- ORLANDI, E. P. **O papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2011.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes/UNICAMP, 2012.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PHILIPPI JR, A.; FERNANDES, V. **Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e na Pesquisa**. Barueri, SP: Manole, 2015.

PIRES, I. M.; CRAVEIRO, J. L. Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais. *In*: MARQUES, J. (org). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014, p. 53-82.

QUEIROZ, R. de. **O Quinze**. 93ª ed., Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. *In*: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. 120ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

REIS, C. **O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários**. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

REY, F. L. G. **Pesquisa Qualitativa e subjetividade**. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

ROSEVICS, L. Do pós-colonial à decolonialidade. *In*: CARVALHO, G.; ROSEVICS, L. (orgs.). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

ROUSSEAU, J. J. **Os devaneios do caminhante solitário**. Brasília: Editora Universidade de Brasília - Hucitec, 1986.

RUECKERT, W. Literature and ecology: un experiment in Ecocriticism. *In*: GLOTFELTY, C. & FROMM, H. (eds). **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology**. Athens / London: The Univ. of Georgia Press, 1996.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos-CEBRAP**, 71-94, 2007.

SILVA, M. B. da; SCHAPPO, Vera Lúcia. **Introdução à pesquisa em educação**. Florianópolis, SC: UDESC, 2002.

SILVA, R. M. A. da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dec, 2003.

SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T.; LINS, L. V. (orgs). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: MMA/UFPE/Conservation International do Brasil – Instituto Biodiversitas – Embrapa Semi-árido, p. 1-41, 2004.

SUASSUNA, L. **Ensaio de pedagogia da língua portuguesa**. Recife: ed. Universitária da UFPE, p.101 a 119, 2004.

TAPIA, J. J. **O Prazer de Ser: A Essência da Ecologia Humana**. São Paulo: Gente, 1993.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino

aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13. n. 39, pp. 545-598, 2008.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente (trad.) Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y. Geografia Humanista. In: CRISTOFOLETI, Antonio. (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL 1982.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WALSH, C. **Interculturalidad en la educación**. Lima. 2001, p..3-11. Disponível em: <http://www.cepis.org.pe/tutorialin/e/lecturas/walsh.pdf>. Acesso em 23 nov. 2021.

APÊNDICE – ARTIGO SUBMETIDO À REVISTA CONTRAPONTO

O ENSINO DE CIÊNCIAS NUMA PERSPECTIVA ZOOCRÍTICA

Resumo: A ciência e a literatura não são antagônicas. Partindo dessa premissa, esta pesquisa tem como objetivo investigar, sob o método da Análise do Discurso de Linha Francesa e da perspectiva Zoocrítica, as relações entre o homem, o animal e o ambiente, mediadas pelas obras *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, com vistas a uma sinalização das imbricações entre o ensino de Ciências e a Literatura. Como principais resultados, aponta-se que os discursos dos personagens (humanos e não humanos) demonstram a animalidade do humano e a senciência do animal não humano (“cachorra Baleia”), que apresenta sentimentos e emoções, evocados literariamente, revelando uma significativa articulação entre Ciência e Literatura. Portanto, a Zoocrítica é uma área inter e transdisciplinar que se lança no universo de interpretações integradas da realidade, emergindo, assim, uma compreensão mais complexa e profunda das relações ser humano-animais-ambiente.

Palavras-chave: Ciência. Literatura. Interdisciplinaridade.

SCIENCE TEACHING FROM A ZOOCRITICAL PERSPECTIVE

Abstract: Science and literature are not antagonistic. Based on this premise, this research aims to investigate, under the French Discourse Analysis method and the Zoocritical perspective, the relationships between man, animal and environment, mediated by the works *Vidas Secas*, by Graciliano Ramos, and *O Quinze*, by Rachel de Queiroz, with a view to signaling the overlap between Science teaching and Literature. As main results, it is pointed out that the speeches of the characters (human and non-human) demonstrate the animality of the human and the sentience of the non-human animal (“whale dog”), which presents feelings and emotions, evoked in literature, revealing a significant articulation between Science and Literature. Therefore, Zoocriticism is an inter and transdisciplinary area that launches itself into the universe of integrated interpretations of reality, thus emerging a more complex and profound understanding of human-animal-environment relationships.

Keywords: Science. Literature. Interdisciplinarity.

LA ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS EN UNA PERSPECTIVA ZOOCRÍTICA

Resumen: La ciencia y la literatura no son antagónicas. Partiendo de esta premisa, esta investigación tiene como objetivo indagar, bajo el método del Análisis del Discurso Francés y la perspectiva Zoocrítica, las relaciones entre el hombre, el animal y el ambiente, mediadas por las obras *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, y *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, con el fin de señalar la imbricación entre la enseñanza de las Ciencias y la Literatura. Como principales resultados, se señala que los discursos de los personajes (humanos y no humanos) demuestran la animalidad del humano y la sintiencia del animal no humano (“perro ballena”), que presenta sentimientos y emociones, evocados en la literatura, revelando una articulación significativa entre Ciencia y Literatura. Por tanto, la Zoocrítica es un área inter y transdisciplinar que se lanza al universo de las interpretaciones integradas de la realidad,

surgiendo así una comprensión más compleja y profunda de las relaciones hombre-animal-ambiente.

Palabras clave: Ciencia. Literatura. Interdisciplinariedad.

Introdução

A priori, sublinha-se que Ciência e Literatura não são ramos inconciliáveis, mas complementares entre si. Desse modo, o método científico, apesar de configurar-se por etapas rígidas de apreensão do real, mantém inter-relações com o campo artístico, uma vez que ambos representam formas de conhecimento do mundo concreto. Conforme Diana Navas (2020), é preciso estabelecer conexões entre a Ciência e a Literatura e, assim, superar o paradigma cartesiano que divide e fragmenta os saberes.

Ademais, de acordo com Navas (2020), vivencia-se a era tecnológica e as pessoas encontram-se cada vez mais conectadas. Entretanto, tais indivíduos são incapazes de estabelecer conexões entre os diferentes saberes. Outrossim, imersos em conhecimentos vários, aparentemente díspares, os (as) humanos (as) constroem visões cada vez mais parcelares e limitadas da realidade, o que distancia a humanidade da concepção holística e integrada entre as diferentes áreas do conhecimento, dificultando, assim, uma compreensão mais efetiva do contexto hodierno.

Nesse viés e considerando a perspectiva sistêmica das relações entre os seres humanos e os animais, ressalta-se que Maria Esther Maciel (2016) pondera que a origem do termo Zoocrítica remonta ao final do século XX, apresentando, em seu bojo, um caráter inter e transdisciplinar, sinalizando, assim, o estudo dos animais na imbricação com o ambiente físico, a sociedade e a cultura, além das relações do homem com o animal não humano, numa associação direta entre a Arte e os animais.

Partindo dessa premissa, o ensino de Ciências numa abordagem zoocrítica torna-se possível, uma vez que, segundo Maciel (2016), a Zooliteratura – correlação entre a Literatura e os animais - é um ramo dos Estudos Animais que surgiu, nos anos de 1970, nos países de língua inglesa, com uma forte presença na Austrália e nos Estados Unidos e, bem mais tarde, alcançou demais nações, inclusive o Brasil. Desse modo, em sua gênese, os Estudos Animais absorvem áreas inter e transdisciplinares, como Zoologia, Ecologia, Filosofia, Ciências Políticas, Antropologia, Direito, Artes, Literatura, entre outros campos científicos.

Nesse panorama, salienta-se que, para Juarez Thiesen (2008), o conhecimento interdisciplinar se processa sob dois enfoques principais: o epistemológico (entende o processo de conhecer como produção, reconstrução e socialização de um saber holístico

relacionado a todas as ciências) e o pedagógico (visa à integração de conteúdos e de disciplinas, refletindo a reformulação do currículo, da metodologia de ensino e sugerindo um novo planejamento escolar, calcado na colaboração e no trabalho em equipe).

Dessarte, o ensino de Ciências numa perspectiva zoocrítica suscita a adoção desses dois enfoques, discutidos por Thiesen (2008), posto que faz-se necessária a superação do legado da tendência cartesiana e positivista que segrega as ciências como se estas fossem inconciliáveis. Além disso, esse paradigma clássico se disseminou nas instituições de ensino, pregando a disjunção de componentes curriculares, reduzindo, assim, o conhecimento em porções de saberes compartimentados.

Nessa tônica, torna-se recomendável a internalização do paradigma ontológico, inter e transdisciplinar, congregando, pois, o ensino de Ciências à Literatura, num diálogo complexo e profundo para melhor compreender as relações entre os seres humanos, o animal, o ambiente, a sociedade e a cultura. Para tanto, esta pesquisa utiliza, como meios de investigação, as obras *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, à luz da Zoocrítica.

Nesses termos, assinala-se que os escritores nordestinos, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, denunciam a penúria vivenciada pelos retirantes e pelos animais que são invisibilizados por um sistema político excludente. Concomitantemente, os referidos autores põem em relevo a relação entre o humano e o não humano num tom que refuta a visão antropocêntrica e discute a animalidade do homem e a senciência do animal, atrelando, assim, o ensino de Literatura às ciências, como a Biologia-Zoologia. Nesse viés inter e transdisciplinar, os escritores acima souberam, também, descortinar do universo ficcional os pensamentos que povoavam o mundo interior dos personagens, sejam eles, humanos ou não humanos, concedendo, pois, destaque ao contexto psíquico das narrativas.

Acerca da biografia de Graciliano Ramos, salienta-se que, segundo Afrânio Coutinho (1984), o autor nasceu em 1892 (Quebrângulo-AL) e foi um escritor reconhecido pela crítica literária, inclusive, a obra *Vidas Secas* foi traduzida para diversos países. Além disso, Graciliano alcançou o prêmio da Fundação William Faulkner, dos Estados Unidos, sendo elogiado por apresentar uma visão crítica das relações entre o humano e o animal não humano, saindo do regional e atingindo uma esfera social-psicológica de interesse universal.

Em se tratando de Rachel de Queiroz, ressalta-se que, conforme Alfredo Bosi (2006), a escritora nasceu em 1910 (Fortaleza-CE). Ademais, sublinha-se que a autora de *O Quinze* realiza a façanha de se tornar, em 1977, a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia

Brasileira de Letras, denunciando a miséria do sertanejo e dos animais que habitavam o sertão durante os longos períodos de estiagem.

Isso posto, esta pesquisa tem como objetivo analisar, a partir das obras *Vidas Secas* e *O Quinze*, as relações entre o homem, o animal, o ambiente, a sociedade e a cultura, sinalizando, assim, as imbricações entre o ensino de Ciências e a Literatura, mediado pela Zoocrítica. Por último, destaca-se que esta investigação parte da hipótese de que os discursos dos personagens das obras em questão demonstram a animalidade do humano e a senciência do animal, mais precisamente da cachorra Baleia, sendo, pois, um campo suscetível à adoção de um ensino interdisciplinar, articulando Literatura, Biologia-Zoologia e outras áreas do conhecimento.

Material e métodos

A partir desses elementos contextuais, esta pesquisa assenta-se nas obras *Vidas Secas* (2013) [1938], de Graciliano Ramos, e *O Quinze* (2012) [1930], de Rachel de Queiroz. Nesse sentido, frisa-se, também, que a presente investigação adota como método a Análise do Discurso de Linha Francesa que, segundo Michel Pêcheux (2006, p. 7), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Desse modo, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido.

Dessarte, Eni Orlandi (2012) coaduna a Análise do Discurso de Linha Francesa na qual considera as condições de produção em que as obras foram escritas, o contexto histórico-social do país e as histórias de vida dos autores, destacando, pois, essas três características como muito relevantes para a análise deste estudo, visto que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso nas obras em questão. Além disso, na concepção de Orlandi (2012), deverão ser levados em conta os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto.

Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso, consoante Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem / personagem com a sua história e com as construções sociais, norteado pela capacidade de significar e significar-se, validando, assim, tais sentidos nos discursos dos autores através das considerações de suas condições de produção, as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação social.

Nesses termos, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que concerne aos sujeitos que enunciam – Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz – e a situação

social, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada aos autores e aos períodos históricos em que se inserem as obras *Vidas Secas* e *O Quinze*, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca aos discursos produzidos pelos sujeitos que falam nos textos consoante os estudos de Pêcheux (2006).

Simultaneamente, adotou-se a perspectiva zocrítica como mais um mecanismo de análise, tendo em vista que, conforme Maciel (2016), as relações entre a Literatura e os estudos animais são bastante relevantes para uma criteriosa e abrangente investigação em torno das relações ser humano-animais-ambiente-sociedade-cultura, considerando o universo inter e transdisciplinar que permeia a dinâmica da vida contemporânea na imbricação com o ensino de Ciências e a Literatura.

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 28 publicações, dentre elas, artigos científicos e ensaios, localizados em periódicos *on-line* e em anais de eventos disponíveis eletronicamente, que remontam a uma janela temporal dos últimos 20 anos, além de *e-books* e livros físicos, cuja totalidade do referencial teórico data de 1915 até consultas que foram realizadas em sites da internet no segundo semestre de 2022.

Resultados e discussão

Conforme Antonio Candido (2009), a arte literária configura-se como um terreno fértil à interdisciplinaridade, com vistas a entender melhor a profundidade e a complexidade das relações entre o homem, os animais, o ambiente, a sociedade e a cultura, suscitando, assim, implicações entre o ensino de Ciências e a Literatura. Nesse caminho, desponta-se, nos anos de 1970, conforme Maciel (2011), a Zooliteratura que busca analisar as imbricações entre o homem e o animal, além de refletir sobre a própria condição humana.

Nessa esteira, segundo Benedito Nunes (2011), é preciso reconquistar a proximidade perdida, desde a Antiguidade, entre homem e animal, afastando dessa análise o paradigma cartesiano, que fragmenta e divide os animais em seres racionais e, portanto, conscientes (os humanos) e os irracionais (os outros, denominados animais). Desse modo, a animalidade do humano e a senciência do animal devem ser consideradas cientificamente numa ambivalência coexistente, inter e transdisciplinar.

Sobre essa tônica, a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, mostra-se bastante frutífera, uma vez que mergulha na profundidade do animal, principalmente a partir da personagem “Baleia”, uma cachorra solidária e preocupada com sua família: “E foram

despertados por Baleia, que trazia nos dentes um preá. Aquilo era caça bem mesquinha, mas adiar a morte do grupo” (RAMOS, 2013, p. 7).

Nesse ínterim, Maciel (2016) assinala a importância de se admitir, no meio acadêmico, a complexidade do comportamento animal. Aceitas essas considerações, a escritora pondera que “Baleia” e os outros animais podem, sim, ser capazes de gestos de altruísmo, de demonstrações de solidariedade, de compreender alguns aspectos da vida, além de sinalizar medo e lutar pela própria sobrevivência.

Logo, de acordo com Maciel (2016), se “Baleia” tem traços que lembram os humanos e estes têm traços animais, é porque o escritor alagoano Graciliano Ramos tratou dos mundos humano e não humano como sendo feitos de porosidade. Em outros termos, quando um está em contato próximo do outro, eles se contaminam reciprocamente. Nesse sentido, a humanidade de um personagem se confunde com a animalidade do não humano numa mútua relação, independentemente da espécie a que pertencem.

Outrossim, essa dinâmica de relações possibilita uma aproximação direta entre o ensino de Ciências e a Literatura, mediado pela Zoocrítica. Desse modo, o romance *Vidas Secas*, na sua íntegra, agrega uma partilha de saberes, propiciando, assim, uma análise profunda do animal humano e do inumano. Nessa esteira, consoante Décio Auler (2007), a interdisciplinaridade requer uma interpretação sob vários olhares em torno de um problema aberto, o que desencadeia a integração de diversas áreas do conhecimento.

Em se tratando de *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, sublinha-se que, segundo Sarmiento e Moura (2022a), há diversos trechos que corroboram a consciência dos animais: “olhos tristes como numa agudeza de desesperança”; “e seguem o vaqueiro e o gado na mesma marcha pensativa” (QUEIROZ, 2012, p. 18). Desse modo, as emoções do gado se integram às do vaqueiro Chico Bento e vice-versa. Segundo Wohlleben (2019), uma manada de elefantes cuida de seus membros, ajuda os indivíduos doentes e fracos e reluta até em deixar os mortos para trás. Isso corrobora a tese de que os animais são seres sencientes, posto que demonstram sentimentos (amor, tristeza, compaixão) e têm consciência de si e do seu entorno.

Esse é um grande passo para a conquista dos direitos dos animais, visto que eles têm sentimentos (dor física e psicológica – angústia), podendo, pois, experimentar emoções negativas e positivas, além, é claro, de terem consciência de si e do seu entorno, mesmo que em nível diferente dos humanos e essa percepção é fortemente sinalizada na obra *O Quinze*, principalmente por aqueles que lidavam, diretamente, com o rebanho.

De outra parte, destaca-se que, conforme Sarmiento e Moura (2022b), o autor de *Vidas Secas* assinala a animalidade do humano “Fabiano”, cujo desejo de morte foi ativado, num momento de desespero em face da extrema fome pela qual passava, despertando, assim, a “pulsão de destruição” consoante apregoa Sigmund Freud (1915a; 1915b), o que pode ser corroborado nos excertos a seguir:

O menino mais velho sentou-se no chão. — anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai. Não obtendo resultado, fustigou-o com a bainha da faca de ponta. O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo. tinha o coração grosso, rude e queria responsabilizar alguém pela sua desgraça (RAMOS, 2013, p. 6).

Esse contexto aguerrido do sertanejo, que se imbuí de ânimo e coragem para superar as adversidades, como o longo período de estiagem, pode ser comprovado, também, nos fragmentos: “Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse” (QUEIROZ, 2012, p. 21); “Que passagens! Tem de ir tudo é por terra, feito animal. Nesta desgraça quem é que arranja nada!” (QUEIROZ, 2012, p. 23).

Nesse panorama, a superioridade do homem torna-se discutível e, portanto, passível de contestação. Desse modo, segundo Maciel (2011), o antropocentrismo (Humanismo), que teve início no final do século XV, ainda hoje vigora como discurso hegemônico das academias, mas carece de refutação. Partindo dessa premissa, a Zooliteratura surge como um movimento científico contra-hegemônico que pretende refletir sobre a necessidade de rechaçar a visão antropocêntrica, visto que o animal humano pode ter, em diversas situações, a sua animalidade aguçada, bem como o animal não humano pode revelar-se sensível e generoso.

Consoante Freud (1915a; 1915b), a essência humana é ambivalente. Há, pois, tanto a pulsão de vida como a de morte, e, para o pai da psicanálise, esta última pode ser preponderante em algumas situações adversas, todavia estará a serviço da pulsão de vida, como elemento de superação dos obstáculos em meio às adversidades, suscitando, assim, a possibilidade de sobrevivência.

Em vista disso, esclarece-se que a pulsão de morte como motivação gera o empobrecimento do psiquismo, porém, como observado no cotidiano do sertanejo, para lidar com as adversidades da estiagem, tal pulsão apresenta-se como elemento de vida, incitando-o ao objeto de desejo, ou seja, a luta pela sobrevivência, que pode ser exitosa pela plasticidade de se tornar agressivo, mais competitivo e, conseqüentemente, vitorioso (FREUD, 1915a; 1915b; GREEN, 1988).

Dessarte, a Literatura, por meio da ficção, aflora diversas perspectivas que se relacionam a inúmeros ramos científicos, corroborando, dessa maneira, a presença da ciência

na arte da palavra. Partindo dessa premissa, o campo literário amplia a sua atuação, integrando-se a outros campos, como, por exemplo, Zoologia, Psicanálise, Antropologia e Direitos dos Animais.

Sob essa perspectiva, destaca-se que o escritor e físico Nuno Camarneiro (2013) esclarece que que ambas - literatura e ciência - partem do desejo de compreender o mundo. Nesse sentido, Camarneiro (2013), pondera que nenhum campo do saber consegue conter toda a realidade. Em vista disso, o pesquisador português acrescenta que tanto a literatura como a física trabalham com modelos.

Sendo assim, para o autor acima, que conecta física à ficção, a realidade não está tão somente numa lei física, uma vez que o romance também é um modelo que permite compreender o real. A partir disso, depreende-se que ambas (ciência e literatura) estão em busca de uma tradução para o mundo e movidas pelo anseio de encontrar respostas às indagações que permeiam o espírito inquiridor da humanidade.

De outra parte, sublinha-se que a obra *Vidas Secas*, segundo Bosi (2006), foi o último romance de Graciliano Ramos, escrito depois da dor que enfrentara nos porões de navios onde permaneceu preso por quase um ano, sobrevivendo num ambiente insalubre. Essa experiência foi essencial para a descrição dos retirantes na obra em apreço, cujos excertos demonstram a condição decrépita que autor e personagem tiveram de suportar: “— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta”; “E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra“— Você é um bicho, Fabiano”; “— Um bicho, Fabiano” (RAMOS, 2013, p. 9).

Ademais, denuncia-se a vida de penúria pela qual passavam os humanos e os animais não humanos, tendo de enfrentar situações indignas a qualquer vivente, em face da luta pela sobrevivência, considerando a escassez de recursos, em razão de períodos de seca e o abandono do Poder Público quanto à implementação de políticas para a convivência com o semiárido. Dessarte, esse cenário de desprezo estatal impulsionou a representação de um sertanejo debilitado e humilhado, bem como o retrato de animais esqueléticos e moribundos em meio a uma paisagem inóspita e desoladora, explicitando, assim, um quadro topofóbico (aversão ao lugar), em virtude de condições insuficientes à subsistência humana e não humana.

Sobre essa situação degradante, destaca-se o excerto abaixo:

Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e bebeu muito; Encheu a cuia, ergueu-se, afastou-se, lento, para não derramar a água salobra; Pôs a cuia no chão, escorou-a com pedras, matou a sede da família (RAMOS, 2013, p. 7).

Sendo assim, tal conjuntura representa uma condição deplorável tanto para o homem como para os animais. No entanto, para Sarmiento e Moura (2022b), o impacto da cena acima torna-se mais evidente quando se observa a indignidade a que os retirantes estavam submetidos, porém o estarecimento perante a situação insalubre em que os animais não humanos se encontram não emerge com o mesmo senso de pesar. Outrossim, essa concepção antropocêntrica necessita ser desconstruída, a fim de que as questões éticas e ecológicas, de bem-estar de todos os viventes, possam ser postas em pauta no cenário contemporâneo como prioridade a uma nova cultura de ser e estar no mundo.

Para tanto, a Zooliteratura, conforme Maciel (2011), representa um substrato transversal que pode suscitar um ensino de ciências interdisciplinar (de Literatura e Zoolingua, por exemplo), a fim de que se discutam questões filosóficas, éticas, ecológicas e psicanalíticas que permeiam as relações do humano com o não humano, tendo em vista o desenvolvimento e a garantia dos direitos humanos e dos animais. Nesses termos, pode-se emergir uma nova forma de compreender o animal não humano, o humano e as manifestações da animalidade.

Retomando a obra *Vidas Secas*, realça-se que, segundo o personagem “Fabiano”, para vencer as adversidades da condição do retirante, é necessário ser tão resistente quanto um animal não humano, visto que este suporta fome, sede, abandono e, ainda sim, encontra forças para continuar a luta pela sobrevivência: “Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades” (RAMOS, 2013, p. 9). Dessa maneira, tal discurso, produzido por Graciliano Ramos, reconhece a animalidade que integra a condição do humano, capaz de despertar nele um espírito de bravura que o lança na superação dos embates da vida:

Não queria morrer. Ainda tencionava correr mundo. Era uma sorte ruim, mas Fabiano desejava brigar com ela, sentir-se com força para brigar com ela e vencê-la. Não queria morrer. Estava escondido no mato como tatu. Duro, lerdo como tatu. Mas um dia sairia da toca, andaria com a cabeça levantada, seria homem. — Um homem, Fabiano” (RAMOS, 2013, p. 11).

Nessa perspectiva, a iminência da morte, em face da escassez de recursos, caracteriza-se como um obstáculo aos animais humanos e não humanos. Daí, a animalidade faz-se necessária ao enfrentamento da fome, a fim de vencê-la para abandonar a penúria que aproxima o humano dos animais não humanos, subjugados a uma situação deletéria de sobrevivência: “Era um desgraçado, era como um cachorro, só recebia ossos” (RAMOS, 2013, p. 33); “Eles dois, velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia” (RAMOS, 2013, p. 40). Entretanto, “Fabiano” ainda tinha um sonho: encontrar-

se com a dignidade humana que é perdida em quadros de extrema miséria e, assim, tornar-se um homem.

Partindo dessa premissa, o retirante “Fabiano”, em contato contínuo e direto com os animais não humanos, absorveu para si, com mais ênfase, a animalidade dos inumanos. Sob tal perspectiva, os animais se imbuíram de características que lembram os humanos, mas que também lhe são peculiares, uma vez que a expressão de sentimentos está presente nos não humanos. Evidentemente, num grau menor, mas a demonstração de emoções não é prerrogativa do homem, visto que os animais inumanos desenvolvem, também, essa capacidade.

Nessa dualidade coexistente da natureza humana e não humana, salienta-se que, para Hilton Japiassu (1976), a interdisciplinaridade visa à recuperação da unidade do conhecimento. Desse modo, o ensino de Ciências e a Literatura estão imbricados. Em outras palavras, essas formas de interpretar a realidade se aproximam e se complementam, distanciando-se, assim, da visão cartesiana, que dividia e fragmentava. Sendo assim, a interdisciplinaridade caminha na direção da intensificação do diálogo, das trocas, da integração conceitual e metodológica dos diferentes campos do saber.

Partindo desse pressuposto, esta pesquisa propõe um ensino de Ciências, mediado pela Literatura, o qual pode oportunizar uma integração entre os saberes científico-literários a partir das obras *Vidas Secas* e *O Quinze* e a área dos Estudos Animais. Nesse ínterim, as instituições de ensino, segundo Thiesen (2008), precisam integrar o que foi dicotomizado; religar o que foi desconectado; problematizar o que foi dogmatizado e questionar o que foi imposto como verdade absoluta durante a consolidação do paradigma positivista, que fragmentou e reduziu o conhecimento.

Sob essa ótica, a convivência diária entre humanos e não humanos (como ocorre entre as famílias do sertão e os animais do mundo rural nas obras *Vidas Secas* e *O Quinze*) os aproxima não só fisicamente, mas também em outros aspectos, como por exemplo, na comunicação entre eles e, até mesmo, psicologicamente: “Deu um pontapé na cachorra, que se afastou humilhada e com sentimentos revolucionários” (RAMOS, 2013, p. 16).

Relativamente à linguagem, pode-se constatar uma proximidade entre “Fabiano e sua família” e os animais não humanos como se atesta nos excertos: “Na beira do rio haviam comido o papagaio, que não sabia falar. Necessidade; Fabiano também não sabia falar” (RAMOS, 2013, p. 14); “O pequeno sentou-se. Tinha um vocabulário quase tão minguado como o do papagaio que morrera na seca. Valia-se, pois, de exclamações, de gestos e Baleia respondia com o rabo, com a língua, com movimentos fáceis de entender” (RAMOS, 2013, p. 21).

Sublinha-se que Graciliano procurou coadunar a senciência dos não humanos, apresentando a inteligência e a manifestação de sentimentos da “cachorra Baleia” conforme corroboram os trechos: “E Fabiano se aperreava por causa dela, dos filhos e da cachorra Baleia, que era como uma pessoa da família, sabida como gente” (RAMOS, 2013, p. 14); “Baleia despertou, retirou-se prudentemente, receosa de sapear o pelo” (RAMOS, 2013, p. 16).

Entretanto, apesar da constatação científica e legal em alguns países, inclusive no Brasil, quanto à senciência dos animais não humanos, é irrefutável que a capacidade cognitiva dos humanos é muito maior que a daqueles. Por outro lado, também é inquestionável que os animais não humanos possuem inteligência e isso o autor de *Vidas Secas* já assinalava, em 1938, quando da publicação desse livro.

Isso posto, destaca-se que, para a Dra. Virgínia Williams, presidente do Comitê Consultivo Nacional de Ética Animal, em 2020, a condição dos animais como seres sencientes começa a ser reconhecida em diversos países da Europa (França, Portugal, Alemanha, Suíça), da Oceania (Nova Zelândia e Austrália) e da América do Sul, como o Brasil. Nesse viés, o autor de *Vidas Secas* põe em relevo a “cachorra Baleia”, uma personagem não humana que apresenta consciência do mundo que a cerca como se reverbera nos trechos:

Naquele dia a voz estridente de sinhá Vitória e o cascudo no menino mais velho arrancaram Baleia da modorra e deram-lhe a suspeita de que as coisas não iam bem; Topou o camarada, chorando, muito infeliz, à sombra das catingueiras. Tentou minorar-lhe o padecimento saltando em roda e balançando a cauda. Não podia sentir dor excessiva. E como nunca se impacientava, continuou a pular, chamando a atenção do amigo. Afinal convenceu-o de que o procedimento dele era inútil (RAMOS, 2013, p. 21).

Dessarte, é possível captar, através do discurso acima, que Graciliano Ramos nutria de profunda sensibilidade para captar as ações, reações e emoções dos animais, mais especificamente da “cachorra Baleia”, o que corrobora a senciência dos animais não humanos, tão negada por muitos humanistas antropocêntricos ao longo da história da humanidade. Todavia, Michel de Montaigne (1980), na obra “Apologia de Raymond Sebond”, já defendia a ideia do animal como sujeito e chamava a atenção para a complexidade dos bichos, mostrando que eles são dotados de variadas faculdades, que, até então, eram ignoradas.

Na contramão da prerrogativa humana quanto à emotividade, destacam-se os estudos de Peter Wohlleben (2019), quando afirmam que os animais são seres sencientes, posto que demonstram sentimentos e têm consciência de si e do seu entorno como coadunam as passagens: “Baleia, paciente, olhava os carvões e esperava que a família se recolhesse. Enfasiava-a o barulho que Fabiano fazia” (RAMOS, 2013, p. 24); “Baleia ficou passeando na calçada, inquieta. Na opinião dela, tudo devia estar no escuro, porque era noite e a gente que andava no quadro precisava deitar-se” (RAMOS, 2013, p. 26).

Além de Wohlleben (2019), tais considerações vêm encontrando amparo científico graças às descobertas da etologia contemporânea. Sendo assim, Dominique Lestel (2002, p. 16), em *As origens animais da cultura*, reafirma as constatações de Montaigne (1980, p. 19) ao mostrar a extraordinária diversidade de comportamentos e competências dos viventes não humanos, que vão da habilidade estética até formas elaboradas de comunicação.

Posto isso, como afirma Lestel (2002), o humano atingirá um nível de conhecimento suficiente para entender uma racionalidade e uma subjetividade diferentes da sua? Essas agudas indagações ainda estão no campo do aberto, conforme apregoa Agamben (2013), uma vez que a capacidade humana é infinita, estando, pois, em permanente evolução. Entretanto, há de se reconhecer, também, a sua animalidade e a “outridade” do animal não humano como alfineta Maciel (2008).

Sob essa necessária reflexão transdisciplinar, cabe a proposição de um ensino interdisciplinar, que alie o ensino de Ciências à Literatura. E, nesse caminho, uma das vias possíveis é por meio da Zoocrítica ou da Zooliteratura. Desse modo, torna-se imperativa a integração de saberes, conjugando, também, a razão e a emoção; a objetividade e a subjetividade, a fim de que respostas complexas possam ser construídas à luz de diversos campos, como, por exemplo, a Literatura, a Biologia, a Zoologia, a Psicanálise e o Direito.

Dessarte, segundo Olga Pombo (2005), a interdisciplinaridade traz sensibilidade à complexidade; atenção a estruturas profundas que possam articular o que, aparentemente, não é articulável; curiosidade; abertura de espírito. Isso posto, a perspectiva interdisciplinar capta relações, implicações mútuas e fenômenos multidimensionais, tão necessários às instituições de ensino, a fim de que a formação acadêmica seja cada vez mais, integrada, sistêmica, holística e profunda.

Levando em conta essas imbricações, consoante Maciel (2011), é importante esclarecer que Graciliano Ramos, na obra *Vidas Secas*, afastou-se das fábulas tradicionais, uma vez que a personagem “cachorra Baleia” não aparece antropomorfizada nem está a serviço da edificação humana, num tom moralizante que constitui grande parte da Zooliteratura iniciante, mas aparece como animal-animal que expressa o que o autor imagina que ela pensaria, sentiria ou falaria se pudesse fazer uso da linguagem verbal tal qual os humanos.

Nesse processo criativo do autor de *Vidas Secas* quanto aos pensamentos, sentimentos e sonhos de “Baleia”, sublinham-se trechos que precedem a sua morte:

A cachorra Baleia estava para morrer, moribunda. Então Fabiano resolveu matá-la. Foi buscar a espingarda de pederneira e fez tenção de carregá-la bem para a cachorra não sofrer muito; Não conhecia o objeto, mas pôs-se a tremer, convencida de que ele

encerrava surpresas desagradáveis; Mas Baleia não atribuía a esse desastre a impotência em que se achava nem percebia que estava livre de responsabilidades. Uma angústia apertou-lhe o pequeno coração. Precisava vigiar as cabras; Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás (RAMOS, 2013, p. 30-31).

Nas passagens acima, observa-se a animalidade de “Fabiano” e, em seguida, o altruísmo do animal não humano, demonstrando responsabilidade na iminência da morte e gratidão aos seus donos como atestam os excertos a seguir:

E de novo lhe veio o desejo de morder Fabiano, que lhe apareceu diante dos olhos meio vidrados. Não poderia morder Fabiano: tinha nascido perto dele, numa camarinha e consumira a existência em submissão, ladrando para juntar o gado quando o vaqueiro batia palmas (RAMOS, 2013, p. 31).

Desse modo, esses fragmentos corroboram a ambivalência coexistente das naturezas do humano e do não humano: animalidade e sensibilidade. Em outras palavras, é a articulação interdisciplinar entre objetividade e subjetividade; agressividade e emoção, numa integração das pulsões que habitam o ser humano segundo Freud (1915a; 1915b) e dos instintos e da consciência que residem no animal não humano conforme Wohlleben (2019).

Ademais, constata-se, nessa narrativa, a presença do remorso (a cobrança da “pulsão de vida” ou da consciência), quando o humano deixa-se guiar pela animalidade (“pulsão de morte”) conforme demonstra o trecho a seguir: “Pensou na mulher, nos filhos e na cachorra morta. Pobre de Baleia. Era como se ele tivesse matado uma pessoa da família” (RAMOS, 2013, p. 33).

No discurso acima, verifica-se o arrependimento do personagem “Fabiano” ou o sentimento de culpa que lhe fora despertado por ter atendido ao chamado da “pulsão de morte”.

Tal constatação também pode ser reverberada nos trechos: “Por que seria que o coração dele se apertava? Coitadinha da cadela. Matara-a forçado, por causa da moléstia”; “Fabiano suspirou, sentiu um peso enorme por dentro. Se tivesse cometido um erro?” (RAMOS, 2013, p. 37). Esse questionamento corrobora a existência de uma personalidade humana conflituosa, permeada das duas pulsões: de vida e de morte como apregoa Freud (1915a; 1915b).

Sublinha-se, ainda, que, para Freud (1996), esse estado de sofrimento que experimenta o ser humano é o mais importante problema do desenvolvimento da civilização, sustentando que o preço que o humano paga pelas resoluções das adversidades cotidianas, utilizando meramente o racionalismo, caracteriza-se como uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa e da repressão do ego.

Por fim, torna-se imperiosa uma formação interdisciplinar, que aproxime o ensino de Ciências à Literatura, com vistas a uma “reforma do pensamento” (MORIN, 2000), que visa à integração entre a racionalidade e o subjetivismo numa unidade comunicativa e epistêmica, haja vista a necessidade de conceder respostas complexas às questões pulsantes da contemporaneidade.

Considerações finais

Reitera-se que a Zoocrítica é um campo recente que visa à ampliação do espaço dos animais na criação literária, haja vista a necessidade de reconhecê-los como dotados de inteligência e emoções, a fim de que os seus direitos sejam respeitados, além de desconstruir a visão antropocêntrica, que sublinha os humanos como animais superiores, destituindo-os, portanto, de uma animalidade intrínseca, bem como retirando dos animais inumanos as faculdades da linguagem e da expressão de sentimentos. Evidentemente, tais características aparecem nos inumanos em menor nível que nos humanos, todavia essas capacidades também lhes são peculiares e carecem de reconhecimento legal, científico, literário e social.

Nesse sentido, analisar as relações entre o animal humano e o não humano, dialogando com o ambiente, a sociedade e a cultura num viés interdisciplinar, no contexto da Zoocrítica, representa a possibilidade de um ensino de Ciências vibrante e integrado. Dessa forma, a aproximação entre o ensino de Ciências e a Literatura desvela uma nova forma de interagir conhecimentos a partir do diálogo com diversas áreas, tais como, Biologia, Zoologia, Psicanálise e Direito. Portanto, mediante um ensino interdisciplinar de Ciências e Literatura, é possível tornar as relações do humano com o não humano mais complexas e profundas, o que transcende a percepção imediata do paradigma clássico que fragmenta e reduz os saberes.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O Aberto: O Homem e o Animal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- AULER, Décio. Enfoque ciência-tecnologia-sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. **Revista Ciência & Ensino**. v. 1, p. 1-20, 2007.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CAMARNEIRO, Nuno. **Debaixo de algum céu**. Portugal: Editora Leya, 2013.
- CANDIDO, Antonio. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

- COUTINHO, Afrânio. **As formas da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bloch, 1984.
- FREUD, Sigmund. O Inconsciente. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**, cap. 7, p. 183-233, 1915a.
- FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**, cap. 6, p. 129-162, 1915b.
- FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GREEN, André. **Narcisismo de vida. Narcisismo de morte**. São Paulo: Escuta, 1988.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LESTEL, Dominique. **As origens animais da cultura**. 1. ed., São Paulo: Editora Instituto Piaget, 2002.
- MACIEL, Maria Esther. **O animal escrito: um olhar sobre a zooliteratura contemporânea**. São Paulo: Lumme Editor, 2008.
- MACIEL, Maria Esther. Exercícios de Zooliteratura. **Revista ComCiência**. Campinas-SP, n. 134, p. 1-4, jul., 2011.
- MACIEL, Maria Esther. **Literatura e animalidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MONTAIGNE, Michel de. **Apologia de Raymond Sebond**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Cortez, São Paulo, 2000.
- NAVAS, Diana. Literatura e ciência: campos antagônicos ou complementares?. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 72, n.1, pp. 37-40, jan./mar., 2020.
- NUNES, Benedito. O animal e o primitivo: os Outros de nossa cultura. *In*: MACIEL, Maria Esther (org.). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p. 13-22.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes/UNICAMP, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração de saberes. **Liinc em revista**, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2005.
- QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

SARMENTO, E. C. D.; MOURA, G. J. B. de. Topofobia e topofilia em *O Quinze*: uma análise ecocrítica da obra de Rachel de Queiroz. **Revista Geografia**, Londrina, v. 31, n. 1, pp. 75-94, jan., 2022a.

SARMENTO, E. C. D.; MOURA, G. J. B. de. Vidas Secas na Zooliteratura: uma análise das relações entre o animal humano e o não humano na obra de Graciliano Ramos. **Revista Porto das Letras**, Porto Nacional, v. 8, n. 4, pp. 453-471, dossiê Linguagens e Educação em Diálogo, 2022b.

THIESEN, Juarez. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação** (online), v. 13. n. 39, p. 545-598, 2008.

WOHLLEBEN, Peter. **A vida secreta dos animais**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.